



*Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social
da Comunidade Timorense*

**Estudo sobre a Situação Sócio-Económica
Da Comunidade Timorense
Residente em Portugal**

Estudo em colaboração com a GEOIDEIA

- Relatório Final -
Março de 1998



**Estudo sobre a Situação Sócio-Económica
Da Comunidade Timorense
Residente em Portugal**

Equipa

Rogério Roque Amaro (Coord. Científico)

Jorge Malheiros (Coord. Executivo)

Teresa Evaristo (Coord. Executiva)

Cristina Ferreira

Dora Possidónio

Eunice Mateus

Fernando Honório

José Manuel Pureza

Lília Melo

Paulo Areosa Feio

Richard Black (Cons.)

Equipa de terreno:

Antonieta Sousa, Jorge Nunes, José António Arranhado,

Lígia Ximenes, Natalino Faria e Susana Neffe

Relatório Final

Março de 1998

A equipa gostaria de agradecer a colaboração de todas as entidades contactadas, salientando no entanto, a colaboração do Centro de Documentação Timor Ásia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Associação de Estudantes Universitários Timorenses, na fase de arranque dos trabalhos. Gostaríamos de destacar igualmente a inestimável disponibilidade do CCT e da CDPM para a discussão de ideias e para a cedência de informação documental relevante para o Estudo.

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO E IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA.....	1
1.1 OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	1
1.2 ALGUMAS QUESTÕES CONCEPTUAIS DE APOIO À INVESTIGAÇÃO.....	9
1.3. NOTAS SOBRE O CONTEXTO SOCIAL DE PARTIDA DAS COMUNIDADES TIMORENSES RESIDENTES EM PORTUGAL	15
2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL.....	22
2.1 GÉNESE E EVOLUÇÃO - ALGUNS ELEMENTOS	22
2.2 A SITUAÇÃO ACTUAL DA COMUNIDADE TIMORENSE - ELEMENTOS BÁSICOS	25
3. TRAJECTÓRIAS E PROBLEMAS NO MERCADO DE EMPREGO E NO SISTEMA DE ENSINO	52
3.1 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DOS TIMORENSES	52
3.2 A INSERÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR	60
4. PROCESSO DE INSERÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA: CARACTERÍSTICAS, PROBLEMAS E AVALIAÇÃO PRELIMINAR	66
4.1 O QUADRO LEGAL RELATIVO À COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL	66
4.2 A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DA COMUNIDADE TIMORENSE RESIDENTE EM PORTUGAL: O PAPEL DO ESTADO, DAS ONG'S E DAS ASSOCIAÇÕES DE TIMORENSES	73
4.3 A INSERÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS TIMORENSES EM PORTUGAL	100
5. O POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE TIMORENSE NO FUTURO.....	118
5.1 OPÇÕES, TENDÊNCIAS, PERSPECTIVAS	118
5.2 UMA REFLEXÃO EM TORNO DOS RECURSOS.....	126
6. CASOS CONCRETOS - HISTÓRIAS DE VIDA - A CONFIRMAÇÃO DE TRAJECTÓRIAS, PROBLEMAS E EXPECTATIVAS	128
6.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	129
6.2 MOTIVOS, MODOS E TEMPO DE CHEGADA A PORTUGAL: A FORMULAÇÃO DA IDENTIDADE E A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INSERÇÃO	126
6.3 INSERÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO/NO MERCADO DE TRABALHO E TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS	137
6.4 ANÁLISE DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE NA SOCIEDADE PORTUGUESA E EXPECTATIVAS FUTURAS	141
7. ELEMENTOS FINAIS DE SÍNTESE E REFLEXÃO	148

ANEXOS

1. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO E IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA

1.1 Objectivos e Metodologia

O presente relatório inclui os resultados finais do estudo relativo à Situação Sócio-Económica da Comunidade Timorense Residente em Portugal. Este projecto, que dá resposta ao concurso lançado pela Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense em Portugal (CPAICSTP), deve ser assumido como um instrumento de trabalho e apoio à decisão que procura colmatar a lacuna resultante da inexistência de estudos de diagnóstico aprofundados e actualizados relativos à comunidade Timorense que incorporem quer os jovens que foram chegando ao longo dos últimos três anos, quer as famílias timorenses que se foram instalando em Portugal, na sua quase totalidade após 1976.

Em termos sintéticos, este trabalho tem como objectivo base a realização do diagnóstico sócio-económico e demográfico da comunidade Timorense residente em Portugal. Para além desta questão, pretende ainda dar respostas a quatro aspectos complementares:

- a identificação das trajectórias sócio-geográficas dos timorenses que chegam a Portugal e das suas expectativas relativamente à permanência no país ou à partida para outros destinos;
- a análise dos problemas sentidos pela população timorense e do tipo de soluções que tem sido mobilizado para os solucionar;
- a apreciação do processo de apoio à comunidade Timorense em diferentes domínios habitação, assistência social, ensino e outros - tendo em conta tanto o papel das instituições públicas como das privadas. Complementarmente, efectuou-se uma análise crítica da legislação que enquadra o processo de inserção e apoio aos timorenses e os modelos de actuação das diferentes entidades, nomeadamente dos organismos do Estado;
- a formulação de um conjunto de sugestões de intervenção, devidamente acompanhadas por um quadro de medidas, que visam contribuir para a melhoria do processo de acolhimento e inserção dos Timorenses em Portugal.

Em termos metodológicos, o processo de recolha de informação foi sub-dividido em duas fases. A primeira comportou os quatro vectores de actuação que seguidamente se explicitam.

A execução de uma recolha bibliográfica que recaiu, por um lado na problemática genérica dos estudos relativos a comunidades de refugiados políticos em países ocidentais e, por outro, nos trabalhos relativos à comunidade Timorense em Portugal, quase todos realizados no âmbito de projectos de investigação conduzidos em instituições académicas (sobretudo teses de licenciatura e mestrado)¹.

A análise crítica dos documentos legais, produzidos ao longo dos últimos 23 anos, que tratam de questões relativas à Comunidade Timorense. Neste domínio, aprofundou-se a discussão em torno do Decreto-Lei nº 133/97, de 30 Maio.

A aplicação de um inquérito por questionário (Anexo 2) aos membros da comunidade Timorense, tendo a equipa classificado como indivíduos de etnia timorense todos os nascidos em Timor que pertencessem a um dos grupos etno-linguísticos timorenses ou às comunidades chinesa e árabe fixadas em Timor e, também, aqueles que tendo nascido noutros locais, tivessem pelo menos um ascendente em primeiro grau que se incluísse nas categorias acima referidas. O inquérito foi dividido em dois blocos, destinando-se o primeiro (BLOCO A) à caracterização sócio-económica e demográfica de todos os elementos do agregado familiar e o segundo (BLOCO B) à obtenção de informação específica sobre o indivíduo da família que respondia ao questionário². Esta última informação privilegiava a identificação das trajectórias geográficas e profissionais, a inserção no sistema de ensino português, as dificuldades de integração em diferentes domínios, as práticas culturais, a apreciação do papel das instituições de apoio à Comunidade e as expectativas e perspectivas face ao futuro.

Este inquérito, aplicado directamente³, permitiu caracterizar uma amostra de 273 agregados familiares que comportam um total de 843 indivíduos pertencentes à comunidade

¹ No final do relatório insere-se uma listagem dos trabalhos identificados (Anexo 1).

² Por razões de operacionalização na aplicação dos questionários, cada estudante timorense isolado a viver num alojamento colectivo (residências universitárias, pensões, etc.) foi classificado como agregado familiar, uma vez que a coabitação resulta das circunstâncias específicas da migração, das ofertas de alojamento institucional e das características particulares deste grupo, subsistindo uma lógica de autonomia individual, que se confunde com a lógica familiar, uma vez que só está presente um membro do agregado.

³ No caso de algumas famílias dispersas (12 casos) residentes fora dos principais aglomerados urbanos, os inquéritos foram realizados telefonicamente, sendo aplicada a mesma estratégia de inquirição que nos questionários efectuados nas residências.

Timorense, valor que corresponde a cerca de 50% do total de indivíduos que compõem esta Comunidade em Portugal (aproximadamente 1700). Entre os 843 elementos caracterizados no Bloco A do questionário, 273, todos maiores de 15 anos, funcionaram como os inquiridos efectivos dos agregados familiares, tendo respondido também à parte B do inquérito.

Inicialmente, admitia-se a possibilidade de efectuar um recenseamento (características demográficas e sócio-económicas) de toda a comunidade Timorense instalada no nosso país. O facto de se ter optado por uma amostra estatisticamente muito significativa prende-se com dois tipos de motivos:

- *Operacionais e logísticos* - resultam da impossibilidade de inquirir toda a Comunidade no período útil do estudo, em virtude da sua relativa dispersão e da sua mobilidade geográfica, designadamente nos meses de Verão. Refira-se que o número de recusas oscilou entre os 10 e os 15%, não havendo possibilidade de realizar operações de inquirição repetidas tendentes a convencer os indivíduos que não quiseram responder. Por outro lado, como uma parcela significativa dos membros da Comunidade está dispersa por diversas localidades da Área Metropolitana de Lisboa e, em menor número, por diversas localidades do país, o processo de identificação das famílias a inquirir foi-se revelando progressivamente mais moroso. Ultrapassada a fase de inquirição nas áreas de maior concentração (pensões e alojamentos da Segurança Social, residências de estudantes, bairros sociais de Oeiras e Setúbal, habitações da Linha de Sintra) detectáveis na informação estatística e nas referências dos agentes envolvidos no processo de acolhimento, passou-se a uma fase de inquirição lenta e quase pontual, baseada exclusivamente nas informações dos inquiridos.
- *Estatísticos* - Uma amostra de mais de 55% tem um tamanho que lhe assegura completo significado estatístico, permitindo caracterizar com rigor o Universo dos timorenses residentes em Portugal. Mesmo em relação aos 273 inquiridos efectivos (respondentes ao Bloco B do questionário), as suas respostas estão dotadas de significado estatístico, tendo havido o cuidado de proceder à sua estratificação em função de dimensões como a relação jovens isolados/famílias, distribuição geográfica e as variáveis clássicas correspondentes aos sexo e à idade. É significativo que a partir dos 220 inquéritos, os resultados estatísticos obtidos para a base de dados deixaram de sofrer alterações, o que demonstra o significado da amostra e a validade das inferências em relação ao universo da comunidade Timorense.

Este questionário foi aplicado após a realização de um pré-teste que permitiu corrigir algumas questões e afinar as técnicas de aplicação. Os questionários foram efectuados nas áreas de residência dos timorenses, incluindo as pensões, uma vez que se assumiu como estratégia mais correcta inquirir as pessoas num ambiente conhecido, que corresponde ao seu habitat e que possibilita um maior à vontade, que no extremo pode até levar à livre recusa. O questionário foi aplicado por uma equipa de inquiridores timorenses e portugueses, devidamente formados, e com uma qualificação académica equivalente à licenciatura ou à sua frequência, sobretudo na área das ciências sociais. Pontualmente, recorreu-se à colaboração de outros membros da comunidade Timorense como forma de auxílio ao estabelecimento de contactos com subgrupos mais específicos (e.g. comunidade chinesa e estudantes chegados nos últimos 2 anos).

A realização de um conjunto de **entrevistas aprofundadas** às instituições públicas e privadas (Anexo 3) que actuam para e com a comunidade Timorense. Estas entrevistas, para além de contribuírem para perceber melhor as características e as carências da Comunidade, vieram clarificar o papel das diferentes instituições, as dificuldades com que estas se debatem e a sua perspectiva face ao processo de inserção e aos problemas dos timorenses instalados em Portugal, com um destaque particular para a problemática dos jovens estudantes⁴.

Se a informação obtida nas entrevistas funcionou como suporte qualitativo de grande relevância para a análise ao papel institucional, o conjunto de informação quantitativa recolhida nos inquéritos permitiu a construção de uma base de dados dos indivíduos que compõem os agregados familiares timorenses.

Esta informação, para além do **tratamento estatístico e gráfico** básico (essencialmente cálculo de frequências e análise bi-dimensional com o cruzamento das variáveis relevantes), foi sujeita a uma Análise Factorial de Correspondências Múltiplas (AFCM). Esta AFCM, destinou-se à identificação e tipificação de trajectórias profissionais, o que implicou a sua aplicação exclusivamente ao conjunto de indivíduos que na pergunta referente à actual condição perante o trabalho estavam classificados como activos, desempregados, trabalhadores familiares não remunerados, reformados e outras situações, num total de 148 inquiridos.

⁴ Ver capítulo 4.2.

Em termos técnicos, a Análise Factorial de Correspondências Múltiplas revela-se bastante adequada para o tratamento de variáveis nominais e ordinais recolhidas em inquéritos por questionário, possibilitando a síntese dos dados iniciais num conjunto de eixos factoriais. Após a transformação dos dados originais do inquérito numa matriz binária de BURT é executada uma análise factorial com as categorias das variáveis activas (que contribuem para a definição dos factores), sendo calculado o peso de cada categoria em cada eixo factorial. Finalmente, é efectuada uma taxonomia numérica (técnica de classificação) que permite distribuir os indivíduos inquiridos por grupos que partilham categorias idênticas.

Como já foi mencionado, na presente análise factorial, foram utilizadas como variáveis activas aquelas que se relacionam com as trajetórias profissionais dos indivíduos, incluindo-se as restantes variáveis como ilustrativas (atributos suplementares que contribuem para clarificar cada eixo factorial definido a partir das variáveis activas).

O mesmo método foi também aplicado às variáveis relativas à inserção sócio-cultural, de modo a evidenciar, para o total de indivíduos da amostra (273), as características e o significado dos principais tipos de processos de inserção.

A 2ª fase de elaboração do estudo foi desenvolvida na sequência do *workshop* organizado pela CPAISCT, em 9 de Dezembro.

Este *workshop*, que contou com a participação de diversos membros da Comunidade Timorense, bem como de representantes e técnicos de diversas organizações e instituições públicas e privadas que actuam junto dela, revelou-se de extrema importância para o processo de elaboração do documento final. Efectivamente, através do *workshop* foi possível:

- obter uma visão mais ampla do contexto relacional que enquadra as instituições que actuam junto da Comunidade timorense, bem como das estratégias de actuação, problemas e sucessos já conseguidos;
- estimular uma reflexão crítica em torno das questões levantadas pelo relatório, que possibilitou corrigir e, sobretudo, complementar alguns dos aspectos analisados;

- receber, através das declarações efectuadas pelos agentes que actuam directamente "no terreno", informações relativas às dificuldades de actuação e sugestões sobre medidas e recursos que podem ser mobilizados para as resolver.

Para além das correcções e complementos atrás mencionados, esta 2ª fase incluiu duas novas componentes.

A realização de uma **breve análise da situação sócio-económica contemporânea de Timor Leste**, componente que permite percepcionar com mais clareza quer a lógica do movimento de migração forçada, quer as características da população que presentemente chega a Portugal. Esta componente, prevista desde o início do estudo, só pode ser incluída nesta fase em virtude de algumas dificuldades relacionadas com a obtenção de informação.

A **execução de 10 histórias de vida simplificadas** a Timorenses representativos de outros tantos grupos-tipo. A identificação destes grupos-tipo resultou da aplicação de uma terceira análise factorial de correspondências múltiplas às modalidades de todas as variáveis incluídas no bloco B do questionário (variáveis activas). Neste caso, a tipologia obtida corresponde a uma caracterização geral e teve como objectivo servir de apoio à selecção dos indivíduos a entrevistar no âmbito das histórias de vida.

Foram identificados nove grupos distintos e dentro de um destes, dois sub-grupos. Estes grupos identificam diversos tipos de indivíduos com diferentes formações, posicionamentos no ciclo de vida e situação face ao processo de inserção na sociedade portuguesa.

Assim temos:

- **Tipo 1**, que tem sobre-representados indivíduos com idades entre os 50 e 64 anos, que eram activos na função pública em Timor, e que em Portugal estão reformados, após uma passagem real ou fictícia pela função pública.
- **Tipo 2**, que associa adultos com chegada a Portugal por meios próprios, entre 1990 e 1994, que pertencem à comunidade sino-timorense e que, de um modo geral, já solicitaram a instalação na Austrália.
- **Tipo 3**, caracterizado por indivíduos com idade entre os 35 e os 44 anos, com rendimentos médios mensais do agregado familiar entre 51 e 100 contos. Eram residentes em Dili e tinham uma situação profissional pouco clara. Em Portugal pertencem à Associação dos Ex Presos Políticos e estiveram desempregados mais de um ano. Neste momento, exercem actividade profissional como assalariados;

- participam regularmente em actividades culturais e políticas organizadas no âmbito da comunidade.
- Tipo 4, que se distingue dos restantes por ter sobre-representados indivíduos adultos, casados com cônjuge português. Exercem uma actividade profissional em Portugal como assalariados na função pública, indústria ou construção civil. Não referenciam problemas de integração ao chegar a Portugal. Exercem o direito de voto em Portugal e participam ocasionalmente em actividades culturais da comunidade. Apesar deste percurso de inserção, têm parentes na Austrália e gostariam de partir para lá.
- Tipo 5, neste grupo encontramos, essencialmente, os adultos jovens, residentes no Bairro de Laveiras em Oeiras, cujo agregado familiar tem rendimentos médios mensais entre os 100 e os 300 contos. Chegaram a Portugal em torno de 1975, em alguns casos com passagem pelas ex-colónias de África. Quando deixaram Timor eram crianças ou jovens e frequentavam a escola. Hoje exercem uma actividade profissional, nomeadamente na indústria e na construção civil. São indivíduos que, em geral, não participam em actividades promovidas pela comunidade, não falam tétum (embora entendam) e não conhecem o bahasa indonésio.
- Tipo 6, caracterizado pelos adultos maduros, do sexo feminino. Chegaram a Portugal em 1975/76 com passagem por Atamboa. Eram domésticas em Timor e continuam a sê-lo em Portugal. Não tiveram dificuldades com a língua portuguesa.⁵
- Tipo 7, jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, residentes na Pensão Floresta. Chegaram a Portugal há menos de 1 ano, por motivos políticos, vindos de Jacarta. Estão a cargo da Segurança Social. Em Timor alguns eram estudantes, em Portugal aprenderam português e alguns frequentaram o sistema de ensino. Denotam bastantes dificuldades relativamente à língua portuguesa e à frequência escolar, falam bahasa indonésio. Participam com frequência nas actividades políticas e culturais da comunidade.
- Tipo 8, são jovens do sexo feminino que chegaram a Portugal, na sua maioria, entre 1985 e 1989, residindo, essencialmente, em Setúbal, no Bairro da Belavista. São estudantes dependentes da família. Não costumam participar em actividades

⁵ Este é o único grupo relativamente ao qual não foi efectuada qualquer história de vida, uma vez que não houve disponibilidade por parte dos indivíduos contactados.

políticas da comunidade e exercem o direito de voto em Portugal. Falam português, não entendem bahasa indonésio e consideram-se luso-timorenses.

- Tipo 9, indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Residem na Pensão Floresta ou no Mosteiro e chegaram a Portugal após 1995, vindos de Jacarta na sequência da ocupação de embaixadas. São estudantes e estão a cargo da Segurança Social ou usufruem de bolsa de estudo. Têm dificuldades com a língua portuguesa, embora tenham frequentado cursos de português. Pertencem a organizações políticas. Este grupo subdivide-se em dois que designámos por Tipos 9A e 9B:
 - O Tipo 9A tem sobre-representados os jovens de Dili que ocuparam a embaixada do Japão e pertencem à Ogetil.
 - O Tipo 9B, em contrapartida, é composto, essencialmente, por jovens de Lospalos, ligados directa ou indirectamente à ocupação da embaixada dos EUA e que pertencem à Renitil.

As histórias de vida, elaboradas a partir desta tipologia, permitem, afinal, clarificar os perfis e as trajectórias dos diferentes tipos de timorenses que compõem a Comunidade instalada em Portugal. Concomitantemente, o facto de se tratar de uma técnica de recolha de informação de carácter qualitativo, possibilita a obtenção de uma imagem mais rica e aprofundada das opções, problemas e expectativas dos Timorenses.

A análise das histórias de vida deu origem a um ponto autónomo deste Relatório, de cariz mais qualitativo e que permite aprofundar e clarificar muitas das conclusões apresentadas aquando da análise dos resultados dos inquéritos.

Todo este processo de diagnóstico e sistematização das características e dificuldades da comunidade Timorense conjugado com a reflexão efectuada em torno da legislação e da actuação dos agentes institucionais serve de base para a proposta de quadro de medidas estratégicas de intervenção (apresentado no final do relatório) que visa complementar e ajustar as que actualmente se promovem.

1.2 Algumas questões conceptuais de apoio à investigação

Embora se trate de um relatório técnico e não de um trabalho académico, pareceu-nos importante proceder a uma breve sistematização de algumas questões conceptuais relacionadas com a presença de comunidades de populações refugiadas em países ocidentais que ajudam a perceber melhor algumas das conclusões deste estudo.

A classificação dos timorenses enquanto refugiados baseia-se, em termos práticos, no facto de os motivos invocados para a migração corresponderem, essencialmente, a situações de violência, perseguição por motivos étnicos e políticos e desrespeito pelos direitos do povo Maubere. Se bem que a emergência de uma comunidade Timorense em Portugal, em termos de número e de auto-reconhecimento dos seus membros, se enquadre na lógica global do processo de descolonização, as especificidades do contexto migratório e as próprias características dos migrantes remetem para uma lógica de migração forçada de refugiados e não para a lógica dominante nas outras ex-colónias (migração compelida de repatriados e seus descendentes). Efectivamente, apenas no caso de Timor se verificou uma invasão por forças estrangeiras, seguida de uma anexação nunca reconhecida, nem pelas Nações Unidas, nem por Portugal⁶. Por outro lado, o número de cidadãos "brancos" da metrópole a viverem em Timor (1473, segundo o Censo de Timor Leste de 1970) era o mais reduzido de todas as ex-colónias, à data do 25 de Abril de 1974, pelo que o movimento de retorno teve uma expressão reduzidíssima.

Não obstante o elevado nível de fragmentação da comunidade Timorense (divisões por motivos político-ideológicos, regionais, clânico-familiares e mesmo pessoais), a manutenção da situação de ocupação, a existência de um inimigo comum e as evidências de perseguições e atentados aos direitos humanos perpetrados pelas forças indonésias ao longo dos últimos 21 anos, têm dado origem a um fluxo relativamente reduzido, mas regular, de refugiados, caracterizados como termos oportunidade de analisar, por alguma heterogeneidade (activistas estudantis, famílias de antigos funcionários da administração colonial, elementos da comunidade chinesa de Timor e outros).

Como do ponto de vista do direito internacional Portugal se mantém como potência administrante *de jure* de Timor Leste, tem a obrigação de efectuar o acolhimento de todos

⁶ O artigo 293^a da Constituição da República Portuguesa (versão de 1992, com revisão em conclusão) refere especificamente as responsabilidades de Portugal, de harmonia com o direito internacional, na promoção do direito à autodeterminação e independência de Timor Leste.

os Leste-Timorenses que requeiram asilo, por motivos políticos ou outros, em qualquer país do mundo. Esta situação permite também classificar os timorenses que vivem em Portugal como refugiados *de facto*, uma vez que não necessitam de solicitar, ao abrigo da Lei 70 de 1993, o estatuto de refugiado, largamente baseado na definição da Convenção de Genebra de 1951, revista pelo Protocolo de 1967.

Embora se esteja a lidar com um grupo de imigrantes que fundamenta a sua partida em motivos relacionados com a violência e as perseguições étnicas e políticas, do ponto de vista teórico, a distinção entre refugiados políticos e imigrantes económicos ainda levanta alguns problemas (Black, 1994: 83-84). Efectivamente, no processo de deslocação de refugiados de países do Terceiro Mundo para os países desenvolvidos, os motivos políticos e económicos podem misturar-se, mesmo que os primeiros assumam primazia. Concretamente no caso dos timorenses, é impossível negar o papel das perseguições políticas e da violência na geração do fluxo migratório, ainda que o processo de utilização de Portugal como plataforma migratória para a Austrália e o fascínio da Europa e dos estudos na Europa, possam também ter alguma influência nas vagas migratórias dos últimos anos. Para além destes factores, a evidência de sintomas de crise económica em Timor-Leste, desde meados dos anos 80, tem igualmente de ser tida em consideração no contexto da formulação da decisão de migrar.

Do ponto de vista sociológico, existem algumas propostas de *classificação dos refugiados* tendo em conta aspectos como a sua identificação com a causa principal da nação de origem e dos seus habitantes ou o seu posicionamento face ao conflito, real ou potencial, que está na origem da migração forçada (Kunz, 1981; Zolberg *et al.*, 1989). Segundo esta última classificação, os refugiados poderiam ser classificados segundo as seguintes categorias: *vítimas*, *alvos* e *activistas*.

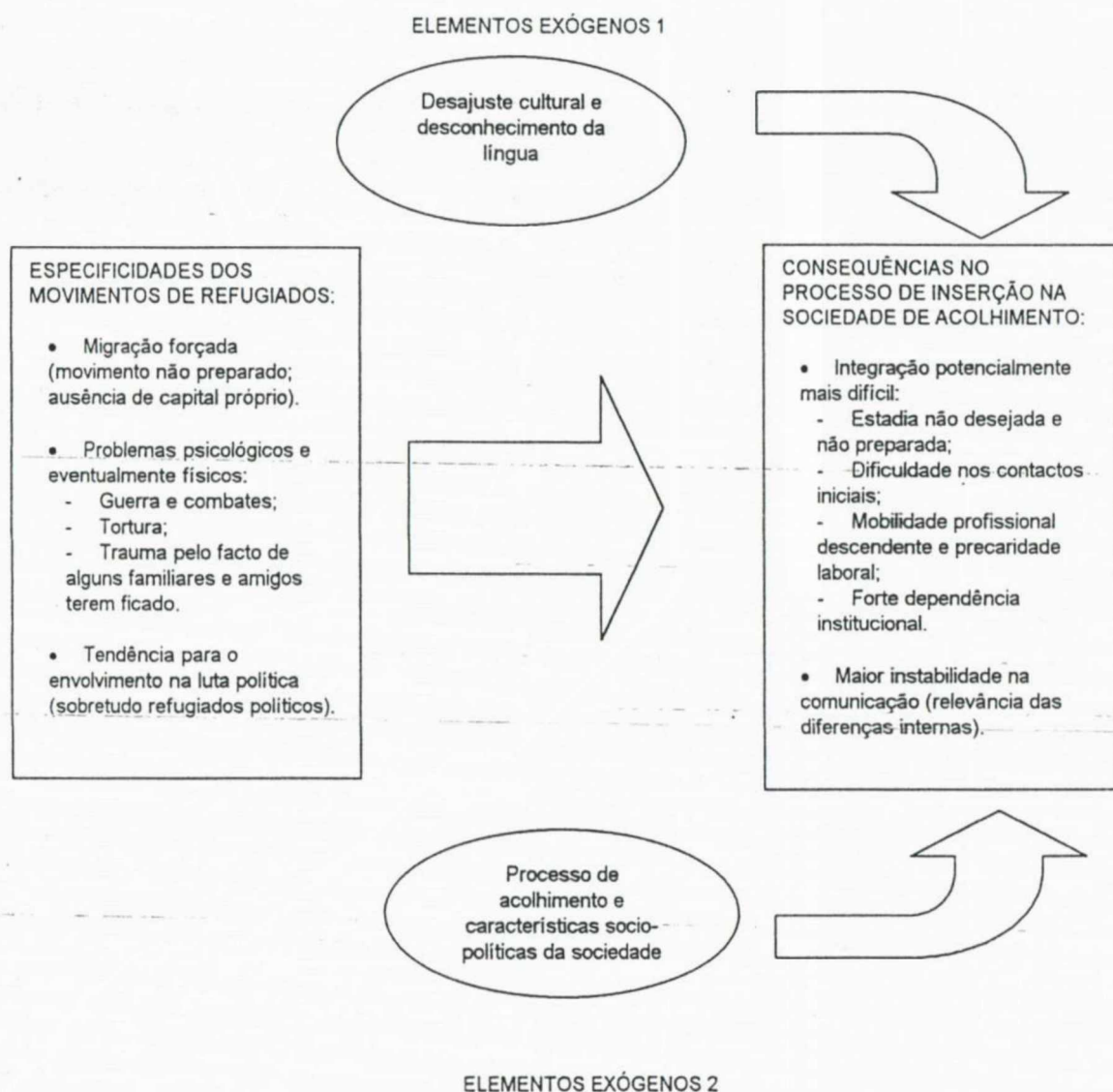
A primeira categoria (*vítimas*) corresponde aos indivíduos que ficam sujeitos a uma situação de violência e risco, sem que estejam directamente envolvidos nela. A categoria correspondente aos "*alvos*" diz respeito às pessoas que são objecto de perseguição em virtude de pertencerem a um determinado grupo político, étnico, nacional, religioso ou social. Ao contrário das duas primeiras categorias que têm um papel essencialmente reactivo, os *activistas*, que na classificação de Kunz corresponderiam aos activos, caracterizam-se, precisamente, pelo sua intervenção activa na situação de conflito de os leva ao exílio.

Uma aplicação preliminar destas categorias aos refugiados timorenses instalados em Portugal aponta para uma prevalência das situações correspondentes aos "alvos" (indivíduos que pertencem a grupos etnolinguísticos timorenses e que não se identificam com a administração indonésia) e aos activistas (pessoas efectivamente engajadas no movimento de resistência). A categoria vítimas terá menor aplicabilidade, podendo, eventualmente, ajustar-se a algumas pessoas que saíram de Timor logo em 1975/76 (grupo de Atamboia e outros), quando estalou a Guerra Civil, seguida da violenta ocupação pelas forças de Suharto. Por outro lado, algumas famílias de etnia chinesa também poderão ser incluídas nesta categoria.

As especificidades do processo de inserção em novas sociedades de comunidades sujeitas migrações forçadas também registam algumas regularidades que, de um modo simplificado, se tentam sistematizar na Figura 1. Neste caso, procurou-se sobretudo atender aos aspectos que tenham alguma relevância no caso da comunidade Timorense e dos subgrupos que a compõem.

Figura 1

ESPECIFICIDADES DOS PROCESSOS DE INSERÇÃO DOS REFUGIADOS NAS SOCIEDADES
DE ACOLHIMENTO (esquema simplificado)



As migrações forçadas, pelas suas características (tempo de preparação relativamente reduzido ou inexistente, reduzida mobilização de capitais próprios, ausência de referências relativamente a um destino "forçado") e pelo seu enquadramento (situações de perseguição e violência), implicam sempre, na sua fase inicial, maiores dificuldades de adaptação e uma

maior dependência face às instituições do país de acolhimento e/ou aos grupos de refugiados chegados em vagas anteriores.

Frequentemente, a este contexto migratório complexo estão associados problemas de ordem psicológica e, por vezes, física, partilhados por um número não negligenciável de refugiados. Para além da sujeição a torturas, que dão origem a sequelas graves, designadamente de índole psicológica (*Refugiados*, Abril de 1993), muitos refugiados passaram por situações traumáticas relacionadas com tiroteios e bombardeamentos ou com o encarceramento, a tortura e a morte de familiares e amigos. Tudo isto limita o esforço de inserção na nova sociedade, exigindo um apoio especializado e personalizado.

Finalmente, sobretudo os refugiados classificados como activistas, tendem a orientar a sua actividade no exterior para a luta política, a divulgação da causa ou o apoio aos movimentos internos, pelo que a sua inserção no país de acolhimento acaba por assumir contornos específicos, limitando-se muito à esfera das organizações políticas em que participam quer refugiados quer nacionais, solidários com a causa de luta.

Uma parte significativa dos jovens timorenses chegados a Portugal após 1994, na sequência da ocupação de embaixadas, partilha este tipo de características e problemas. Nestes casos, as tarefas políticas interferem fortemente com o ritmo de vida quotidiano e as restantes actividades diárias (estudo, formação profissional, etc.), verificando-se que algumas opções tomadas (escolha de licenciaturas, absentismo escolar e outras) tem em conta as necessidades da luta política, quer ao nível das realizações imediatas (reuniões, manifestações, etc.), quer ao nível das estratégias a médio/longo prazo. Se bem que esta situação seja mais evidente nos jovens recém-chegados, também se verifica, ainda que de forma mais mitigada, entre alguns dos restantes membros da Comunidade.

Se estes factores endógenos aos refugiados têm de ser tidos em conta, existem duas componentes externas a que importa fazer referência. Em primeiro lugar, a proximidade cultural, onde se inclui o conhecimento da língua do país de acolhimento, actua sempre como inibidor ou potenciador do processo de inserção de qualquer imigrante, acaba por ter mais relevância no caso das comunidades sujeitas a uma maior tensão. Um contacto reduzido com a população do país de acolhimento, que se pode agravar devido ao desconhecimento da língua, e a dificuldade de adaptação a novos valores e a novas práticas sociais têm tendência a gerar situações de isolamento e de alguma rejeição face ao país de acolhimento. No caso dos estudantes timorenses chegados nos últimos três

anos, estes riscos devem estar bem presentes, ainda que se assuma que os jovens têm relativa facilidade em ultrapassar as situações de desajuste sócio-cultural (Kunz, 1981: 51).

Em segundo lugar, o processo de acolhimento, que não pode ser dissociado das características sócio-políticas da sociedade de chegada, desempenha um papel fundamental no processo de inserção e, designadamente, na geração de uma empatia entre receptores e recém-chegados. Uma sociedade monística e intolerante, muito auto-centrada, tende a marginalizar os refugiados, sobretudo se estes não assumirem uma atitude de assimilação dos valores sociais e culturais dominantes. Pelo contrário, uma sociedade mais tolerante e pluralista tende a respeitar os refugiados, proporcionando as pontes para a inserção social, sobretudo se estiver minimamente identificada com a causa e os problemas destes.

No caso da comunidade Timorense verifica-se esta última situação, existindo um processo específico de acolhimento e uma identificação da maioria da sociedade portuguesa com a causa do povo Maubere (respeito pelos direitos humanos, auto-determinação e independência). No entanto, convém referir que o excesso de protecção comporta riscos, designadamente ao nível da potencial redução da autonomia dos refugiados, o que pode dificultar a sua funcionalidade social e agravar a sua dependência. Efectivamente, uma integração inicial potencialmente mais difícil e uma maior instabilidade das comunidades de refugiados, devido às suas fragmentações internas, parecem ser dois aspectos a ter em consideração. Estas dificuldades de inserção manifestam-se através de situações como uma mobilidade profissional descendente, uma precaridade laboral agravada, alguma dificuldade em estabelecer contactos iniciais e uma grande dependência em relação às instituições. Apesar disto, deve referir-se que muitas destas dificuldades são ultrapassadas à medida que a estadia na sociedade de acolhimento se prolonga, verificando-se que muitas comunidades de refugiados evidenciam processos de inserção muito bem sucedidos. Como exemplo, podem citar-se os casos dos vietnamitas nos Estados Unidos e no Canadá, de muitos sul-americanos na Europa ou dos judeus um pouco por toda a parte.

1.3. Notas sobre o contexto social de partida das comunidades timorenses residentes em Portugal

Um claro entendimento da problemática da inserção social de comunidades imigrantes não decorre apenas da análise das suas características próprias. Uma incursão nos aspectos mais importantes do contexto social de partida a par do estudo das trajectórias de vida dos seus componentes, é geralmente muito elucidativo quanto às origens e factores de grande parte dos problemas ou dificuldades com que o processo de inserção se defronta.

No caso da comunidade timorense, essa análise é, contudo, particularmente complexa. Desde logo, face à exiguidade de estudos de características sócio-económicas sobre o território, o que reflecte, aliás, um dos primeiros aspectos a ter em consideração: o facto de Timor ter constituído, durante o longo período de administração colonial portuguesa, uma colónia relativamente esquecida e, posteriormente, durante o período de ocupação indonésia, um território relativamente subalternizado no contexto da política de desenvolvimento daquele país.

Acresce que uma análise aprofundada do contexto social de partida da comunidade Timorense residente em Portugal em grande medida se confundiria com a da evolução social e económica de Timor na segunda metade do presente século, dado que as chegadas dos timorenses recenseados neste estudo, ainda que não muito numerosas e concentradas em momentos particulares da história recente, se verificaram ao longo desse largo intervalo de tempo. Ora esse propósito está claramente fora dos objectivos deste estudo ou das possibilidades dos seus autores, pelo que o tema será tratado essencialmente numa perspectiva de leitura crítica de algumas referências bibliográficas disponíveis⁷.

Privilegia-se, por estas razões, uma abordagem centrada em três momentos que constituem marcos cruciais de transição na história recente do território e da história da sua diáspora, em particular: a última fase da administração colonial portuguesa, o início dos anos 80 e a fase mais actual correspondendo ao início dos anos 90.

⁷ Essencialmente SALDANHA, João Mariano de Sousa (1994) *The Political Economy of East Timor Development*, Jacarta: Pustaka Sinar Harapan, e VV.AA. in J. Saldanha, ed. (1995) *The East Timor Project (Vol. 1) An Anthology: Essays on the Political Economy of East Timor*, Darwin: Centre for Southeast Asian Studies, Northern Territory University, Monograph Series.

1.3.1. O contexto sócio-económico durante a última fase da administração colonial portuguesa

Diversos autores que se debruçaram sobre a situação desta antiga colónia ou de uma forma comparada sobre o conjunto dos territórios sobre administração portuguesa, recorrem a imagens em que adjectivos como longínqua, distante ou mesmo esquecida e ignorada são utilizados em sentido figurado. Desses trabalhos resulta a impressão geral de uma colónia que para além de geograficamente distante da metrópole, se quedava igualmente longe das preocupações centrais da administração portuguesa.

Ainda que com fases diferenciadas ao longo do presente século, não parece exagerado dizer-se que, em termos globais, o investimento com vista ao desenvolvimento económico e social do território foi diminuto.

Durante grande parte deste período, as preocupações de natureza militar associadas quer às preocupações com o controle efectivo do território quer à garantia da exploração primária de uma economia de plantação dominaram claramente a política colonial portuguesa relativa a Timor.

Com o advento da política de Fomento Nacional, em certa medida a tradução portuguesa das perspectivas desenvolvimentistas que grassavam um pouco por todo o Mundo, a administração portuguesa passou a dedicar às suas colónias uma atenção diferente. Contudo, esta nova perspectiva não atingiu, no caso de Timor, a relevância de outras antigas colónias. Tanto no plano das obras públicas, como no de outras infraestruturas económicas, como ainda no que respeita aos domínios sociais (sistemas de ensino e saúde, nomeadamente), os seus efeitos foram tardios e relativamente ténues.

Apesar dos investimentos realizados sobretudo no final dos anos 60 e princípios dos de 70, no início desta década a situação era de enorme carência.

No plano social, refira-se a título de exemplo as escassas dezenas de milhar de timorenses alfabetizados, tanto em português como em tétum, a reduzida difusão do português ou o número limitado de frequências nos vários níveis de ensino (em qualquer caso, cinco vezes superior ao observado na década anterior). No plano das infraestruturas para o desenvolvimento - rede de estradas, electrificação, instalações portuárias, etc. - é revelador

o facto de grande parte delas ter sido construída em plena década de sessenta, sendo portanto, à data, relativamente recente.

Neste quadro não admira que alguns autores que se debruçam sobre este período acentuem o carácter dual da sociedade e da economia timorense.

De facto, o que parece constituir o elemento mais impressionante desse contexto sócio-económico é a justaposição de duas realidades que, se bem que articuladas, possuíam características e dinâmicas diferenciadas.

De um lado, a grande maioria da população vivendo, em pequenas aldeias e nas montanhas, de uma agricultura de subsistência, ou combinando essa actividade com o trabalho nas plantações, mas relativamente afastada dos efeitos (benéficos ou não) das transformações que entretanto se operavam.

Do outro lado, uma pequena minoria constituída por sectores relativamente urbanizados (e concentrados sobretudo em Dili) ligados tanto ao funcionalismo público como ao pequeno comércio e à indústria, onde se evidenciavam tanto algumas minorias étnicas como a população resultante dos processos de miscigenação que o ambiente urbano propiciava: europeus e luso-timorenses, indianos, chineses ou sino-timorenses.

Estes extractos da população acabaram por ser aqueles que mais directamente beneficiaram da relativa dinamização económica e do pequeno surto desenvolvimentista então em curso, para o qual contribuía, como se referiu, não só o próprio Estado, mas igualmente alguns sectores económicos de base ou com interesses locais e, no plano social, sobretudo as instituições religiosas católicas.

É deste contexto que partem as primeiras gerações de timorenses que chegaram a Portugal: a sua associação aos sectores mais urbanizados é relativamente evidente.

1.3.2. O contexto sócio-económico do início dos anos 80

Um segundo momento de análise corresponde ao início dos anos 80, isto é, ao período que imediatamente se sucede à fase mais crítica de repressão e de guerra que se seguiu à invasão indonésia, em que o conjunto do território se fechou ao exterior. Representa igualmente o período inicial da "indoneização", ou seja do grande esforço desenvolvido

pelas autoridades indonésias para promover o processo integracionista, que se repercute não apenas no campo militar (dominante na segunda metade dos anos 70) mas sobretudo noutros domínios como o económico, o do desenvolvimento social ou o cultural, e que se manifesta simultaneamente pela repressão das diferentes formas de expressão da identidade timorense (linguística, por exemplo) e pela tentativa de melhoria das suas condições de vida.

Se relativamente aos restantes momentos a informação disponível é escassa, o que dizer deste que é caracterizado essencialmente pelo rescaldo de uma situação de guerra? De qualquer forma alguns indicadores permitem evidenciar um contexto que se do ponto de vista político é, por si só, suficientemente dramático, não o é menos do ponto de vista das estruturas sociais e económicas.

Um primeiro resulta, desde logo, da evolução demográfica observada: o declínio absoluto dos quantitativos populacionais na década que decorre entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, decorre directamente da elevadíssima taxa de mortalidade provocada pela repressão e pela guerra. Não é descabido admitir, tendo em conta as características sócio-demográficas do território, conhecidas tanto para o período anterior como para o imediatamente posterior, que a uma previsível quebra da natalidade e ao fluxo de migrações forçadas (também directamente relacionadas com o contexto de guerra), se sobreponha claramente um volume de mortes que atingiu uma percentagem significativa da população de Timor.

Uma segunda ilustração é a de um sério retrocesso da agricultura timorense, cujos efeitos são facilmente apreensíveis se se atender ao facto de esta constituir a base fundamental da economia de Timor. Este retrocesso é patente num declínio absoluto da produção agrícola mas também da quebra da produção per capita de quase todas as principais culturas do território. No que respeita aos efectivos pecuários o quadro é ainda mais expressivo: os valores referentes a 1984 representavam ainda pouco mais de 40% dos registados em 1972.

Este quadro indicia uma situação de clara desarticulação do tecido produtivo de base tradicional, que se pode entender quer por efeito directo da situação de guerra quer por processos paralelos de êxodos massivos de populações rurais para áreas onde a expectativa de segurança fosse maior, designadamente algumas pequenas cidades e Dili,

em particular. O grande crescimento urbano verificado não pode ter outra leitura, num quadro de declínio demográfico geral.

Uma nota complementar deve ainda ser referida. Ainda que dominada, sobretudo no final dos anos 70, por uma perspectiva clara de economia de guerra, é certo que esta fase é também caracterizada por um forte investimento do governo indonésio em diferentes domínios, particularmente ao nível das infraestruturas físicas, muitas vezes associadas ao esforço militar, mas também em serviços de natureza social, cujos efeitos não podem deixar de ser considerados, particularmente nas cidades e vilas mais importantes.

1.3.3. O contexto sócio-económico na primeira metade dos anos 90

Finalmente o terceiro momento é o que corresponde ao período mais próximo da actualidade, sobre a qual incidem directamente alguns dos estudos já citados.

Estes põem em evidência alguns traços da evolução recente da economia timorense, entre os quais destacam os ritmos elevados de crescimento. Na década que decorreu entre o início dos anos 80 e o início dos anos 90, estima-se um crescimento médio anual do PIB na ordem dos 7,1% (Saldanha, 1995). Contudo há que ter em conta um nível muito baixo de partida: em 1983, o nível de rendimento per capita em Timor era cerca de 30% do verificado na Indonésia. Neste sentido, esta fase de crescimento económico não lhe permitiu deixar de ser um dos territórios mais pobres da região (227 dólares de rendimento per capita em 1991).

Os grandes traços da economia do território não sofreram grandes alterações, mantendo a agricultura um papel destacadíssimo, ocupando cerca de 83,5% da população activa de Timor e contribuindo com mais de 35% para o seu produto interno, valor provavelmente bastante subavaliado.

Os últimos anos registaram alguns progressos no conjunto da produção agrícola: num contexto de recuperação do crescimento demográfico (3,02% ao ano, entre 1986 e 1991), as importações de alguns dos produtos base da alimentação timorense foram substancialmente reduzidas, entre elas o arroz que passou das 15000 para as 5000 toneladas/ano. Ao longo da década, observou-se contudo um declínio evidente na

agricultura comercial (as culturas de plantação e a criação de gado sofreram quebras relativamente acentuadas) o que acentua o seu carácter de agricultura de subsistência.

Por outro lado, a estrutura do consumo demonstra bem o papel decisivo da administração no crescimento económico - a administração pública é responsável por cerca de 25% da despesa, grande parte associada à estrutura militar. Outros sectores de actividade continuam a ter um contributo limitado quer na estrutura do produto quer na da população activa. No entanto, regista-se a evolução sensível do sector da construção, fortemente estimulado pelo investimento público, que em 1993 representava já 17,1% do PIB, bem como do comércio e transportes (9,9% e 7,5% do PIB, respectivamente).

Alguns dos autores referidos revelam que, entretanto, os efeitos do crescimento económico na melhoria das condições de vida dos timorenses são relativamente limitados. Em primeiro lugar, esse facto deve-se a um crescimento baseado essencialmente no investimento público em infraestruturas físicas, com fraca expressão ao nível do emprego e débil capacidade multiplicadora. Em segundo lugar, mantém-se (ou reforçam-se) fortes contrastes sociais que são evidenciados pela existência, em 1993, de quase 300 000 habitantes abaixo do limiar de pobreza (situado ao nível de um rendimento mensal de 13,5 dólares, entre a população urbana, e 9 dólares, entre a população rural) ou pela consideração de 312 das 442 aldeias rurais de Timor como muito pobres.

É indiscutível, contudo, que o esforço desenvolvimentista indonésio, particularmente acentuado a partir de meados da década de 80 quando se acentuou a estratégia de "indoneização" de Timor Leste, se reflectiu positivamente, particularmente ao nível da infraestruturização física do território e no apetrechamento dos sistemas de ensino e saúde.

Esses factos não podem ter deixado de estimular uma certa integração territorial, o que por ventura terá acentuado o processo de concentração da população (Dili terá actualmente perto de 17,5% da população de Timor Leste), decorrente da melhoria da rede rodoviária e do sistema de transportes e comunicações.

Por outro lado, traduzir-se-ão igualmente numa melhoria sensível nos níveis de escolarização, ainda que com uma qualidade do ensino bastante baixo: taxa de escolarização de 43% no grupo etário dos 5 aos 24 anos, correspondendo a cerca de 150.000 alunos; taxa de analfabetismo na ordem dos 40-50%. E também nos níveis de acesso a cuidados primários de saúde, que alguns indicadores estatísticos ilustram: a taxa

de mortalidade infantil situa-se perto dos 67 ‰ (em 1992), quando em 1986 era de 93 ‰; a esperança média de vida à nascença era, em 1990, de 60 anos contra 56 anos em 1985. Esta melhoria relativa é claramente insuficiente, no entanto, para inverter a situação de subdesenvolvimento que as principais causas de morte (doenças endémicas, como a cólera ou a malária) atestam.

Outros aspectos, entretanto, contribuem para a configuração do que um dos autores referidos designa por situação de crise multifacetada. A primeira dessas manifestações é a de crise de pobreza, cuja expressão essencial já foi devidamente salientada. Nela se incluem também os efeitos de uma inflação que atinge sobretudo as camadas mais desfavorecidas da população urbana.

A segunda manifestação é a crise de desemprego, que se mantém a níveis elevados apesar do crescimento económico e atinge inclusivamente extractos relativamente qualificados de timorenses (sobretudo jovens).

Finalmente, a terceira manifestação é o que designam por crise de dependência que, sendo evidente no plano político, se repercute claramente noutros domínios. No plano económico expressa-se, por exemplo, no avolumar da dependência financeira e em bens alimentares essenciais da Indonésia, e, no plano social, na subalternização dos timorenses em diferentes domínios da vida do território, como no acesso à administração pública (em que são maioritários nos extractos mais baixos mas claramente minoritários nos mais elevados) e até na estrutura empresarial local, também largamente dominada por forasteiros.

As características deste terceiro contexto sócio-económico de partida são, pelo que é exposto, claramente diferenciadas das anteriores.

2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL

2.1 Génese e evolução – alguns elementos

Se a existência de uma comunidade Timorense em Portugal radica, inicialmente, no conjunto de acontecimentos que marcaram o final da administração portuguesa em Timor Leste e a subsequente ocupação pela Indonésia, deve referir-se que, antes de 1975, já havia chegado a Portugal um pequeno número de timorenses (não ultrapassariam a trintena).

Estes primeiros timorenses, que apresentam percursos migratórios autónomos e de carácter perfeitamente atomizado, encontravam-se dispersos por várias regiões do país e correspondem a dois tipos de movimento. Por um lado, existia um grupo que se pode inserir no quadro dos “estudantes do Império”, isto é, um conjunto de jovens timorenses que, no período colonial, vieram estudar nos liceus e universidades da metrópole (ver Barreto, P. *et al.*, 1988: 36-37). Por outro lado, é também possível identificar um pequeno conjunto de mulheres timorenses casadas com naturais de Portugal que conheceram os maridos aquando da passagem destes pela administração colonial e pelo serviço militar em Timor. Quando estes regressaram à pátria, as mulheres acompanharam-nos, acabando por se fixar em Portugal.

Se bem que alguns destes membros da comunidade Timorense mantenham contactos regulares com os grupos, bastante mais numerosos, que chegaram após 1975, outros acabaram por ficar em situações de maior isolamento face aos seus compatriotas, sobretudo se habitam em regiões distantes de Lisboa.

O conjunto de acontecimentos ocorrido em Timor após Junho de 1975 está na base do afluxo do primeiro e maior grupo de refugiados timorenses entrado em Portugal. Efectivamente, a entrada em rota de colisão efectiva dos dois maiores partidos timorenses (UDT e FRETILIN) em Junho de 1975, desembocou numa guerra civil iniciada em Agosto do mesmo ano que originou a saída dos representantes do governo português para a pequena ilha de Ataúro e a evacuação para Portugal dos elementos das forças armadas portuguesas. A guerra civil atingiu um clímax no período de Setembro a Outubro de 1975, tendo a FRETILIN declarado unilateralmente a independência do território no final de Novembro de 1975. Nesta altura, já alguns milhares de pessoas (40.000, segundo Viola, 1986: 10) haviam fugido para Timor Ocidental, tendo-se instalado em diversos acampamentos situados na área de Atamboá.

O desenlace desta situação ocorreu no dia 7 de Dezembro, quando as forças indonésias ocuparam a ilha, tendo os representantes do governo português instalados em Ataúro sido evacuados para a Austrália. A guerra entre a FRETILIN e as forças indonésias prosseguiu até 1978, ano em que uma grande ofensiva indonésia permitiu ao exército de Suharto o controlo de todo o território, mantendo-se, contudo, a guerrilha timorense bastante activa desde então.

Os primeiros refugiados timorenses (cerca de 1500) chegaram a Portugal oriundos de Atamboia (Timor Ocidental), através de uma ponte aérea organizada pela Cruz Vermelha Internacional, entre Agosto e Outubro de 1976. Tendo passado muitos deles por locais de trânsito (pensões e tendas da Cruz Vermelha Internacional), um número significativo acabou por ser realojado em blocos pré-fabricados construídos no Centro de Acolhimento do Vale do Jamor (Balteiro), situado na freguesia de Carnaxide (concelho de Oeiras).

Deste modo, este concelho ficou, desde início, ligado à instalação de uma comunidade Timorense em Portugal, apesar das instalações do Balteiro terem vindo a ser progressivamente desactivadas a partir de 1980. A partir deste ano começou a intensificar-se a saída da população para outras áreas, designadamente através de operações de realojamento em bairros sociais como o de Alfragide (concelho da Amadora), o da Bela Vista, em Setúbal, que esteve associado a uma operação iniciada em 1985 e que hoje alberga o maior núcleo da comunidade Timorense e, mais recentemente (1991), o de Laveiras (Oeiras). Este processo, associado a uma instalação, sobretudo em casas próprias ou arrendadas, mais dispersa dos timorenses por diversas localidades dos concelhos de Sintra e da Amadora⁸, explica, em larga medida, a sobre-representação da Comunidade nestas áreas. Por outro lado, a tendência auto-gregária revelada pela maioria dos grupos de imigrantes, sejam refugiados ou não, reforça as tendências para o agrupamento em determinados locais.

Como até 1979 Timor-Leste esteve fechado ao exterior, as saídas entre 1976 e 1979 foram limitadas e difíceis. Como a assinatura dos acordos de 1979, envolvem a Cruz Vermelha e permitem as saídas de Timor de determinadas categorias de indivíduos (ex-funcionários da administração Pública, indivíduos com familiares em Portugal e *hardship cases*), criaram-se condições para a existência de um fluxo composto por pequenas vagas de timorenses (essencialmente grupos familiares incompletos e completos) que foram sucessivamente chegando a Portugal.

⁸ Refira-se que, tanto num caso como noutro, existem pensões que têm acolhido, continuamente, refugiados timorenses incluídos nas vagas que têm chegado continuamente ao longo dos últimos 20 anos.

Deve referir-se que a concretização da saída de Timor Leste para as famílias daqueles que estão inscritos nas listas da Cruz Vermelha Internacional leva, normalmente, vários anos a concretizar-se, existindo casos de cerca de 20 anos de espera.

Para os indivíduos e famílias que vão saindo, o envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Social no processo garante assistência à chegada. Em termos de alojamento, são utilizados apartamentos que pertencem à própria Segurança Social (Prédio da rua do Pôr do sol em Carcavelos ou edifício localizado no Forte da Casa, por exemplo) ou pensões com as quais existem contratos específicos (e.g. Pensão Barca do Tejo próximo de Alcântara ou Pensão na Amadora e em Alfragide). Embora a instalação nestes locais seja em princípio temporária, a dificuldade em encontrar residências com carácter mais definitivo, por exemplo nos bairros de habitação social, dá origem a um prolongamento das estadias por vários anos.

A grande concentração na Área Metropolitana de Lisboa - AML - (mais de 85% dos indivíduos - ver Quadro 1) justifica-se pela fraca capacidade (económica, de acesso à informação, etc.) em pesquisar novos locais e, sobretudo, pelo facto de alojamentos temporários e realojamentos serem aqui efectuados. Concomitantemente, o maior potencial da AML, tanto em termos de contactos, como em termos económicos limita o desejo de partida para outras regiões, como é bem visível no comportamento dos estudantes timorenses chegados em vagas recentes.

Após 1994, a migração forçada de Timorenses para Portugal passou a incluir um novo tipo de problemática: os jovens estudantes chegados ao País na sequência da ocupação de embaixadas de países ocidentais por motivos mediáticos associados à solicitação de asilo político.

Efectivamente, a primeira destas ocupações mediatizadas ocorreu em 1994, quando um grupo de 29 estudantes Timorenses ocupou a embaixada dos EUA em Jacarta. Este foi o primeiro grupo a ser instalado em Portugal, tendo nos anos subseqüentes ocorrido diversos processos de características idênticas (assaltos às embaixadas do Japão, da Holanda, etc...), fenómeno que justifica que a maioria dos Timorenses chegados nos últimos três anos sejam os "estudantes das embaixadas".

Em relação ao padrão geográfico de instalação destes grupos de Timorenses, não ocorreu uma alteração em relação aos processos anteriores, uma vez que a maioria destes jovens residiu até há bem pouco tempo na Pensão Floresta em Lisboa, tendo-se verificado para alguns um recente processo de realojamento, considerado temporário, num conjunto de

residências situadas na mesma cidade e cedidas pela Segurança Social. Estas residências designadas como Centros de Acolhimento Temporário, permitem a criação de condições de maior estabilidade e autonomia e pretendem constituir-se como espaço de intermediação entre o acolhimento à chegada e a permanência autónoma.

Para além deste grande grupo, destacam-se dois núcleos de jovens que residem fora de Lisboa, em virtude de frequentarem estabelecimentos de ensino superior no Porto (um grupo um pouco inferior a 20 estudantes) e em Coimbra (11 estudantes). Há também um pequeno número de estudantes do ensino profissional no Entroncamento.

Embora os serviços da Segurança Social tenham conhecimento e apoiem a grande maioria das chegadas de Timorenses, existe um pequeno número de indivíduos que chega por meios próprios e que não conta com o habitual processo de acolhimento.

Deve referir-se também que para a maioria dos timorenses chegados a Portugal, o processo de circulação migratória não termina no nosso país. Efectivamente, ao abrigo de processos específicos do reagrupamento familiar, apoiados pela Organização Mundial para as Migrações, muitos Timorenses solicitam e concretizam a migração para a Austrália. De acordo com os dados da Segurança Social, cerca de 2/3 dos 6500 Timorenses apoiados por esta instituição entre 1975 e 1994 emigrou para a Austrália, no âmbito do processo apoiado pela Segurança Social e pela OMI.

2.2 A situação actual da comunidade Timorense - elementos básicos

• DIMENSÃO, LOCALIZAÇÃO E TIPO DE RESIDÊNCIA ACTUAL

Efectuar uma estimativa da dimensão da comunidade Timorense em Portugal é uma tarefa que apresenta dois tipos de dificuldades fundamentais:

- *Relacionadas com a informação estatística* - esta questão remonta à própria informação recolhida no período da administração colonial em Timor, apresentando os dados estatísticos, designadamente o último censo do designado Timor Português, efectuado em 1970 (Carvalho, 1985), diversas limitações. Concretamente em relação ao presente estudo, o facto de não existir uma quantificação precisa dos fluxos anuais de chegadas de Timorenses a Portugal, a partir de 1975, constitui uma dificuldade relevante. A fonte mais fiável corresponde ao Censo de 1991, que regista 1942 naturais de Timor residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Contudo, este

não é o quantitativo efectivo da comunidade Timorense em Portugal. Por um lado, numa população pequena que regista uma rotação geográfica significativa (algumas chegadas de Timor, muitas partidas para a Austrália), 6 anos podem representar modificações relevantes. Por outro lado, neste valor estão incluídas algumas centenas de brancos que nasceram em Timor mas que não fazem parte da comunidade Timorense, sendo, por sua vez, ignorados todos os filhos de timorenses que, ao longo dos últimos 20 anos, foram nascendo em Portugal.

- *Relacionadas com o tipo de conceitos que estão na base da recolha e da organização da informação em fontes como os censos* - como se mencionou, a análise da informação relativa à naturalidade é insuficiente para se obter a dimensão da comunidade Timorense. Também a recolha organizada segundo a nacionalidade não é operacionalizável na presente situação, uma vez que se trata de cidadãos portugueses. A resposta a questões que poderiam funcionar como auxiliares indirectos para a identificação da dimensão da Comunidade (e.g. religião; grupo étnico) ou não têm pertinência (a comunidade Timorense é composta, na sua larga maioria por católicos) ou nem sequer são objecto de recolha.

Não obstante estas limitações, foi possível efectuar uma estimativa bastante sustentada da dimensão e repartição geográfica da comunidade Timorense em Portugal. A realização destes cálculos baseou-se em quatro fontes:

- Os dados relativos às pessoas naturais de Timor que constam no Censo de 1991 (INE);
- Os dados dos recenseamentos eleitorais de 1991 e 1997, sendo especificada, no caso deste último, a população natural de Timor;
- Duas listagens fornecidas pela Fundação Borja da Costa (hoje desactivada) relativas à população timorense residente nos bairros de Laveiras (Oeiras) e Bela Vista (Setúbal) em Março/Abril de 1994;
- Um levantamento directo efectuado junto dos membros da comunidade Timorense, através de um processo do tipo "bola de neve", que permitiu obter referências relativas a mais de 1300 timorenses residentes no território nacional.

O processo de estimação utilizado no estudo obedeceu à seguinte sequência de etapas:

- 1) Contabilização da população dos concelhos da Área Metropolitana-Norte (AML-N) que constava nos registos do Recenseamento Eleitoral de 1991.
- 2) Estimativa da população timorense maior de 18 anos residente na AML-N em 1991, segundo o critério definido no início do estudo, a partir do número de naturais de Timor residentes nesta área e registados no Censo de 1991 (1559). Para a correcção deste valor efectuou-se a dedução dos portugueses brancos naturais de Timor⁹ e dos menores de 18 anos, que correspondem a cerca de 30% do total da população timorense (valor obtido a partir da nossa amostra de inquéritos). Após a realização dos cálculos, obteve-se o valor de 879 naturais de Timor residentes na AML-N em 1991, maiores de 18 anos e pertencentes à comunidade Timorense.
- 3) Cálculo de um estimador resultante da relação entre os 879 timorenses acima referenciados (valor mais fiável) e o total dos indivíduos contabilizado em 1) (valor menos fiável).
- 4) Aplicação deste estimador ao total de indivíduos da AML-N registado no Recenseamento Eleitoral de 1997 e obtenção da população timorense maior de 18 anos residente nesta área em 1997.
- 5) Acréscimo dos menores de 18 anos à população já estimada, através da aplicação do corrector que corresponde aos já mencionados 30% do total da população timorense¹⁰.

⁹ A obtenção de um valor para o número de portugueses brancos nascidos em Timor ainda vivos em 1997 é muito difícil. Sabe-se que, de acordo como o Censo do território efectuado em 1970, viviam 1473 brancos em Timor, número que estaria próximo dos 1500 em 1974. Assume-se que, no máximo, ¼ destes indivíduos teria nascido em Timor Leste e que cerca de 80% se teria instalado na AML-N (valor de referência para o conjunto da população oriunda de Timor). O resultado destes cálculos aponta para cerca de 300 indivíduos brancos nascidos em Timor, fixados na AML-N em 1975-76, em consequência do final da Administração Portuguesa do território. De um modo grosseiro, pode-se considerar este valor válido para 1991, uma vez que as saídas demográficas desta população, por via da mortalidade, que manteve uma taxa bruta entre os 10 e os 11% ao longo deste período, e da emigração, certamente residual, são compensadas pelo conjunto de Timorenses brancos (escassas dezenas) que já habitavam em Portugal, antes de 1974. Efectivamente, a rotação dos efectivos militares e dos funcionários da administração e dos serviços, algumas vezes acompanhados das famílias, tinha como consequência a ocorrência de alguns nascimentos de brancos em Timor (certamente muito poucos). Uma vez terminadas as comissões de serviço, as famílias voltavam para a metrópole acompanhadas destes novos elementos, nascidos em Timor.

¹⁰ À partida, pode parecer que este estimador funciona por defeito, uma vez que não considera os indivíduos pertencentes à comunidade Timorense que têm entre 18 e 20 anos e que nasceram em Portugal, não estando nem na categoria dos menores, nem na categoria "naturais de Timor".

No final deste processo obtém-se o total da população pertencente à comunidade Timorense residente na AML-N, em 1997.

- 6) Distribuição do total da população timorense residente na AML-N pelos concelhos de residência, com base na média das distribuições geográficas dos naturais de Timor constantes nos Censos de 1991 e no Recenseamento Eleitoral de 1997 e, ainda, no conjunto dos timorenses constantes na listagem interna da equipa de trabalho¹¹ (Quadro 1).
- 7) A obtenção de um valor para os Timorenses residentes na Área Metropolitana-Sul (AML-S; Península de Setúbal) baseou-se em dois processos. No caso da cidade de Setúbal, a contabilização efectuada directamente foi aferida segundo as outras fontes e é considerada um valor muito rigoroso. Para a restante AML-S, o valor obtido resulta da aplicação de um estimador ao número de timorenses de Setúbal. Este estimador corresponde à média da relação entre os timorenses de Setúbal e do resto da Península nos Censos de 1991 e na listagem interna da equipa (Quadro 1).
- 8) O cálculo da dimensão da comunidade Timorense em Portugal e, naturalmente, nas regiões exteriores à Área Metropolitana de Lisboa (Quadro 1), baseou-se no facto de todas as fontes revelarem que entre 10 e 15% dos timorenses residem fora da AML. A distribuição do efectivo por grandes regiões exteriores à AML foi obtida a partir da média das distribuições geográficas dos timorenses no Recenseamento Eleitoral e nas listagens internas da equipa. Refira-se que, também neste caso, estas duas fontes não apresentavam estruturas com grandes diferenças.

Para além deste método de estimação, foram testados outros (e.g. Método de Reconstrução a partir da dimensão da comunidade de Setúbal; Método de Ajuste com base nos valores corrigidos dos naturais de Timor que constam no Recenseamento Eleitoral) que seria fastidioso descrever e que apresentam menor sustentabilidade estatística, mas que, de qualquer forma, apontaram sempre para valores entre os 1600 e os 1800 indivíduos.

Por outro lado, o valor obtido, que aponta para cerca de 1500 timorenses na AML e 200 residentes noutras regiões do país, parece confirmar duas noções que têm vindo a ser

Contudo, este procedimento é intencional, visando compensar o agravamento do erro por excesso do Recenseamento Eleitoral entre 1991 e 1997 (identificado num recente estudo efectuado pelo IESE), que funciona como elemento importante no processo de cálculo acima apresentado.

sustentadas por alguns técnicos e investigadores que se têm dedicado à problemática da comunidade Timorense. Em primeiro lugar, a ideia de que a Comunidade tem cerca de 1500 elementos (Barreto *et al.*, 1988; Malheiros, 1994), uma vez que os valores apontados tomam como referência os timorenses da Área Metropolitana de Lisboa, não considerando a parte da Comunidade que reside noutras regiões. Em segundo lugar, a verificação de uma certa estabilidade na dimensão da comunidade Timorense instalada em Portugal, ao longo da presente década, o que não significa que os membros da Comunidade sejam sempre os mesmos. Se é certa a existência de um núcleo já antigo que está em Portugal há cerca de 20 anos, existe alguma renovação por via de uma fecundidade elevada (3,5 filhos por mulher em idade fértil) e, sobretudo, uma importante rotação que se baseia em sucessivas chegadas de Timor e em regulares partidas para a Austrália).

Quadro 1
ESTIMATIVA DOS TIMORENSES
RESIDENTES EM PORTUGAL

AML-norte	1200
Amadora	130
Cascais	110
Lisboa	220 ⁽¹⁾
Oeiras	320
Sintra	250
Vila Franca de Xira	90
Outros concelhos	80
AML-sul	300
Setúbal	250
Outros concelhos	50
Resto do País	200
Norte	90 ⁽²⁾
Centro	35
Vale do Tejo	40
Alentejo e Algarve	25
Madeira e Açores	10
Total	1700

1) Cerca de 60% são estudantes a viver em alojamentos colectivos

2) Cerca de 50% reside na Área Metropolitana do Porto

A partir destes valores podemos então afirmar que a comunidade Timorense residente em Portugal está na quase totalidade concentrada na AML, embora repartida por alguns grandes grupos localizados maioritariamente na margem Norte (Quadro 1).

¹¹ Convém mencionar que as estruturas das distribuições segundo estas três fontes não continham desvios significativos.

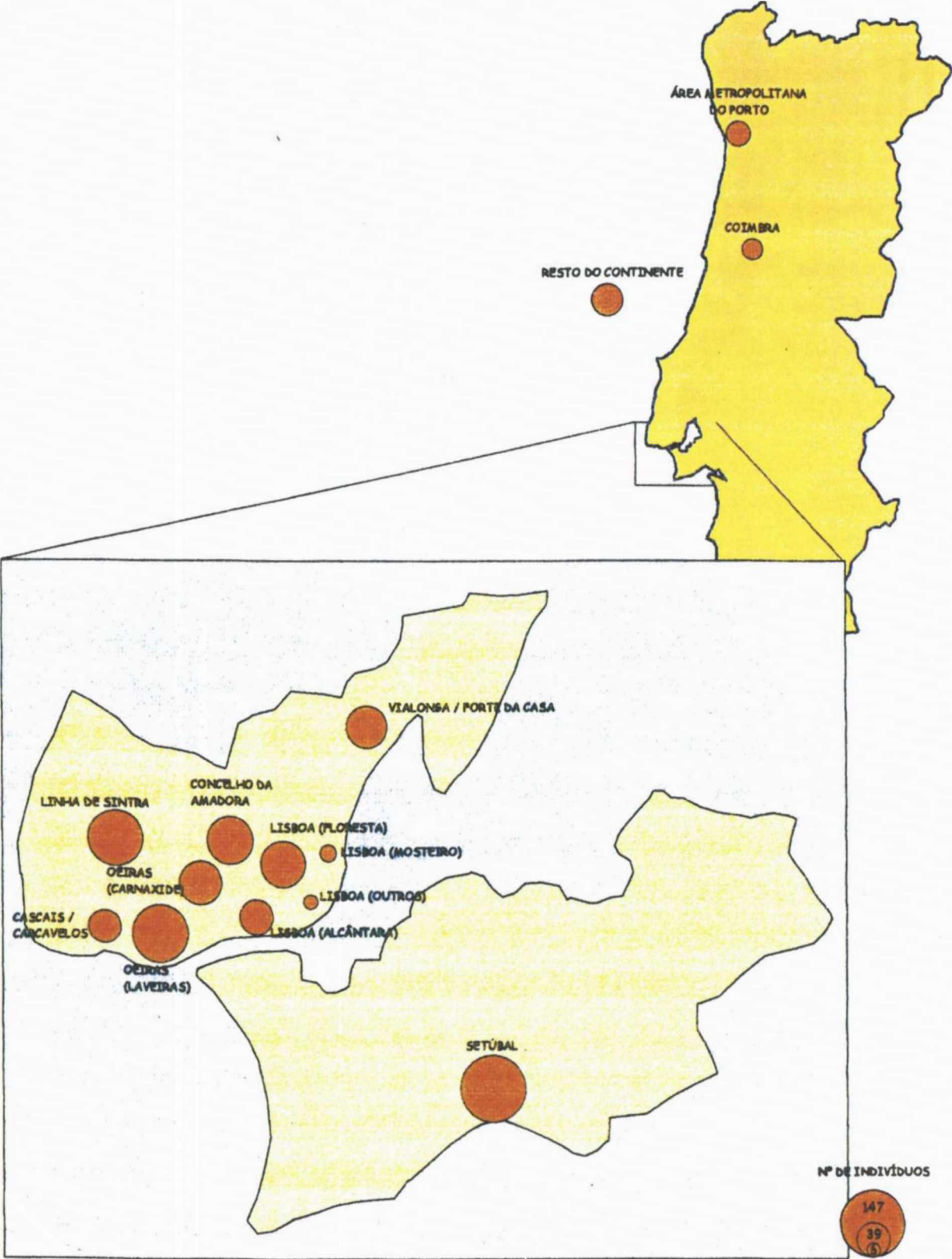
Apesar deste facto, é no Bairro da Bela Vista em Setúbal (e portanto na Área Metropolitana de Lisboa-Sul) que encontramos o maior núcleo timorense. Neste bairro de habitação social, onde o número de residentes timorenses se tem mantido relativamente estável, residem muitas das famílias chegadas ao país no início da década de 80.

Oeiras é o concelho onde habita o maior número de timorenses, embora repartidos por dois núcleos: um em Laveiras, constituído por parte dos agregados familiares realojados do Vale do Jamor, e o segundo, um pouco menos numeroso, em Camaxide. Para além destes núcleos, detectam-se algumas famílias timorenses dispersas por outros bairros do concelho, de que é exemplo o Bairro do Pombal.

Disperso pela linha de Sintra reside um número muito elevado de indivíduos, alguns dos quais em bairros de habitação social e alojamentos da segurança social, de que são exemplos as comunidades de Rio de Mouro e Cacém, e outros em casas de promoção privada. Efectivamente, tanto os timorenses residentes nesta área como os que se instalaram fora da AML, correspondem àqueles que melhor têm conseguido promover a sua própria habitação.

Figura 2

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INDIVÍDUOS RECENSEADOS



Na cidade de Lisboa, os estudantes residentes em alojamentos colectivos têm grande peso. A Pensão Floresta, no Saldanha, onde encontramos essencialmente os jovens estudantes, chegados a partir de 1995 através de "assaltos" a embaixadas, e a Pensão Barca do Tejo, em Alcântara, onde residem as famílias chegadas à pouco tempo ao país, foram dois dos locais onde se realizou uma parte significativa dos inquéritos (Figura 2). Em Xabregas, a residência universitária Santos-o-Novo, conhecida por "o Mosteiro", abriga também alguns dos jovens estudantes do sexo masculino. Encontramos ainda um pequeno número de famílias dispersas pelo concelho, habitando casas de promoção privada.

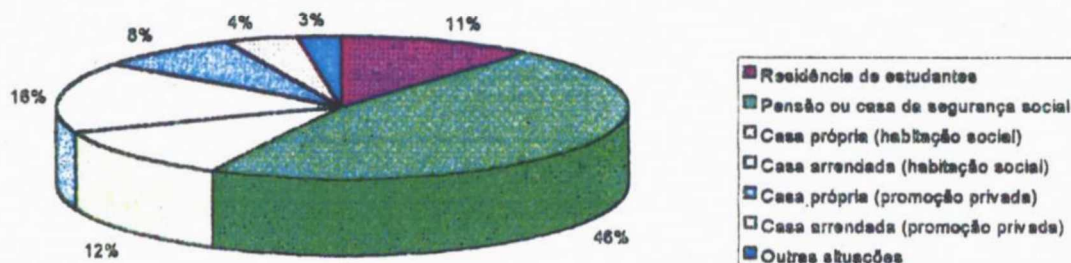
Existe, no concelho da Amadora, uma outra pensão onde residem famílias timorenses e um bairro de habitação social em Alfragide, inicialmente destinado ao realojamento dos moradores do Vale do Jamor, tanto timorenses como de outras origens.

No Concelho de Vila Franca de Xira, moram também famílias timorenses; nomeadamente em Vialonga (número bastante reduzido) e no Forte da Casa, num prédio da Segurança Social.

Fora da AML, os principais núcleos são a Área Metropolitana do Porto e Coimbra, fundamentalmente constituídos por estudantes universitários chegados ao país, juntamente com os residentes do "Mosteiro" em Lisboa, na sequência de ocupações de embaixadas, destacando-se a dos EUA em 1994.

Paralelamente, e de algum modo sistematizando o que acabou de ser dito, podemos distinguir alguns grandes grupos consoante o tipo de residência actual: as pensões ou alojamentos da segurança social, que alojam 46% dos agregados; as casas de habitação social própria ou arrendadas (28%); as casas de promoção privada (12%) e as residências de estudantes, também com um peso significativo devido ao grande número de estudantes timorenses residentes no país (Figura 3). A importância das pensões e dos alojamentos da Segurança Social, mesmo para aqueles que se mantêm há diversos anos em Portugal, evidencia que a problemática da residência dos timorenses se mantém como uma questão mal resolvida.

Figura 3¹²
TIPO DE RESIDÊNCIA ACTUAL DA COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL



Efectivamente, nota-se uma forte dependência da comunidade Timorense relativamente ao alojamento, tanto ao nível das pensões ou residências de estudantes como do alojamento tradicional, sendo que apenas 15% dos agregados recenseados se mostraram capazes de prover a sua própria habitação.

- Grande concentração na Área Metropolitana de Lisboa (entre 85 e 90%), com destaque para o concelho de Lisboa no caso dos estudantes e para os concelhos de Setúbal, Oeiras e Sintra no caso das famílias.
- O tipo de residência mais frequente corresponde a pensões ou casas da segurança social, particularmente para os timorenses chegados ao país durante a década de 90, e a casas de custos controlados (habitação social) para os que se instalaram antes deste período.

• ANOS DE CHEGADA

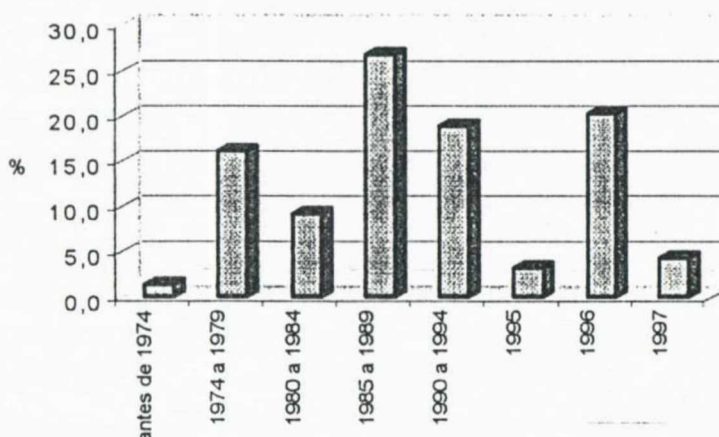
É necessário ter em atenção que o número de indivíduos recenseados não corresponde exactamente ao número de timorenses que emigrou para Portugal, pois entretanto uma grande maioria partiu para outros países. Efectivamente, desde a segunda metade da década de 70 que a partida de timorenses de Portugal para a Austrália se tem verificado de modo regular e relativamente intenso.

¹² Todas os gráficos e figuras que não mencionam fonte foram construídos a partir dos dados do inquérito aplicado à Comunidade Timorense em Portugal. As excepções correspondem ao quadro com a estimativa da comunidade Timorense (obtido a partir de um processo de cálculo devidamente explicitado) e a alguns gráficos com a fonte devidamente indicada.

Como se referiu anteriormente, a chegada de timorenses ao país foi obviamente determinada por uma série de acontecimentos políticos. Assim, podemos detectar uma primeira vaga de chegada nos anos que se seguiram à descolonização portuguesa e à invasão indonésia, seguida de uma quebra que correspondeu a um período de fechamento do território ao exterior, que tornou extremamente difíceis as saídas. (Figura 4).

Figura 4

ANO DE CHEGADA A PORTUGAL



A interpretação da figura 4 permite, de algum modo, ilustrar as diferentes fases que estão associadas ao processo de chegada de Timorenses a Portugal.

Assim, a vaga detectada no período 1974-1979 corresponde, em larga medida, ao conjunto de refugiados que chegaram durante a Ponte Aérea realizada com o apoio da Cruz Vermelha Internacional, entre Agosto e Outubro de 1976.

Entre 1975 e 1978 a FRETILIN resistiu ao exército indonésio através de uma acção militar contínua e organizada com controlo efectivo de território, sendo também este o período de maior violência das forças indonésias sobre a população Timorense.

Com a efectivação dos acordos que envolvem a Cruz Vermelha Internacional, em 1979, passou a existir um processo formal de saída de Timor, com o apoio desta organização e do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, para os indivíduos incluídos em três categorias: reagrupamento familiar, ex-funcionários da administração portuguesa e *hardship cases* (mães com filhos menores, presos políticos, etc...).

Deste modo, mais de 90% das chegadas ocorridas ao longo da década de 80 (Quadro 2) enquadraram-se no âmbito destes acordos.

Quadro 2
FORMA DE IMIGRAÇÃO UTILIZADA PARA CHEGAR A PORTUGAL
POR ANOS DE CHEGADA

	Cruz Vermelha	Meios próprios	Embaixada	Total
Antes de 1974	0,0	100,0	0,0	100,0
1974 a 1979	73,5	26,5	0,0	100,0
1980 a 1984	88,2	11,8	0,0	100,0
1985 a 1989	94,0	6,0	0,0	100,0
1990 a 1994	40,4	15,4	44,2	100,0
1995	5,0	0,0	95,0	100,0
1996	40,0	10,0	50,0	100,0
1997	20,8	0,0	79,2	100,0
Total	53,6	11,6	34,8	100,0

Percentagem

Alguma descompressão no território, após o início da década de 80, permitiu uma implementação mais eficaz dos acordos, o que justifica que o período 1985-1989 seja aquele durante o qual chegou a maior parte dos indivíduos recenseados. Relembre-se que as autoridades indonésias atrasam, com alguma frequência, as saídas.

Por este motivo, entre a inscrição das pessoas nas listas da Cruz Vermelha e a efectiva saída do território decorrem, em média, diversos anos (por vezes 10 ou mais).

O período de 1990 a 1994 regista um decréscimo no número de refugiados, mas reflecte a emergência de uma nova situação (a chegada de estudantes Timorenses na sequência da ocupação de embaixadas – Quadro 2), que viria a ter repercussões mais significativas nas áreas subsequentes.

Efectivamente, após o Massacre de Santa Cruz (12 de Novembro de 1992), a repressão indonésia sobre os estudantes Timorenses terá recrudescido, intensificando-se, em simultâneo, as actividades políticas destes.

Em consequência, as ocupações de embaixadas com subsequentes pedidos de asilo político em países ocidentais e no Japão, tomaram-se acções frequentes. Explica-se assim o pico registado em 1996, que corresponde a 20,2% dos indivíduos recenseados, metade dos quais chegados após "assaltos" a embaixadas.

- Manutenção de um ritmo contínuo de chegada apenas quebrado em finais dos anos 70 e na primeira metade da década de 80.
- Importância das saídas em direcção à Austrália, fenómeno que impede o crescimento da Comunidade instalada em Portugal.
- Utilização dos acordos que envolvem a Cruz Vermelha Internacional como a principal forma de deslocação e instalação em Portugal, até inícios dos anos 90.
- Utilização dos acordos que envolvem a Cruz Vermelha Internacional como a principal forma de deslocação e instalação em Portugal, até inícios dos anos 90.
- Aumento do peso das ocupações de embaixadas enquanto processo que desemboca na instalação em Portugal.

- NATURALIDADE, LOCAIS DE RESIDÊNCIA EM TIMOR E ANTES DE VIR PARA PORTUGAL

Até 1975, embora Dili fosse o local mais importante em termos de residência, havia uma maior distribuição da população pelo país. Como já foi mencionado, a partir da segunda metade dos anos 70, a concentração demográfica em Dili acentuou-se.

Efectivamente, a análise das regiões de naturalidade dos Timorenses residentes em Portugal aponta, desde logo, para uma concentração em Dili (corresponde a 61% dos respondentes – Quadro 3). A região Centro Norte, onde fica a cidade de Baucau, e a região Sudoeste, correspondem às áreas de naturalidade de 20% dos inquiridos.

Quadro 3

NATURALIDADE DOS TIMORENSES RESIDENTES EM PORTUGAL

Regiões e localidades	Valor absoluto	%
Dili	402	61,1
Noroeste	54	8,2
Ermera	39	5,9
Outros locais	15	3,3
Sudoeste	64	9,7
Maliana	21	3,2
Same	20	3,0
Ainaro	14	2,1
Outros locais	9	1,4
Centro Norte	68	10,3
Baucau	41	6,2
Manatuto	27	4,1
Centro Sul	30	4,6
Viqueque	26	4,0
Outros locais	4	0,6
Leste	31	4,7
Lospalos	27	4,1
Outros locais	4	0,6
Oe-Cussi	7	1,1
Ataúro	2	0,3
TOTAL	658	100.0
Timor não especificado	43	—
TOTAL GERAL	701	—

Notas: 1) O quadro não inclui os Timorenses nascidos fora de Timor.

2) As percentagens são calculadas em relação ao total de timorenses que especificaram a sua região de naturalidade em Timor.

Contudo, quando passamos à distribuição de residência em Timor, reforça-se a imagem de concentração em Dili (90% dos Timorenses instalados em Portugal tiveram nesta cidade, a sua última residência no território – Quadro 4).

Quadro 4

LOCAIS DE RESIDÊNCIA ANTES DE DEIXAR TIMOR

	Nº	%
Dili	618	90,6
Noroeste	22	3,2
Sudoeste	19	2,8
Centro Norte	12	1,8
Centro Sul	4	0,6
Leste	7	1,0
Total	682	100,0

Este fenómeno, para além de evidenciar uma eventual passagem de alguns dos refugiados por Dili, durante um período relativamente longo, no processo de deslocação para Portugal, deixa transparecer duas questões relevantes. Em primeiro lugar, confirma a sobre-representação dos funcionários públicos e dos membros das elites urbanas Timorenses entre as Primeiras vagas de refugiados. Em segundo, evidencia o processo de concentração demográfica que justificou o crescimento urbano de Dili ao longo dos últimos 20 anos.

Se nos debruçarmos sobre o local de residência antes de vir para Portugal, o panorama é já um pouco diferente. Dili aparece ainda na primeira posição, no entanto, a Indonésia, onde se destaca a ilha de Java, tem também alguma importância. De lá vieram 21,2%, ou seja, 151 das pessoas recenseadas (Quadro 5). O facto de Timor não oferecer um leque muito alargado de estudos universitários, obrigando os estudantes timorenses a continuar os seus estudos em regiões da Indonésia, de entre as quais se destaca Jacarta, poderá explicar a residência na Indonésia de pelo menos parte destes indivíduos. Esta sobre-representação de Dili e das cidades indonésias como últimos locais de residência demonstra que a maioria dos timorenses chegados a Portugal já teve algum contacto com o mundo urbano dos países em desenvolvimento, seja à escala da pequena cidade periférica, seja à escala da mega-metrópole asiática, como é o caso de Jacarta. Contudo, se bem que não se trate de uma população eminentemente rural, deve referir-se que as características da sociedade "urbana" timorense estão ainda muito marcadas por uma forte proximidade nas relações campo-cidade. Deste modo, a prevalência de valores tradicionais associados à sociedade local camponesa é relativamente importante para a compreensão de alguns comportamentos e atitudes dos timorenses.

Quadro 5

LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTES DE VIR PARA PORTUGAL

	Nº	%
Dili	464	65,1
Timor-outros	36	5,0
Atamboá	49	6,9
Java	94	13,2
Indonésia-outros	8	1,1
Angola, Moçambique, Cabo Verde	36	5,0
Macau	12	1,7
Outros países	14	2,0
Total	713	100,0

As antigas colónias portuguesas em África e Macau eram os locais de residência anterior de cerca de 6,7% dos timorenses actualmente no País. No primeiro caso, destacam-se os timorenses que trabalhavam nas ex-colónias de África (funcionários administrativos, militares e outros) e que chegaram na sequência do processo de descolonização. O caso de Macau, pela sua proximidade a Timor, tem funcionado como um ponto de apoio, e por vezes de trânsito dos timorenses, com particular destaque para os da comunidade sino-timorense.

- Concentração em Dili como local de residência em Timor.
- Passagem de um número relativamente elevado de timorenses, sobretudo estudantes, por cidades Indonésias, que passaram a ser o segundo local de residência antes de vir para Portugal.

- ESTRUTURA ETÁRIA

Quando analisamos a estrutura etária da comunidade Timorense residente em Portugal e a comparamos com a de Portugal Continental para 1994, verificamos ser muito jovem (Figuras 5 e 6). O peso dos jovens dos 15 aos 29 anos é de 43,2%, valor bastante elevado mas que, se analisado por sexos, deixa transparecer algum desequilíbrio no número homens-mulheres. Este desfasamento é particularmente nítido nos jovens dos 20 aos 29 anos (157 homens e apenas 89 mulheres), que corresponde em grande parte às últimas chegadas através das ocupações às embaixadas. Os outros grupos etários estão mais equilibrados quanto aos géneros, havendo mesmo um ligeiro predomínio do sexo feminino, só quebrado no grupo do 55 aos 64 anos. Efectivamente, há um hiato nos grupos etários correspondentes aos homens activos, relacionado com a guerra que se seguiu à ocupação indonésia.

O último grupo etário considerado - 70 ou mais anos - é extremamente reduzido (1,7%) o que contrasta fortemente com o correspondente na pirâmide etária portuguesa (9,8%).

A explicar esta estrutura etária, está o facto de serem exactamente os mais jovens que têm possibilidades de sair de Timor, e um número de filhos tradicionalmente muito elevado. Efectivamente, e embora 56% dos inquiridos não fossem pais (também porque 55% ainda são solteiros), 39,5% dos inquiridos com filhos são pais de 4 ou mais crianças.

Figura 5
ESTRUTURA ETÁRIA DA COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL (1997)

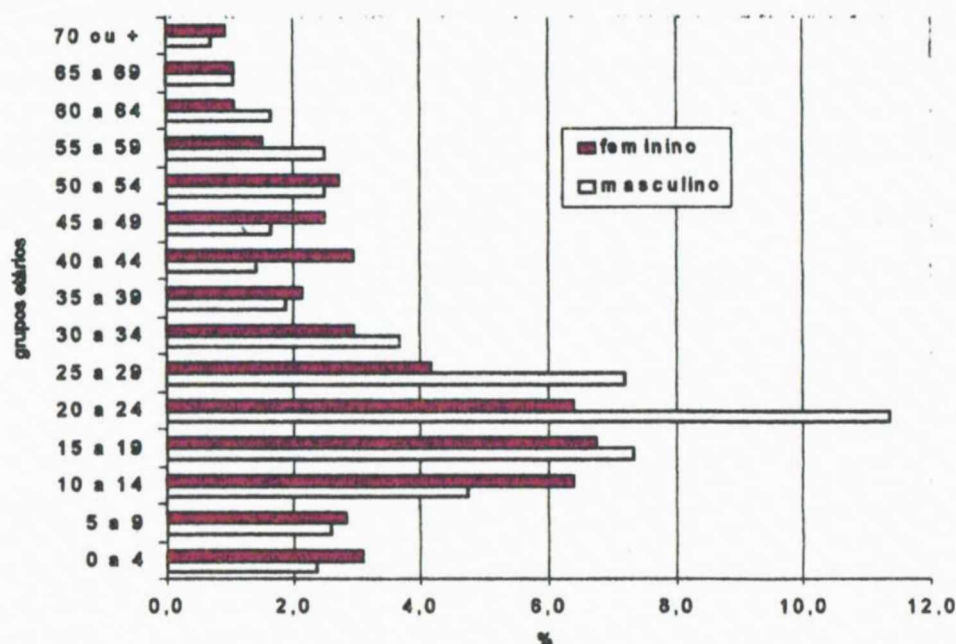
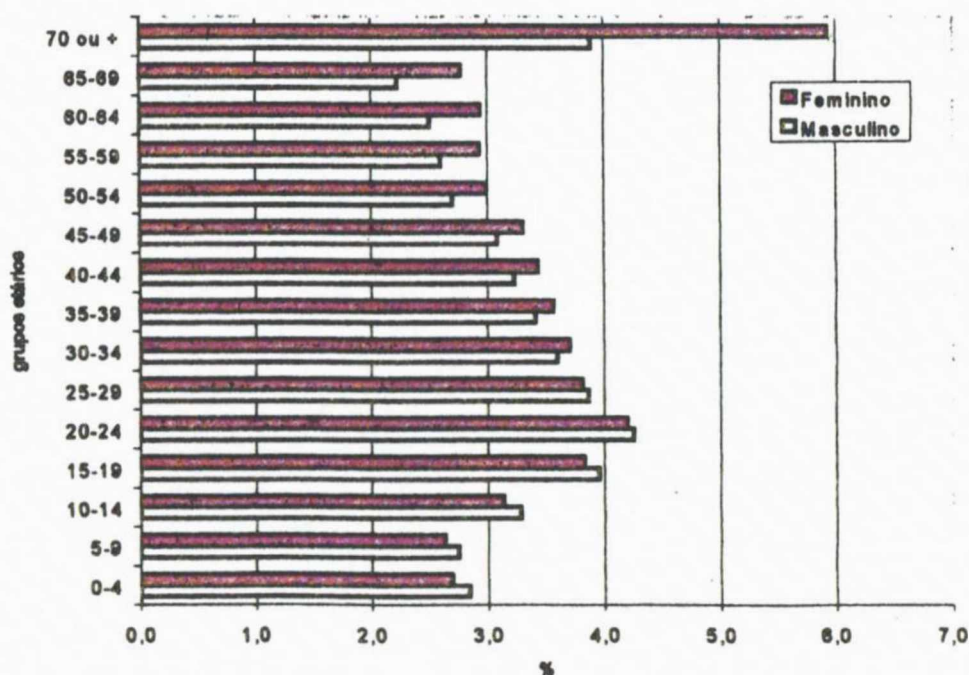


Figura 6
ESTRUTURA ETÁRIA DE PORTUGAL CONTINENTAL (1994)



Fonte: INE, Anuário Estatístico

- Estrutura etária muito jovem.
- Predomínio do sexo masculino, fundamentalmente entre os jovens dos 20 aos 29 anos.

- DIMENSÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES E NÍVEIS DE RENDIMENTO

Traduzindo estes valores para a dimensão das famílias recenseadas, temos por um lado, um número muito grande de agregados familiares constituídos por um único indivíduo (120), em grande parte correspondente aos residentes da Pensão Floresta e residências universitárias de Lisboa, Coimbra e Porto, e por outro, um número também muito elevado de famílias com 5 a 9 pessoas (80). Como curiosidade pode-se ainda acrescentar a existência de 9 famílias com mais de 9 membros (Quadro 6).

Quadro 6
DIMENSÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES
TIMORENSES (1997)

	Nº	%
1 indivíduo	120	44,0
2 Indivíduos	17	6,2
3 Indivíduos	28	10,3
4 Indivíduos	19	7,0
5 a 9 indivíduos	80	29,3
10 ou mais indivíduos	9	3,3
Total	273	100,0

Assim, a dimensão média dos agregados timorenses calculada a partir do número de indivíduos que compõem as famílias recenseadas, excepto os residentes na Pensão Floresta e Residências Universitárias, é de 4,3 membros.

Esta variável é essencial quando se analisa o rendimento da Comunidade pois é ela que vai permitir relativizar os valores encontrados.

Os timorenses chegados à pouco tempo e que vivem cá sem a família recebem uma pensão do Estado de cerca de 20 mil escudos por mês, estando certamente nesta situação a quase totalidade dos agregados de 1 indivíduo que declarou pertencer ao primeiro escalão de rendimento mensal. Os agregados familiares de 3 pessoas estão numa posição

desfavorecida em relação aos de 2 uma vez que há um número maior de pessoas a declarar ter menores rendimentos (28,5% dos inquiridos diz que as 3 pessoas que constituem o seu agregado têm um rendimento igual ou inferior aos 50 contos mensais, não existindo nenhum agregado de 2 indivíduos em situação semelhante) (Quadro 7).

Quadro 7

NÍVEIS DE RENDIMENTO POR DIMENSÃO DOS AGREGADOS TIMORENSES EM 1997

	1 ind.	2 ind.	3 ind.	4 ind.	5 a 9 ind.	10 ou + ind.	Total
Inferior a 21 contos	65,8	0,0	7,1	5,3	1,3	0,0	30,4
21 a 50 contos	17,5	0,0	21,4	10,5	13,8	0,0	14,7
51 a 100 contos	7,5	41,2	28,6	21,1	27,5	22,2	19,0
101 a 200 contos	5,0	35,3	21,4	26,3	33,8	55,6	20,1
201 a 300 contos	0,8	23,5	10,7	26,3	13,8	22,2	9,5
301 a 500 contos	0,0	0,0	3,6	10,5	2,5	0,0	1,8
NS/NR	3,3	0,0	7,1	0,0	7,5	0,0	4,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

Quando aumenta o número de indivíduos dos agregados familiares, a situação dramatiza-se. Como exemplos, podem-se referir o caso de 11 famílias com 5 a 9 indivíduos, cujo rendimento mensal se situa entre os 21 e 50 contos ou os dois agregados com mais de 9 indivíduos com um rendimento compreendido entre 51 e 100 contos.

Importará acrescentar que os timorenses recém-chegados têm direito a apoio ao nível da habitação e, por vezes a alimentação¹³. No entanto, apesar deste facto e tendo em conta que as questões respeitantes ao rendimento são sempre delicadas, devendo haver um certo grau de suspeita acerca da veracidade das respostas, parece certo que algumas famílias lutam com graves problemas económicos, que se acentuam à medida que o número de membros do agregado familiar aumenta.

Assim, duma maneira geral, pode-se dizer que os rendimentos da comunidade Timorense são relativamente baixos e que os rendimentos *per capita* são menores nas famílias maiores.

- Elevado número de agregados familiares constituídos por um único indivíduo (sobretudo, estudantes isolados) em contraste com um peso igualmente grande de famílias numerosas.
- Rendimentos mensais relativamente reduzidos.
- Maiores dificuldades económicas nas famílias mais alargadas.

¹³ As famílias no geral, não têm direito à alimentação.

• SITUAÇÃO PROFISSIONAL E HABILITAÇÕES ESCOLARES

Uma das características da comunidade Timorense é a forte ligação com a família, que se reflecte no elevado número de indivíduos que declararam estar a cargo da família (48,9%), e no facto desta categoria ter um peso relativamente forte em qualquer dos grupos etários considerados (embora seja obviamente superior nos jovens até aos 29 anos, a maioria dos quais é estudante) (Quadro 8).

Quadro 8
PRINCIPAL MEIO DE VIDA DOS TIMORENSES RESIDENTES
EM PORTUGAL POR IDADES (1997)

	10 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou +	Total
Trabalho	0,0	16,5	56,1	25,4	24,7
Subsídio desemprego	0,0	0,8	1,9	0,8	1,0
Reforma	0,0	0,6	3,2	33,1	6,9
Pensão Seg. Social	1,2	23,0	7,0	10,8	14,8
Cargo da Família	97,6	47,3	26,1	24,6	44,5
Rendimentos	0,0	3,1	0,0	0,0	1,5
Outras situações	1,2	8,7	5,7	5,4	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

No entanto, quando consideramos os dois sexos notamos que esta dependência é mais acentuada nas mulheres (Quadro 9). Este facto tem uma dupla explicação: por um lado, estamos perante uma sociedade ainda um tanto tradicionalista, onde é frequente a mulher ser doméstica (Figura 10); por outro, parte importante dos jovens do sexo masculino vieram para Portugal sozinhos. Assim, estes, na sua maioria estudantes, não podem estar a cargo da família, integrando o grupo que recebe uma pensão da Segurança Social.

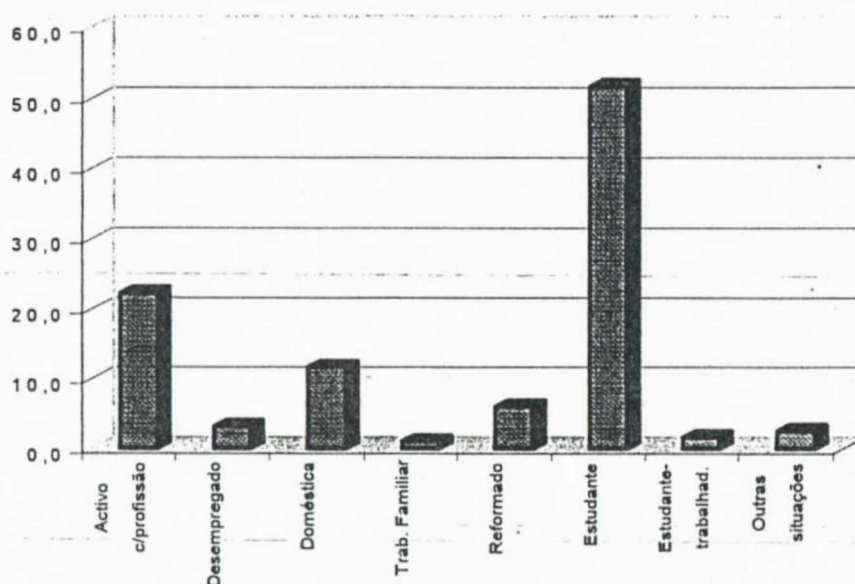
Quadro 9
PRINCIPAL MEIO DE VIDA DOS TIMORENSES
RESIDENTES EM PORTUGAL POR SEXOS - 1997

	Masculino	Feminino	Total
Trabalho	24,9	20,2	22,7
Subsídio desemprego	1,2	0,5	0,9
Reforma	9,0	3,5	6,4
Pensão Seg. Social	22,5	3,5	13,6
Cargo da Família	33,9	65,9	48,9
Rendimentos	1,4	1,6	1,5
Outras situações	7,1	4,8	6,0
Total	100,0	100,0	100,0

Percentagens

As reformas e principalmente os subsídios de desemprego têm um peso reduzido no total de timorenses (Figura 7). No entanto, a taxa de desemprego na comunidade Timorense é 10,8%, valor elevado considerando que a mesma taxa para a região de Lisboa e Vale do Tejo era, em 1996, de apenas 8,9% e para o Continente 7,3%.

Figura 7
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO - COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL (1997)



Em oposição, 51,7% dos elementos da comunidade Timorense em Portugal é estudante (Figura 7). Efectivamente, comparando as habilitações escolares trazidas de Timor com as actuais, constata-se que a maioria dos timorenses continuaram os seus estudos em Portugal. Isto é particularmente notório nos indivíduos que ainda estão em idade escolar, embora também se verifique no grupo etário dos 30 aos 49 anos, onde encontramos 21 estudantes do secundário e 10 universitários (Figuras 8 e 9). No entanto, isto não significa que a comunidade Timorense tenha habilitações escolares particularmente elevadas, mas apenas que grande parte dos timorenses é estudante, porque está em idade escolar ou porque já o era antes de vir para Portugal.

Figura 8

HABILITAÇÕES ESCOLARES TRAZIDAS DE TIMOR SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS

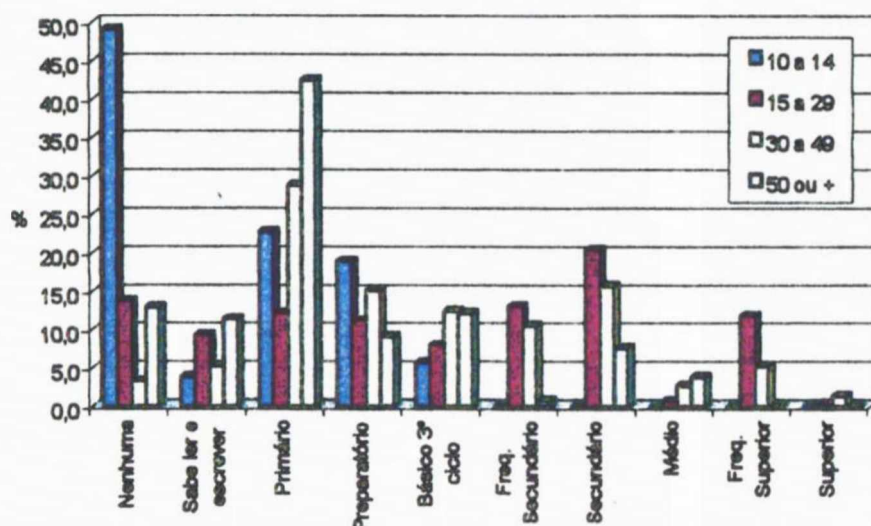
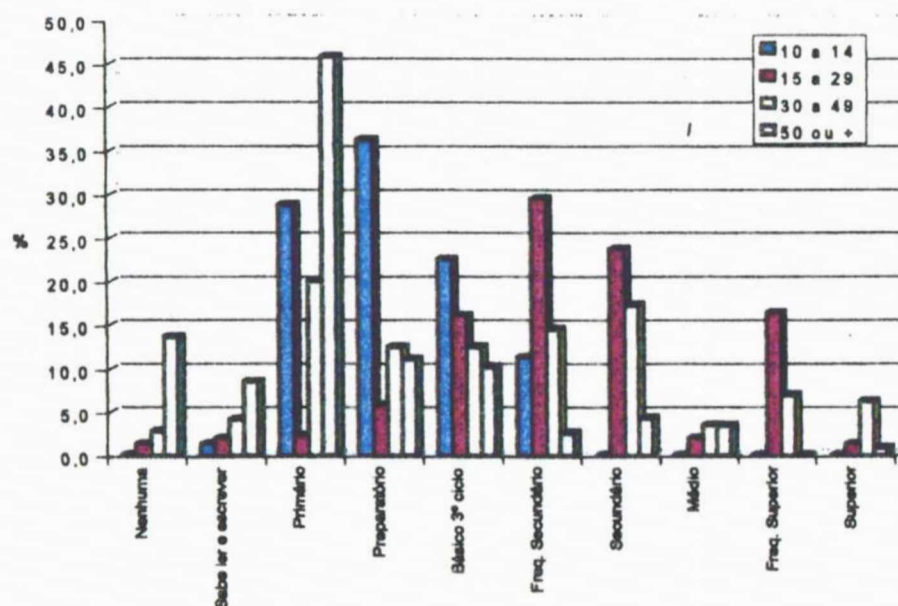


Figura 9

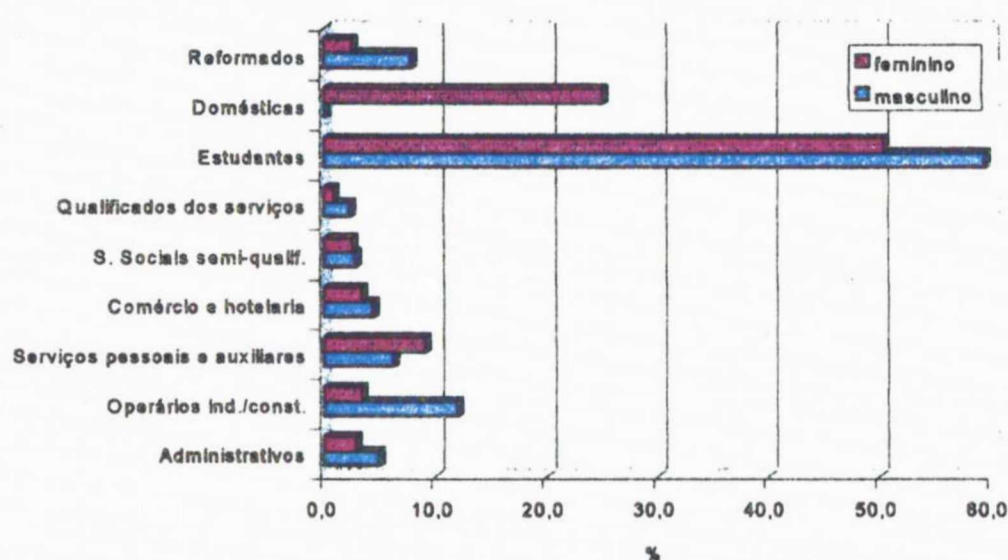
HABILITAÇÕES ESCOLARES ACTUAIS SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS



Apenas 22,2% dos indivíduos timorenses inquiridos são activos com profissão, valor que corresponde a uma taxa de actividade de 28,5%, que no Continente e região Lisboa e Vale do Tejo é 48,9%, o que vem também comprovar a dependência da Comunidade da ajuda do Estado português. Predominam as profissões pouco qualificadas, cujas remunerações são

relativamente reduzidas, justificando os já referidos baixos níveis de rendimento dos agregados familiares. Assim, a indústria transformadora e a construção civil são os maiores empregadores do sexo masculino, enquanto às mulheres cabem os serviços pessoais e auxiliares (Figura 10). Verifica-se um maior número de homens com trabalho do que mulheres.

Figura 10
PROFISSÕES NA COMUNIDADE TIMORENSE RESIDENTE EM PORTUGAL
POR SEXOS - 1997



Os timorenses com empregos mais qualificados encontram-se preferencialmente entre aqueles que imigraram para o país há mais tempo. Assim, dos 11 timorenses classificados como pessoal qualificado dos serviços, 8 chegaram a Portugal entre 1974 e 1979 (Quadro 10). No entanto, isto não significa que todos os que chegaram há mais tempo tenham boas profissões pois em qualquer dos períodos de chegada considerados o peso dos trabalhadores menos qualificados é superior aos trabalhadores qualificados.

Podemos ainda constatar que os trabalhadores dos serviços administrativos, parte dos quais quadros da função pública aquando da presença do Estado português em Timor, pertencem na sua maioria ao grupo de indivíduos que vieram para Portugal no período da descolonização ou entre 1985-89.

Quadro 10

PROFISSÕES NA COMUNIDADE TIMORENSE RESIDENTE EM PORTUGAL POR ANOS DE
CHEGADA – 1997

	antes de 1974	1974 a 1979	1980 a 1984	1985 a 1989	1990 a 1994	1995 a 1997	Total
Serviços administrativos	0,0	10,8	4,8	4,9	0,8	2,9	4,4
Operários indústria e construção civil	0,0	17,6	17,7	8,2	9,5	0,6	8,7
Serviços pessoais e auxiliares	25,0	13,7	12,9	10,3	5,6	2,3	8,2
Comércio e hotelaria	12,5	5,9	0,0	5,4	7,1	0,0	4,0
Serviços sociais semi-qualificados	0,0	4,9	3,2	4,9	2,4	0,6	3,0
Pessoal qualificado dos serviços	12,5	7,8	3,2	0,0	0,0	0,0	1,7
Estudantes	0,0	9,8	41,9	44,6	54,0	81,6	50,0
Domésticas	25,0	18,6	6,5	15,2	15,1	9,2	13,4
Reformados	25,0	10,8	6,5	6,0	5,6	1,7	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

- Elevado número de timorenses a cargo da família, o que traduz uma forte dependência de muitos inactivos em relação a poucos activos
- Taxas de actividade bastante reduzidas, o que evidencia uma forte dependência face aos sistemas formais de apoio social
- Predomínio de profissões pouco qualificadas (indústria transformadora e construção civil, no caso dos homens, e serviços pessoais e auxiliares, nas mulheres) e com remunerações relativamente baixas.

• CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS

A maioria da população timorense inquirida declarou ter bons conhecimentos de língua portuguesa falada. Se a este grupo juntarmos aqueles que dizem ter um nível de conhecimentos regular, englobamos cerca de 80% dos timorenses recenseados (Quadro 11). No entanto, temos de ter em conta que 114 timorenses admitem ter dificuldades a falar o português, número demasiado elevado, mesmo tendo presente que parte destes poderão estar ainda há pouco tempo no país, uma vez que isso irá limitar bastante o seu processo de integração, nomeadamente o seu rendimento escolar ou capacidade de conseguir emprego.

Quadro 11

CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA FALADA POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS
(1997)

	10 a 14	15 a 29	30 a 49	50 ou mais	Total
Nenhum	0,0	0,9	0,6	0,8	0,7
Percebe mas não fala	0,0	4,6	0,0	0,8	2,4
Fracos	23,0	18,6	7,7	17,7	16,4
Regulares	26,2	30,1	22,4	33,8	28,7
Bons	50,8	45,8	69,2	46,9	51,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

Os indivíduos cuja idade se situa entre os 30 e os 49 anos parecem ser aqueles que menores dificuldades linguísticas têm, pois ao contrário dos mais novos nasceram ainda aquando da presença portuguesa em Timor (sabem portanto falar português), e parte significativa do grupo pertence certamente aos indivíduos chegados ao país durante a década de 80 ou mesmo princípio dos anos 90, o que lhes deu já tempo de aprendizagem da língua. Os mais jovens, para além de terem nascido sob o regime indonésio, pertencem em grande parte aos grupos chegados mais recentemente. Entre estes estão muitos dos jovens da pensão Floresta que sofrem de dificuldades acrescidas por estarem concentrados no mesmo local, criando-se um grupo bastante fechado de pessoas que falam a mesma língua (o tétum e/ou o bahasa), o que dificulta o processo de aprendizagem da língua portuguesa e, de uma maneira geral, a integração na sociedade onde actualmente vivem. Os mais idosos, e diversas mulheres adultas por seu lado, não frequentam os cursos de língua portuguesa, tendo por isso mais dificuldades em começar ou recomeçar a falar português.

O tétum, língua mais falada em Timor, é dominado por 97,4% dos timorenses inquiridos, havendo apenas um indivíduo que não o entende nem fala (Quadro 12). Por outro lado, o bahasa, língua obrigatória após a ocupação indonésia, é falado por cerca de 65% dos inquiridos e entendido (embora não falado) por outras 30 pessoas.

Quadro 12

CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS DA COMUNIDADE TIMORENSE
RESIDENTE EM PORTUGAL (1997)

	Tétum	Bahasa	Chinês	Inglês
Não entende nem fala	0,4	23,4	85,3	35,5
Entende mas não fala	2,2	11,0	2,2	33,7
Fala e entende	97,4	64,8	6,2	25,3
NS/NR	0,0	0,7	6,2	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

O conhecimento de haka (dialecto chinês) tem um peso muito reduzido na comunidade Timorense residente em Portugal. O inglês, apesar da proximidade da Austrália a Timor não está igualmente muito difundido pela comunidade, pois apenas cerca de ¼ dos timorenses declara saber falar esta língua.

- A maioria da Comunidade sabe falar português embora existam fortes dificuldades entre os mais jovens e os mais idosos.
- O tétum é falado pela generalidade dos timorenses e o bahasa por todos os jovens chegados nas últimas vagas.
- Os conhecimentos de inglês são relativamente fracos.

• RAZÕES PARA A PARTIDA DE TIMOR E OPÇÃO POR PORTUGAL ENQUANTO
PAÍS DE DESTINO

O principal grupo de razões referido para a partida de Timor ou Indonésia está relacionado com a discordância com a ocupação do território timorense pelo Estado indonésio, o que se reflecte no seu estatuto de refugiados. Assim, a maioria diz ter abandonado Timor por motivos políticos, sendo esta razão essencialmente apontada pelos jovens e pelos indivíduos com mais de 50 anos. Mais de ¼ dos inquiridos afirma ter sido efectivamente vítima de perseguições, tendo sido este o principal motivo da saída de Timor, dos indivíduos na faixa etária dos 30 e 40 anos (Quadro 13).

Só uma minoria muito reduzida afirma ter sido motivada por razões de ordem económica ou continuação dos estudos.

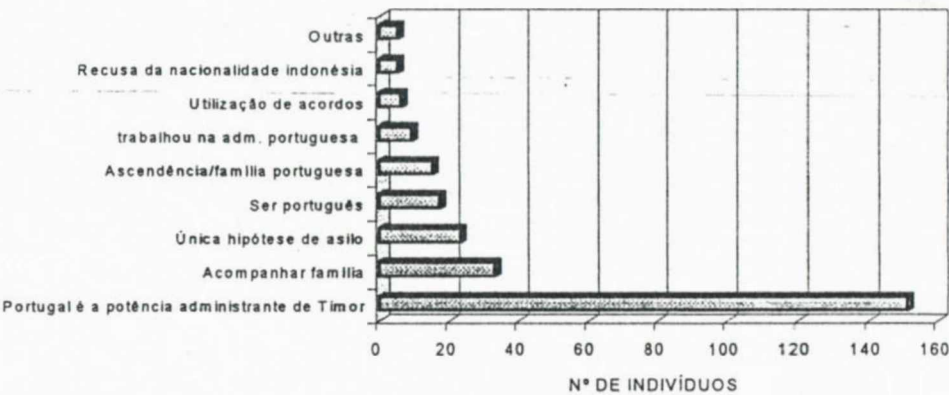
Quadro 13
MOTIVOS DA SAÍDA DE TIMOR OU INDONÉSIA POR IDADES

	15 a 29	30 a 49	50 ou +	Total
Motivos políticos	56,0	28,2	57,4	48,9
Vítima de perseguições	29,1	31,0	21,3	27,8
Motivos económicos	0,0	0,0	1,6	0,4
Acompanhar os pais	13,4	28,2	4,9	15,4
Fugir à guerra	0,7	7,0	14,8	5,6
Continuação dos estudos	0,7	5,6	0,0	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentagem

Por outro lado, 15,4% dos inquiridos deixaram Timor por virem acompanhar os progenitores, tendo também sido esta a razão da opção por Portugal como país de destino. Nota-se aqui um peso muito forte dos indivíduos dos 30 aos 49 anos, os quais estão provavelmente incluídos entre aqueles que imigraram ainda jovens para o país, no final da década de 70 e durante a década de 80.

Figura 11
RAZÕES DA ESCOLHA DE PORTUGAL



O facto, de Portugal ser considerado pelas Nações Unidas como potência administrante de Timor, facto que consta na legislação portuguesa, tendo por isso a responsabilidade de acolher os timorenses que para cá queiram vir é a razão apontada pela maioria dos inquiridos pela escolha de Portugal (Figura 11). Outra questão prende-se com o facto de Portugal ter sido a única hipótese de asilo. Efectivamente, parte dos estudantes que fizeram "assaltos" às embaixadas preferia ter emigrado para outros países, e apenas vieram para Portugal porque aqueles não os receberam e ao voltar para Timor estariam a pôr em risco as suas vidas.

- Os motivos políticos são a principal razão apontada para a saída de Timor, seguindo-se as perseguições.
- A maioria dos inquiridos refere como razão da escolha de Portugal como país de destino o facto de este ser a potência administrante de Timor.

• CONTACTOS COM TIMOR

A comunidade Timorense residente em Portugal tem ainda fortes ligações com o seu país de origem. Mais de $\frac{3}{4}$ dos inquiridos mantêm contactos, através de carta ou telefone, com os familiares e amigos residentes em Timor (Quadro 14). No entanto, a maioria destes queixa-se da censura exercida pelas autoridades indonésias e afirma ter medo de represálias dirigidas às pessoas que contactam (Quadro 15).

Quadro 14
 CONTACTOS DA COMUNIDADE TIMORENSE RESIDENTE
 EM PORTUGAL COM TIMOR

	Nº	%
Mantém contactos	208	76,2
Não mantém contactos	65	23,8
Total	273	100,0

Entre os timorenses que não contactam o seu país estão aqueles que vivem em Portugal há já bastante tempo e os activistas políticos que não o podem fazer por isso ser extremamente perigoso para os indivíduos contactados.

Dificuldades nas ligações telefónicas e o seu elevado custo são outros problemas apontados embora por um número muito menor de indivíduos.

Quadro 15
 PRINCIPAIS DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO
 DE CONTACTOS COM TIMOR

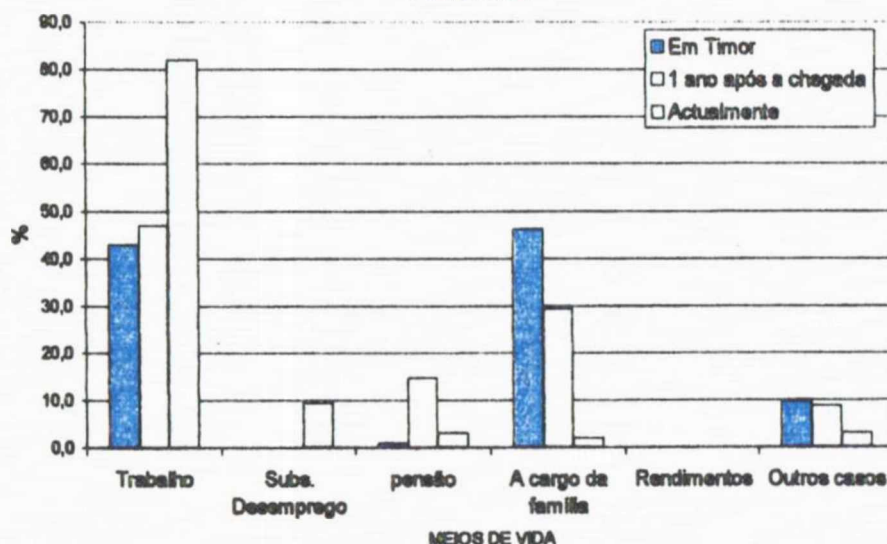
	Nº	%
Censura/medo de represálias	99	79,2
Ligações telefónicas	10	8,0
Preço das chamadas	16	12,8
Total	125	100,0

3. TRAJECTÓRIAS E PROBLEMAS NO MERCADO DE EMPREGO E NO SISTEMA DE ENSINO

3.1. Inserção no mercado de trabalho e trajectórias profissionais dos timorenses

A comparação das variáveis de caracterização da situação sócio-profissional dos timorenses em três momentos do seu trajecto de vida – em Timor Leste, 1 ano após a chegada a Portugal e actualmente – permite observar o perfil da inserção no mercado de trabalho em Portugal. Para o conjunto da população activa timorense é evidente o crescente grau de integração (Figura 12): dos actualmente activos cerca de 80% exercem uma profissão e apenas cerca de 10% se encontram na situação de desemprego (o que, comparado com as actuais taxas de desemprego ao nível do País ou mesmo da Área Metropolitana de Lisboa não deixa de ser elevada, como já se referiu anteriormente). As restantes situações são residuais – vivendo de pensão, a cargo da família, ou noutras situações pouco definidas. No entanto, o que se salienta sobretudo da análise global é que esta integração não se revelou

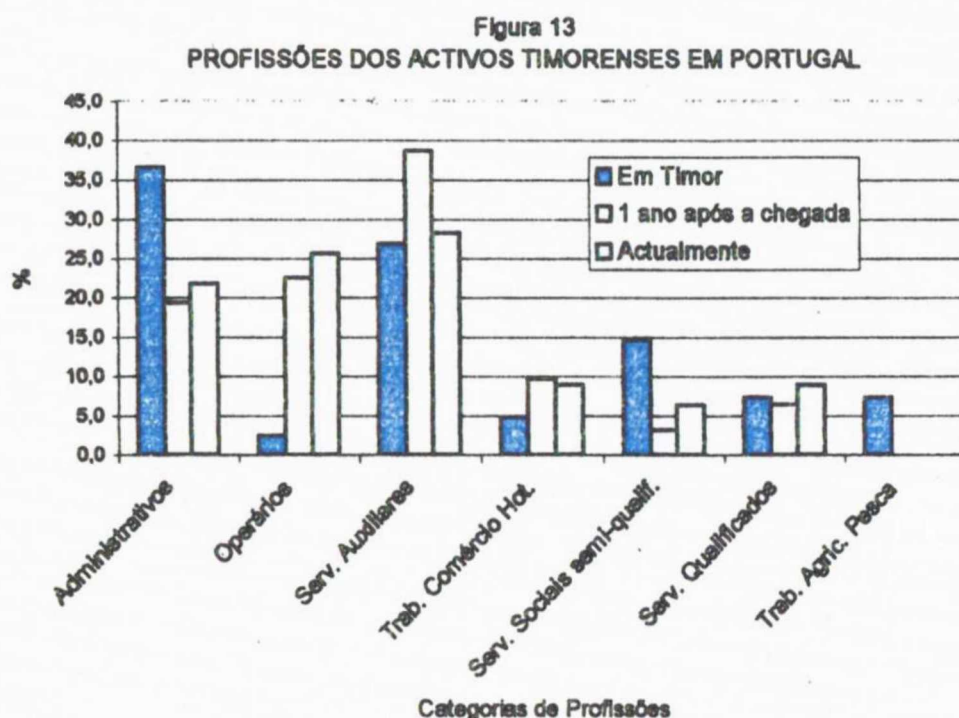
Figura 12
PRINCIPAL MEIO DE VIDA DA POPULAÇÃO ACTIVA TIMORENSE EM PORTUGAL



fácil – 1 ano, em média, após a chegada, o volume de timorenses a viver de pensões ou a cargo da família era ainda substancialmente elevado. Na medida em que se trata de valores globais, abrangendo timorenses de todas as idades e com permanências em Portugal de duração muito distinta é preciso algum cuidado nas conclusões a retirar da leitura da figura 1. O que parece seguro é que na parcela de população que em Timor Leste já exercia uma profissão estão incluídos os funcionários públicos que posteriormente vieram a ser

reintegrados no serviço ao abrigo do QEI. Esta população, que abrange cerca de 20% dos activos, constitui uma excepção ao percurso "normal" dos timorenses imigrados, já que não encontrou as mesmas dificuldades para arranjar emprego. Se incluirmos também na parcela dos activos com profissão os timorenses que imigraram nas décadas de 60 e 70 e nos princípios da década de 80, alguns com habilitações escolares médias e elevadas e que, por esta razão, também não encontraram dificuldades especiais de integração no mercado de emprego em Portugal, parece razoável assumir que as condições de integração se revelaram ou se estão a revelar particularmente penosas para as últimas vagas de imigrantes timorenses.

As profissões desempenhadas ilustram de algum modo aquela situação (Figura 13) – 1 ano após a chegada o leque de profissões onde domina a precaridade de trabalho – operários da construção civil e da indústria e, sobretudo, trabalhadores dos serviços auxiliares – é predominante, não se notando alterações significativas para a actualidade, já que estas profissões continuam a ser dominantes, ainda que possa detectar-se uma ligeira tendência para a melhoria das condições de emprego. Os segmentos profissionais mais qualificados registam uma evolução positiva (apesar de reduzida) – crescimento das profissões ligadas ao sector administrativo e aos serviços semi-qualificados e qualificados e, sobretudo uma



redução sensível nos serviços auxiliares, o segmento mais desqualificado e onde o trabalho precário atinge níveis mais elevados. Esta diferença reflecte, em grande medida, o esforço

de valorização que muitos timorenses têm realizado, designadamente através da melhoria das habilitações escolares.

As diferenças detectadas entre as profissões exercidas em Timor e as desempenhadas actualmente traduzem, sobretudo, as diferenças existentes no perfil sectorial da actividade económica nos dois territórios. Por outro lado, o conteúdo funcional das profissões é certamente bastante distinto em Timor Leste e em Portugal o que inviabiliza leituras directas sobre a evolução e as mudanças da situação profissional. Contudo, não pode deixar de se referir a dificuldade adicional para os timorenses que constitui a adaptação a profissões que, embora com o mesmo enquadramento formal, apresentam perfis, conteúdos e níveis de exigência certamente muito diferentes das que desempenhavam em Timor Leste.

Apesar do domínio da língua portuguesa constituir um factor favorável a uma adaptação e a uma inserção mais fácil na profissão, uma Comunidade pequena como a Timorense enfrenta outro problema adicional de integração no mercado de trabalho – a escassez de meios e canais informais de obtenção de emprego (família, amigos, etc.). A leitura do quadro 16 permite observar o peso relativo dos vários meios de obtenção de emprego. Destaca-se, em primeiro lugar, o fraco recurso à família como forma de obter emprego. À chegada a Portugal, a família representa 26% do conjunto de meios e, à medida que aumenta o tempo de permanência em Portugal, aquela perde substancialmente a sua importância. Refira-se que, na generalidade, o 1º emprego em Portugal, corresponde, na maioria dos casos, a situações particularmente precárias, de sub-emprego, tarefas a tempo parcial, etc. O recurso a meios institucionais, como o serviço público de emprego (Centros de Emprego e, em certa medida, a Formação Profissional) atesta também as dificuldades iniciais.

À medida que aumenta a dimensão e a eficácia da rede de conhecimentos pessoais (amigos portugueses, conhecidos de Timor) e a facilidade de recurso a canais formais (anúncio, concurso), os modos de acesso ao emprego modificam-se nesse sentido, o que atesta o aprofundamento da integração sócio-profissional.

Quadro 16
FORMA COMO OBTVE O EMPREGO

	1º Emprego em Portugal	1 ano após chegada	Emprego actual
Amigos portugueses	10.1	25.6	23.0
Família	26.1	10.3	8.1
Conhecidos de Timor	1.5	5.1	2.7
Assoc. Timorense	0.0	0.0	1.4
Anúncio	10.1	12.8	17.6
Concurso	2.9	5.1	4.1
Insc. Centro de Emprego	11.6	2.6	6.8
Formação Profissional	1.5	0.0	0.0
Criação do emprego	5.8	0.0	4.0
QEI	30.4	38.5	29.7

Com o objectivo de identificar as principais trajectórias profissionais e escolares dos timorenses activos recorreu-se a uma técnica de análise estatística (AFCM), já descrita no capítulo relativo à metodologia, que possibilita tipificar situações e caracterizar os indivíduos que lhes dão origem. Os resultados permitiram identificar, claramente, 6 trajectórias com características distintas (figuras 14 a 16). A cada trajectória foi atribuída uma designação que procura sintetizar a sua característica fundamental. Sintetizando as conclusões (note-se que os valores apontados para a dimensão de cada trajectória são apenas indicativos - as situações intermédias, as pouco definidas ou as atípicas são incluídas no grupo-tipo que mais se aproxima) salienta-se o seguinte:

- Duas trajectórias que configuram os percursos de integração mais frágil: "à procura da estabilidade mínima" e "o percurso das mulheres". Correspondem a situações de desemprego ou trabalho precário e desqualificado e atingem, respectivamente, duas populações: os homens recentemente chegados a Portugal (e que já eram activos em Timor Leste), que se encontram num estágio inicial de adaptação à sociedade portuguesa (linguística, social, profissional) e a maioria das mulheres com actividade profissional. Em qualquer dos casos as habilitações escolares de origem são fracas e os meios de obtenção de emprego são sobretudo informais. É notória, no caso das mulheres, a dificuldade de inserção profissional. Este dois grupos totalizam cerca de 38% dos activos.

- Duas trajectórias que configuram situações intermédias: "o esforço de valorização" e "a relativa estabilidade". Dizem respeito a situações de maior estabilidade de emprego (operários, trabalhadores do comércio e serviços) e atingem, respectivamente, duas populações: homens com mais tempo de permanência em Portugal que chegaram com fracas habilitações e que continuaram (ou iniciaram) os estudos em Portugal e homens e mulheres que, por via de habilitações mais elevadas, tiveram mais facilidade em arranjar emprego. O recurso a canais formais de obtenção de emprego é mais frequente. São grupos de activos relativamente jovens (25 a 44 anos) que procuram a ascensão e a estabilidade profissional. O desejo de partir é, nestes dois grupos, particularmente forte. Englobam cerca de 27% dos activos.
- Duas trajectórias que traduzem as situações de emprego mais qualificado e estável: "a segurança do emprego público" e "chegadas precoces qualificações elevadas". Como as próprias designações indicam, estes grupos correspondem, respectivamente, aos timorenses com actividade na função pública em Timor Leste reintegrados através do QEI, em Portugal, e aos que desempenham funções mais qualificadas (chegaram cedo, muitos continuaram o trajecto profissional na mesma profissão que desempenhavam em Timor Leste e outros valorizaram as habilitações académicas). Este grupo engloba cerca de 33% dos activos, a grande maioria dos quais não desejando sair de Portugal.

Figura 14 - PRINCIPAIS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DOS ACTIVOS TIMORENSES EM PORTUGAL

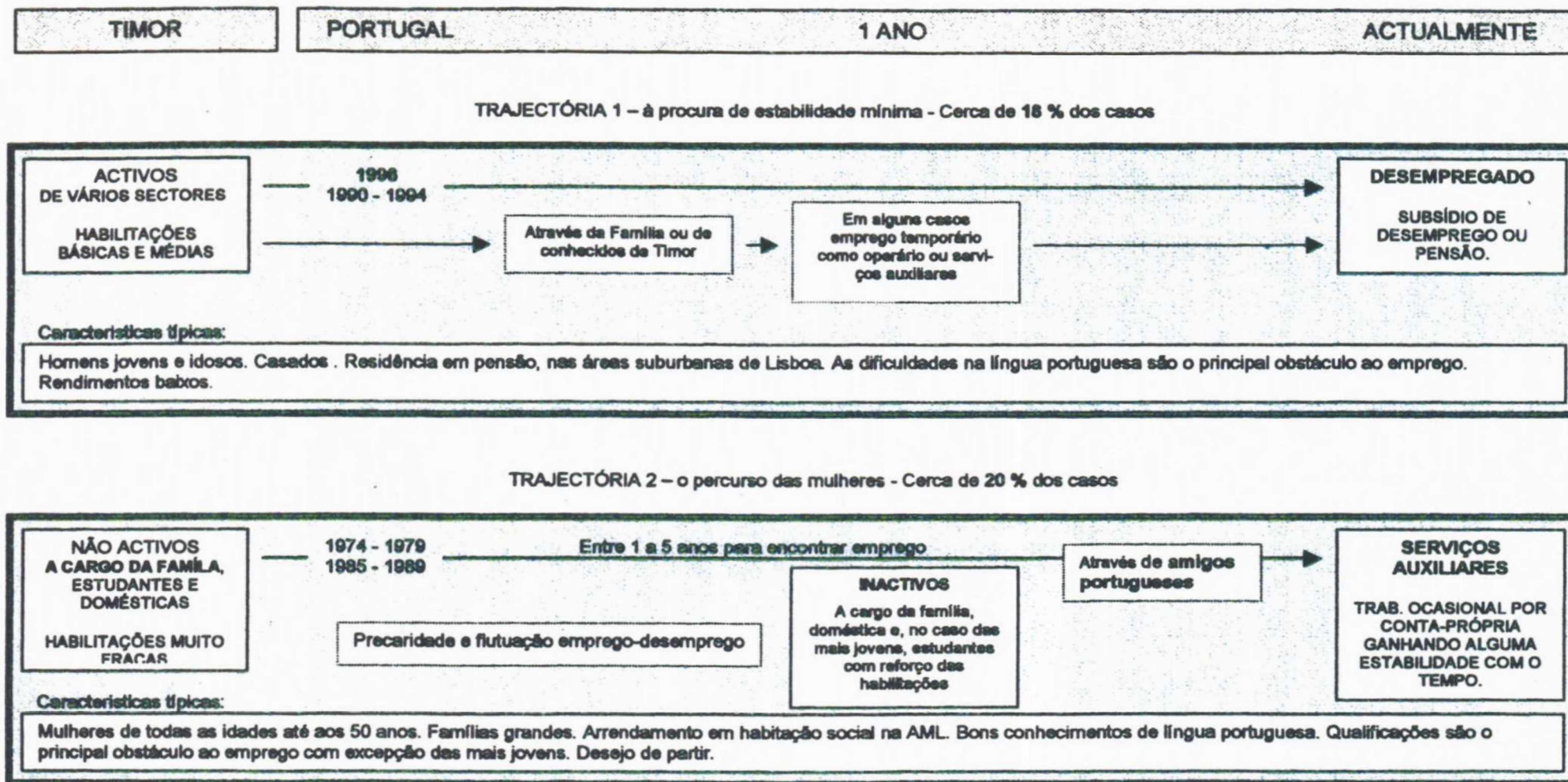


Figura 15 - PRINCIPAIS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DOS ACTIVOS TIMORENSES EM PORTUGAL

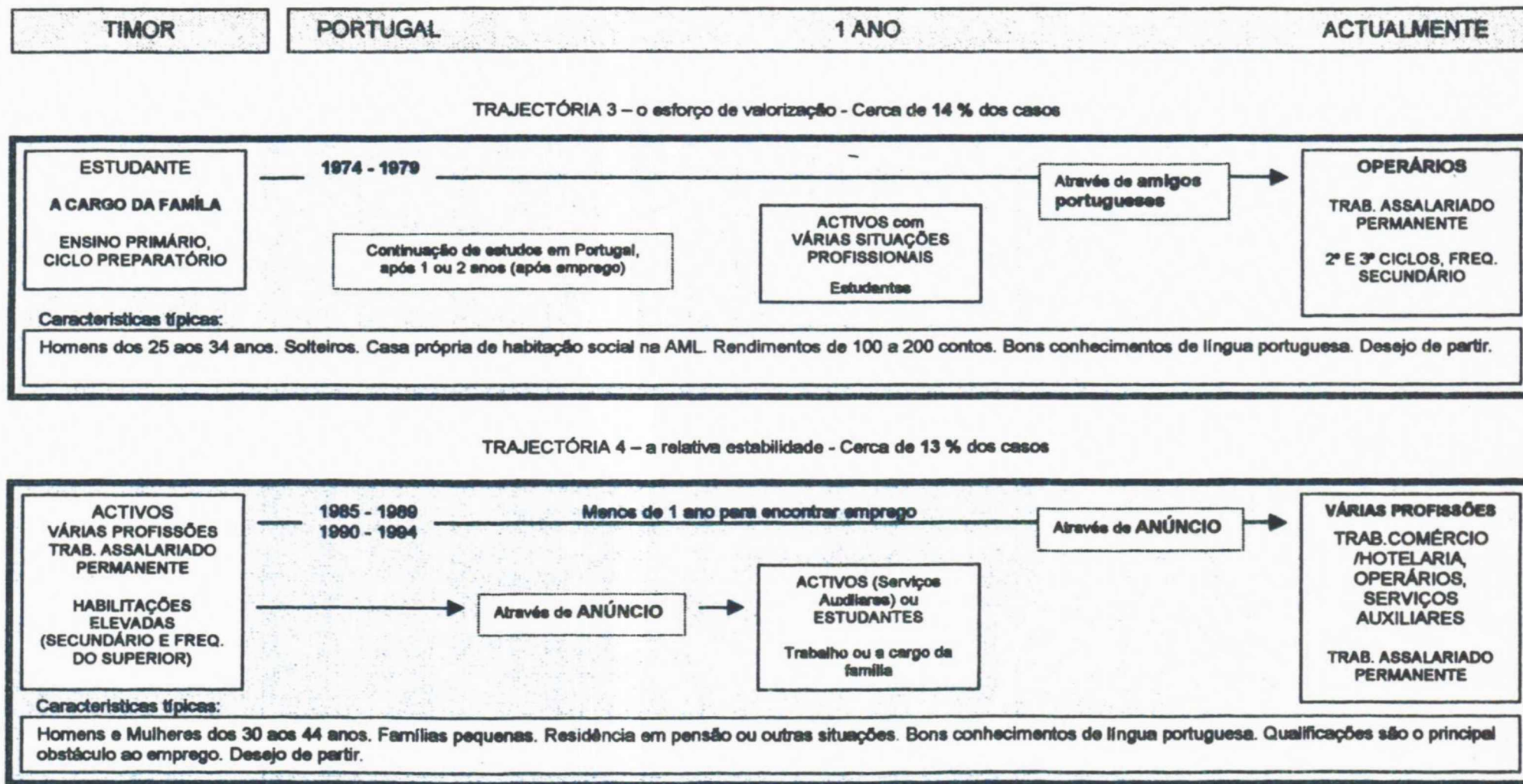
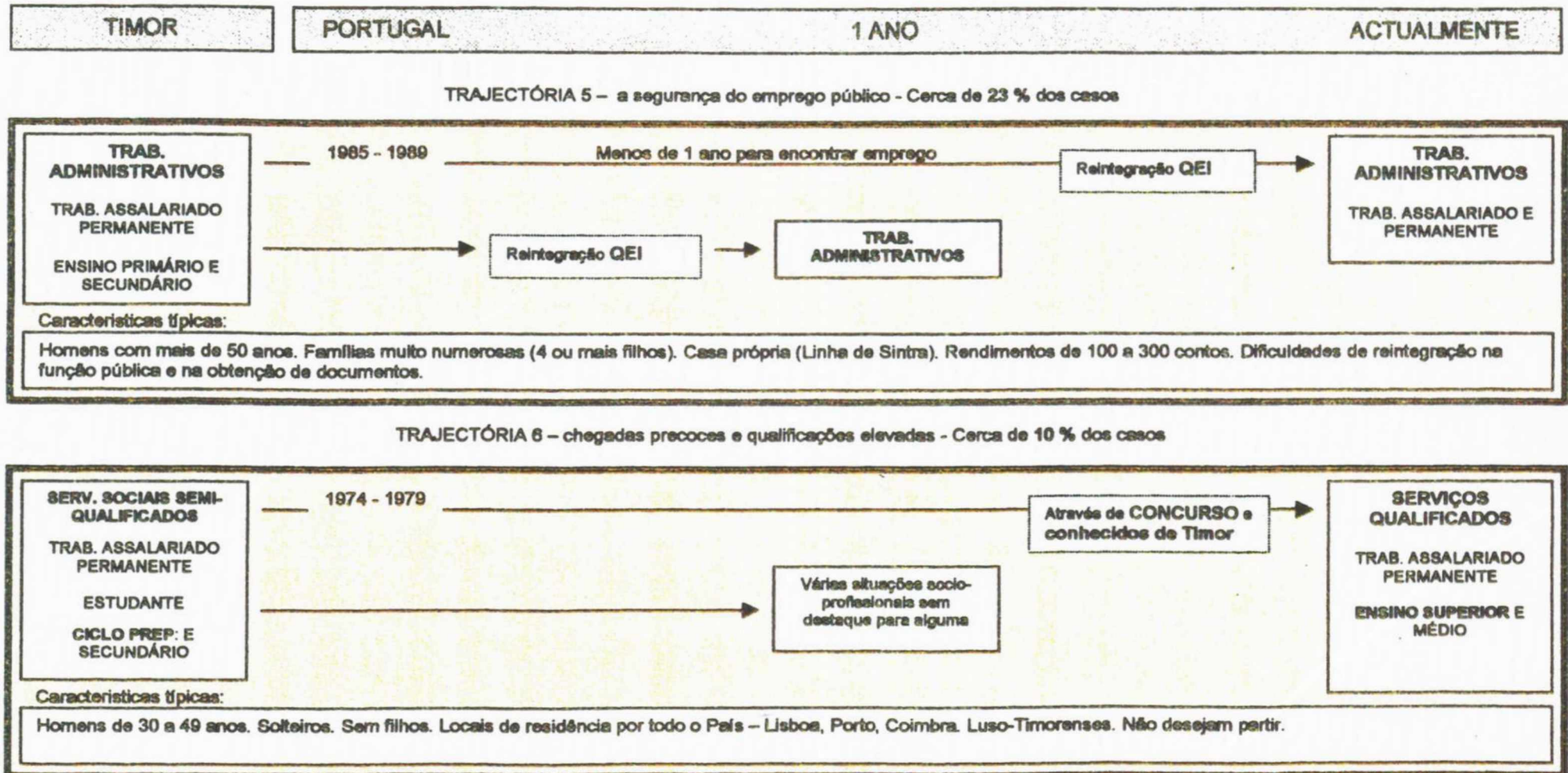


Figura 16 - PRINCIPAIS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DOS ACTIVOS TIMORENSES EM PORTUGAL



- Relevância dos antigos funcionários da administração colonial de Timor entre os activos, embora o seu significado se venha a reduzir progressivamente.
- Condições de integração no mercado de emprego difíceis para os jovens, as mulheres e as últimas vagas de refugiados timorenses (taxa de desemprego superior à média nacional e relevância de profissões onde predomina a precaridade de trabalho).
- Relevância dos modos formais de obtenção de emprego (QEI, anúncio) e dos contactos estabelecidos por amigos portugueses.

3.2. A inserção no sistema escolar

Antes de nos debruçarmos sobre os níveis de instrução dos timorenses residentes em Portugal, convém referir que o actual sistema de ensino indonésio aplicado em Timor apresenta grandes diferenças relativamente ao sistema de ensino português.

Por um lado, parece caracterizar-se por uma maior permissividade nas transições de ano e disciplina. Por outro, é dominado por esquemas de avaliação e de transmissão de conhecimentos que valorizam a memorização e a resposta directa em detrimento da reflexão crítica e do ensino participado. Por outro lado, existem algumas matérias/disciplinas que parecem ser pouco valorizadas, como por exemplo, as línguas estrangeiras, que explicará o fraco conhecimento de inglês, denotado na generalidade dos estudantes.

Deste modo, a adaptação dos jovens estudantes timorenses ao ensino português revela-se bastante problemática, não só devido às questões linguísticas e culturais, mas também por causa das dificuldades associadas à transição de um sistema de ensino para outro.

Cerca de 40 % dos timorenses inquiridos que estudavam em Timor não prolongaram os seus estudos em Portugal. Apesar de estarem incluídos neste conjunto os que se encontravam já em fases terminais dos vários níveis de escolaridade (e que, deste modo, não prolongariam, em qualquer situação, a sua escolaridade), a imigração forçou parte dos estudantes a quebrar os seus percursos escolares. Dois factores endémicos à aprendizagem e ao sistema de ensino contribuíram bastante para este facto: a não obtenção de equivalências escolares que, para além de favorecer o afastamento do ensino de cerca de 50% dos que decidiram não continuar os estudos, obrigou cerca de 60% dos estudantes a repetir frequências. A questão da língua, por outro lado, contribuiu também para desmotivar uma grande parte dos que não prosseguiram os estudos (cerca de 50%).

O panorama global (para o conjunto da Comunidade) das habilitações escolares revela, ainda assim, uma relativa melhoria do nível médio de habilitações académicas (Quadro 17), sobretudo nas camadas mais jovens, como já foi referido no capítulo 2.

Quadro 17
HABILITAÇÕES ESCOLARES DOS TIMORENSES INQUIRIDOS

	Habilitações escolares	
	Trazidas de Timor	Actuais
Nenhuma	4.9	1.8
Sabe ler e escrever	4.5	1.8
Ensino Primário	17.3	16.3
Ciclo Preparatório	10.9	8.1
3º Ciclo – Unificado	10.5	10.9
Frequenta Secundário	14.3	14.9
Ensino Secundário	23.3	25.3
Curso Médio	2.6	3.2
Frequenta Superior	11.3	14.9
Ensino Superior	0.4	2.7
Total	100.0	100.0

Há, no entanto, três aspectos que merecem um destaque especial:

- A elevada parcela de crianças que registam uma escolarização inferior ao que seria de esperar face à idade e ao correspondente grau de escolaridade em Portugal. Com efeito, cerca de 36% das crianças do grupo etário dos 5 aos 9 anos de idade não concluiu ainda o 1º ciclo do ensino básico ou não o frequenta actualmente; o mesmo acontece com o grupo dos 10 aos 14 anos de idade - cerca de 29% apresenta também um nível inferior ao que se esperaria (Quadro 18). Este cenário indicia graus particularmente elevados de insucesso escolar, manifestados através da repetência ou mesmo do abandono escolar. Esta conclusão vem, aliás, confirmar as conclusões de outros estudos sobre a comunidade Timorense.
- A procura de valorização na vertente escolar como factor de sucesso na vertente profissional, afecta, sobretudo, os timorenses activos e jovens (idades entre os 20 e os 34 anos). É este grupo que apresenta habilitações médias mais elevadas. O volume de jovens timorenses recém-chegados, com elevada frequência de níveis do ensino secundário e superior, e que continuam actualmente os seus estudos em Portugal, contribuem para a distinção deste grupo.
- Os timorenses de idades superiores a 45 anos registam baixos níveis de habilitações, o que comprova os fracos níveis de escolarização dos timorenses no período de administração portuguesa do território – o ensino primário é o nível de escolaridade predominantemente atingido. Também aqui é notória a diferença para o perfil de

qualificações académicas registado em Portugal, onde os mesmos valores só são atingidos pela população dos grupos etários mais idosos.

Quadro 18
HABILITAÇÕES ESCOLARES ACTUAIS POR GRUPOS ETÁRIOS

Idades	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	+70	Total
%															
Nenhuma	8,3	0,0	1,0	1,6	1,2	0,0	3,7	6,1	2,9	10,5	9,7	4,8	26,7	30,8	3,9
Sabe ler e escrever	36,1	1,3	1,0	2,4	2,3	2,0	0,0	6,1	8,8	5,3	0,0	19,0	6,7	23,1	5,2
Ensino Primário	44,4	28,8	2,9	1,6	2,3	5,9	22,2	24,2	35,3	34,2	45,2	61,9	60,0	38,5	18,7
Ciclo Preparatório	11,1	36,3	7,8	3,2	7,0	9,8	11,1	15,2	14,7	21,1	6,5	14,3	0,0	0,0	11,9
3º Ciclo – Unificado	0,0	22,5	23,5	13,7	10,5	15,7	22,2	3,0	8,8	13,2	19,4	0,0	6,7	0,0	14,2
Frequenta Secundário	0,0	11,3	47,1	24,2	16,3	17,6	18,5	15,2	5,9	2,6	3,2	0,0	0,0	7,7	18,1
Ensino Secundário	0,0	0,0	15,7	31,5	22,1	19,6	11,1	21,2	14,7	7,9	6,5	0,0	0,0	0,0	15,1
Curso Médio	0,0	0,0	1,0	2,4	2,3	3,9	0,0	3,0	5,9	2,6	9,7	0,0	0,0	0,0	2,2
Frequenta Superior	0,0	0,0	0,0	18,5	32,6	17,6	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,8
Ensino Superior	0,0	0,0	0,0	0,8	3,5	7,8	11,1	3,0	2,9	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

☐ Habilitação modal

Sendo a língua o principal factor condicionante da integração na sociedade portuguesa é natural que 52,5 % dos timorenses tenham frequentado cursos de português, em particular os que chegaram mais recentemente (Quadro 19, figura 17).

As qualificações obtidas fora do sistema de ensino formal, dizem sobretudo respeito aos cursos de formação profissional, que são perspectivados, na maioria dos casos, como mecanismos relativamente seguros de inserção no mercado de emprego (Figuras 19 e 20).

Efectivamente, diversos timorenses, sobretudo jovens, frequentaram cursos de formação profissional em Portugal. Alguns destes correspondem a jovens que vieram com as famílias ainda durante a década de 80, tendo posteriormente participado em cursos profissionais promovidos por diversas instituições. Um outro grupo diz respeito aos “estudantes isolados” que chegaram após 1994, na sequência da ocupação de embaixadas, e que frequentaram cursos de formação promovidos por ONG’s que actuam junto dos jovens timorenses.

De entre estas destacou-se, numa primeira fase, a Associação 12 de Novembro que promoveu diversas acções de formação profissional entre 1995 e 1997, participadas pelos programas HORIZON e INTEGRAR. Esta instituição procurou também sensibilizar os técnicos do IEFP para as dificuldades e especificidades dos timorenses.

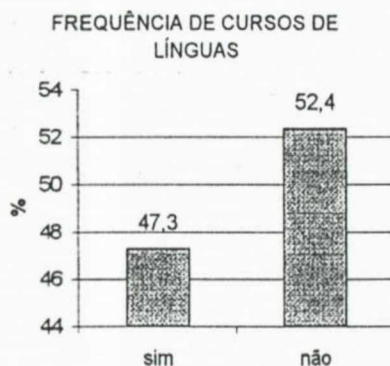
A partir do ano lectivo de 1996/97 iniciaram-se outras experiências de formação extremamente interessantes e prometedoras, que envolvem jovens recém-chegados. De entre estas destacam-se a iniciativa que envolve a Escola Profissional Gustave Eiffel, onde o apoio específico de um professor-tutor se tem revelado uma experiência muito positiva.

Outra iniciativa a criar expectativas corresponde ao envolvimento de diversas jovens em cursos profissionais a decorrerem nas instalações do IEFP, em Alcoitão.

A eficácia efectiva destas acções está ainda por avaliar, devido ao facto de umas ainda estarem a decorrer e de outras terem terminado há pouco tempo. Contudo, uma reflexão preliminar aponta para a existência de algumas dificuldades, designadamente ao nível da inserção no mercado de trabalho no período pós-formação. Refira-se que os inquiridos que frequentaram acções de formação se dividem entre aqueles que expressam opiniões positivas (47%) e aqueles que referem uma avaliação razoável ou mesmo negativa (Figura 21).

A menção à formação profissional e aos incentivos ao emprego no âmbito do DL 133/97 torna ainda mais pertinente a necessidade de se terem em consideração estas reflexões preliminares, não só em relação à actual implementação dos cursos, mas, especialmente, num futuro processo de avaliação dos mesmos.

Figura 17



Quadro 19

FREQUÊNCIA DE CURSOS DE LÍNGUAS POR ANO DE CHEGADA A PORTUGAL

	Sim %	Não %	Total %
Anos 60	14,3	85,7	100,0
1974-79	17,4	82,6	100,0
1980-84		75,0	100,0
1985-89	32,0	68,0	100,0
1990-94	57,7	42,3	100,0
1995	100,0	0,0	100,0
1996	65,4	34,6	100,0
1997	54,2	45,8	100,0
Total	47,4	52,6	100,0

Figura 18

FREQUÊNCIA DE CURSOS DE LÍNGUAS POR
PERÍODOS DE CHEGADA A PORTUGAL

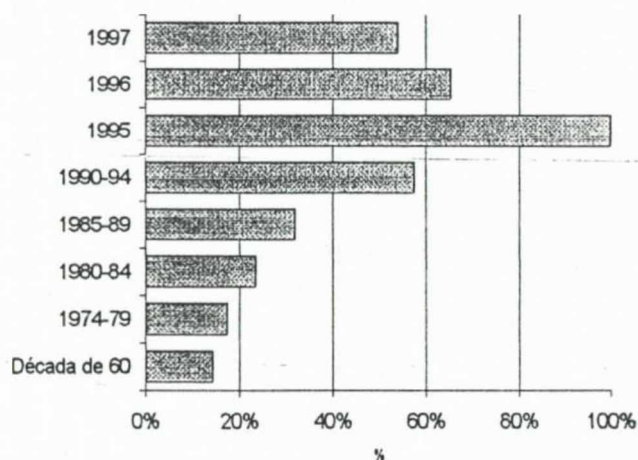


Figura 19

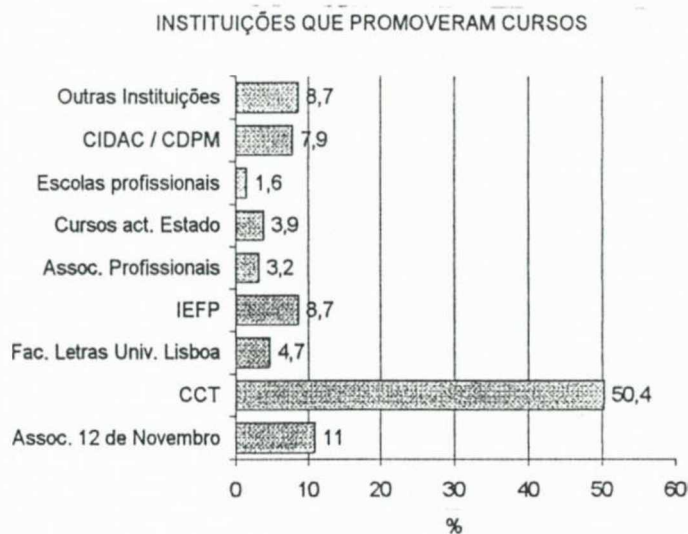


Figura 20

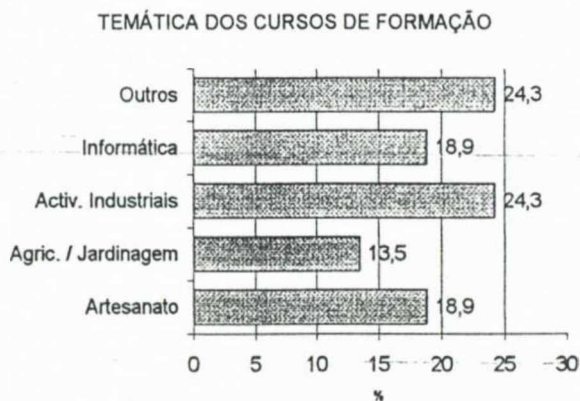
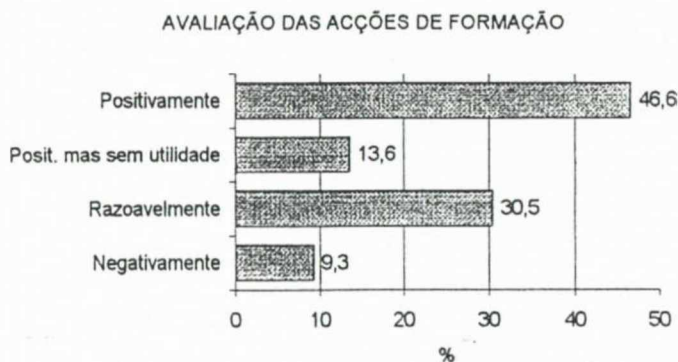


Figura 21



4. PROCESSO DE INSERÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA: características, problemas e avaliação preliminar

4.1 O quadro legal relativo à comunidade Timorense em Portugal

A situação jurídico-internacional de Timor Leste condiciona de forma profunda o conteúdo e o alcance do conjunto de normas aplicáveis especificamente à comunidade timorense radicada em Portugal. Timor Leste é um território não autónomo, de acordo com o artigo 73º da Carta das Nações Unidas, continuando Portugal, para esses efeitos, a ser reconhecido pela comunidade internacional como potência administrante do território. O exercício normal dos direitos e obrigações inerentes a esse estatuto está, porém, impedido pela ocupação militar indonésia e pelas imposições decorrentes da pretensão integracionista do Estado indonésio. Entre essas imposições e mecanismos de dominação destaca-se frequentemente a substituição da nacionalidade portuguesa e de todos os seus corolários pela nacionalidade indonésia.

No entanto, do ponto de vista dos princípios de Direito Internacional e de Direito Constitucional, vale a regra segundo a qual os timorenses têm - enquanto vigorar o reconhecimento internacional de Portugal como potência administrante do território, e sempre dentro dos limites inerentes a esse estatuto jurídico internacional - cidadania portuguesa. Isso mesmo decorre da articulação entre, por um lado, as disposições da Carta das Nações Unidas e resoluções relevantes da organização mundial e, por outro, da Constituição da República Portuguesa (artigo 4º) e da Lei da Nacionalidade.

Face às limitações de facto já apontadas, a concretização deste entendimento tem estado limitada à comunidade timorense repatriada para o território português, e em alguns casos a Macau, Austrália e Moçambique.

O quadro legal especificamente dirigido à comunidade timorense tem-se desenvolvido sem uma unidade sistemática, abordando de forma atomizada e reactiva alguns domínios em que o apoio à integração dos timorenses foi assumindo maior complexidade.

Assim sucede, desde logo, com o reconhecimento de direitos aos **funcionários e agentes do Estado** que exerceram funções no território de Timor Leste. Logo em 1975, o Decreto-Lei nº 225B/76 de 31/3 determinava a cessação das situações de comissão

eventual de serviço em que se encontravam os trabalhadores civis do Estado e dos corpos administrativos de Timor, devendo os mesmos requerer o seu ingresso no então chamado "quadro geral de adidos", obrigação extensível aos trabalhadores que, à data, não se encontrassem em Portugal mantendo a nacionalidade portuguesa, contando para estes últimos um prazo de 30 dias após o seu regresso a Portugal.

A extinção do quadro geral de adidos em 1984 determinou que o Decreto-Lei nº 420/85 de 22/10 procedesse ao reconhecimento aos mesmos funcionários do Estado e dos corpos administrativos de Timor do direito a ingressarem no quadro de efectivos interdepartamentais (QEI), contanto que se verificassem cumulativamente as seguintes condições: serem cidadãos portugueses, estarem vinculados àquelas entidades em 22 de Janeiro de 1975, possuírem àquela data um ano de serviço efectivo como nomeados ou contratados dos quadros e residirem em Portugal. Para os regressados a Portugal em data posterior, ficou previsto o prazo de 60 dias para apresentação do respectivo pedido de ingresso.

Por fim, a Lei 1/95, de 14 de Janeiro, reconhece a manutenção do vínculo ou relação jurídica que ligava esses funcionários ou agentes à Administração Pública portuguesa, determinando a contagem do respectivo tempo de serviço desde 22 de Janeiro de 1975 até à data da sua apresentação na Direcção-Geral da Administração Pública e a sua imediata integração no quadro de efectivos interdepartamentais (QEI), em vista da sua ulterior colocação em serviços homólogos aos que ocupavam.

Já no domínio do **ensino**, foram estabelecidos alguns regimes jurídicos especiais para estudantes timorenses. É fundamentalmente o que sucede com a Portaria nº 317/96, de 29 de Julho, dirigida a "estudantes naturais de territórios sob administração portuguesa, mas temporariamente ocupados por forças armadas de Estados estrangeiros, que sejam titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente." Segundo essa Portaria, os estudantes timorenses nestas condições têm direito a requererem a matrícula num curso superior em Portugal, tendo que comprovar a aprovação nas disciplinas correspondentes às provas específicas exigidas para o referido curso. Ainda no domínio do ensino, a constatação do papel crucial do conhecimento da língua portuguesa na inserção dos timorenses na sociedade portuguesa determinou a inclusão de cursos de Português no elenco das acções prioritárias a promover concertadamente pelos vários departamentos ministeriais de Portugal. Segundo a Resolução nº 28/96 do Conselho de Ministros, tais cursos deverão ser promovidos no âmbito de "acordos a celebrar pelo Ministério da Educação com as ONG ou outras entidades", cabendo também neste campo a concessão

de "equivalências de estudos com vista à plena integração escolar dos jovens nos diversos graus de ensino".

A aposta na abordagem integrada e na concertação interdepartamental como bases do desempenho do Estado Português relativamente à sua tarefa de acompanhamento e inserção da comunidade timorense só assumiu contornos mais concretos com a criação da Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense, na dependência directa do Ministro da Solidariedade e Segurança Social e sobretudo com a publicação do Decreto Lei nº 133/97, de 30 de Maio.

Este diploma pretende fundamentalmente dar coerência às práticas administrativas de acolhimento, integração e de prestação de apoio material que se revelaram, como já foi sublinhado, sem uma lógica de conjunto e sem um objectivo estratégico definido. Por isso, o referido Decreto Lei apresenta uma construção faseada do apoio social, que se inicia pelo acolhimento, aprofunda-se com a promoção de "projectos de vida" tendentes à integração na comunidade portuguesa ou à emigração e se materializa acima de tudo nas políticas públicas integradas dos vários sectores da Administração Pública.

Na fase do acolhimento, com duração máxima de dois meses e cuja coordenação é atribuída ao Centro Regional de Segurança Social da área respectiva, o Decreto Lei 133/97 inclui as seguintes responsabilidades do Estado português:

- diagnóstico da situação individual e/ou familiar;
- atendimento das pessoas à chegada;
- prevenção e apoio na saúde, incluindo o acesso gratuito a serviços públicos de saúde, meios complementares de diagnóstico e medicamentos;
- regularização de condições de permanência, nomeadamente através da atribuição gratuita de bilhete de identidade;
- disponibilidade de alojamento;
- atribuição de um subsídio de acolhimento, de montante igual ao subsídio mensal de apoio social, o qual, embora varie em função da composição do agregado familiar, constitui, para cada adulto isolado, o equivalente ao montante da pensão social respectiva.

O "projecto de vida" consiste basicamente num envolvimento voluntário do cidadão timorense apoiado, cuja contrapartida é a definição expressa de responsabilidades, quantificadas aliás, dos vários departamentos estatais. Desse projecto devem constar o regime de alojamento, o grau de formação tido por adequado, o elenco de benefícios sociais (saúde, ensino, segurança social e emprego e qualificação profissional).

A respeito desses benefícios sociais, o diploma em apreço considera que o acolhimento junto de famílias é considerado preferencial, sendo que, em alternativa se prevê, para um prazo máximo de um ano, o regime de "só tecto", em centros de acolhimento que devem assegurar espaços o mais possível idênticos aos de habitação familiar. Esse regime pode igualmente ser objecto de contratação entre particulares e os serviços do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e/ou instituições privadas de solidariedade social. Para lá do alojamento, o Decreto-Lei nº 133/97 prevê igualmente outros tipos, de prestações sociais, dos apoios escolares - apoio a estudantes, incluindo o alojamento em residências universitárias, e apoio específico no acesso de estudantes timorenses ao sistema educativo português, a começar pela leccionação de cursos iniciais de língua portuguesa - até aos incentivos ao emprego - com aplicações específicas dos regimes de estímulo ao emprego, designadamente para jovens à procura do primeiro emprego e para desempregados de longa duração, e com cursos e outras acções de formação profissional - ou ainda a habitação - através de programas de constituição de bolsas de habitação.

Também em sede de prestações pecuniárias de apoio social se prevê que, sob a coordenação do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, haja uma sucessão de formas de apoio, consubstanciadas nas seguintes figuras:

- subsídio de acolhimento
- subsídio de apoio social
- subsídio para integração
- subsídio para viagem
- bolsas de estudo
- subsídio de formação profissional

As duas últimas formas substituem, em relação aos estudantes que residam em residências universitárias ou em relação aos formandos que frequentem acções de formação profissional, as demais formas de subsídios de apoio social. Por outro lado, a concessão

concreta de prestações pecuniárias fica condicionada por este diploma ao cumprimento das condições contratadas no projecto de vida, especialmente no que diz respeito à aceitação de trabalho, de formação profissional, de formação académica ou das condições de alojamento.

Esta evolução legislativa assenta numa representação dos timorenses que, ela própria, tem evoluído ao longo dos últimos anos. Numa primeira fase, a núcleo principal de preocupações foram os funcionários da administração colonial portuguesa, na segunda, o eixo passou a ser o reagrupamento familiar; por fim, no momento presente, o acolhimento e integração de timorenses são encarados pela lei sobretudo na perspectiva dos "hardship cases". Esta mudança teve importantes consequências em termos de política legislativa, obrigando à passagem de uma óptica pontual e de religação administrativa para uma óptica global, de intensidade humanitária crescente e que hoje privilegia indiscutivelmente os timorenses que chegam a Portugal em virtude de, como membros da resistência, se verem obrigados a fugir do território ou da Indonésia.

De alguma forma, esta evolução da política legislativa corresponde por um lado a uma maturação do próprio modo como Portugal tem exercido o seu mandato de potência administrante e, por outro, a uma complexidade crescente das funções de promoção social dos timorenses. Na verdade, num primeiro tempo tratou-se para Portugal essencialmente de dar continuidade ao relacionamento funcional com pessoas previamente familiarizadas com a língua e os hábitos portugueses. Ao passo que actualmente a lógica dominante na nossa legislação passou a ser a da protecção universal dos direitos humanos, materializada na prossecução de políticas de valorização dos timorenses, como contributo para a formação de quadros que permitam uma boa inserção na sociedade portuguesa e, simultaneamente, dêem sustentabilidade à futura autodeterminação do território. Todavia, esta política de valorização opera, nos últimos anos, com pessoas cujos laços com Portugal são extremamente ténues, cujas prioridades imediatas são substancialmente diferentes das dos primeiros (com clara acentuação da componente escolar e linguística) e cujo horizonte de longo prazo não é o da reinserção na sociedade portuguesa. Por este conjunto de razões, um traço marcante das mudanças de política legislativa é também a substituição de fórmulas predominantemente assistencialistas por uma responsabilização entre Estado Português e comunidade timorense, bem vincada no Decreto-Lei nº 133/97.

Tendo sido já sublinhado o ganho de actuação integrada que vai associado a este diploma, há ainda lugar a algumas observações sobre o seu alcance concreto. Deve notar-se que toda a sua filosofia é um produto do destaque quantitativo que os chamados "hardship

cases" (designadamente os estudantes que requerem asilo político em embaixadas estrangeiras em Jacarta) passaram a ter na comunidade timorense que busca Portugal.

Esta apreciação é comprovada por vários aspectos do regime estabelecido pelo decreto-lei em apreço. A começar pela inexistência de quaisquer referências a formas de rastreio das vindas de timorenses para Portugal. A prática administrativa corrente tem assentado no conhecimento prévio dessas situações pelas autoridades portuguesas - dado que, para qualquer das categorias mais frequentes ("hardship cases", funcionários da administração portuguesa ou casos de reagrupamento familiar), tem havido um enquadramento preparatório quer de organismos internacionais (designadamente a Cruz Vermelha) quer de estruturas públicas nacionais (por exemplo, a Direcção Geral da Administração Pública). Ora, esta equivalência automática entre os timorenses chegados a Portugal e os abrangidos pelo regime do Decreto-Lei nº 133/97 supõe um mecanismo de detecção sem falhas, o que é evidentemente susceptível de não vir a acontecer em casos de vindas anónimas ("self-sponsored cases"). Por outras palavras, o encadeamento entre acolhimento e promoção do "projecto de vida" é de duvidosa eficácia se o perfil dos modos de chegada dos timorenses se alterar. Por outro lado, não parece claro o tratamento de que irão ser alvo os timorenses cuja chegada é anterior à Lei.

Na lógica de uma opção legislativa pela corresponsabilização em detrimento do assistencialismo, compreende-se a escolha de uma fórmula de contratualização como pretende ser o "projecto de vida". No entanto, a contextualização da lei pela prática concreta suscita algumas dúvidas relativamente ao real alcance desta técnica.

Há duas lacunas no dispositivo legal cujas implicações devem ser questionadas. Em primeira lugar, não obstante a referência inicial de que o apoio social deverá prosseguir objectivos amplos, que incluem "projectos de vida alternativos, designadamente o regresso ao país ou região de origem ou país terceiro", o certo é que o desenho quer do projecto de vida quer das prestações sociais não dão aberturas concretas a esses horizontes alternativos. Por outras palavras, parece poderem ler-se os conteúdos do projecto de vida à luz de uma inserção na sociedade portuguesa mais do que em vista de uma autónoma valorização das capacidades dos timorenses.

Em segundo lugar, o princípio da corresponsabilização é deficitariamente concretizado em diversos momentos. A começar pela fase de elaboração do projecto de vida. Ao devolver essa função exclusivamente ao Centro Regional de Segurança Social da área competente, o Decreto-Lei 133/97 afasta-se por exemplo de solução mais densamente contratualizada

consagrada no regime do rendimento mínimo garantido (Lei nº 19A/96, de 29 de Junho), em que a elaboração do "programa de inserção" é da responsabilidade conjunta da entidade encarregue pela Comissão Local de Acompanhamento de seguir o desenvolvimento do processo de inserção e pelo titular da prestação de rendimento mínimo. Aliás, na elaboração do "projecto de vida" não são apenas os beneficiários timorenses que estão ausentes, mas também as instituições junto das quais se vai corporizar o núcleo do referido projecto (escolas ou centros de formação profissional, por exemplo).

A solução adoptada pelo regime do rendimento mínimo garantido afigura-se mais rica a vários títulos. Não só pelo que já referimos, mas também pela indicação de uma entidade para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do projecto de vida, e ainda o envolvimento directo do agregado familiar do beneficiário na implementação do programa de inserção.

Ao invés, o Decreto-Lei nº 133/97 nada prevê explicitamente em termos de acompanhamento de realização do projecto de vida, silêncio que se afigura duplamente negativo. Primeiro, porque fica assim aberta a possibilidade de uma flexibilização demasiada do cumprimento do projecto e de um esvaziamento do compromisso que lhe subjaz. Aliás, deste ponto de vista, justificar-se-ia a concretização de soluções tutoriais com um acompanhamento marcado pela personalização e, desse modo, capaz de introduzir a todo o tempo as necessárias correcções em função do redesenho dos projectos de futuro pessoal e familiar dos beneficiários. Em segundo lugar, porque o projecto de vida surge como um compromisso sem marcos temporais definidos e, por isso, de difícil avaliação intercalar e final.

Andou bem o legislador ao não estabelecer padrões de avaliação do cumprimento do projecto de vida particularmente rígidos e exigentes. As circunstâncias concretas dos timorenses que chegam a Portugal impõem uma grande moderação e sensatez na avaliação dos vários passos do processo de valorização pessoal. Mas isso não se confunde com a ausência legal de resposta a algumas perguntas decisivas: quem é o responsável pela avaliação? quando se avalia o êxito ou insucesso do projecto de vida? que indicadores devem servir de base à prorrogação ou alteração do projecto inicialmente definido? se o objectivo final do projecto de vida é a obtenção de um grau de funcionalidade social considerado normal, quando se considera esse objectivo plenamente atingido?

Com este silêncio, o Decreto-Lei nº 133/97 afastou-se, também aqui do acerto da solução consagrada em sede do regime jurídico do rendimento mínimo garantido, onde se

estabelece que a prestação do rendimento mínimo é atribuída pelo período renovável de 12 meses e que a aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios a afectar à sua prossecução e o acompanhamento e avaliação da respectiva execução competem às comissões locais de acompanhamento.

A clarificação destes pontos revela-se imprescindível para uma maior capacidade de concretização dos objectivos justamente procurados pela legislação portuguesa actual.

4.2 A Situação Socio-Económica da Comunidade Timorense Residente Em Portugal: o papel do Estado, das ONG's e das Associações de Timorenses

O papel dos diversos tipos de instituições do Estado e da sociedade civil no apoio à Comunidade Timorense residente em Portugal tem evoluído de acordo com o crescimento dos fluxos de entrada em Portugal de timorenses. Como já verificámos, as primeiras entradas de timorenses em Portugal deram-se em meados dos anos setenta de forma muito concentrada no tempo e, embora tivessem implicado um grande número de cidadãos, não mobilizaram uma intervenção específica estruturada por parte da Estado e da sociedade civil, enquadrando-se na lógica suscitada pelo processo de descolonização.

A manutenção da situação em Timor-Leste, e em particular, a crescente mediatização da problemática timorense e o reforço do padrão de emigração forçada a partir de final dos anos oitenta, a par duma substancial diversificação dos grupos de timorenses que manifestavam características e objectivos mais diversos do que aqueles que marcaram a população timorense chegada a Portugal entre 1976 e meados dos anos oitenta, revelaram a fragilidade dos mecanismos de suporte a esta Comunidade.

Os anos noventa marcaram a viragem da situação desta Comunidade em Portugal, não só pelo aumento dos fluxos de chegadas, designadamente de estudantes isolados, mas também, pela sensibilização da opinião pública em geral relativamente à questão timorense, em particular, no período posterior ao massacre de Santa Cruz. Surgem nesta fase, instituições e organizações da sociedade civil (ONG's) que se dedicam exclusivamente ao apoio à Comunidade Timorense e relança-se a actividade de outras instituições que criadas em período anterior estavam até à data pouco dinamizadas.

Por outro lado, esta crescente dinamização da sociedade civil e as necessidades crescentes da Comunidade Timorense em Portugal, foram factores que operaram uma transformação

significativa do papel e intervenção do Estado relativamente aos apoios e responsabilidades junto da Comunidade. Mas foi essencialmente a diversificação dos grupos de chegada, nomeadamente, a chegada de grupos de jovens isolados que marcou a viragem na abordagem das questões do apoio e da inserção.

Tal como foi referido em capítulos anteriores deste Relatório a evolução da Comunidade Timorense sofreu profundas alterações nos últimos anos e constitui-se hoje por grupos distintos entre os quais:

- i) famílias timorenses constituídas por ex-funcionários públicos, que vieram para Portugal por motivos políticos e têm como motivação fundamental no período de permanência a reintegração nos quadros da administração pública portuguesa;
- ii) famílias e indivíduos isolados que vieram por meios próprios e procuraram em Portugal o estabelecimento de uma ponte para uma situação de imigração desejada para a Austrália;
- iii) grupos de jovens isolados que após a invasão de embaixadas se refugiam em Portugal de forma forçada pela fuga a perseguições políticas e que procuram continuar os seus estudos ou procurar uma situação de integração profissional.

É exactamente como resposta às necessidades deste último grupo, o mais fragilizado de toda a Comunidade, que se adensa nos últimos anos o trabalho das ONG's e do Estado, procurando responder, por vezes em conjunto, mas ainda isoladamente na maior parte dos casos, a questões como: a habitação; a concessão de meios de subsistência; as bolsas de estudo; a facilitação na concessão de documentação; a integração em instituições de ensino; o apoio ao ensino do português; a formação integrada no mercado de trabalho; a utilização do sistema de saúde; a construção de "projectos de vida"; a animação e promoção do contacto entre os recém-chegados, a Comunidade Timorense já instalada e a população portuguesa.

Contudo, parece evidente que, apesar deste esforço no sentido da criação de condições de inserção da Comunidade Timorense, ainda se apresentam algumas limitações às quais se juntam os problemas sentidos pelos timorenses recém-chegados, nomeadamente os jovens isolados que não têm laços familiares no nosso país, desconhecem a língua, possuem uma formação escolar e profissional desadequada às exigências do nosso sistema de ensino e mercado de trabalho e se encontram perante um modelo societal diferente do seu.

Estas limitações têm que ver, não apenas com algumas lacunas ainda existentes na forma de intervenção, como também, pela relativa atomização das intervenções que até há pouco tempo funcionavam de forma autónoma sem que existisse um quadro integrador e negociado do papel e responsabilidades preferenciais dos diversos agentes: ONG's, Administração Central e Associações de Timorenses.

Por outro lado, apesar do reforço das intervenções dos diversos agentes, mantêm-se ainda como muito problemáticas as questões do ensino do português, do acesso à formação profissional, da inserção no mercado de emprego, de alguns aspectos da reintegração dos ex-funcionários da administração pública, do acolhimento inicial e do alojamento em períodos posteriores.

Estes são problemas que, como vimos, são ainda referidos pela Comunidade e admitidos pelos agentes com intervenções ao nível do apoio à inserção. Procurámos com esta componente do trabalho, recolher informação relativamente ao tipo de intervenção preconizada pelos diversos agentes, os principais problemas detectados na sua execução e proceder a um levantamento de sugestões que visem a melhoria das intervenções.

Neste contexto, foram realizadas entrevistas às instituições da administração central e autárquica que possuem competências específicas relativas ao apoio a timorenses e/ou que no seu âmbito de trabalho contactam frequentemente com a Comunidade Timorense, às ONG's cujo intervenção está vocacionada para o apoio a esta Comunidade e às Associações de Timorenses. As entrevistas foram semidirectivas e procuraram abranger o universo das entidades, embora se tenham verificado situações de recusa, pensamos que foram contactadas as entidades com trabalho e competências mais preponderantes nas questões em causa¹⁴. O processo de recolha de informação orientou-se em torno das seguintes questões:

- **caracterização da entidade** inquirida em termos de objectivos face à Comunidade, recursos mobilizados, principais actividades, apoios recebidos, principais problemas detectados na prossecução do seu trabalho;
- **avaliação** do papel do Estado, ONG's e outro tipo de instituições no processo de inserção da Comunidade Timorense, identificação dos principais mecanismos formais de inserção, sugestão de outros mecanismos a mobilizar;

¹⁴ Cf. em Anexo 3, a listagem de entidades inquiridas.

- **reflexão e caracterização da Comunidade**, em termos de percursos de inserção, principais dificuldades, objectivos, percursos migratórios em direcção à Austrália, importância das redes de solidariedade internas à própria Comunidade ;
- **perspectivas futuras**, em termos da actuação da entidade, da Comunidade Timorense em Portugal, do papel do Estado e das ONG's e outras entidades na inserção da Comunidade Timorense.

É o resultado deste trabalho de recolha de informação, que enriquecemos com alguma informação documental, que de seguida passamos a apresentar.

4.2.1 O papel do Estado: da intervenção parcelar à política integrada

A intervenção do Estado no apoio à Comunidade Timorense é marcada por dois períodos substancialmente distintos: i) o período anterior a 1995 caracterizado por intervenções parcelares e pouco estruturadas e; ii) o período após 1995 e, em particular, após 1996, marcado pela tentativa de determinação de uma política estruturada e integrada de intervenção junto da Comunidade Timorense.

Poderemos dizer que o início deste segundo período corresponde ao momento da criação em 1995 da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense e desenvolveu-se com a posterior criação, em 1996, da Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense.

No período anterior, não existia uma entidade que enquadrasse as competências das diversas entidades da administração pública com intervenção nesta matéria o que marcava a inexistência de uma política global e estruturada para a inserção da Comunidade Timorense. Foram as constantes chegadas de pequenos grupos de timorenses, designadamente de jovens isolados, cujo objectivo inicial, é de alguma forma, a inserção no sistema de ensino e ao mesmo tempo a continuação das suas actividades políticas, que obrigaram à pesquisa de soluções integradas e duradouras.

A deficiente coordenação de intervenções constatada no período anterior a 1995 e a inexistência de uma política de acolhimento, estão patentes mesmo no quadro legal

existente até à data que se circunscrevia à questão da integração nos quadros da administração pública dos ex-funcionários da Administração Portuguesa em Timor.

A própria criação em 1995 da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense em Portugal teve como objectivo a apresentação de propostas no sentido do "desenvolvimento de políticas integradas que favoreçam o acolhimento e a inserção"¹⁵ desta Comunidade, reconhecia a inexistência de uma política nesta matéria e o carácter disperso e pouco sistemático das intervenções. Por outro lado, o Estado via-se continuamente solicitado pelas instituições da sociedade civil que trabalhavam nesta área, a preconizar intervenções mais integradas e consubstanciadas numa reflexão de fundo sobre esta matéria. Revelava-se, ainda, fundamental que o Estado se assumisse como mediador, e criasse, para esse fim, uma estrutura que se apresentasse como interface entre o Estado e as diversas instituições da sociedade civil com intervenção junto da Comunidade. Por fim, a criação de uma estrutura especializada nesta área de intervenção permitiria, também, organizar e tornar mais eficaz e sistemática a resposta do Estado na qual se incluem diversos Ministérios e Departamentos da Administração¹⁶.

Assim, o resultado dos trabalhos da Comissão Interministerial e até a sua própria constituição¹⁷, indiciava a natureza complexa da intervenção e apoio junto da Comunidade, na qual estão necessariamente presentes os domínios da saúde, educação, emprego e formação profissional, habitação (acolhimento de carácter temporário ou não), subsídios e apoios, etc..

No essencial, aquando da constituição da Comissão Interministerial, a intervenção do Estado era assegurada essencialmente pelos Ministérios do Emprego e Segurança Social e Ministério da Educação, através da concessão de subsídios, do acolhimento temporário, das bolsas de estudo, da integração dos estudantes timorenses em instituições de ensino, do

¹⁵ Relatório Preliminar da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, 26 de Fevereiro de 1996, p.1.

¹⁶ É de referir a extrema dificuldade de coordenação reconhecida pela própria Comissão Interministerial da seguinte forma: " (...) a intervenção da Segurança Social tem-se confrontado com as maiores dificuldades uma vez que raramente funcionaram articuladamente os departamentos dos diferentes Ministérios de que se esperava e espera uma participação activa no processo de integração desta população. As articulações ou colaborações conseguidas com algumas estruturas de outros Ministérios resultaram quase exclusivamente de relações informais, facto que, embora importante é claramente insuficiente (...) ", Relatório Preliminar da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, Anexos, "Relatório Síntese de Actividades com a População Timorense", MSSS, 26 de Fevereiro de 1996.

financiamento de cursos de português, do alojamento em residências universitárias e da alimentação em refeitórios ou cantinas dos estabelecimentos de ensino. Os dados relativos aos encargos com a população não integrada em 1994 e 1995 revelam o peso excessivo das despesas com alojamento e dos subsídios por relação às despesas com a integração social, tendência esta que sofreu um agravamento, ainda que pequeno, em 1995¹⁸.

No caso do Ministério para a Qualificação e o Emprego¹⁹ não podemos considerar que tivesse existido uma intervenção específica visando a Comunidade Timorense, uma vez que, os subsídios a acções de formação profissional estavam integrados em Programas vocacionados para grupos desfavorecidos, como é o caso do Programa Horizon, e não visavam em particular esta Comunidade. Neste sentido, a intervenção junto da Comunidade no âmbito da formação profissional, tratou-se mais de uma iniciativa de uma ONG, que procurou no "mercado da formação profissional" o seu financiamento, do que propriamente uma intervenção específica do MQE.

Os Ministérios da Justiça, Administração Interna e Negócios Estrangeiros têm uma participação mais específica e importante à chegada, se bem que menos estruturante do processo de inserção. No primeiro caso, a participação constitui-se essencialmente na facilitação de obtenção de documentos de identificação; no caso do MAI a sua intervenção é realizada à chegada ao aeroporto através dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras; no caso do MNE a intervenção é anterior à chegada dos grupos a Portugal, através dos contactos com o Comité Internacional da Cruz Vermelha e com as Embaixadas e Governos aos quais os timorenses têm solicitado asilo político. Tem-se procedido igualmente a alguns apoios à inserção, nomeadamente pela via das bolsas de estudo atribuídas pelo Instituto para a Cooperação Portuguesa para estudantes timorenses do ensino secundário e superior e, pontualmente, ao subsídio para a realização de cursos de português realizados sob a responsabilidade das ONG's²⁰.

Já o Ministério da Saúde tem uma intervenção importante no momento de chegada, quando se efectua o diagnóstico do estado de saúde e se detectam as carências dos recém-

¹⁷ Ministério do Trabalho e Solidariedade; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Administração Interna; Ministério da Justiça; Ministério da Educação; Ministério da Saúde.

¹⁸ Cf. Relatório Preliminar da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, Anexos, "Relatório Síntese de Actividades com a População Timorense, MSSS, 26 de Fevereiro de 1996.

¹⁹ Agora Ministério do Trabalho e Solidariedade.

²⁰ Foi o caso do subsídio às acções de português realizadas pela Associação 12 de Novembro em 1996, e passes sociais para os alunos de português das acções realizadas pelo CTT e pelo CIDAC.

chegados; procede-se, por outro lado, à vacinação, a acções de educação para a saúde e ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

É de salientar que as intervenções do Estado referidas pelos papéis assumidos pelos diversos Ministérios, foram em alguns casos, implementadas em cooperação com as ONG's que trabalhavam especificamente com esta população. Este facto é também revelador da necessidade de coordenação das intervenções e do estabelecimento do modelo e formas de cooperação com as ONG's, IPSS's e outras instituições com trabalho desenvolvido junto da Comunidade. No entanto, parece-nos que esta dimensão de cooperação deve ser aprofundada.

Para além da necessidade de coordenação das intervenções e de construção de uma política integrada de intervenção junto da Comunidade, revelava-se ainda fundamental, a reformulação de alguns tipos de intervenção cuja lógica se coadunava pouco com os objectivos da inserção social. Caso paradigmático desta situação, são as modalidades de alojamento temporário, nomeadamente o alojamento de grandes grupos em pensões, que favorece a reprodução de uma visão assistencialista do Estado, não permite o contacto com outros grupos da população, dificultando, por esta via, a aprendizagem do português não explorando situações de co-responsabilização fundamentais em qualquer processo de inserção.

Por outro lado, a própria Comissão Interministerial, ao proceder à avaliação das acções desenvolvidas, confirmava a falência do modelo de intervenção anterior, constatando a tendência para a permanência dilatada nos alojamentos temporários e os condicionamentos à inserção social, anunciando, desta forma, a urgência da reformulação do quadro de intervenção. Esta intervenção deveria procurar criar condições para a crescente autonomia económica e social, a co-responsabilização, evitando situações de externa dependência.

Procurando dar resposta a todas estas questões, a Comissão Interministerial termina os seus trabalhos no ano de 1996, dos quais resultaram algumas propostas de medidas estruturantes que marcaram uma viragem no posicionamento do Estado perante esta problemática. Destas propostas destacam-se:

- i) a criação da Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense em Portugal com o objectivo de se dispôr de uma estrutura de coordenação especializada nesta matéria com recursos técnicos próprios;

- ii) propostas de legislação que substituam os dispositivos legais dispersos e que enquadrem algumas acções que já vinham sendo tomadas;
- iii) propostas de cadernos de encargos que comprometam os diversos Ministérios envolvidos com acções específicas;
- iv) criação de mecanismos estruturados de cooperação com as instituições da sociedade civil com intervenção neste domínio²¹.

A criação da Comissão Permanente veio criar condições de implementação de alguns dos objectivos preconizados, nomeadamente no que se refere à coordenação das intervenções departamentais e à cooperação com as ONG's. No entanto, o seu nível de intervenção não se deve ficar pela tarefa de interface entre Ministérios e outras instituições. .

Para além deste papel temos assistido à realização de algumas medidas, nomeadamente a produção de instrumentos legislativos, que regulamentam as intervenções do Estado e que definem claramente uma política global de inserção e apoio à Comunidade Timorense. Destaca-se no essencial, o abandono de uma perspectiva excessivamente assistencialista, emergindo uma filosofia de co-responsabilização dos indivíduos no processo de inserção, como resposta às necessidades e objectivos dos novos fluxos de população timorense, nomeadamente os jovens.

Assim, a ideia do "contrato de inserção" preconizado pela constituição de um "projecto de vida" e a lógica dos Centros de Acolhimento Temporário²² respondem à necessidade de uma intervenção integrada e aos perigos da excessiva atomização desta Comunidade . A referência específica a apoios ao nível da aprendizagem da língua, do acesso ao mercado de emprego, da formação escolar e profissional e da habitação, constitui-se como um desenvolvimento importante das intervenções e do papel do Estado em matéria de inserção.

²¹ Esta é uma dimensão que nos parece ainda bastante descompensada no contexto de intervenção da CPAISCT.

²² Cujo modelo colocado em marcha contribui para o aumento significativo da população alojada, permitindo ao mesmo tempo uma redução das despesas do Estado, cujas verbas podem ser transferidas para outro tipo de apoios. Com efeito, a solução preconizada até 1997 tinha sido a do recurso aos alojadores privados, que acabava por consumir a grande percentagem de verbas gastas pelo orçamento da Segurança Social, em favor da Comunidade .

A recente implementação, pela via de um protocolo firmado entre o Ministério da Educação e três instituições²³, é sintoma da forte sensibilização para o facto de que a aprendizagem do português é um instrumento crucial da inserção e de que é fundamental uma necessária estabilização das estruturas especializadas e dos conteúdos para o ensino do português a timorenses. Para além disso, esta medida é reveladora da tendência criada para uma articulação estruturada entre o Estado e as ONG's que permite proceder a um enquadramento e sistematização das iniciativas e do papel de cada uma das instituições envolvidas, evitando, desta forma, a prossecução de esforços simultâneos que por falta de enquadramento geram resultados abaixo dos expectáveis.

Este tipo de cooperação tem-se tornado evidente não apenas no que se refere ao ensino da língua como também à discussão preliminar das próprias medidas de política e instrumentos legislativos a implementar, deve no entanto ser aprofundada a outros domínios de intervenção fundamental.

4.2.2 Os limites à intervenção do Estado

Apesar do esforço revelado, o processo e a constituição da Comissão Permanente, nem sempre se revelou o mais eficaz. Assim, o Gabinete Técnico de Apoio à Comissão constituiu-se como estrutura operacional, no entanto, a sua deficiente constituição inicial²⁴ limitou em muito a eficácia das intervenções imediatas.

Por outro lado, é patente a dificuldade de envolver de forma sistemática os diversos Ministérios representados na Comissão, nomeadamente pela via dos seus representantes oficiais.

A pouca flexibilização das estruturas do Estado introduzem níveis elevados de dificuldade na implementação de medidas que excedem o curto prazo. Assim, revela-se bastante eficiente a intervenção ao nível do acolhimento e do apoio inicial, nomeadamente: o atendimento à chegada; o diagnóstico do estado de saúde; a regularização inicial das condições de permanência; o acesso à saúde; a disponibilização de documentos de identificação; o alojamento e a alimentação e a atribuição do subsídio de acolhimento. Por

²³ Centro para a Cidadania Timorense, Associação O Regresso das Caravelas e a Sociedade Língua Portuguesa.

²⁴ Por exemplo, o recrutamento tardio de funcionários de apoio administrativo.

outro lado, a criação e a facilitação de condições de inserção tem-se revelado mais difícil de implementar, em particular, no que se refere: à passagem de situações de acolhimento/alojamento inicial para situações de maior estabilidade ainda que provisórias; a criação de estruturas e metodologias de diagnóstico das situações; a construção de "projectos de vida"; a inserção no mercado de trabalho; a integração no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional.

Acresce ainda que a elaboração do "projecto de vida", sendo da responsabilidade da instituição de segurança social da área de residência em conjunto com o indivíduo, implica ao nível técnico a constituição de competências específicas nesta matéria que se apresenta de grande sensibilidade. Neste sentido, parece-nos fundamental que se proceda não só à formação dos técnicos como também, à elaboração de um caderno de encargos onde constem de modo detalhado as especificações a ter em conta no decurso deste processo, de forma a que, a elaboração do projecto de vida seja realmente partilhado e resulte nas melhores soluções para cada um dos indivíduos. Por outro lado, o prazo previsto para a realização deste processo, pode revelar-se insuficiente, dadas as características dos indivíduos e a sua capacidade de inserção numa sociedade com contornos profundamente distintos da sua.

Neste contexto, parece-nos fundamental que quando lançado o processo de elaboração de "projectos de vida" se projectem *timings* e metodologias para a sua avaliação. Será ainda fundamental, prever alternativas sempre que se verifique a falência do "projecto de vida", em particular, quando esta não se verifica devido à exclusiva responsabilidade do indivíduo, mas sim devido à desadequação das soluções preconizadas, ou à incapacidade de resposta das instituições envolvidas.

No que se refere ao acesso às medidas de incentivo ao emprego, é fundamental que os técnicos dos Centros de Emprego estejam alertados sobre as soluções possíveis e os regimes de excepção previstos para a Comunidade Timorense. As soluções variadas e a própria complexidade de processos²⁵ implica um processo alargado de sensibilização e informação dos indivíduos, processo este que deve ser partilhado entre os Centros de Emprego, as instituições da segurança social com responsabilidades na elaboração dos "projectos de vida" e as ONG's.

²⁵ As medidas de apoio à contratação, apoios ao emprego (criação do próprio emprego, constituição de microempresas, etc.), as diversas possibilidades de formação profissional (cursos, instituições, saídas profissionais e níveis de qualificação).

Por outro lado, a designação prevista pela DRLVT do IEFP, de um técnico mediador para a integração socio-profissional da Comunidade Timorense, embora tenha sido efectuada, até à data não passou mais do que um processo administrativo, uma vez que o técnico vê limitada a sua capacidade de intervenção e não se reconhece como mediador entre as estruturas do IEFP e a Comunidade, uma vez que, acumula estas funções com muitas outras. Por outro lado, é com alguma dificuldade que se tem conseguido mobilizar os jovens para as entrevistas de aconselhamento e orientação profissional, devendo, deste modo, ser revisto o processo de abordagem que pode passar por uma maior aproximação às ONG's que trabalham quase diariamente com a população. Por outro lado, este afastamento relativo pode ser colmatado se para o GAT da CPAISCT for destacado um técnico da área da formação e do emprego.

Assim, a intervenção prevista ao nível do aconselhamento, informação e orientação profissional, bem como, a integração de timorenses em acções de formação de Centros de Formação de Gestão Directa ou Participada, a dotação de apoios à criação do próprio emprego e o encaminhamento directo para postos de trabalho, foram medidas com utilização quase nula. Se nos casos da criação do próprio emprego e do encaminhamento para postos de trabalho esta situação não parece grave na fase actual, já o caso do aconselhamento e orientação e a integração em acções de formação revela a inoperância e a incapacidade das estruturas do IEFP na intervenção junto desta população. É revelador dessa inoperância o facto de a não integração em acções de formação ser explicada pelo fraco domínio do português, quando existem programas e sistemas mais adaptados a grupos desfavorecidos e quando se justificava algumas flexibilidade em matéria de requisitos específicos.

A efectiva cooperação entre o IEFP e as ONG's no sentido do financiamento de acções de formação específicas para timorenses deve obedecer a exigências excepcionais de programação e de elaboração de conteúdos programáticos e de acções que, adaptadas aos indivíduos, resultem em efectiva qualificação em áreas com saídas profissionais testadas. Por outro lado, o IEFP ou as entidades gestoras dos Programas financiadores devem, enquanto entidades financiadoras, proceder a um acompanhamento rigoroso das situações pós-formação, no sentido de verificar as situações de estágio e a empregabilidade.

No que se refere à inserção no sistema de ensino o Ministério da Educação tem-se confrontado com algumas dificuldades. Desde logo, a identificação dos níveis de habilitação

é muitas vezes dificultado pela falta de documentação, pelo desconhecimento que os jovens têm do sistema de ensino português não conseguindo fazer as correspondências, pelo desnivelamento entre ambos os sistemas de ensino, que obriga a que a inserção se faça em níveis inferiores aos frequentados antes da chegada a Portugal.

Por outro lado, a distribuição dos jovens pelas escolas é por vezes dificultada pela falta de vagas e pela sobrelotação das escolas da cidade de Lisboa. Assim, a inserção dos jovens timorenses em escolas sobrelotadas dificulta em muito o processo de inserção, acrescentando a esta dificuldade o facto de que, embora não sendo em grandes grupos, a inserção implica vários jovens por escola, para que estes se possam apoiar mutuamente, dificultando, assim, a selecção do estabelecimento de ensino. Estas dificuldades são extremamente difíceis de conciliar com o facto destes preferirem Lisboa enquanto local de estudo porque desta forma ficam mais próximos do resto da Comunidade .

A opção do ME de inserir alguns grupos em estabelecimentos de ensino fora de Lisboa, como forma de ultrapassar estas dificuldades, revelou-se infrutífera já que, poucos jovens quiseram deslocar-se para fora de Lisboa (com excepção daqueles que se integraram em Universidade) e, daqueles que o fizeram alguns acabaram por regressar à cidade. Deste modo, o ME tem algumas dificuldades em encontrar situações de equilíbrio entre as possibilidades de vagas e a inserção em escolas onde as possibilidades de sucesso serão maiores e as expectativas dos jovens quanto à sua manutenção enquanto grupo.

A chegada intermitente de jovens a Portugal limita muitas vezes a inserção rápida no sistema de ensino, uma vez que se revela prejudicial a integração nos estabelecimentos em períodos posteriores ao início do ano lectivo. Uma outra dificuldade reside no facto de muitos jovens afirmarem a sua situação de estudantes universitários, embora não existam documentos comprovativos. Tal situação levou o ME a inserir em estabelecimentos do ensino superior alguns jovens que revelaram posteriormente ter habilitações inferiores. Este facto criou em muitos casos situações de grande desmotivação e frustração que devem ser evitadas, sob pena, de se comprometer à partida o sucesso do processo de inserção.

O próprio ME refere as dificuldades sentidas na integração dos jovens nos estabelecimentos de ensino, uma vez que " a presença dos jovens nas aulas tem sido irregular, os alunos são instáveis, havendo dificuldade em os manter interessados e participativos"²⁶. Neste contexto

²⁶ Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense, Relatório de Actividades 1996, p.20.

e tendo em conta as especificidades da população envolvida, torna-se evidente a urgência de implementação de mecanismos de apoio personalizado nas escolas e de remediação das dificuldades. o que passa pela responsabilização de técnicos e docentes habilitados para a tutoria neste tipo de situações. O relativo sucesso da experiência levada a cabo na Escola Profissional Gustave Eiffel, onde foi nomeado um tutor para o grupo, indicia a necessidade de acompanhamento individualizado e específico por parte destes estudantes.

4.2.3 O papel das Organizações não Governamentais: da atomização à coordenação de actividades

A intervenção das ONG's e instituições de solidariedade junto da Comunidade Timorense sofreu um grande incremento no princípio dos anos 90 e, como vimos, fundamentalmente depois do massacre de Santa Cruz. Algumas destas instituições foram criadas no período após o massacre como é o caso da Associação 12 de Novembro; outras existiam já há alguns anos mas dinamizaram/diversificaram as suas actividades com os fluxos recentes de entradas de timorenses em Portugal, como é o caso da CDPM; outras foram ainda criadas mais recentemente numa tentativa de melhorar organização do trabalho junto da Comunidade, é o caso do CCT; noutros casos instituições já existentes e com finalidades diversificadas iniciaram também algum trabalho junto da Comunidade, são os casos da Associação Olho Vivo e da Associação "O Regresso das Caravelas", entre outras. Verificaram-se igualmente situações importantes de trabalho junto da Comunidade, por parte de grupos menos estruturados, ou se quisermos menos institucionalizados, encontram-se nesta circunstância, o Grupo Universitário de Apoio à Comunidade Timorense e o Grupo da Universidade do Porto.

O surgimento de instituições e actividades de apoio à Comunidade no início dos anos '90 – em parte mobilizadas pelas necessidades dos jovens recém-chegados – veio a revelar a capacidade da sociedade civil em organizar respostas em diversos domínios para as necessidades destes grupos mais carenciados, como o ensino de língua portuguesa, a organização de acções de formação específicas, o aconselhamento em matéria de procedimentos burocráticos e o apoio na aquisição de documentos de identificação, a orientação e o acompanhamento da inserção dos jovens nas instituições de ensino.

A proliferação destas actividades, em muitos casos financiadas pelo próprio Estado, se funcionou bem como forma de sensibilização da opinião pública e como ajuda primária ou de emergência à Comunidade, veio a revelar-se, por um lado, insuficiente na sua capacidade de resposta face ao aumento dos fluxos de entrada em Portugal de jovens isolados – elementos da população para os quais o apoio é mais urgente –; e por outro, por vezes inconsistente, uma vez que, partia de esforços isolados e denotava-se cada vez mais a necessidade de acções concertadas por forma a cobrir todas as áreas possíveis de intervenção, delinear os *timings* de intervenção das diversas instituições e, ainda, não criar expectativas exageradas junto da Comunidade que intervenções de carácter pontual e pouco estruturado não pudessem responder.

Neste sentido, tal como referimos no ponto anterior, a necessidade do Estado repensar e reorganizar a sua intervenção junto da Comunidade, estendeu-se também às próprias ONG's. A este nível não poderemos deixar de referenciar que, esta reflexão em torno da elaboração de uma política integrada que compromettesse o Estado e envolvesse as ONG's, resulta em parte, da análise crítica de algumas ONG's relativamente à sua capacidade de intervenção e à situação da Comunidade em Portugal. Destacam-se a este nível a reflexão e intervenção da CDPM – Comissão para os Direitos do Povo Maubere, do CIDAC – Centro do Informação e Documentação Amílcar Cabral e mais recentemente do CCT – Centro para a Cidadania Timorense.

Neste sentido, a criação da Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense, veio em parte responder a algumas destas lacunas: i) constituindo-se como interface entre as diversas instituições e o Estado; ii) admitindo a possibilidade de funcionar como mediador de esforços das diversas instituições; iii) enquadrando com base numa política estruturada as diversas intervenções, definindo prioridades e modos de actuação. Por outro lado, as próprias instituições já haviam começado em período anterior, a proceder a formas de concertação das suas actividades e das suas áreas de intervenção específica.

No processo de recolha de informação foram inquiridas as entidades cujo trabalho se considerou mais estruturante e, ainda outras, que com intervenções esporádicas, revelaram, no entanto, algum sucesso. Apesar da proliferação de entidades, podemos afirmar que o trabalho junto da Comunidade se concentra num núcleo duro constituído: pela CDPM – Comissão para os Direitos do Povo Maubere; Centro para a Cidadania Timorense;

Associação 12 de Novembro; A Paz é Possível em Timor Leste²⁷ e a Universidade do Porto²⁸.

Passaremos ao tratamento mais aprofundado das entidades inquiridas que constituem este núcleo duro com base nas entrevistas realizadas e em documentos cedidos pelas instituições.

❖ O CENTRO PARA A CIDADANIA TIMORENSE

a) Caracterização da instituição e tipo de actividades realizadas

O CCT é das instituições com trabalho junto da Comunidade Timorense aquela que foi criada mais tardiamente (Dezembro de 1995), no entanto, a sua fundação nasce da iniciativa de duas ONG's com uma experiência vasta e relevante – o CIDÁC e a CDPM – que encontraram junto da Comunidade, em particular, dos jovens algumas carências que as suas estruturas dificilmente poderiam suprir.

Assim, o CCT nasce como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) vocacionada para o apoio à Comunidade Timorense, em particular, aos jovens, em diversos domínios: acolhimento, obtenção de documentos de identificação, acesso e informação sobre o sistema de saúde, sensibilização e educação para a saúde, informação sobre o sistema de ensino e de formação, fomento de trocas culturais, o desenvolvimento das competências sociais, actividades de animação socio-cultural, e em particular, a aprendizagem da língua portuguesa e o apoio na definição de projectos de vida individuais, etc..

Muitas das actividades empreendidas pelo CCT tiveram o apoio financeiro e logístico do Estado pela via do Ministério da Educação e da Segurança Social, bem como de entidades de carácter privado, que forneceram apoios pontuais, nomeadamente na disponibilização de materiais²⁹. Com efeito, as actividades deste tipo de instituições só são possíveis de implementar se houver a capacidade de realizar protocolos de cooperação com diversas entidades, até porque a natureza de entidade sem fins lucrativos resulta na dificuldade de

²⁷ Entidade não inquirida e sobre a qual não se fará um tratamento aprofundado, uma vez que, a informação disponível se revela insuficiente.

²⁸ Conhecido pelo Grupo do Prof. Barbedo de Magalhães, dinamizador das actividades deste grupo.

²⁹ O projecto inicial de criação do CCT foi financiado pela DGV-CE, destacam-se ainda, os apoios pontuais do Instituto de Cooperação Portuguesa, dos Correios de Portugal, da RTP, da Biblioteca Nacional, etc..

organizar uma estrutura de recursos humanos permanente e de dispor de recursos financeiros facilmente mobilizáveis.

Por outro lado, a capacidade e o êxito das intervenções depende da capacitação e profissionalização dos recursos humanos, só possível pela via da formação e da contratação de profissionais qualificados nos diversos domínios de intervenção. A este nível, a estratégia do CCT desenvolveu-se, por um lado, pela tentativa de consolidação de uma estrutura de recursos humanos pequena, mas qualificada – técnicos de serviço social e psicólogos –; por outro; pela formação em áreas lacunares; e ainda, pela cooperação com outras entidades que dispõem de profissionais capacitados, são os casos, do recurso aos professores de língua portuguesa do CIDAC, do destacamento de uma professora por parte do ME, do protocolo com o Centro de Cultura de Timor no sentido de aproveitar a sua experiência junto do ME na validação dos certificados de habilitação.

b) Avaliação das capacidades de intervenção

O sucesso de qualquer intervenção depende também da capacidade evidenciada pelas instituições de proceder à avaliação e a uma reflexão crítica sobre as suas actividades. O CCT, é talvez um caso exemplar nessa matéria, não só tem uma reflexão de fundo sobre as políticas de apoio e inserção da comunidade Timorense, como também, evidencia uma capacidade de avaliação e de reflexão sobre os limites da sua intervenção e das dificuldades sentidas pela generalidade das ONG's. Talvez, por isso, o CCT em conjunto com outras ONG's, tenha vindo a funcionar como parceiro privilegiado do Estado – fundamentalmente pelo contacto com a Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense em Portugal – na discussão de políticas e no estabelecimento de protocolos entre ONG's e entre estas e organismos do Estado³⁰.

A este nível é importante referir as condicionantes e as dificuldades sentidas pelo CCT na prossecução das suas actividades. Estas dificuldades são de ordem externa e também interna à própria instituição e podem ser estendidas às actividades de outras ONG's.

³⁰ São exemplo dessa cooperação, a audição das ONG's no processo de elaboração e de definição das políticas de inserção e apoio, o protocolo com o ME para a realização de programas únicos de ensino do português com a consequente constituição de parceria com outras entidades (Associação "O Regresso das Caravelas" e a Sociedade de Língua Portuguesa") para a realização de cursos de português, a possível colaboração entre o CCT e a Segurança Social no sentido da elaboração dos "projectos de vida".

Assim podemos sintetizar algumas das dificuldades e condicionantes identificadas pelo CCT que nos parecem mais relevantes:

- a relativa imprevisibilidade do público a atingir, quer em número, quer em necessidades, em particular devido à constante e chegada de jovens isolados, principal alvo da actuação da entidade, situação que provoca alguma incapacidade de resposta e dificuldade de planeamento de actividades;
- a natureza "experimental" de algumas medidas e intervenções decorrente do vazio de políticas estruturadas que até há pouco tempo se fazia sentir;
- a dificuldade de aceder a apoios financeiros de forma atempada, o que cria momentos de quebra nas actividades e tempos de resposta desequilibrados;
- a dificuldade de constituir uma equipa capaz de fazer face a todas as necessidades, uma vez que, a capacidade financeira da entidade não permite estabilizar um quadro vasto e permanente de recursos humanos.

Por outro lado, a entidade quando solicitada a avaliar a intervenção do Estado, adianta as seguintes limitações e sugestões:

- a fraca capacidade de acolhimento revelada por Portugal, onde as estruturas de acolhimento são poucas, o que coloca problemas acrescidos, em particular, aos jovens que chegam isolados;
- a dificuldade de coordenação das capacidades específicas de cada organização e de aproveitamento das capacidades existentes;
- a necessidade de fazer um levantamento das capacidades das ONG's;
- a indefinição política relativamente aos passos a seguir após a instalação dos indivíduos nos CAT's e ao lançamento dos projectos de vida;
- a dificuldade dos indivíduos alojados nos CAT's em provirem a sua própria alimentação, uma vez que, as bolsas e subsídios que recebem são extremamente baixos;

- relativa indefinição política sobre a questão da habitação³¹ ;
- critérios de selecção e prioridades pouco estabilizadas para a determinação dos indivíduos que devem ser alojados nos CAT's;
- a relativa indefinição do programa de trabalhos da Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense e participação desigual dos diferentes Ministérios, muitas vezes representados, por técnicos que não têm capacidade de decisão³².

c) Reflexão sobre a Comunidade

O contacto permanente destas instituições com a Comunidade permite-lhes ter um conhecimento muito vasto sobre as principais dificuldades e necessidades desta população. No essencial, as dificuldades identificadas não são distintas daquelas que a própria população referiu no questionário de suporte a este Estudo.

Neste sentido, destacam-se: a falta de recursos materiais, as dificuldades de adaptação aos modos de vida e à organização característica da sociedade portuguesa³³, as experiências de vida traumáticas a que foram submetidos, a dificuldade de implementar um "projecto de vida alternativo" perante circunstâncias de tão grandes incertezas, o tempo demasiado curto em que são solicitados a realizar as suas opções em termos de inserção escolar ou profissional, as condições de alojamento não propiciadoras de situações de inserção e potenciadoras de conflitos, etc.. Por outro lado, a aprendizagem da língua assume-se como dificuldade e aspecto fundamental do processo de inserção na perspectiva do CCT.

³¹ Foi referida a necessidade de a Secretaria de Estado da Habitação estar representada na Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense.

³² Neste sentido, o funcionamento da 1ª Comissão – Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense – foi exemplar, uma vez que, dispunha de um objectivo definido.

³³ Desde logo, podemos identificar questões como: as prioridades, a noção do tempo, a alimentação, a forma de abordar os outros, as exigências do sistema escolar, as especificidades e as dificuldades do mercado de trabalho.

- ✓ Reflexão aprofundada sobre as necessidades da Comunidade, a capacidade e o papel das ONG's e as políticas do Estado.
- ✓ Capacidade de coordenação do trabalho das ONG's e de cooperação com o Estado.
- ✓ Tendência para especialização no ensino do português.
- ✓ Dificuldade de articulação com a Segurança Social, no sentido, da elaboração dos "projectos de vida".

❖ A CDPM – Comissão de Defesa do Povo Maubere

a) Caracterização da instituição e tipo de actividades realizadas

A CDPM é uma das instituições que, com existência anterior - desde 1981 - desenvolveu as suas actividades no período pós massacre de Santa Cruz e com a chegada a Portugal de grupos de jovens. Nasce com o objectivo de promover em Lisboa uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos dedicada à questão de Timor e desenvolve a partir daí as suas actividades com o objectivo de "tornar Timor Leste numa questão nacional", num período em que para as autoridades portuguesas esta era uma questão "adormecida".

A CDPM é na sua essência uma organização de cariz político, que desenvolveu as suas actividades nos domínios da recolha, tratamento e divulgação de informação relativa a Timor Leste, produção de boletins informativos, contacto com os média, relacionamento com os órgãos de soberania e do alargamento da solidariedade a nível europeu.

A estrutura de funcionamento viveu muito tempo do voluntariado que, ainda hoje, suporta grande parte das suas actividades. No entanto, a capacidade de mobilizar financiamentos para projectos específicos, acabou por permitir a criação de uma estrutura de recursos humanos pequena, mas permanente.

A sua actividade diversificou-se bastante com a chegada do grupo dos 29 jovens que invadiram a Embaixada dos EUA, a partir desta fase, a CDPM empenhou-se em denunciar

as condições de acolhimento, prepara cursos de português³⁴, e pressiona o Estado no sentido da elaboração de uma política de acolhimento integrada.

Mais tarde, promove a criação do CCT com o objectivo de criar uma estrutura especializada para o apoio à inserção social, a fim de prosseguir os seus objectivos de natureza política. Neste contexto, o seu trabalho junto da Comunidade caracteriza-se pelo apoio ao trabalho político dos timorenses, cedendo material, instalações, etc..

Tal como o CCT, apresenta-se como interlocutor privilegiado junto da Comissão Interministerial e Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense.

b) Avaliação das capacidades de intervenção

As principais dificuldades com que a CDPM se depara nas suas actividades respeitam essencialmente a: i) dificuldade em hierarquizar prioridades de intervenção, devido às muitas solicitações que os timorenses e, em particular, os jovens lhes fazem chegar; ii) dificuldade em traduzir a capacidade de leitura da realidade em acções específicas.

Para além das dificuldades, a CDPM considera que no essencial, o objectivo que presidiu à sua constituição foi cumprido, uma vez que, foi possível tornar Timor numa questão nacional. Por outro lado, tem sido possível conceder apoio a várias instituições, nomeadamente aquelas que têm uma intervenção no apoio à inserção social. Foi igualmente referido, o papel relevante da instituição na mobilização de um conjunto de instituições, organizando situações de diálogo entre as ONG's e a comunidade Timorense, por um lado e a administração pública, por outro.

No que se refere à intervenção do Estado esta entidade é bastante crítica relativamente à legislação produzida, pois considera-a demasiado abrangente, de tal forma, que dificilmente se poderão balizar situações e elaborar um quadro ou metodologias de trabalho específicas. Para além disso, são referidas:

- as deficientes condições de alojamento dos timorenses recém-chegados, em particular, no que se refere às pensões;

³⁴ Com o apoio do Secretariado Entreculturas do ME, do Instituto da Cooperação Portuguesa do MNE e dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.

- a dificuldade de inspeccionar a manutenção das condições de alojamento vigentes no contrato estabelecido com os proprietários dos alojamentos;
- os atrasos da Segurança Social no pagamento dos subsídios;
- a incapacidade de resposta dos Centros de Emprego aos timorenses que se inscrevem e que esperam tempo excessivo até à realização de entrevistas;
- dificuldades de encaminhamento para o sistema de ensino agravadas pela inexistência de procedimentos burocráticos claros (e.g. a obtenção de certificados).

- ✓ Actividades de cariz político que sofreram, no passado recente um desvio no sentido do apoio à inserção social.
- ✓ Capacidade de intervenção junto do Estado.
- ✓ Tentativa de articulação com outras ONG's.

❖ A ASSOCIAÇÃO 12 DE NOVEMBRO

a) Caracterização da instituição e tipo de actividades realizadas

A Associação 12 de Novembro é uma das instituições que surgiu no período posterior ao massacre de Santa Cruz em 1991. A sua intervenção tem-se especializado na área da formação profissional, com a apresentação de projectos a Programas específicos co-financiados pelo FSE, como é o caso, do Programa Horizon e Integrar.

A especialização nesta área de intervenção não estava contemplada nos objectivos que presidiram à constituição desta Associação, que nasce essencialmente, como organização que pretendia, pela utilização dos media e implementação de acções mediatizáveis, sensibilizar a opinião pública sobre a questão timorense. No entanto, a chegada a Portugal de jovens timorenses com forte actividade/intervenção política e dificuldades de inserção, levou a Associação a encetar outro tipo de trabalho junto da Comunidade.

A inexistência de soluções na área da formação para os jovens timorenses e a dificuldade em dispôr de meios financeiros para as suas actividades, levou a Associação 12 de

Novembro, a apresentar em 1995 uma candidatura ao Programa Horizon para a realização de uma acção de formação profissional, à qual se seguiram outras acções em 1996 e 1997, estas no âmbito do Programa Integrar.

Esta excessiva especialização da Associação e a sua dependência dos fundos comunitários, incorre no risco de, em situação de indisponibilidade de financiamento, as suas actividades junto da Comunidade cessarem, a menos que exista alguma capacidade de reorientação.

Para além da actividade de formação, a única intervenção da Associação junto da Comunidade reside no apoio prestado à RENITIL através da cedência de instalações. Cremos, no entanto, que esta ligação a um grupo específico dentro da Comunidade, limita a capacidade de intervenção da Comunidade e pode indiciar de situações de desigualdade no acesso à formação. O facto de ter sido a RENETIL a proceder à selecção dos formandos para uma das acções de formação realizadas é reveladora desta situação e pode gerar e aprofundar situações de conflito numa Comunidade profundamente fragmentada.

b) Avaliação das capacidades de intervenção

As principais dificuldades sentidas pela Associação 12 de Novembro dizem respeito às limitações impostas pela sua dependência dos financiamentos comunitários para a realização das acções de formação. Por outro lado, o rigor dos Regulamentos que regem os Programas e financiamentos comunitários, revela-se em muitos casos incompatível com as especificidades desta população³⁵.

Por outro lado, a Associação refere as dificuldades de coordenação entre as diversas entidades com intervenção junto da Comunidade, que cria por vezes, situações de sobreposição de intervenções e *timings* de execução desajustados.

No que respeita aos apoios a cargo do Estado, as principais referências da Associação vão para:

- as condições de alojamento nas pensões, onde em muitos casos os quartos estão sobrelotados;

³⁵ Por exemplo, a duração das acções (1 ano) é, segundo a Associação, demasiado curta, uma vez que se trata de uma população com muitas dificuldades, em parte decorrentes do fraco domínio da língua portuguesa.

- os procedimentos excessivamente burocratizados que implicam demoras nas respostas às solicitações.

d) Reflexão sobre a Comunidade

Na perspectiva da Associação 12 de Novembro, estamos perante uma Comunidade profundamente fragmentada, onde são patentes as divisões étnicas e políticas.

São também referidas as dificuldades de inserção: o fraco domínio da língua, um ritmo de vida pouco adaptado às exigências da nossa sociedade e uma enorme dificuldade de percepção dos procedimentos burocráticos e administrativos.

❖ O GRUPO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

a) Caracterização da instituição e tipo de actividades realizadas

O chamado Grupo da Universidade do Porto ou do Prof. Barbedo de Magalhães não se trata em sentido formal de uma instituição, mas sim de um grupo de pessoas que sob a orientação do Prof. Barbedo de Magalhães realizam algumas actividades junto da Comunidade.

No essencial as actividades deste grupo estão orientadas para a realização das Jornadas sobre Timor Leste, que têm como objectivo a aproximação dos diversos grupos de timorenses através de discussão de temas a todos comuns. Aliada às Jornadas está a realização de cursos, intitulados "Acção de Formação para a Democracia", com componentes de debate político, cursos de história política, actividades de expressão dramática, de discussão de problemáticas relevantes como a da educação, etc.. Estas actividades dão origem à publicação de documentos de divulgação dos temas relacionados com Timor Leste e com a Comunidade Timorense.

b) Avaliação das capacidades de intervenção

As referências fundamentais de avaliação das actividades e intervenções junto da Comunidade, levadas a cabo tanto pelo Estado como pelas ONG's, vão no sentido da identificação de áreas lacunares, das quais destacamos:

- a necessidade de implementar mecanismos de avaliação das acções realizadas nos diversos domínios de apoio;
- a necessidade de implementar acções continuadas de ensino do português;
- a dificuldade das ONG's e outras instituições em responderem atempadamente às necessidades da Comunidade, pelo facto de os mecanismos de financiamento serem pouco flexíveis.

c) Reflexão sobre a Comunidade

No entender deste Grupo, o aspecto que mais caracteriza esta Comunidade é a sua divisão interna que acaba por fragilizá-la tornando mais difícil o processo de inserção. Por outro lado, tratam-se de indivíduos que sofrem de profundos traumas causados pelos contextos de violência a que estiveram sujeitos, mas que têm profundas renitências em aceitar apoio nesta área, sem a qual qualquer processo de inserção corre o risco de abortar.

- ✓ Uma intervenção que visa a reconciliação entre os diversos grupos de timorenses.
- ✓ Um fórum de discussão de temas e matérias pertinentes não só de natureza política, mas também relacionadas com a informação e conhecimento relativo à sociedade portuguesa.
- ✓ Uma acção no sentido da formação da cidadania.

❖ OUTRAS INSTITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO JUNTO DA COMUNIDADE

No essencial, as outras instituições da sociedade de civil com intervenção junto da Comunidade Timorense não limitam a sua actividade a este grupo-alvo, destas apenas

referiremos algumas: a Associação Olho Vivo; a Associação O Regresso das Caravelas; o Centro Comunitário de Carcavelos; a Civitas e o Movimento Cristão para a Paz.

A Associação Olho Vivo, é uma associação juvenil de carácter nacional, financiada pelo Instituto Português da Juventude, que denotou alguma sensibilidade e interesse pela questão timorense através do desenvolvimento de acções de sensibilização e divulgação junto de Escolas. Colaborou mais activamente no processo de apoio à inserção através da realização recente de um curso de português para jovens timorenses. Estão integrados num projecto de formação mais vasto³⁶ no qual são responsáveis pelas actividades de animação socio-cultural.

A Associação O Regresso das Caravelas, é uma associação cujo objectivo é a promoção e dinamização da cultura africana, com trabalho realizado junto de escolas, organização de ateliers temáticos, promove cursos de línguas africanas, timorense e goesa, realizaram um curso de português para timorenses. Estão integrados no protocolo com o ME para a realização de cursos modulares de português³⁷.

O Centro Comunitário de Carcavelos, sem intervenção junto da Comunidade neste momento, é um dos exemplos de intervenção local, realizaram actividades de ensino de português, mediação com escolas e segurança social e encaminhamento dos timorenses residentes em Carcavelos.

A CIVITAS, é uma organização com trabalho na área dos direitos humanos, vocacionada para as minorias étnicas, procede a informação, apoio jurídico e acompanhamento, teve intervenções pontuais junto da Comunidade através da realização de cursos de português e de formação de formadores para timorenses com formação académica superior. Neste momento não tem qualquer projecto orientado para a população timorense.

O Movimento Cristão para a Paz, nasceu como grupo ecuménico, mas abandonou o cariz religioso e tornou-se uma associação de juventude, tem trabalhado pontualmente com a comunidade Timorense apoiando os estudantes timorenses de Coimbra, procurando integrá-los nas suas diversas actividades.

³⁶ Trata-se do protocolo com o ME e o CCT, Associação O Regresso das Caravelas e a Sociedade de Língua Portuguesa, para a realização de cursos de português em três níveis.

³⁷ Idem.

- ✓ As entidades da sociedade civil com intervenção junto da Comunidade têm naturezas distintas: i) por um lado, existem grupos estruturados e especializados neste grupo-alvo, com actividades ora de cariz político, ora de natureza social, participando activamente no processo de inserção e que funcionam como interlocutores do Estado; ii) por outro, inúmeras entidades não especializadas neste grupo-alvo, mas que tiveram intervenções pontuais em domínios como o ensino do português e o apoio diverso.
- ✓ Verifica-se uma tendência crescente da parte das entidades mais especializadas para a coordenação de actividades e crescente cooperação, quer entre si, quer com o Estado.
- ✓ As actividades destas instituições são altamente penalizadas pela intermitência dos apoios financeiros, a par de um movimento de crescente procura da sua intervenção, em particular, por parte dos jovens.
- ✓ A existência de entidades especializadas neste grupo-alvo se, por um lado, permite a realização de um trabalho mais estruturado, por outro, pode ter dimensões de excessiva monopolização, inibidora da emergência de abordagens alternativas.

4.2.4 As Associações Timorenses

A inquirição das Associações Timorenses teve como objectivo avaliar a sua capacidade e as motivações para a associação, em particular, em domínios que transcendem o político, que como sabemos é dos domínios onde esta Comunidade se revela mais interventiva.

Foram inquiridas essencialmente dois tipos de entidades: i) associações culturais, como o Tata Mai Lau, Taci Feto Taci Mane, e os Kdadalak; ii) associações que visam o apoio à inserção dos membros da Comunidade, como a União dos Refugiados Timorenses, a Comissão dos Refugiados Timorenses e a Associação dos Ex-Presos Políticos.

Destas associações são as de cariz cultural que se encontram mais activas, realizando de forma sistemática espectáculos e eventos onde se apresentam as danças, os cantares e os costumes timorenses. O objectivo essencial destas associações é a divulgação da cultura de Timor e a sua manutenção viva na Comunidade. A crescente dinamização das suas actividades está associada com a sensibilização da opinião pública para a questão

timorense e a mediatização dos acontecimentos que de alguma forma envolvem a Comunidade.

As associações que visam o apoio à inserção dos membros da Comunidade foram criadas no princípio dos anos 80 ou mesmo em períodos anteriores têm igualmente um carácter político importante, as suas actividades desenvolvem-se em torno de questões como o apoio em processos administrativos e burocráticos (e.g. nos documentos de identificação).

Nos casos da CRT e URT a sua intervenção neste momento é quase nula, evidenciando por um lado, a fraca capacidade de mobilização e, por outro, o crescente recurso a instituições portuguesas (ONG's) para a resolução de alguns problemas a que estas associações respondiam. Há a acrescentar que estas associações criadas pelos primeiros grupos de timorenses a chegar a Portugal são constituídas no essencial por indivíduos de maior idade que se encontram totalmente inseridos na sociedade portuguesa, aqueles que chegam mais recentemente, até pela sua faixa etária e pelo facto de, à chegada serem acolhidos por instituições especializadas, acabam por se distanciar destas associações que têm características menos dinâmicas.

Por fim, a Associação dos Ex-Presos Políticos é destas instituições a mais recente e, por isso, ainda bastante activa. É uma associação de cariz político cujo objectivos é a denuncia da situação dos direitos humanos em Timor Leste.

No essencial, os problemas com que se debatem estas associações são reveladores da fraca mobilização da Comunidade para iniciativas que transcendem o universo das questões políticas e demonstram o carácter fragmentado da Comunidade. É de salientar, que das associações de timorenses, aquelas que têm uma actividade mais sistemática e dinâmica, são as de carácter cultural, cujo público-alvo não é em grande medida o timorense.

4.3. A inserção sócio-cultural dos Timorenses em Portugal

4.3.1. Uma Comunidade dependente e fragmentada com situações diversificadas face ao processo de inserção

A análise factorial de correspondências múltiplas apresentada no início do relatório foi aplicada ao conjunto de variáveis (Quadro 20) que traduzem práticas culturais, participação política e recreativa, relacionamento com os membros da Comunidade e com os outros. Os resultados da aplicação desta técnica permitiram a identificação de seis grupos que correspondem aos tipos base de posicionamento dos membros da comunidade Timorense em relação às formas de inserção sócio-cultural. O quadro 21 identifica, em relação a cada um dos grupos, as modalidades sobre-representadas nas variáveis activas e ilustrativas. O quadro 22 surge na sequência do anterior e sintetiza, para os três domínios fundamentais que estão a ser considerados no processo de inserção, o nível de intensidade das práticas e/ou da participação dos timorenses que integram cada grupo-tipo, cruzando isto com o nível de antiguidade da estadia em Portugal.

Os diferentes grupos-tipo constantes nos quadros 20 e 21 apresentam posicionamentos diversos em relação às sociedades timorense e portuguesa que dependem, não só do seu tempo de presença em Portugal, mas também dos projectos de vida pessoal e dos objectivos que são inerentes à migração.

O grupo 1 (posicionamento de transição-situações híbridas) constitui um bom referencial de partida para a análise dos restantes conjuntos, uma vez que se caracteriza por um posicionamento de transição ou, mais propriamente, por uma situação que conjuga, de um modo bastante equilibrado, práticas sócio-culturais timorenses e portuguesas.

Neste grupo inserem-se indivíduos de ambos os sexos na sua maioria casados, maiores de 30 anos, que já residem em Portugal há algum tempo (pelo menos 9/10 anos). Correspondem àqueles que seguiram uma via de menor dependência face às instituições, tendo-se inserido (ou re-inserido) na vida activa e, em bastantes casos, procurado alojamentos autónomos fora das pensões e mesmo dos bairros de habitação social, como atesta a sobre representação das residências em Sintra.

Quadro 20

CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO SOCIO-CULTURAL-modalidades sobre-representadas

VARIÁVEIS ACTIVAS	Grupo 1 - 25%	Grupo 2 - 15%	Grupo 3 - 25%	Grupo 4 - 17%	Grupo 5 - 9%	Grupo 6 - 8%
	Posicionamento de transição (situações híbridas)	Situações de relativa excentricidade	Voluntarismo, participação política e esforço de inserção	Inserção limitada, forte envolvimento político	Inserção limitada, médio envolvimento político	Situações de relativa assimilação
Casou com natural	Sim					Não
Naturalidade do cônjuge						Portugal / Angola / Moç. / Índia
Dific. no presente: Língua	Não			Sim	Sim	Não
Dific. no presente: Escola	Não	Não		Sim	Sim	
Dific. no presente: Documentos		Não				
Dific. no presente: Integração trabalho						
Dific. no presente: Habitação	Sim	Não				
Dific. no presente: Transportes						
Dific. no presente: Discriminação	Não					
Dific. no presente: Reintegr. função públ.						
Dific. no presente: Económicas	Sim					
Frequência act. cult. e recr. da comunidade	Ocasional	Nunca	Diária / semanal	Ocasional	1/2 mês	Nunca
Frequência act. políticas da comunid.	Ocasional	Nunca	Diária / semanal	1/2 mês / ocasional	1/2 mês	Nunca
Part. act. cult. na escola		Não	Sim	Não		Não
Part. act. cult. fora escola	Não	Não	Sim			Não
Part. act. cult. outras comun. étnicas	Não		Sim	Não	Não	Não
Nenhuma part. act. fora comunid.		Sim	Não	Sim		
Faz parte de alguma associação?	Não	Não	Sim	Sim		Não
Qual?	Sindicatos (7%)		Presos polit. / ... grupos culturais / udt / cnm / fretilin	Ojetil / renetil		
Vota?	Sim		Sim	Não	Não	Sim
Língua utilizada - pais ou filhos	Tétum e port.	Chinês / port. / tétum	Tétum e port.		Tétum	Português
Língua utilizada - irmãos						
Língua utilizada - cônjuge	Port. e tétum / tétum	Chinês e out.				Português
Língua utilizada - emprego						
Língua utilizada - outros timorenses	Tétum e port.	Português / chinês	Tétum	Tétum e bahasa / dialectos	Tétum e bahasa / dialectos	Tétum e port.
Comida Timorense	Diária		Diária	Ocasional / nunca	Semanal / 1,2 mês	+ 1 vez p/semana
VARIÁVEIS ILUSTRATIVAS	Posicionamento de transição (situações híbridas)	Situações de relativa excentricidade	Voluntarismo, participação política e esforço de inserção	Inserção limitada, forte envolvimento político	Inserção limitada, médio envolvimento político	Situações de relativa assimilação
Idade	30 ou mais	15-29	30-49	15-29 anos	15-29 anos	
Estado civil		Solteiro		Solteiro	Solteiro	Casado
Sexo		Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino
Ano de chegada	1985-89			1995 / 1990-94	1997 / 1996	1974-79 / anos 60
Naturalidade					Leste	
Agregado	5-9 ind.			1 ind.	1 ind.	4 ind. / 3 ind. / 2 ind.
Nº filhos	2/3 ; eventualmente 4 ou mais	Sem filhos	4 ou mais	Sem filhos	Sem filhos	1 / 2 filhos
Residência antes vir para Portugal	Dili	Macau	Dili	Java	Java	Ex colónias
Residência actual	Sintra / Oeiras			Resid. Estud. / Lisboa, Coimbra	Pensão / Lisboa, P. Floresta	Casa própria / Resto do país / arrendada
Tempo de resid. no actual alojamento	6-10 anos			1 ano	Menos de 1 ano	Mais de 10 anos
Rendimento mensal	101-200 c.			Menos de 21 c.	Menos de 21 c.	
Condição perante o trabalho	Reformado / activo	Desempregado		Estudante	Estudante	
Principal meio de vida	Reforma / trabalho	Cargo família		Pensão do estado	Pensão do estado	Trabalho / doméstica
Vínculo contratual	Efectivo					
Regime de trabalho	Permanente					
Há quanto tempo tem o emprego actual?	+ de 5 anos					
Situação profissional	Assalariado					
Habilitações trazidas de Timor				Freq. ens. sup./secund.	Ens. secund.	Nenhuma
Habilitações actuais	Ens. primário			Freq. ens. sup.	Ens. secund.	
Conhec. língua portuguesa falada	Bons			Percebe não fala / nenhum	Fracos	Bons
Conhec. língua portuguesa escrita				Regulares	Fracos	Bons
Comunidade	Timorense			Timorense		Luso-Timorense

Quadro 21

CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO SOCIO-CULTURAL - SÍNTESE

CARACTERÍSTICAS	Posicionamento de transição (situações híbridas)	Situações de relativa excentricidade	Voluntarismo, participação política e esforço de inserção	Inserção limitada, forte envolvimento político	Inserção limitada, médio envolvimento político	Situações de relativa assimilação
Práticas culturais timorenses						
Participação política (causa timorense)						
Práticas culturais portuguesas / exogamia						
Antiguidade da presença em Portugal		Estende-se por todo o período	Estende-se por todo o período			

NÍVEIS DE INTENSIDADE:

Média
Reduzida

No caso deste grupo, a permanência em Portugal e a adopção de estratégias de funcionalidade em relação aos valores e, sobretudo, às práticas da sociedade portuguesa traduziu-se num quotidiano marcado por ritmos e atitudes que se foram aproximando dos das famílias portuguesas.

O exercício de uma actividade profissional por conta de outrem, o contacto permanente com portugueses, a residência em espaços periféricos e os baixos rendimentos implicam, por um lado uma menor disponibilidade para a participação nas actividades próprias da Comunidade e, por outro, uma maior frequência de novas atitudes, tanto de carácter funcional como informal.

Adoptam-se novas formas de comunicação dentro e fora da família (uso do português), partilham-se as dificuldades sentidas pelas famílias portuguesas de baixos rendimentos (renda da casa, etc.), exercem-se os direitos de cidadania que estão associados à condição de membros da sociedade portuguesa (sindicalização, direito de voto) e não de timorenses no exterior.

Contudo, no domínio da reprodução social e do quotidiano doméstico o substrato timorense ainda se encontra bem presente, justificando a endogamia, os esforço por manter uma alimentação mais tradicional e a própria prática do tétum com os filhos, se bem que misturada com o português.

Refira-se que mesmo em relação à fecundidade, se verifica uma situação de transição, uma vez que se trata de agregados familiares maiores do que os portugueses, mas que apresentam padrões de fecundidade diversificados que vão desde os dois-três filhos até aos 5 ou mais.

O grupo 2 (situações de relativa excentricidade), inclui, efectivamente, dois subconjuntos: os elementos da comunidade chinesa de Timor, e as mulheres jovens timorenses.

Neste caso trata-se de um posicionamento excêntrico face aos padrões médios da sociedade portuguesa e mesmo dos grupos timorenses, designadamente em relação à participação política. Refira-se que os níveis de associativismo e participação associativa das **mulheres timorenses** são muito inferiores aos dos homens (quadros 22 e 23), destacando-se o seu absentismo em relação à esfera política (quadro 24).

Quadro 22

FAZ PARTE DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO POR SEXOS

	Masculino	Feminino	Total
Sim	58,4	26,8	50,2
Não	41,6	73,2	49,8
Total	100,0	100,0	100,0

Quadro 23

FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS ACTIVIDADES CULTURAIS OU RECREATIVAS DA
COMUNIDADE

	Masculino	Feminino	Total
Diária	4,5	0,0	3,3
Mais que 1 vez por semana	2,0	1,4	1,8
Semanal	6,0	0,0	4,4
1 ou 2 vezes por mês	16,9	1,4	12,9
Ocasionalmente	50,2	54,9	51,5
Nunca	20,4	42,3	26,1
Total	100,0	100,0	100,0

Quadro 24

FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS ACTIVIDADES POLÍTICAS DA COMUNIDADE POR
SEXO

	Masculino	Feminino	Total
Diária	6,5	0,0	4,8
Mais que 1 vez / semana	1,5	0,0	1,1
Semanal	4,5	0,0	3,3
1 ou 2 vezes por mês	27,5	2,8	21,0
Ocasionalmente	33,0	23,9	30,6
Nunca	27,0	73,2	39,1
Total	100,0	100,0	100,0

Esta situação, frequente na larga maioria das sociedades, incluindo as ocidentais, agrava-se no caso deste grupo de indivíduos, uma vez que as práticas tradicionais trazidas de Timor atribuíam à mulher a gestão doméstica alargada, que incluía as práticas agrícolas de proximidade, conferindo ao homem o papel activo nas relações com o exterior (participação política e cívica, colectivamente organizada). O processo de alteração dos valores e práticas tradicionais tem permitido alguma emancipação das mulheres timorenses residentes em Portugal, designadamente em relação à formação escolar, à participação no mercado de emprego e à emergência pontual de activistas políticas.

Contudo, um certo confinamento da maioria das jovens timorenses aos espaços de casa e da escola, reforçada por algum controlo social familiar limita, de certa forma, os processos de sociabilização que envolvem portugueses. Por outro lado, o elevado número de chegadas de jovens timorenses do sexo masculino politicamente mobilizados (ou mobilizáveis) facilita a liderança destes e, simultaneamente, limita as possibilidades de protagonismo das jovens do sexo feminino.

Também os membros da **Comunidade Chinesa de Timor** se encontram numa posição de relativo afastamento face às práticas sociais dos portugueses e à participação política no âmbito da causa de Timor Leste. Neste caso, trata-se de um grupo étnico que, já em Timor, se caracterizava por práticas sócio-culturais e económicas (sobre-representação das actividades por conta própria, sobretudo no comércio) específicas.

É portanto natural que, para além do distanciamento face à sociedade portuguesa, as características particulares deste grupo conduzam, mesmo nos espaços de migração, a uma posição relativamente marginal face ao núcleo central e mais numeroso da Comunidade Timorense.

O terceiro grupo – voluntarismo, participação política e esforço de inserção – é caracterizado quer pelo voluntarismo que conduz a níveis de participação importantes na sociedade portuguesa, quer por um forte envolvimento, passado e presente, nos elementos da cultura e na problemática política de Timor Leste. Este conjunto de adultos maduros do sexo masculino caracteriza-se pela militância fortemente activa nas forças políticas timorenses, tendo, quando em Timor, sofrido as consequências desta prática com a passagem pela prisão. É nele que se incluem os principais líderes da Comunidade, sendo de destacar o facto de cerca de 10% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos afirmar ter um nível de participação política diário (Quadro 25). Neste caso, a condição de timorense está patente nos diversos domínios do quotidiano, como atestam a frequência regular das actividades culturais da Comunidade, o uso exclusivo do tétum nos encontros da Comunidade e o consumo diário de pratos cozinhados “à moda timorense”³⁸.

Quadro 25
FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS ACTIVIDADES POLÍTICAS DA COMUNIDADE POR
GRUPOS ETÁRIOS

	15 a 29 anos	30 a 49 anos	50 ou mais anos	Total
Diária	2,2	9,9	4,6	4,8
Mais que 1 vez / semana	2,2	0,0	0,0	1,1
Semanal	4,4	2,8	1,5	3,3
1 ou 2 vezes por mês	32,6	9,9	9,2	21,0
Ocasionalmente	30,4	28,2	33,8	30,6
Nunca	28,1	49,3	50,8	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

O empenhamento e o voluntarismo dos membros deste grupo não se esgota nos domínios que se identificam com a sociedade timorense, verificando-se, igualmente, um esforço de participação nas práticas culturais genéricas da sociedade portuguesa, bem como um exercício dos direitos políticos, fenómeno que se coaduna com a importância da militância para os membros deste grupo.

Os grupos 4 (inserção limitada, forte envolvimento político) e 5 (inserção limitada, médio envolvimento político) incluem, respectivamente, jovens activistas de primeira vaga e jovens chegados mais recentemente, diferenciando-se, essencialmente, por três aspectos: o

³⁸ É significativo que este grupo registe uma sobre-representação dos indivíduos com mais de 4 filhos, valor que se aproxima da situação registada no país de origem.

momento de chegada, o grau de envolvimento político e o nível de ensino frequentado.

Os jovens incluídos no grupo 4 constituem, de alguma forma, o protótipo do activista estudantil no exílio. Chegados entre 1990 e 1995, pertencem às organizações políticas de juventude e têm um quotidiano centrado nos estudos secundários e superiores, e, sobretudo, nas tarefas políticas. Efectivamente, mais de 40% dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos afirma ter uma frequência de participação nas actividades políticas da Comunidade superior à mensal, sendo este valor bastante mais elevado do que o registado nos outros grupos etários (Quadro 25).

A vida estudantil associada à absorção originada pelo envolvimento político limita os contactos com a sociedade portuguesa ou, pelo menos, circunscreve-os a determinados segmentos. Este afastamento relativo acaba por ser um pouco agravado pela chegada relativamente recente e, também, por algumas limitações no domínio da língua portuguesa. Por outro lado, como se trata de indivíduos que vivem em alojamentos colectivos partilhados com outros estudantes nas mesmas circunstâncias, algumas práticas sócio-culturais (participação em certas manifestações, alimentação) típicas das comunidades imigradas organizadas em famílias e geograficamente concentradas são de exequibilidade mais difícil.

O grupo 5 corresponde aos jovens recém chegados, diferenciando-se do anterior pelo seu menor envolvimento político (acabam de contactar com o sistema político do exílio)³⁹ e por um maior esforço para preservar as práticas culturais timorenses, fenómeno que acaba por estar também ancorado no corte muito recente com as origens e num maior nível de desconhecimento e de à vontade em relação à sociedade de acolhimento.

Quadro 26

FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS ACTIVIDADES POLÍTICAS DA COMUNIDADE POR ANOS DE CHEGADA A PORTUGAL

	Anos 60	1974 a 79	1980 a 84	1985 a 89	1990 a 94	1995	1996	1997	Total
Diária	14,3	0,0	5,9	0,0	7,7	10,0	9,6	0,0	4,9
Mais que 1 vez / semana	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	1,9	4,2	1,1
Semanal	0,0	2,2	0,0	2,0	3,8	10,0	1,9	8,3	3,4
1 ou 2 vezes por mês	14,3	6,5	0,0	2,0	11,5	40,0	48,1	54,2	21,3
Ocasionalmente	0,0	13,0	23,5	42,0	51,9	30,0	26,9	12,5	30,2
Nunca	71,4	78,3	70,6	54,0	23,1	0,0	11,5	20,8	38,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

³⁹ É significativo o facto de todos os indivíduos chegados em 1995 declararem participar nas actividades políticas da comunidade Timorense. Em contrapartida, entre 10 e 20% dos chegados posteriormente afirmam estar alheados das tarefas políticas (Quadro 26).

Quadro 27

COMUNIDADE A QUE PERTENCE POR ANOS DE CHEGADA A PORTUGAL

	Anos 60	1974 a 79	1980 a 84	1985 a 89	1990 a 94	1995	1996	1997	Total
Não responde	0,0	4,3	5,9	2,0	3,8	0,0	0,0	4,2	2,6
Timorense	42,9	63,0	47,1	58,0	82,7	85,0	78,8	83,3	70,9
Luso-Timorense	57,1	30,4	47,1	36,0	9,6	15,0	21,2	12,5	24,6
Sino-Timorense	0,0	0,0	0,0	4,0	1,9	0,0	0,0	0,0	1,1
Afro-Timorense	0,0	2,2	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Convém destacar que uma das questões que diferencia, de modo claro, estes grupos chegados nos anos 90 daqueles que chegaram antes é a auto-avaliação da pertença comunitária (Quadro 26). Efectivamente, os indivíduos chegados nos últimos anos são, na sua maioria, jovens educados institucionalmente pelo sistema indonésio e socializados no contexto da sociedade timorense, o que significa a absorção de elementos de resistência e de crítica aos ocupantes. Deste modo, ao contrário daqueles que chegaram antes e que ainda tiveram um contacto directo com o sistema colonial português, os jovens chegados na presente década assumem-se como timorenses, sendo o sentimento luso-timorense muito reduzido.

O grupo 6 (situações de quase assimilação) inclui, essencialmente, mulheres timorenses casadas com portugueses que residem em Portugal há muito tempo, tendo, em diversos casos, chegado antes de 1975. É um grupo que se pode considerar integrado na sociedade portuguesa, caracterizando-se pela sua invisibilidade social enquanto conjunto autónomo. Neste caso, verifica-se um natural afastamento em relação às práticas características dos timorenses, compensado pela assunção de comportamentos típicos dos portugueses. Para além da exogamia, a sobre-representação das famílias com descendência reduzida (1 ou 2 filhos) evidencia a prática do modelo de natalidade da Europa do Sul. Por outro lado, a antiguidade da presença, um contexto imigratório diferente e a dispersão territorial traduzem-se em menores contactos com os restantes membros da Comunidade o que contribui para o abandono da utilização corrente do tétum e para a ausência de participação nas actividades culturais e recreativas daquela Comunidade. Do ponto de vista da prática política, o distanciamento é ainda mais marcado, sendo significativo o facto de mais de 75% dos inquiridos que chegaram antes de 1980 afirmar nunca participar nas iniciativas políticas específicas dos timorenses (Quadro 26). Afinal, o sentimento de pertença à comunidade Luso-Timorense partilhado pela maioria dos indivíduos chegados antes de 1974 (Quadro 27), sintetiza, de alguma forma, a situação deste grupo.

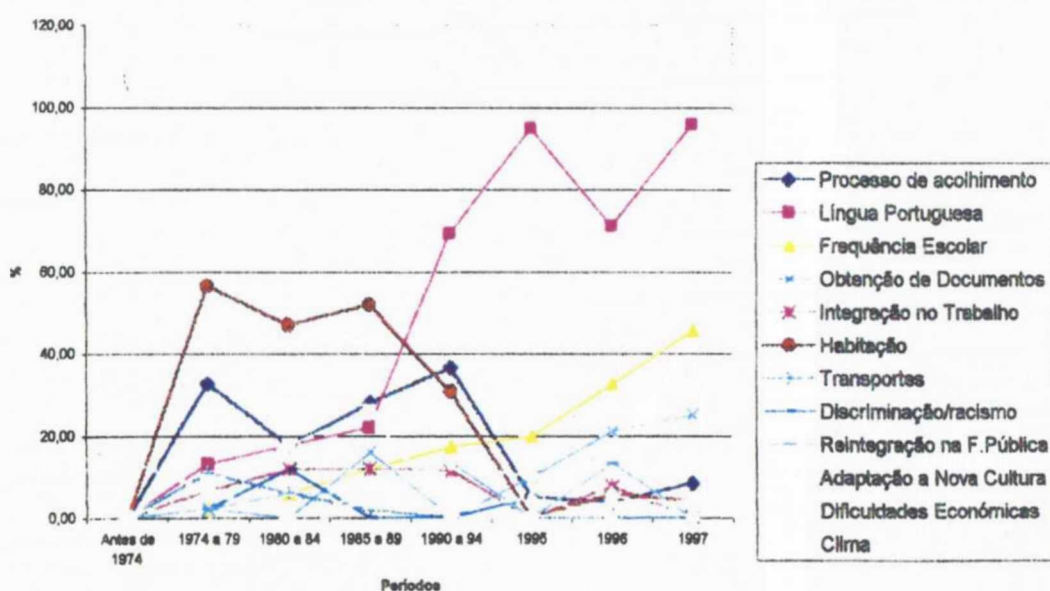
- Importância do factor tempo no sucesso dos processos de inserção.
- Os níveis de participação recreativa e política das mulheres timorenses e dos membros das comunidades chinesas são muito inferiores aos dos homens.
- Presença de dois grupos de refugiados activos que correspondem a militantes adultos do sexo masculino (alguns ex-presos políticos) e a activistas estudantes no exílio.
- Identificação de dois grandes grupos de estudantes timorenses chegados nos anos noventa que se distinguem pelos momentos de chegada, níveis de ensino frequentado, graus de envolvimento político e posicionamento face às envolventes sócio-culturais portuguesa e timorense.
- Níveis de participação política muito elevados por parte dos jovens chegados nos últimos 3 anos. Contudo, as diferenças sócio-culturais, as dificuldades linguísticas, a concentração residencial e a intensidade das práticas políticas auto-centradas têm como consequência um afastamento face à sociedade portuguesa e alguma dificuldade no estabelecimento de contactos com os indivíduos que dela fazem parte.
- Identificação de um conjunto de timorenses geograficamente dispersos, instalados há muito tempo em Portugal (1976 e antes) que estão socialmente integrados na sociedade portuguesa, tendo reduzido os contactos com outros membros da Comunidade e as práticas culturais características da mesma. Estes indivíduos auto-classificam-se, na sua maioria, como luso-timorenses.

4.3.2. Síntese das dificuldades e posicionamento face às instituições de apoio à inserção social

Se a adaptação climática emerge como a principal dificuldade para os timorenses que chegaram antes de 1974, aqueles que se instalaram entre 1975 e 1985 evidenciam como dificuldades iniciais mais relevantes a habitação e o processo de acolhimento (Figura 22). Uma vez que se tratava essencialmente de famílias, completas ou incompletas, que haviam contactado muito recentemente com acontecimentos traumáticos, é natural que tivessem em relação à potência administrante, com a qual se tinham directamente relacionado uns anos antes, fortes expectativas. Concomitantemente, o sistema de acolhimento apresentaria maiores deficiências e um menor nível de eficácia do que o actual, traduzindo-se isto num grau mais elevado de insatisfação.

Figura 22

DIFICULDADES À CHEGADA SEGUNDO OS PERÍODOS



A partir de 1990, a língua portuguesa torna-se a maior dificuldade que tem de ser enfrentada pelos timorenses quando chegam a Portugal. A esta questão associa-se, após 1995, a relevância do insucesso e do absentismo escolar. Esta panorâmica aponta para a grande importância dos estudantes isolados na composição das vagas imigratórias recentes e, também, para as dificuldades sentidas por estes no domínio da língua e na frequência escolar.

Efectivamente, enquanto as maiores dificuldades presentes dos jovens correspondem às questões acima mencionadas, os adultos activos sobrevalorizam a habitação, a integração no mercado de trabalho e as dificuldades económicas (Figura 23). Dispondo de sistemas de suporte institucional mais limitados do que aqueles que são disponibilizados para os estudantes, os adultos, na sua maioria com níveis de habilitações e de rendimento baixos, têm de enfrentar os problemas inerentes à obtenção e manutenção de emprego em Portugal que estão associados às dificuldades habitacionais e às necessidades económicas de sustento da família.

A questão da re-integração nos quadros da função pública só tem pertinência para um conjunto de inquiridos maiores de 50 anos. Apesar de se tratar de um número reduzido, a menção a esta dificuldade demonstra que esta questão ainda não está completamente solucionada. A desadequação entre as funções desempenhadas e a categoria profissional e o não pagamento de retroactivos relativos ao tempo que passaram em Timor depois do final da administração portuguesa são alguns exemplos das queixas dos antigos funcionários da administração colonial portuguesa em Timor.

Figura 23

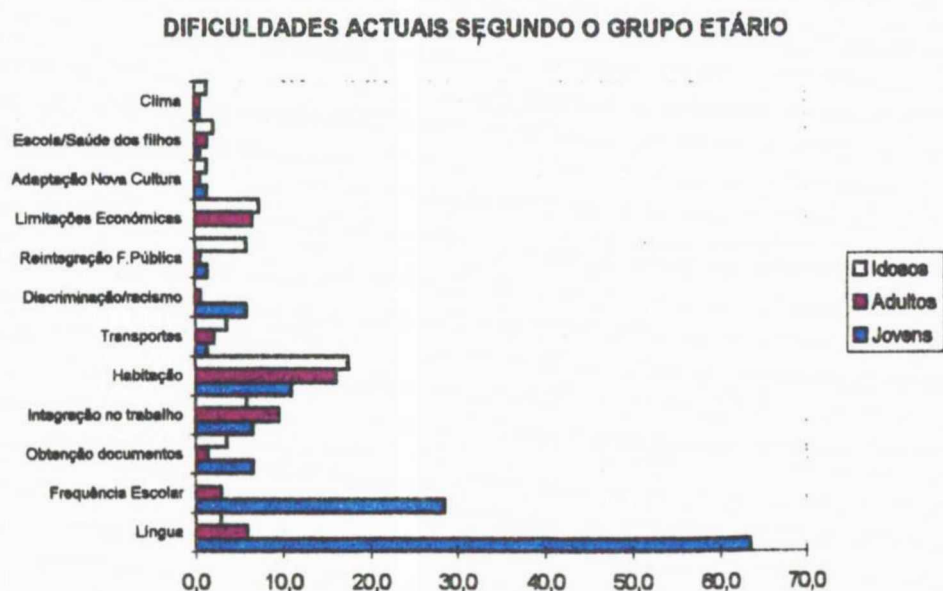
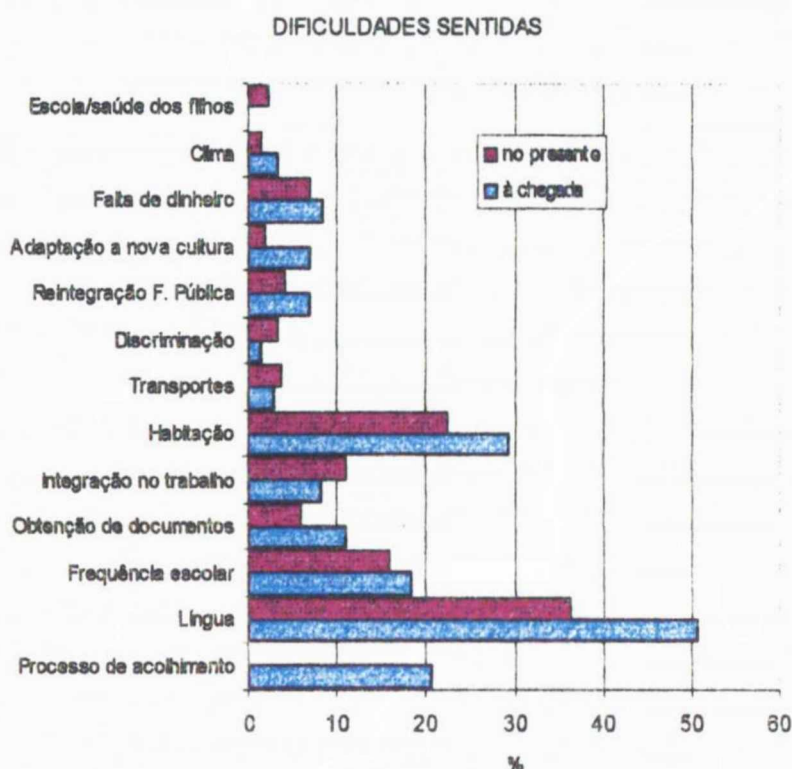


Figura 24



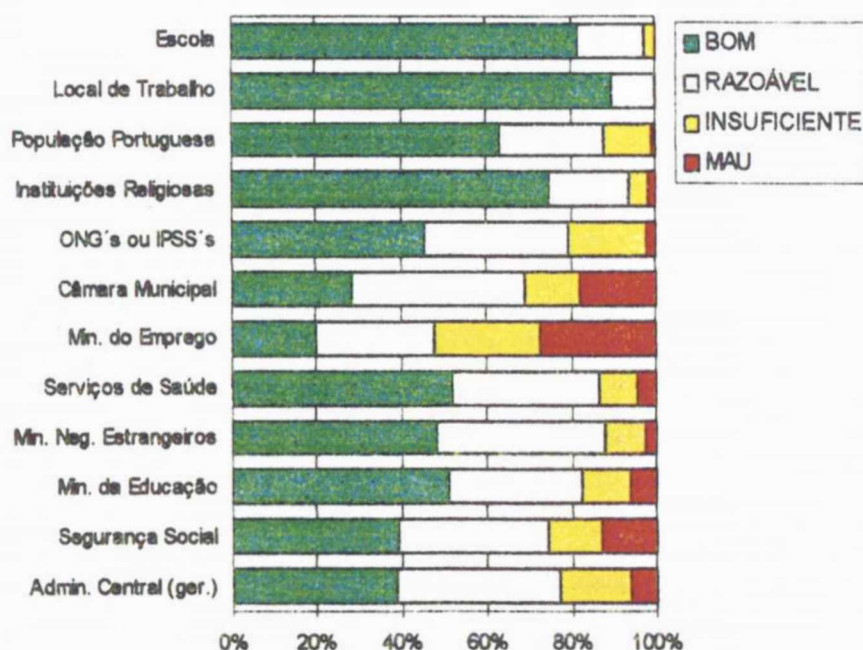
A figura 24 mostra uma tendência para a redução do número de queixosos, quando se compara o momento de chegada com a situação actual. As excepções dizem respeito aos domínios que correspondem às dificuldades associadas a maior autonomização face às instituições de apoio e a uma participação funcional mais significativa na sociedade portuguesa (e.g. integração no mercado de trabalho e uso autónomo de transportes). Contudo, deve mencionar-se que o posicionamento relativo das dificuldades sofreu poucas alterações entre o momento de chegada e o presente, destacando-se, em ambos os casos, o conhecimento da língua portuguesa, a habitação e a frequência escolar. No momento da chegada devem ser acrescentadas as dificuldades relativas ao acolhimento (mais importantes no passado, como houve oportunidade de referir) e a obtenção de documentos.

Para além da sistematização das dificuldades sentidas pelos timorenses, importa analisar a avaliação que estes fazem das instituições que intervêm no processo de inserção social, bem como o relacionamento com a população portuguesa e diversos grupos que a compõem (colegas de trabalho e escola, etc.).

Em termos genéricos, a avaliação que os timorenses fazem quer do papel das instituições, quer do relacionamento com a população é, globalmente, positiva (Figura 25). Uma apreciação mais detalhada, evidencia que as relações com a população portuguesa e que as relações sociais de proximidade registam as avaliações mais favoráveis, e melhoram com o tempo (Figura 26). Isto remete para um processo de inserção progressivo e favorável e para um quadro de bom relacionamento com a população da sociedade de acolhimento nos diferentes espaços da vida social.

Do ponto de vista institucional, destacam-se as instituições religiosas que, para além de desempenharem um papel de auxílio às comunidades timorenses em diferentes bairros e paróquias, são o elemento visível, em território português, da religião católica que se tornou, no caso de Timor Leste, um símbolo de resistência.

Figura 25
AVALIAÇÃO DOS DIVERSOS DOMÍNIOS POR PARTE DOS TIMORENSES RESIDENTES EM PORTUGAL

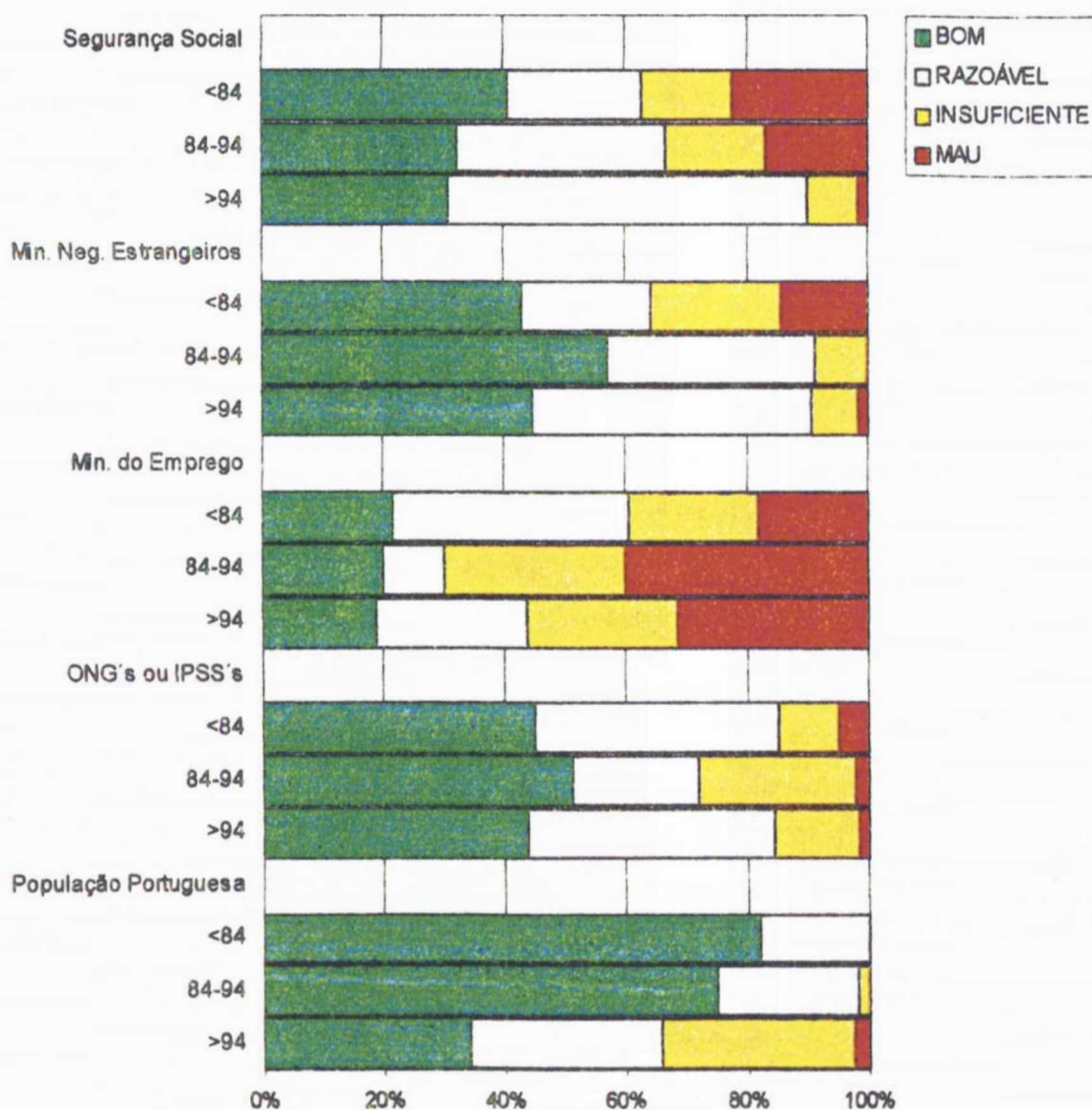


As instituições com avaliações menos favoráveis correspondem à Segurança Social, às Câmaras Municipais, ao Ministério para a Qualificação e o Emprego e à Administração Central, ainda que neste caso de um modo mais atenuado.

No caso do MQE, verifica-se que o maior número de inquiridos declara não ter qualquer relação com esta instituição (Quadro 28). A avaliação relativamente negativa registada é sobretudo nítida entre aqueles que chegaram no período compreendido entre 1984 e 1994 (Figura 26). Efectivamente, para além das pessoas inseridas neste grupo declararem ter menos relações com o Ministério do Emprego, encontram-se nele a maioria dos indivíduos que estão a entrar no mercado de emprego e a sentir a sua grande instabilidade.

Figura 26

**AVALIAÇÃO DOS DIVERSOS DOMÍNIOS POR PARTE DOS TIMORENSES
RESIDENTES EM PORTUGAL, POR ANOS DE CHEGADA**



Quanto à Segurança Social, as críticas são mais fortes, quanto maior é o tempo de presença em Portugal (Figura 26). Emerge, neste caso, uma situação de quebra das expectativas iniciais que pode estar associada, pelo lado da instituição a limitações no acompanhamento e pelo lado dos timorenses a uma excessiva dependência face àquela.

Quadro 28

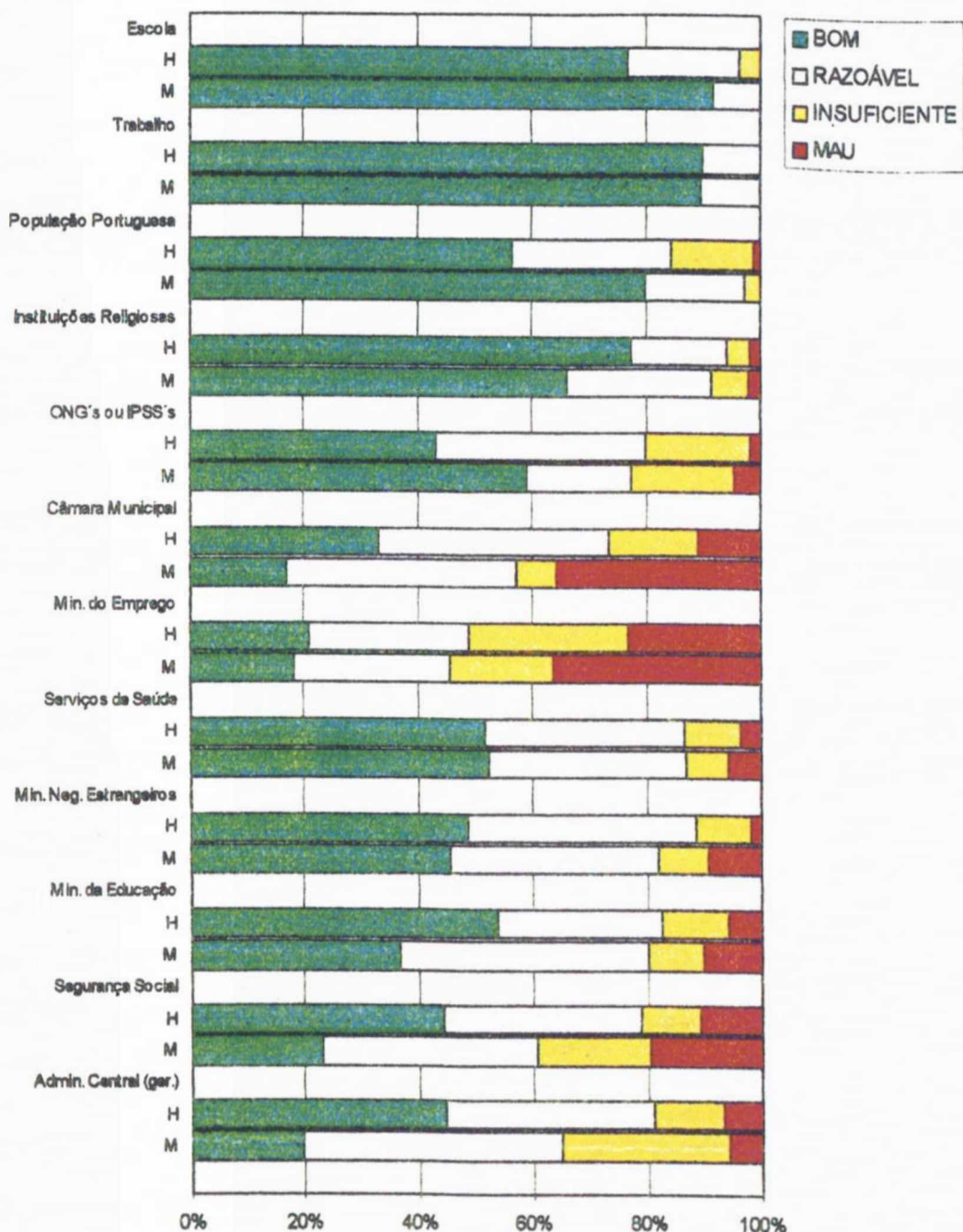
AVALIAÇÃO DOS DIVERSOS DOMÍNIOS POR PARTE DOS TIMORENSES RESIDENTES EM
PORTUGAL

	BOM	RAZOAVEL	INSUFICIENTE	MAU	INEXISTENTE	Não responde
Admin. Central (ger.)	38.6	38.6	16.3	6.5	16.8	4.4
Segurança Social	39.0	35.4	12.6	13.0	9.2	0.7
Min. da Educação	50.9	31.4	11.2	6.5	38.1	0.0
Min. Neg. Estrangeiros	48.3	39.7	9.5	2.6	54.9	2.6
Serviços de Saúde	51.8	34.9	9.0	4.3	5.9	0.7
Min. do Emprego	20.0	27.7	24.6	27.7	70.3	5.9
Câmara Municipal	28.5	40.4	13.2	17.9	40.7	4.0
ONG's ou IPSS's	45.6	33.8	18.4	2.2	45.4	4.8
Instituições Religiosas	74.9	18.8	4.3	1.9	21.2	2.9
População Portuguesa	62.9	25.0	11.3	0.8	2.9	3.3
Local de Trabalho	89.8	10.2	0.0	0.0	25.6	38.5
Escola	81.5	15.9	2.5	0.0	15.0	27.5
100 % ←					100 % ←	

No caso das Câmaras Municipais, designadamente de Oeiras e Setúbal, a maior ligação resulta da residência em bairros de habitação social. A questão do valor das rendas e as suas oscilações devido à indexação ao rendimento familiar são pouco aceites pelos timorenses, que não só acham excessivo o que pagam, como não entendem as flutuações. Por outro lado, os elementos de degradação física (lixo, pátios degradados, etc.) do bairro da Bela Vista (Setúbal) contribuem para reforçar os elementos negativos da imagem da C.M. de Setúbal.

A avaliação global do papel da administração portuguesa (o Estado, em sentido lato), embora genericamente favorável, reflecte um pouco o contexto de expectativas insatisfeitas dos timorenses, que gostavam de um intervenção, eventualmente mais forte e visível, por parte do governo português e, sobretudo, de uma solução para questão de Timor.

Figura 27
AVALIAÇÃO DOS DIVERSOS DOMÍNIOS POR PARTE DOS TIMORENSES RESIDENTES
EM PORTUGAL, SEGUNDO O SEXO



Quadro 29

AVALIAÇÃO DOS DIVERSOS DOMÍNIOS POR PARTE DOS TIMORENSES RESIDENTES EM
PORTUGAL, POR ANOS DE CHEGADA

	BOM			RAZOÁVEL			INSUFICIENTE			MAU			INEXISTENTE			Não responde		
	<84	84-94	>94	<84	84-94	>94	<84	84-94	>94	<84	84-94	>94	<84	84-94	>94	<84	84-94	>94
Segurança Social	20.0	32.3	54.7	30.0	34.4	38.9	20.2	16.7	5.3	30.0	16.7	1.1	27.1	4.9	1.0	1.4	1.0	0.0
Min. Neg. Estrangeiros	42.9	57.1	44.6	21.4	34.3	46.2	21.4	8.6	7.7	14.3	0.0	1.5	78.6	64.7	27.1	1.4	1.0	5.2
Min. do Emprego	21.4	20.0	18.8	39.3	10.0	25.0	21.4	30.0	25.0	17.9	40.0	31.3	58.6	79.4	63.9	1.4	1.0	16.9
ONG's ou IPSS's	45.0	51.2	43.7	40.0	20.9	40.8	10.0	25.6	14.1	5.0	2.3	1.4	70.0	53.9	17.7	1.4	3.9	8.3
População Portuguesa	62.1	74.7	34.1	17.9	23.2	31.8	0.0	2.0	31.8	0.0	0.0	2.4	0.0	1.0	7.3	4.3	2.0	4.2

100 % ←

100 % ←

No que diz respeito às ONG's, a avaliação é bastante favorável, mas são os timorenses que chegaram mais recentemente aqueles que mais se relacionam com elas (por via dos cursos de línguas e do desenvolvimento de iniciativas diversas) – Quadro 29. Esta situação mostra que o trabalho das instituições de carácter privado que se especializaram no apoio a timorenses se centra, sobretudo, na intervenção junto dos jovens que chegaram nos últimos anos.

Uma apreciação das avaliações efectuadas pelos homens e pelas mulheres timorenses (Figura 27) realça, de imediato, o facto de estas últimas apresentarem opiniões mais extremadas, isto é, avaliando de um modo ainda mais favorável as componentes melhor classificadas (relações com a escola e a população portuguesa) e de uma forma mais negativa o que globalmente é menos apreciado (actuação das câmaras municipais, da Segurança Social e do Ministério para a Qualificação e o Emprego).

A explicação para este último facto relaciona-se, certamente, com o papel das mulheres no apoio à família e na gestão dos orçamentos domésticos, fenómeno que implica que estas sintam mais fortemente as dificuldades para pagar a renda da casa ou as eventuais limitações do apoio da segurança social. No caso do mercado de trabalho, as mulheres timorenses partilham a situação mais geral das mulheres portuguesas que consiste numa maior dificuldade de acesso e de estabilização nos empregos.

A opinião mais desfavorável dos indivíduos do sexo masculino em relação à população portuguesa decorre, essencialmente, das opiniões expressas pelos jovens recém chegados do sexo masculino, que se encontram numa situação de algum isolamento e experimentam

alguma dificuldade nos contactos com a população autóctone. Eventualmente, a maior participação dos homens no mercado de emprego implica um alargamento da esfera de relações sociais com consequências sobre a forma de avaliar os portugueses.

- Até à década de 90 as principais dificuldades dos timorenses no momento de chegada a Portugal relacionavam-se com a habitação e o processo de acolhimento inicial. Actualmente, a aprendizagem da língua e o insucesso/absentismo escolar são os problemas iniciais mais referidos, emergindo também algumas questões relacionadas com a obtenção de documentos de identificação à chegada ou no período imediatamente posterior.
- As dificuldades actuais mais destacadas pelos adultos relacionam-se com a habitação, a inserção no mercado de emprego e a falta de recursos económicos. Os jovens destacam as questões da aprendizagem da língua e da frequência escolar.
- A avaliação efectuada pelos timorenses da relação com a população autóctone e com as instituições de apoio e solidariedade é, globalmente, positiva.
- As relações com a população portuguesa e as relações sociais de proximidade (no emprego, na escola) registam as avaliações mais favoráveis e melhoram com o tempo de estadia.
- Do ponto de vista das instituições, as religiosas registam as avaliações mais favoráveis.
- As Câmaras Municipais (sobretudo Oeiras e Setúbal), o Ministério para a Qualificação e o Emprego e a Segurança Social registam as apreciações relativas menos favoráveis.
- As opiniões negativas em relação à Segurança Social e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros agravam-se com o tempo de presença em Portugal.
- As mulheres apresentam opiniões mais extremadas do que os homens, apresentando opiniões ainda mais favoráveis no caso do relacionamento com a população portuguesa e mais negativas no que concerne às Câmaras Municipais, ao MQE e à Segurança Social

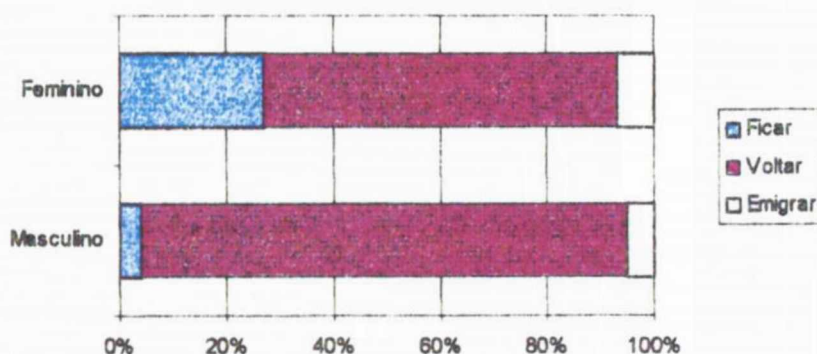
5. O POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE TIMORENSE NO FUTURO

5.1. Opções, Tendências, Perspectivas

A actual situação política de Timor Leste é um factor determinante nas perspectivas de futuro dos timorenses que actualmente residem em Portugal. Existindo possibilidades de voltar, verifica-se que cerca de 84% dos timorenses inquiridos o fariam e apenas 16% prefeririam ficar em Portugal ou emigrar para outro País (Figura 28). Este facto é um reflexo das motivações que estiveram na origem da emigração dos timorenses e que os diferencia claramente de outras comunidades de imigrantes em Portugal. Os motivos socio-económicos, que são factores clássicos de emigração, apenas são referidos em 2% dos casos como decisivos na intenção de vir para Portugal. Os motivos políticos, perseguições, fuga à guerra, etc. são largamente maioritários – cerca de 82 % dos casos (se a estes últimos forem acrescidos 15% que vieram a acompanhar a família, conclui-se que a quase totalidade dos timorenses saiu de Timor Leste por razões políticas).

Figura 28

PERSPECTIVAS FUTURAS DA COMUNIDADE TIMORENSE
RESIDENTE EM PORTUGAL, POR SEXOS 1997

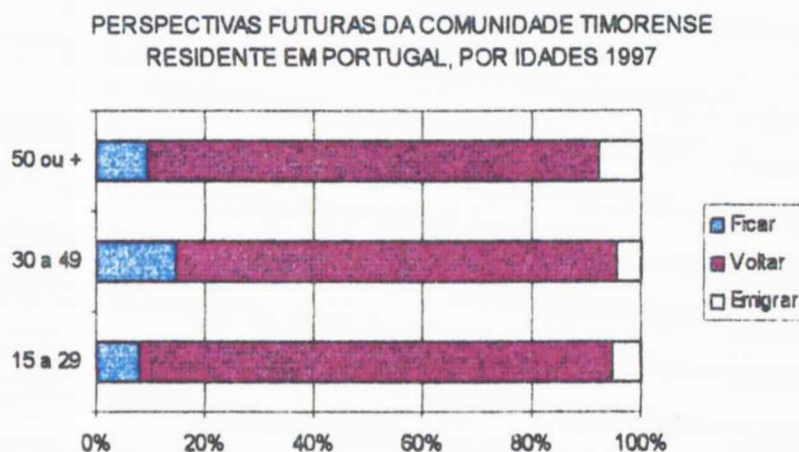


Quadro 30

PERSPECTIVAS FUTURAS, POR SEXOS

	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ficar	8	4,1	19	27,1	27	10,1
Voltar	179	90,9	46	65,7	225	84,3
Emigrar	10	5,1	5	7,2	15	5,6
Total	197	100,0	70	100,0	267	100,0

Figura 29



Quadro 31

PERSPECTIVAS FUTURAS, POR IDADES

	15 a 29		30 a 49		50 ou +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ficar	11	8,1	10	14,9	6	9,4	27	10,1
Voltar	118	86,8	54	80,6	53	82,8	225	84,3
Emigrar	7	5,1	3	4,5	5	7,8	15	5,6
Total	136	100,0	67	100,0	64	100,0	267	100,0

É natural, pois, que o futuro da situação política do território revista uma importância fulcral na expectativas de vida dos timorenses. Com um tão reduzido grau de voluntariedade na decisão de migrar e sem motivações claras de fixação a longo prazo, a transitoriedade da situação em Portugal é evidente e traduz-se paralelamente na predisposição para partir para outro país - cerca de metade dos timorenses gostariam de partir para outro país (Quadro 32) e, destes, aproximadamente 30% já solicitaram mesmo a instalação noutro país (a maioria na Austrália, por razões que relacionam com proximidade de Timor Leste e com a existência de um núcleo considerável de timorenses naquele país - Quadro 33 e 34, Figura 30).

Quadro 32
PREDISPOSIÇÃO PARA PARTIR PARA UM OUTRO PAÍS POR IDADES

	Gostava de partir							Não gostava de partir	Total
	Total	Austrália	EUA	G.B./ Irlanda	Outros Europa Ociden.	América Latina	Ásia		
15 a 29	46,0	55,6	12,7	14,3	9,5	6,3	1,6	54,0	100,0
30 a 49	47,1	84,8	3,0	9,1	0,0	0,0	3,0	52,9	100,0
50 ou +	40,0	96,2	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	100,0
Total	44,9	72,1	8,2	9,8	4,9	3,3	1,6	55,1	100,0

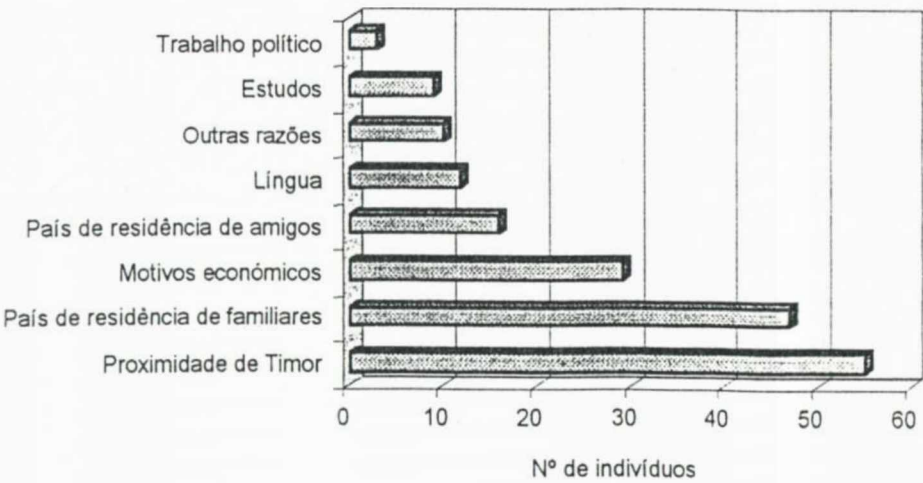
Percentagem

Quadro 33
INSTALAÇÃO NUM PAÍS TERCEIRO

	Nº	%
Solicitou instalação	74	27,2
<i>Austrália</i>	59	79,7
<i>União europeia</i>	8	10,8
<i>Japão</i>	4	5,4
<i>EUA</i>	2	2,7
<i>NS/NR</i>	1	1,4
Nunca solicitou instalação	198	72,8
Total	272	100,0

Fig. 30

RAZÕES DA ESCOLHA DO PAÍS PARA ONDE ALGUNS
TIMORENSES GOSTARIAM DE PARTIR



Quadro 34

RAZÕES DA ESCOLHA DO PAÍS

	Nº	%
Proximidade de Timor	55	30,4
País de residência de família	47	26,0
País de residência de amigos	16	8,8
Motivos económicos	29	16,0
Trabalho político	3	1,7
Estudos	9	5,0
Língua	12	6,6
Outras razões	10	5,5
Total	181	100,0

Este panorama geral de quase unanimidade quanto às intenções de regresso deve ser, no entanto, analisado com cuidado, tendo sobretudo em conta as características particulares da comunidade (dividida entre a recente vaga de jovens refugiados, os timorenses que imigraram nas décadas de 60, 70 e 80 e a 2ª geração, já nascida em Portugal) e o facto de, uma vez alcançadas as condições políticas para o regresso (independência, outras formas de autonomia ou simplesmente a realização de um referendo) não significar que se encontrem reunidas as condições objectivas para o mesmo.

Ainda que com uma emigração forçada, a permanência em Portugal (como noutros países de destino) abriu novas perspectivas e desenhou novas trajectórias de vida para muitos timorenses que, decerto, só se quebrarão na medida em que encontrem em Timor Leste correspondência entre as suas expectativas e o que a sociedade timorense lhes poderá oferecer.

Não será dispiciendo pensar que, num cenário de futura autonomia política, com liberdade plena de movimentos, estarão criadas condições para, a curto ou médio prazo, se verificar um maior fluxo de emigração (obviamente voluntária) do que o actualmente existente. Os exemplos de outros países da região apontam nesse sentido e as ligações – sociais, familiares e profissionais – entretanto construídas no exterior são plataformas para potenciais futuras migrações.

O cenário actual, que conjuga a intensa luta política pela autonomia com o corte brusco e forçado de ligações familiares, exacerba, certamente, não só o desejo de voltar a Timor mas também de aí permanecer e consolidar a vida, para a maioria do timorenses no exterior.

A predisposição dos timorenses residentes em Portugal para partir para outro país, detalhada por grupos etários, período de chegada a Portugal e níveis de instrução (Quadros 32, 35 e 36), vem, de algum modo, ilustrar alguns aspectos antes abordados. Por um lado, atendendo aos números globais, a similitude do grau de predisposição e do perfil de opções entre as várias categorias de observação confirma a relativa unanimidade de perspectivas para conjunto da comunidade – cerca de 45% dos timorenses estão na disposição de sair de Portugal, tendo como destino dominante a Austrália e, secundariamente os EUA e a Europa Ocidental. Por outro lado, as diferenças registadas entre categorias permitem detectar posicionamentos diversos face ao desejo de partir :

Os mais jovens (15 a 29 anos de idade), cujo volume de inquiridos corresponde, na generalidade, aos que chegaram mais recentemente (após 1994), apresentam uma maior diversidade de destinos desejados – a Austrália divide mais equitativamente as preferências com outras áreas do globo. Esta diferença sugere duas questões: a juventude, aliada a uma inserção profissional e escolar ainda muito ténues na sociedade portuguesa, torna esta população mais disponível para assumir outros percursos, onde possam, por exemplo, conjugar os anseios de formação pessoal com melhores expectativas económicas e com a intervenção política. São razões que ultrapassam, em muitos casos, as questões familiares ou linguísticas. Para muitos, a estadia em Portugal é desejada apenas como um ponto de passagem para outros países ou como um local de espera pelo regresso a Timor Leste. Convém assinalar que uma grande parcela destes jovens timorenses solicitou a instalação noutros países na sequência do processo de ocupação de embaixadas em Jacarta.

Os adultos (30 a 49 anos de idade) são os que manifestam uma menor intenção de voltar a Timor Leste e, simultaneamente, um maior desejo de ficar em Portugal ou de partir para outros países (a Austrália sobretudo). É uma população maioritariamente activa, em que se manifesta com maior intensidade a intenção de emigrar pelos motivos clássicos de emigração – melhoria da situação socio-profissional. É notória, em muitos casos, a discrepância entre as qualificações escolares e as fracas perspectivas oferecidas pelo mercado de trabalho em Portugal. A opção largamente dominante pela Austrália parece resultar da conjugação de dois factores – a expectativa de melhorar a situação socio-profissional aliada e potenciada pelas ligações familiares existentes.

Os mais idosos (50 ou mais anos de idade) caracterizam-se muito claramente pelo desejo de voltar a Timor (cerca de 83%) ou, não sendo possível, ficar em Portugal (60% não gostaria de partir para outro país). Os que gostariam de partir fa-lo-iam quase

exclusivamente para a Austrália. As ligações familiares (Quadro 39) são, neste caso, determinantes para as opções verificadas.

Quadro 35

PREDISPOSIÇÃO PARA PARTIR PARA UM OUTRO PAÍS POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

	Gostava de partir							Não gostava de partir	Total
	Total	Austália	EUA	G.B./ Irlanda	Outros Europa Ociden.	América Latina	Ásia		
Nenhuma	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	100,0
Sabe ler e escrever	75,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	100,0
Ensino primário	36,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,9	100,0
Ciclo preparatório	61,1	90,9	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	38,9	100,0
Ensino básico - 3º ciclo	45,8	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	54,2	100,0
Freq. ensino secundário	63,6	61,9	4,8	9,5	19,0	4,8	0,0	36,4	100,0
Ensino secundário	50,0	57,1	14,3	17,9	0,0	3,6	7,1	50,0	100,0
Curso médio	28,6	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	71,4	100,0
Freq. ensino superior	24,2	50,0	37,5	12,5	0,0	0,0	0,0	75,8	100,0
Ensino superior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Total	45,0	73,7	8,1	10,1	4,0	2,0	2,0	55,0	100,0

Percentagem

Quadro 36

PREDISPOSIÇÃO PARA PARTIR PARA UM OUTRO PAÍS POR ANOS DE CHEGADA

	Gostava de partir							Não gostava de partir	Total
	Total	Austália	EUA	G.B./ Irlanda	Outros Europa Ociden.	América Latina	Ásia		
antes de 1974	42,9	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	57,1	100,0
1974 a 1979	44,4	90,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0	55,6	100,0
1980 a 1984	35,3	83,3	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	64,7	100,0
1985 a 1989	50,0	64,0	16,0	12,0	0,0	4,0	4,0	50,0	100,0
1990 a 1994	51,9	77,8	11,1	7,4	3,7	0,0	0,0	48,1	100,0
1995	40,0	75,0	0,0	0,0	0,0	12,5	12,5	60,0	100,0
1996	46,2	54,2	8,3	16,7	12,5	8,3	0,0	53,8	100,0
1997	29,2	57,1	14,3	28,6	0,0	0,0	0,0	70,8	100,0
Total	44,9	71,7	8,3	10,0	5,0	3,3	1,7	55,1	100,0

Percentagem

A observação detalhada por anos de chegada a Portugal (Quadro 36), que é relativamente transversal à análise por grupos etários, revela que os timorenses chegados entre 1985 e 1994 são os que demonstram um maior desejo de partir para outro país. Este facto realça uma dimensão apenas afluída anteriormente e que se relaciona com a inserção na sociedade portuguesa. Esta população, que se encontra nos primeiros anos do seu percurso profissional em Portugal é a que mais sofre com a falta de perspectivas no mercado de trabalho. Grande parte destes timorenses desenvolve actividades nos segmentos menos qualificados do mercado de emprego e com um elevado grau de precaridade – serviços auxiliares, comércio e hotelaria, construção civil, etc.. Os problemas de natureza social são correlativas a esta situação – dificuldades de encontrar habitação e de estabilizar a vida familiar e social. Para muitos, como já se referiu, a predisposição para partir está sobretudo relacionada com as expectativas de melhorar a sua situação. É curioso registar que cerca de 28% dos timorenses que querem sair de Portugal apresentam como razão os motivos económicos o que contrasta claramente com as razões apresentadas para a escolha de Portugal como país de destino (como se referiu apenas 2% apontam os motivos de natureza económica).

Se o regresso a Timor Leste constitui o objectivo último de quase todos os timorenses residentes em Portugal, as condições políticas necessárias para o fazer, segundo a opinião dos timorenses (Quadro 37), passam predominantemente pela independência do território (80,5%). São sobretudo os mais jovens, recentemente impelidos a sair de Timor Leste que o referem com maior frequência. As soluções intermédias - autonomia ou simplesmente a possibilidade de realização de um referendo são soluções, em termos gerais, mais aceites pelos timorenses com mais de 30 anos de idade e com maiores habilitações escolares (ensino secundário, médio ou superior - Quadro 38). Cerca de 6% dos timorenses não estão dispostos, em nenhuma situação, a regressar a Timor Leste.

Quadro 37

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM POSSÍVEL REGRESSO A TIMOR LESTE, POR IDADES

	Independência	Referendo	Autonomia	Na velhice	Nunca	Total
15 a 29	86,6	2,2	4,5	2,2	4,5	100,0
30 a 49	71,0	5,8	8,7	5,8	8,7	100,0
50 ou +	77,8	4,8	6,3	3,2	7,9	100,0
Total	80,5	3,8	6,0	3,4	6,4	100,0

Percentagem

Quadro 38

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM POSSÍVEL REGRESSO A TIMOR LESTE, POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

	Independência	Referendo	Autonomia	Na velhice	Nunca	Total
Nenhuma	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Sabe ler e escrever	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Ensino primário	57,1	8,6	14,3	2,9	17,1	100,0
Ciclo preparatório	72,2	5,6	5,6	0,0	16,7	100,0
Ensino básico - 3º ciclo	95,5	0,0	4,5	0,0	0,0	100,0
Freq. ensino secundário	78,1	3,1	9,4	3,1	6,3	100,0
Ensino secundário	82,1	1,8	8,9	1,8	5,4	100,0
Curso médio	85,7	14,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Freq. ensino superior	75,0	6,3	3,1	9,4	6,3	100,0
Ensino superior	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Total	76,9	4,2	7,4	4,2	7,4	100,0

Percentagem

Quadro 39

PAÍSES DE RESIDÊNCIA DOS FAMILIARES DOS TIMORENSES INQUIRIDOS

	Nº de respostas	% de indivíduos
Austrália	156	78,0
Portugal	85	42,5
Macau	19	9,5
Moçambique	9	4,5
Europa	16	8,0
Reino Unido	15	7,5
Indonésia	12	6,0
Outros	10	5,0

Em síntese, é lícito voltar a salientar que parece existir, atendendo à opinião dos timorenses, uma forte transitoriedade na permanência desta comunidade em Portugal. Resta perguntar se, alteradas as condições políticas do território e esbatidas as razões políticas e "emocionais" que desembocaram na saída do território e no forte desejo de regressar, não virão a emergir com intensidade outros factores de emigração, até agora dissimulados pela situação política de Timor Leste.

5.2. Uma reflexão em torno dos recursos

A análise efectuada no decurso do Relatório permitiu evidenciar as situações de desvantagem e de vulnerabilidade comuns à maioria dos membros da Comunidade Timorense em Portugal.

Em larga medida, esta situação desfavorável decorre, por um lado das circunstâncias do movimento migratório e, por outro, da desadequação entre os recursos que detêm os membros da comunidade e aqueles que são valorizados numa óptica de funcionalidade, pela sociedade de acolhimento.

Efectivamente, uma análise dos recursos dos membros de uma comunidade como a Timorense pressupõe, de imediato, uma classificação de tipo dicotómico:

- **recursos exógenos/partilháveis:** correspondem aqueles que garantem funcionalidade na sociedade de acolhimento (conhecimento da língua e das regras de conduta social do país de destino, hábitos de trabalho, formação escolar e profissional adequados às exigências do novo mercado de emprego) e, portanto, melhores condições de inserção.
- **recursos endógenos/específicos:** trata-se de um conjunto de recursos particulares da comunidade imigrada (conhecimento da língua ou línguas do grupo, formação política-ideológica, riqueza da experiência migratória, etc...) que são pouco valorizados no país de destino, quer porque não se adequam às experiências de funcionalidade, quer porque a sua mobilização efectiva não é devidamente estimulada.

No caso concreto dos Timorenses residentes em Portugal, o investimento na dotação de recursos partilháveis tem correspondido à principal aposta das ONG's e do Estado. Esta opção é natural, não só pela maior facilidade de implementação mas, sobretudo, porque é a posse destes recursos que garante aos refugiados maiores possibilidades de uma inserção bem sucedida na sociedade portuguesa. Contudo, para além do desenvolvimento desta estratégia, seria importante tentar potenciar os recursos específicos possuídos pelos refugiados timorenses, não só na sua vertente política, mas também noutros domínios.

Eventualmente, um primeiro percurso a prosseguir poderia consistir no aprofundamento e reflexão das potencialidades que resultam do conhecimento de diversas línguas (Bahasa, Tétum e, por vezes, outras) e do contacto com diversas sociedades (timorenses, indonésia, portuguesa).

Em termos imediatos, os efeitos da valorização destes recursos serão, eventualmente, bastante reduzidos. Contudo, poderão desde logo estimular a auto-estima e contribuir para desenvolver a noção de utilidade, designadamente entre os jovens.

A médio/longo prazo, o potencial destes recursos específicos poderá revelar-se de bastante utilidade, não só na eventualidade de um retorno a Timor, mas também na própria sociedade de acolhimento. Por exemplo, a riqueza das trajectórias profissionais e geográficas associadas ao conhecimento de mais uma língua, para além das básicas (português e inglês), poderão ser factores de preferência e sucesso no mercado de trabalho. Por outro lado, o desenvolvimento de actividades de carácter profissional de apoio à própria comunidade timorense em Portugal, pressupõe a mobilização dos tais recursos específicos.

6. CASOS CONCRETOS – HISTÓRIAS DE VIDA – A CONFIRMAÇÃO DE TRAJECTÓRIAS, PROBLEMAS E EXPECTATIVAS

Com a presente componente de estudo pretende-se aprofundar, através da apresentação de testemunhos concretos, trajectórias de vida de timorenses residentes em Portugal.

Foram realizadas nove histórias de vida a elementos da Comunidade Timorense, cujos perfis e percursos de vida ilustram e aprofundam trajectórias-tipo identificadas pela análise de correspondências aplicada aos resultados do questionário efectuado a timorenses residentes em Portugal.

Trata-se portanto de uma análise que, sem qualquer pretensão de assegurar representatividade estatística, procura antes de mais dar a conhecer, a partir de exemplos concretos, histórias que a frieza dos números tantas vezes oculta.

O guião de entrevista que serviu de base à recolha das histórias de vida retoma os eixos estruturantes de caracterização sócio-gráfica presentes no guião do questionário, tendo-se procurado aprofundar nas entrevistas a identificação de problemas e de soluções mobilizadas, bem como a avaliação de mecanismos de apoio à integração.

Especificamente no que respeita à integração na sociedade portuguesa, procurou-se, para cada entrevistado, aprofundar uma dupla perspectiva de avaliação: uma mais vocacionada para uma auto-percepção dos processos e dos modos em que se envolveram; outra, mais genérica, destinada a produzir uma leitura, tanto quanto possível distanciada, dos mecanismos de apoio à integração e do(s) modo(s) como podem ser melhorados.

O conjunto das nove histórias de vida foi recolhido com recurso a registo magnético e posterior transcrição integral. A informação foi submetida a uma análise de conteúdo, a partir da qual se procedeu a uma sistematização em fichas-síntese⁴⁰, respeitando unidades temáticas consideradas mais significativas.

A identificação dos entrevistados foi preservada através da utilização de nomes fictícios mantendo-se, contudo, a idade, o local de trabalho/estudo e a zona de residência, uma vez que estas variáveis são estratégicas para a compreensão dos diferentes tipos de trajectórias prosseguidas.

6.1. Breve caracterização dos entrevistados

- ⇒ João tem 35 anos e reside em Portugal desde 1976. É formado em teologia pela Universidade de Braga e frequenta o curso de filosófico-humanísticos na Universidade Católica em Braga. Reside sozinho num apartamento na zona de Oerias/Laveiras e dá aulas de religião e moral em duas escolas oficiais. O seu discurso indicia um elevado nível de integração na sociedade portuguesa. Tem uma postura muito crítica quanto à capacidade de organização da comunidade timorense. Tem a expectativa de ir para Timor dentro de 4/5 anos para dar aulas, mesmo que a questão da independência do território não seja até lá resolvida.
- ⇒ Manuel tem 70 anos e reside com a mulher, quatro filhos e uma cunhada numa pensão em Alcântara. Foi enfermeiro, profissão de que tem muito orgulho e que exerceu em várias localidades de Timor. Actualmente é reformado. A sua chegada relativamente recente (Fevereiro de 1996) explica as dificuldades que tem com a língua portuguesa. Aliás, estas dificuldades são particularmente gravosas no caso dos filhos que, tendo abandonado o sistema de ensino português, têm agora dificuldades em arranjar emprego. O principal motivo de vinda para Portugal prende-se com o facto de ter sido alvo de perseguições políticas, extensíveis também aos filhos. Tenciona voltar a Timor, após a independência.
- ⇒ José tem 25 anos e chegou a Portugal em 1995 após ter participado num processo de ocupação de uma embaixada. Apesar de ter sido um activista político, mantém-se agora relativamente afastado dessa actividade. Frequenta um curso de formação profissional na área da construção civil e partilha com outros colegas um apartamento da escola que frequenta. Revela ter significativos problemas de integração na sociedade portuguesa (em termos escolares, da língua etc.). Contudo, produz um discurso de reconhecimento face ao apoio prestado pelo Estado português. Tenciona voltar a Timor, após a independência.
- ⇒ Mário tem 42 anos e foi um dos activistas da independência em Timor. Esteve preso durante vários anos e em Portugal, onde chegou em 1996, mantém o seu apoio à Resistência Timorense: é actualmente presidente da Associação dos Ex-Presos Políticos, cargo de que se ocupa intensamente e que consiste na divulgação da causa

⁴⁰ Vide Anexo 3.

timorense e na procura de apoios, tanto em Portugal como no estrangeiro. Não revela problemas de integração na sociedade portuguesa. A nível familiar, a sua principal preocupação é com o futuro dos filhos que têm problemas de aprendizagem da língua e de integração no sistema escolar. Tem um discurso muito elaborado quer quanto aos problemas de Timor, quer ainda no que respeita a propostas de actuação para uma melhor integração dos timorenses em Portugal.

- ⇒ Joaquim tem 30 anos e chegou a Portugal em 1994, após ter participado num processo de ocupação da embaixada dos EUA conjuntamente com um grupo de mais de 28 jovens timorenses. Teve uma infância muito conturbada e marcada por fugas e perseguições por parte dos indonésios à sua família. É estudante universitário, habita numa residência para estudantes e a sua subsistência é assegurada por uma bolsa de estudo do Instituto de Cooperação Portuguesa. Revela ter problemas de aprendizagem da língua e de integração no sistema universitário português. É um activista político - membro da Renitol - e mantém contactos com organizações nacionais e internacionais de solidariedade para com a causa de Timor. Sublinha o grande individualismo e falta de solidariedade por parte dos grupos portugueses com quem mantém contactos, muito embora avalie favoravelmente o modo como foi acolhido na sua chegada a Portugal. Tem por objectivo finalizar os estudos universitários em Portugal e, eventualmente, ir para os EUA com o propósito de aprofundar os seus conhecimentos e divulgar a causa timorense. Tenciona voltar a Timor, após a independência.
- ⇒ António tem 50 anos e chegou a Portugal em 1976. É actualmente funcionário do Ministério das Finanças, mas exerceu diversas actividades profissionais desde que chegou a Portugal. Revela algum distanciamento face à Comunidade Timorense, sublinhando que o principal problema reside nas divisões (politizadas) que existem dentro da própria Comunidade. O seu discurso indicia um elevado grau de integração na sociedade portuguesa. Os principais problemas que enfrenta são de cariz económico e decorrem não tanto da sua condição de timorense, mas antes do numeroso agregado familiar que tem a seu cargo (3 filhos, 1 enteado, pai). É o único entrevistado que verbaliza algumas dúvidas quanto a um regresso a Timor, mesmo após a independência.
- ⇒ Dora tem 23 anos e chegou a Portugal em 1994, acompanhada por um irmão, após ter passado cerca de um ano na Indonésia e Macau. Trabalha na restauração e já passou por vários empregos neste sector desde a sua chegada. Evidencia problemas de integração na sociedade portuguesa, quer por dificuldades na aprendizagem da língua,

quer por razões de ordem cultural decorrentes de diferentes estatutos da mulher nas sociedades portuguesa e timorense. Pretende ir para a Austrália para estudar e, mais tarde, para Timor.

- ⇒ Sara tem 22 anos e está em Portugal desde os 8. Devido à idade precoce com que chegou e ao facto de ter tido contacto imediato com crianças portuguesas, a sua integração foi bastante facilitada. A família passou por sérias dificuldades económicas após a chegada. Vivem numa casa na Belavista/Setúbal. Já trabalhou numa fábrica de onde foi despedida devido à redução do volume de trabalho. Encontra-se desempregada e está inscrita no Centro de Emprego. Voltou a estudar à noite, mas gostaria mais de frequentar um curso de formação profissional. Revela um forte sentimento de pertença à Comunidade Timorense.
- ⇒ Tiago tem 20 anos e teve uma infância em Timor bastante conturbada. Devido à morte precoce dos pais (quando tinha 2 anos) passou por diversas instituições de acolhimento e foi adoptado. Esta situação implicou a separação da única irmã que continua em Timor. Chegou a Portugal em 1996 após ter participado, com mais três jovens, num processo de ocupação da embaixada da Holanda. Frequentou um curso de formação do CCT e da Associação 12 de Novembro e gostaria de prosseguir os seus estudos. Tem dificuldades de reconhecimento em Portugal das habilitações escolares que possui. Actualmente vive de um subsídio da Segurança Social. Teve dificuldades com a aprendizagem da língua e com a habituação à cultura portuguesa, mas considera que esses problemas se têm atenuado. Vive numa pensão com outros jovens timorenses. É politicamente activo - membro da Renitil - e empenhado na divulgação da causa timorense. Gostaria de voltar para Timor mesmo antes do processo de independência se efectivar.

A breve caracterização efectuada permite, desde logo, inferir que os percursos dos timorenses entrevistados são significativamente heterógeneos. Como aspectos distintos mais salientes e influentes quer na forma de vivenciar a integração na sociedade portuguesa, quer na formulação de expectativas futuras surgem variáveis como a idade, o estatuto sócio-profissional em Portugal, os motivos de vinda para Portugal e o momento/período da chegada.

6.2. Motivos, modos e tempo de chegada a Portugal: a formulação da identidade e a avaliação do processo de inserção

A discordância face ao processo de ocupação do território de Timor pela Indonésia e o sentimento generalizado de falta de segurança e de sujeição a um controlo contínuo da população timorense constituem os **motivos** mais apontados para a **saída de Timor**. Com efeito, independentemente da idade, do momento da partida e do facto de se terem ou não feito acompanhar por outros membros da família, é muito frequentemente referido pelos entrevistados que a falta de liberdade imposta pelo regime indonésio induziu à fuga do território.

Neste contexto, é bastante significativo o testemunho de Manuel (70 anos) que a propósito do regime Indonésio comenta:

"É preciso ter muita cautela, não falar assim assado, porque eles podem ouvir e depois queixam, participam, acusam a gente na agência podem responder e fazer alguma tortura (...) tinha que vir para aqui, pelo menos, desabafar aquelas minhas dores".

Por outro lado, Mário (42 anos), ao fazer uma comparação entre as situações vividas em Portugal e em Timor, afirma:

"(...) melhor é isto porque a gente está num país democrático, a gente pode falar, pode falar livremente, não é, pode movimentar de um lado para o outro, melhor, muito melhor isto".

Se há uma relativa similitude nas razões de saída de Timor, a **escolha de Portugal como país de acolhimento** é justificada de modo diferenciado pelos entrevistados.

Com efeito, para os que chegaram há mais tempo ("grosso modo" até à década de 80, inclusivé) a opção por Portugal prende-se sobretudo com o facto de este país ser reconhecido pelas Nações Unidas como potência administrante. No caso dos grupos de jovens de chegada mais recente (nomeadamente, os que participaram em processos de ocupação de embaixadas), a vinda para Portugal significou uma imposição decorrente das dificuldades de obtenção do estatuto de exilado/refugiado político noutros países.

Dois jovens activistas políticos, Joaquim (30 anos) e Tiago (20 anos), tendo respectivamente participado na ocupação das embaixadas do EUA e da Holanda, afirmaram explicitamente

que a escolha destes locais não foi casuística pois pretendiam obter autorização de residência naqueles países.

Interessante é, neste domínio, ressaltar que estas opções não são justificadas por motivos pessoais (de melhoria de condições de vida, de continuação dos estudos, etc.) mas antes por julgarem que ali teria maior impacto a sua actividade política de divulgação da causa timorense, perspectivando-se igualmente maiores possibilidades de diversificação dos apoios internacionais.

- *"Quero dizer, nós nunca preferimos vir para Portugal porque nós sempre considerámos que a questão de Timor não é uma questão de Portugal. Não é apenas uma questão de Portugal (...) os timorenses pedem asilo político, esses países deviam acolher os timorenses porque a questão de Timor é uma questão internacional (...) o nosso objectivo era ir sensibilizar a comunidade americana"* (Joaquim 30 anos).
- *"A situação de Timor Leste é descontrolada (...) eu entrei numa embaixada certa que é a embaixada da Holanda, eu pedi asilo, nós pedimos asilo naquela embaixada, não queríamos qualquer país (...) eles recusaram (...) há poucos timorenses a viver lá na Holanda e precisa de divulgar informação".* (Tiago, 20 anos).

Ainda no que respeita à verbalização dos motivos de saída de Timor e dos objectivos de vida que transportaram para Portugal por opção própria apresentam genericamente um discurso mais crítico quanto aos **apoios recebidos** no momento da chegada, ao mesmo tempo que as suas **expectativas** de integração no sistema de ensino português ficaram aquém do que inicialmente esperavam.

Incluem-se, uma vez mais, neste grupo os jovens que chegaram a Portugal mais recentemente e que, curiosamente, antes da sua chegada a Portugal ou tinham muito pouca informação sobre o que viriam encontrar no país (cultura, condições de vida, etc.) ou tinham expectativas mais elevadas. Neste domínio é de salientar que predominava neste grupo uma imagem de Portugal como país mais desenvolvido - "[Esperava] que Portugal fosse um país mais desenvolvido, por exemplo, na área da educação" (José, 25 anos).

Por contraponto, surge o grupo de timorenses que chegaram há mais tempo e que detinham, à partida, mais informações sobre a realidade portuguesa. Para estes, o aspecto que ressalta como mais "estranho" face à imagem que detinham à partida remete para o

maior individualismo dos portugueses por comparação aos asiáticos, sendo comum o comentário que salienta que os preços dos bens de consumo serem muito elevados em Portugal por comparação a Timor.

As dificuldades de índole económica são, contudo, relativamente secundarizadas para os que são activistas políticos. A este propósito são bastante significativos dois dos testemunhos recolhidos.

Mário, 42 anos, chegado a Portugal em Maio de 1996, presidente da Associação dos Ex-Presos Políticos afirma:

"(...) estou cá a passar mal, mas estou livre, estou livre. (...) Esta consciência é minha é uma consciência política de maneira que não posso reclamar nada (...) para mim tenho de sobreviver".

Por seu turno, um jovem activista político de 20 anos verbaliza:

"Eu concentro no meu objectivo político, eu não concentro nos meus objectivos económico, social, só político, para que a minha terra, o meu país liberação, depois da liberação eu vou pensar sobre isso".

Muito associado à representação que detinham de Portugal e ao facto de a vinda para o país ter constituído uma opção ou ter de algum modo sido "imposta" surgem as questões de identidade.

Quando levados a comentar como é que se consideram em Portugal (portugueses, imigrantes, exilados políticos...) verifica-se uma clara divisão dos entrevistados, profundamente marcada pelo tempo de residência em Portugal.

Com efeito, os jovens chegados mais recentemente consideram-se antes de mais exilados/refugiados políticos, entendendo Portugal como uma plataforma de suporte à sua actividade política.

Os que chegaram há mais tempo consideram-se cidadãos portugueses, embora não esquecendo as suas origens. Curioso neste âmbito é o testemunho de um professor do ensino secundário de 35 anos que reside em Portugal desde os 12 anos ao afirmar considerar-se em Portugal um cidadão português de pleno direito mas quando regressar a Timor (situação que pretende concretizar no curto/médio prazo), será um luso-timorense.

Apesar de marcante a tendência para os grupos de jovens de chegada mais recente se auto-considerarem exilados/refugiados políticos, é interessante assinalar a presença de elementos contrastante no seu posicionamento como demonstra o testemunho de um estudante activista político de 30 anos chegado a Portugal em 1994:

"Consideramos também como refugiados (...) saímos da nossa terra natal. No aspecto jurídico é como cidadão português (...), no aspecto sociológico, antropológico, é timorense".

Por outro lado, é interessante assinalar que para alguns dos jovens com actividade política mais significativa, a aproximação "excessiva" à cultura e aos modos de vida dos portugueses pode significar uma perda de laços em relação à sua cultura de origem.

" Os timorenses que chegaram há muito tempo já estão influenciados e já estão misturados com a cultura portuguesa e quase esqueceram a sua identidade nacional (...) temos que manter uma distância; (...) aquela distância, não é muito bem longe, não é muito bem perto, no meio, temos que manter uma distância acerca da integração social" (Tiago 20, anos)

Os constrangimentos de ordem política revelam-se efectivamente marcantes para a construção da identidade e para a formação de um posicionamento que muito frequentemente oscila entre a assumpção de uma plena cidadania portuguesa e a pertença à cultura timorense.

Sara que chegou a Portugal em 1984 apenas com 8 anos e cuja família foi alvo de intensas perseguições políticas em Timor considera-se *"uma refugiada política timorense"* porque a sua família *"está aqui de passagem"*, mas ao mesmo tempo sente-se portuguesa porque vota e tem liberdade.

Os testemunhos recolhidos permitem concluir serem bastante fortes os sentimentos (e práticas) de pertença à Comunidade Timorense, independentemente do tempo de permanência em Portugal.

Com efeito, mesmo no caso dos entrevistados que pertencem à 1ª vaga de chegadas a Portugal, a participação em actividades políticas e culturais da Comunidade Timorense continua a efectivar-se, ao mesmo tempo que uma parte significativa dos entrevistados frequenta, com regularidade, festas e comemorações timorenses e ainda locais de encontro

"tradicionais" de elementos da Comunidade Timorense (como seja a Igreja de N. S. de Fátima, onde aos domingos se celebra uma missa em tetum e português).

António de 50 anos e João de 35 anos, ambos residentes em Portugal desde 1976 e revelando um elevado nível de integração na sociedade portuguesa, encontram-se com alguma frequência com outros membros da Comunidade residente em Portugal, revelam um conhecimento relativamente aprofundado acerca das condições de vida timorenses (mesmo em relação aos grupos de jovens de chegada mais recente), para além de ambos terem um envolvimento político, ainda que não muito activo: o primeiro participa em algumas actividades e reuniões de Associação dos Ex-Presos Políticos; o segundo pertence ao conselho superior da UDT.

Os contactos com a Comunidade Timorense são igualmente significativos no caso de Sara (22 anos) que, apesar de ter vivido a maior parte da sua vida em Portugal, está integrada na Renetil, participa num grupo de divulgação da cultura timorense e tem apoiado, através da Associação 12 de Novembro, alguns dos jovens activistas políticos que chegaram recentemente a Portugal.

Naturalmente que os timorenses com maior envolvimento em actividades políticas têm genericamente uma postura de maior proximidade face à Comunidade Timorense, quer participando activamente na divulgação da causa timorense, quer procurando apoios, quer ainda em alguns casos, funcionando como elementos de apoio à Resistência Timorense.

Os testemunhos recolhidos apontam, na sua quase totalidade, para uma apreciação positiva quanto aos mecanismos de apoio e auxílio de que beneficiaram à sua chegada ao território português, ressaltando neste domínio a assistência médica e sanitária, bem como o encaminhamento para alojamentos. Quanto ao último aspecto assinalado, avultam as opiniões que referem as boas condições das residências e pensões de acolhimento, se bem que seja referido por alguns dos entrevistados a sobre-lotação dos quartos.

Como **principais dificuldades** que enfrentaram logo após a sua chegada a Portugal, são significativas as referências ao facto de terem sido vítimas de sentimentos xenófobos por parte dos portugueses. Este aspecto dificultou a habituação a um novo quotidiano, marcado por diferenças culturais e de modos de vida.

Neste domínio são bastante significativas as menções às fortes diferenças culturais entre europeus e asiáticos: os primeiros mais individualistas, os segundos mais "comunitários" e

solidários. Note-se que a referência a esta diferença cultural "de fundo" foi proferida por três dos nove entrevistados.

Contudo, o problema mais frequentemente apontado pelo testemunhos recolhidos remete para dificuldades na utilização e na aprendizagem da língua portuguesa, factor que, como teremos oportunidade de aprofundar em seguida, é fortemente marcante das trajectórias escolares e profissionais.

6.3. Inserção no sistema de ensino/no mercado de trabalho e trajectórias profissionais

Para uma parte significativa dos entrevistados a chegada a Portugal representa um momento de forte ruptura face aos percursos escolares e profissionais, que apenas surge relativamente atenuada no caso de a vinda para o país se ter efectuado numa idade muito precoce.

Por exemplo, no caso do João, actualmente com 35 anos e a residir em Portugal desde os 11 anos, a sua inserção no sistema escolar decorreu sem problemas significativos dado que a utilização da língua portuguesa era prática comum na instituição que frequentava em Dili (um colégio de educação semi-militar) e, por outro lado, foi apoiado por padres timorenses no seu percurso escolar em Portugal, primeiro no liceu e, mais tarde, no seminário.

Igualmente Sara, com 22 anos, viu os seus problemas de inserção escolar bastante reduzidos, dado que a primeira vez que frequentou a escola fê-lo já em Portugal: se bem que num primeiro momento tivesse sentido necessidade de comunicar por sinais com os seus colegas de escola, dados os reduzidos conhecimentos de português que possuía, essas dificuldades foram sendo atenuadas. Apesar da sua inserção precoce no sistema escolar, a aprendizagem do português continua a constituir um problema que justificou o progressivo abandono da escola (frequentou até ao 10º ano, neste momento está matriculada mas não vai às aulas). Como qualquer outro jovem português, Sara tem sentido sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho: obteve um emprego numa indústria de cablagens, da qual foi despedida após 4 meses de trabalho por redução de volume de trabalho da fábrica. Encontra-se neste momento inscrita no Centro de Emprego e verbaliza sérias dificuldades de acesso a um curso de formação profissional, situação que julga mais favorável para a sua inserção no mercado de trabalho. Curiosa é, no caso desta jovem, a manifestação de desejo de manter o uso simultâneo das línguas portuguesas e do tetum

"(...) não quero esquecer assim a minha língua de um dia para o outro, porque eu sou timorense, eu sei quem sou".

Com maiores dificuldades de integração em Portugal, podem ser identificados os timorenses que tinham desde a sua chegada a Portugal expectativas de integração imediata no mercado de trabalho.

Dora, uma jovem de 23 anos que chegou a Portugal em 1994 acompanhada pelo irmão, passou por sérias dificuldades económicas que a levaram a aceitar sucessivos empregos no sector da restauração, sob condições de forte precaridade contratual e salarial.

Sem ter uma experiência de trabalho anterior significativa (em Dili, ajudava num negócio familiar de comércio alimentar), o desempenho de uma actividade profissional constitui uma ruptura face a expectativas e a modos de vida anteriores:

"Primeiro a língua..., depois assim a gente querer estudar ... mas a situação não dava e a gente tem que procurar a vida pelo trabalho, e também o trabalho é difícil para mim, porque a gente em Timor nunca andava mulher à noite..."

Por outro lado, os timorenses que, por se encontrarem ligados à Administração Pública em Timor, tiveram direito a uma integração nos quadros da administração portuguesa, foram afetados basicamente por dois tipos de problemas: as funções em que foram integrados eram menos qualificadas e pior renumeradas do que as que desempenhavam em Timor; é bastante longo o tempo de espera até à conclusão do processo de integração na administração portuguesa, isto é, até à efectiva ocupação de um posto de trabalho.

Exemplo de António (50 anos, chegado a Portugal em 1976) é bastante ilustrativo quanto a modo como a confluência destes factores pode implicar alterações na trajetória profissional. Por não ter suportado a inactividade decorrente da demora no seu processo de integração na Função Pública e apesar de ter desempenhado funções de professor/monitor do ensino primário em Timor, optou por encontrar colocação como técnico de uma empresa de construção civil, situação que implicou a perda do subsídio da segurança social e do direito a residir na pensão de acolhimento. Foi reintegrado dois anos após a sua chegada no Ministério da Educação, tendo-lhe sido atribuídas funções administrativas pouco qualificadas e mal remuneradas por comparação ao salário auferido na construção civil. Esta situação em muito contribuiu para ter formulado um pedido de transferência para os Açores onde trabalhou durante 11 anos, primeiro em organismos

oficiais ligados a organizações juvenis, tendo mais tarde, regressado ao continente após concurso para o Ministério das Finanças.

A situação de Mário (42 anos, chegado a Portugal em 1996) parece ser particularmente penosa quanto à sua integração no mercado de trabalho em Portugal. Possuindo o diploma do curso de enfermagem, exerceu a profissão durante vários anos em Timor sem qualquer vínculo à função pública, não tendo, por esse motivo, direito à sua reintegração em Portugal. A esposa, que em Timor era professora do ensino primário, continua a aguardar colocação no Ministério da Educação. Por terem uma descendência numerosa ainda a seu cargo (5 filhos residentes em Portugal, uma em Timor) vivem com bastantes dificuldades económicas, situação que inclusivamente já justificou a candidatura à Medida do Rendimento Mínimo Garantido.

Finalmente, a partir dos diferentes testemunhos recolhidos, torna-se pertinente "isolar", quanto ao problema de inserção no sistema escolar e no mercado de trabalho, a situação dos jovens que chegaram mais recentemente, sem acompanhamento de familiares.

Nestes casos concretos, os problemas de aprendizagem da língua e da habituação à cultura portuguesa revelam-se particularmente significativos. Trata-se de um grupo que, pela sua idade, poucos ou mesmo nenhuns contactos mantiveram com a língua ou com a cultura portuguesa antes da sua chegada a Portugal.

Apesar de os mecanismos de apoio disponíveis incluírem a possibilidade de frequência de cursos de língua portuguesa (promovidos pelo CTT) e mesmo cursos de preparação para a entrada na universidade portuguesa (promovidos pelo CIDAC), estes jovens revelam graves problemas de inserção no sistema escolar, aos quais surgem muito frequentemente associados problemas na obtenção de equivalências quanto aos diplomas obtidos fora de Portugal.

O discurso destes jovens aponta genericamente para uma intenção de manutenção do seu estatuto de estudantes (não pretendem ou, pelo menos, não manifestam a pretensão de obter um emprego), situação que é mais compatível com as actividades políticas em que tanto se empenham. Por outro lado, é ainda bastante significativo, no caso deste grupo, a verbalização de problemas de isolamento face a outros jovens que leva à afirmação de uma vontade de incrementar um maior inter-conhecimento, nomeadamente através da mistura com outros estudantes nas residências onde vivem. Esta seria igualmente uma forma de reduzir os sentimentos de rejeição por parte da comunidade portuguesa.

O conjunto de informação analisada relativamente aos modos de vida de timorenses residentes em Portugal permite identificar uma separação entre os elementos da comunidade cuja vivência é total ou quase totalmente autónoma de apoios estatais e de associações e o grupo (genericamente, os jovens activistas políticos que chegaram mais recentemente a Portugal), cujo quotidiano e a inserção na sociedade portuguesa é (ainda) suportado pelo apoio de diversas instituições. Quanto a este último grupo mantém-se, efectivamente, uma forte dependência face aos sistemas formais de apoio social.

A diferenciação referida é, aliás, muito frequentemente reconhecida nos discursos dos entrevistados:

- *"Nota-se uma grande diferença entre nós e eles [os recém-chegados] nas atitudes. Eles têm em primeiro lugar a actividade política"* (João, 35 anos).
- *"Os jovens que chegaram têm problemas de isolamento. Resolver os problemas de comida e alojamento não chega"* (Mário 42 anos).
- *"(...) agora os desta etapa após o massacre de Santa Cruz, estes tiveram mais sorte (...) somos muito diferentes dos que chegaram cá há pouco tempo"* (António, 50 anos).
- *"(...) os recém-chegados têm todos, estão todos nas residências, ... mas não pagam nada...em Setúbal toda a gente paga as suas rendas... já têm mais regalias hoje do que antigamente ... nós não tivemos apoio quase nenhum"* (Sara, 22 anos)
- *"O objectivo da vinda para Portugal não foi melhorar a vida"* [aqui o entrevistado faz uma comparação relativamente aos timorenses chegados a Portugal há mais tempo] mas *"continuar a resisitir, continuar a lutar"* (Joaquim, 30 anos).

A diversidade de condições de acesso aos sistemas de apoio por parte dos jovens estudantes constitui um factor considerado discriminatório no tratamento aos membros da Comunidade Timorense. Neste âmbito, uma das propostas mais frequentemente avançadas, pelos residentes há mais tempo em Portugal e sobretudo pelos entrevistados que têm filhos a frequentar o sistema escolar, consiste no desenvolvimento de mecanismos paritários de acesso aos sistemas de apoio a estudantes timorenses.

6.4. Análise do processo de integração da Comunidade Timorense na sociedade portuguesa e expectativas futuras

Conforme se teve já ocasião de sublinhar, os testemunhos recolhidos permitem claramente concluir que o maior ou menor grau de integração dos membros da Comunidade Timorense na sociedade portuguesa depende, em grande medida, do tempo de residência em Portugal e do que representa a presença neste país: uma passagem que se pretende breve, servindo Portugal, antes de mais, de suporte ao exercício de actividades políticas; um "porto" seguro necessário até que as condições de instabilidade social e política em Timor sejam ultrapassadas; um local de residência a manter, mesmo quando a independência do território se concretizar.

De um modo muito genérico, verifica-se que o maior tempo de permanência em Portugal está associado a níveis de integração mais elevados e a uma vivência pautada por uma total ou quase total autonomia face aos mecanismos formais de apoio à Comunidade; o que não significa a inexistência de dependência.

Por outro lado, o tempo de residência em Portugal encontra-se fortemente correlacionado com "perfis" de timorenses diferentes entre si, situação que sustenta a verbalização (muito comum) de uma separação entre "nós" e "os outros", reportada aos grupos de permanência mais antiga e aos grupos de jovens de chegada mais recente. Enquanto no caso do primeiro destes grupos, há uma aproximação e adaptação progressiva aos modos de vida da sociedade de acolhimento (por exemplo, ao nível das estratégias de inserção no mercado de trabalho, do recurso a medidas de apoio social como é o caso do Rendimento Mínimo Garantido, etc.), no caso dos jovens, até por beneficiarem de mecanismos específicos de apoio, é notório um maior afastamento face à sociedade portuguesa. Esta distância parece não só decorrer de um tempo relativamente curto de permanência em Portugal, mas também de uma postura de partida que privilegia as questões especificamente timorenses e que está fortemente correlacionada com um desempenho político activo.

Neste domínio, é particularmente ilustrativo o testemunho de António (50 anos, residente em Portugal desde 1976), que critica a atitude "assistencialista" evidenciada pelos mais jovens que, ao mesmo tempo que não desenvolvem estratégias de autonomia (por exemplo, através do desenvolvimento de uma actividade profissional), prosseguem uma notável dependência face a diferentes apoios. Aliás, a existência destes apoios específicos traduz, nas palavras deste entrevistado, uma situação discriminatória no acesso a determinados

privilégios que contribui para reforçar, ainda de modo mais evidente, as divisões e divergências de há muito existentes entre os membros da Comunidade.

Relativamente à **avaliação dos mecanismos de apoio à Comunidade** no momento da chegada, prevalecem opiniões muito favoráveis quer no que respeita ao apoio médico-sanitário, quer no que concerne aos processo de encaminhamento (para alojamento, para os locais de obtenção de documentação, etc.).

Já no que diz respeito à **avaliação do papel de diferentes organizações e instituições de apoio e ao próprio Estado**, os testemunhos recolhidos permitem concluir pela existência de posicionamentos bastante diferenciados que oscilam, nos extremos opostos, entre um reconhecimento incondicional perante o processo de acolhimento e uma postura muito crítica que enfatiza a necessidade de reforçar e alargar a novos domínios as medidas de excepção concebidas especificamente para os timorenses.

Numa perspectiva de reconhecimento e de aceitação face aos mecanismos de apoio disponíveis, geralmente associada a posições de maior vulnerabilidade social e económica, constituem discursos particularmente ilustrativos os testemunhos seguintes:

- *"Eu agradeço muito porque vivo cá sozinho"* (José, 25 anos, em Portugal desde 1995).
- *"As instituições fazem o que podem". "Vamos contentando com isso (...) a ajuda não é aquilo que eles querem, é aquilo que eles podem".* Após referência à existência de outras comunidades de imigrantes em Portugal, é afirmado que *"(...) o governo não pode olhar só para nós, deixando os outros abandonados"* (Manuel, 70 anos, chegado a Portugal em 1996).
- *"Essas organizações não governamentais ajudam bastante (...) eles apoiam-nos bastante, são muito atenciosos em relação à Comunidade cá em Portugal (...) eu penso se essas organizações não ajudarem, penso que nós seríamos talvez como ... indianos, sei lá (...), sentiríamos como estrangeiros, não é?"* (Sara, 22 anos em Portugal desde 1983).

Numa óptica mais crítica, é enfatizada a ausência de apoios eficazes que dêem resposta aos problemas específicos da Comunidade, como é evidenciado pelos depoimentos seguintes:

- *"Aumentar o subsídio, melhorar as condições, é isso que tem prometido, nós estamos à espera que isto venha a ser realizado. Só ao nível do discurso o apoio tem melhorado (...); devia haver mais apoios devido à responsabilidade que o governo tem sobre nós" [e esses apoios deveriam sobretudo incidir sobre os grupos mais jovens que vieram através de embaixadas] "porque esses jovens estão isolados, não estão ao pé dos pais, precisam de ser sempre acompanhados, pelo menos nas escolas, (...) pelos especialistas, psicólogos, médicos, porque senão estes jovens não têm futuro" (Mário, 42 anos, em Portugal desde 1996).*
- *"Os estudantes necessitam de muitas coisas, livros, fotocópias, deviam ser mais ajudados (...) só com o subsídio da Segurança Social não chega (...) se há fundos especiais, há fundos do Governo para apoiar os estudantes, devia ser o governo português a preparar uma bolsa especial" (Joaquim, 30 anos, chegado a Portugal em 1994).*
- *"Portugal [nos apoios que tem prestado] está a tentar 'aculturalizar' o que significa democracia ocidental (...) o papel do governo deveria ser muito simples, mais activo para apoiar, (...) em termos de influência política, em termos de campanha política, social, mas não culturalmente, desculpa lá, isso não" (Tiago, 20 anos, em Portugal desde 1996).*

Na apreciação do processo de integração da Comunidade e da eficácia dos mecanismos de apoio, dois dos testemunhos recolhidos reflectem posicionamentos com alguns pontos de contacto, ambos introduzindo um elemento de leitura inovador face aos restantes depoimentos: é enfatizado que as ajudas e mecanismos de apoio não são totalmente potenciados devido a cisões e à falta de capacidade organizativa da Comunidade:

⇒ António, 50 anos, residente em Portugal desde 1976, considera ter sido bem recebido pelo Estado português, salientando apenas como factores menos positivos a demora no processo de (re)ingresso na Administração Pública e a existência de modalidades discrepantes na atribuição de escalões para integração nos quadros administrativos. A existência de critérios diferenciados é aliás um aspecto muito enfatizado por este entrevistado que a dado passo do seu discurso sublinha *"as autoridades portuguesas não têm culpa, para fazer alguma coisa precisa de informação, então há os intermediários timorenses que passam informação"*. Segundo o testemunho deste entrevistado, estes "intermediários" actuaram do modo discriminatório, configurando-se

como principal elemento de distinção a proximidade política face às correntes políticas dominantes, Fretilin e UDT.

⇒ João, 36 anos, em Portugal desde 1976, sublinha de um modo muito claro a falta de capacidade organizativa e de actuação conjunta como principais responsáveis das divisões existentes no interior da Comunidade - *"Eu quando cheguei a Lisboa [após ter interrompido a sua actividade profissional no norte do país], vinha com intenção de colaborar com a Comunidade Timorense mas quando reparei que as coisas estavam assim um pouco caóticas, eu de início ainda cheguei a participar em algumas coisas, mas depois abandonei por completo."* A dado momento do seu discurso é possível constatar que as cisões que actualmente detecta no seio da Comunidade são, em larga medida, resultantes das características dos recém chegados a Portugal - *"essa juventude que rumou para Jacarta ou para Bali isso adquiriram uma cultura que não sei se será uma mistura da cultura timorense e da cultura indonésia e será difícil definir, mas nota-se uma grande diferença entre nós e eles, nas atitudes (...) essa juventude parece que pisa riscos e tem atitudes mesmo brutais (...) geralmente o timorense só reage em casos extremos ..."*

Entre depoimentos mais vivos e exacerbados e outros mais conformistas, é possível identificar algumas sugestões e propostas que justificam alguma reflexão, no sentido de uma eventual incorporação em estratégias de apoio à Comunidade Timorense.

Um dos aspectos mais frequentemente referidos remete para a necessidade de **reforço da aprendizagem da língua portuguesa**, incluindo a existência de mais cursos, mais intensivos, mais flexíveis em termos de horário (para possibilitar a frequência por parte dos que exercem actividade profissional) e, eventualmente, ministrados por timorenses simultaneamente fluentes em tetum e em português (por forma a facilitar a aprendizagem sobretudo por parte dos jovens que desconhecem a língua portuguesa ou têm conhecimentos muito elementares).

Um bom domínio da língua portuguesa constitui o suporte fundamental para o acesso a níveis mais elevados de escolarização, tanto universitário como profissional. Nas palavras de um dos entrevistados (Mário, 42 anos), o fomento à **formação profissional e à criação de empregos deveria ter em conta as competências específicas dos timorenses** (por exemplo o domínio simultâneo das línguas portuguesa e do tetum), devendo os membros da Comunidade ter acesso prioritário a postos de trabalho em instituições que trabalham directa ou indirectamente com os problemas de integração, até porque os conhecimentos que

detêm à partida da cultura e dos sistemas de valores da comunidade facilitam os níveis de sucesso das intervenções que essas instituições protagonizam.

Por outro lado, relativamente ao trabalho das ONG's é salientada a necessidade de uma **maior articulação dos projectos** e, simultaneamente, de uma **gestão por objectivos dos recursos** transferidos pelo governo para estas instituições.

- *"Não devia ser uma associação a fazer o projecto sozinha sem a cooperação com outras associações"* (Joaquim, 30 anos)
- *"Essas tarefas [prosseguidas pelas ONG's] não vão de encontro àquilo que os timorenses querem. O governo dá dinheiro através destes projectos (...) penso que este dinheiro em nome do povo timorense, da Comunidade Timorense, precisa ser bem utilizado por objectivo".* (Mário, 42 anos).

No que respeita à **formulação de expectativas futuras** importa desde já sublinhar, dado ser evidente em grande parte dos discursos produzidos, uma separação clara entre "o que se espera" no período de permanência em Portugal e o desejo de saída do país, designadamente com o regresso a Timor.

No grupo dos mais jovens é claramente prevalecente o desejo de prolongamento dos estudos, mesmo para os que já deixaram o sistema escolar.

- ⇒ Sara, de 22 anos e com a frequência do 10º ano, manifesta o desejo de prosseguir a sua escolarização através da frequência de um curso de formação profissional que torne mais fácil o acesso a um emprego.
- ⇒ Dora de 23 anos, que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico ainda em Timor, verbaliza: *"(...) a gente querer estudar ... mas a situação não dava e a gente tem que procurar a vida pelo trabalho"*. Daí que por lhe ter surgido uma oportunidade de trabalho no sector da restauração enquanto frequentava um curso da Associação 12 de Novembro, esta jovem tenha optado pela integração no mercado de trabalho em detrimento da finalização do curso. Por manifestar problemas de integração na sociedade portuguesa, em grande medida decorrentes de dificuldades na esfera laboral (baixa remuneração, trabalho ao fim-de-semana, horários nocturnos), Dora pondera a hipótese de imigrar para a Austrália onde pensa ter maiores possibilidades

de melhoria das condições de vida e de prolongamento da sua escolaridade. Contudo, a sua ambição é sempre voltar a Timor para junto dos pais.

Quanto aos jovens que chegaram através de embaixadas, é bastante notório o desejo de potenciar ao máximo a frequência do sistema escolar, por forma a que quando o regresso a Timor se efectivar possuam uma melhor preparação para ajudar o seu país, procurando em Portugal conciliar o estudo com o desenvolvimento das suas actividades políticas:

⇒ *"A curto prazo continuar a desenvolver as actividades políticas, porque se eu não fizer isso vou ser acusado com traidor, traiu a Pátria. Então tenho de desenvolver as actividades políticas em todas as situações, situações difíceis, tenho que continuar a fazer isso. Depois, em segundo, tenho que concluir o meu curso"* (Joaquim, 30 anos).

⇒ *"Temos que passar aqui para continuarmos a estudar, para um dia Timor vá ser uma nação (...) temos que voltar para construir Timor e, pronto, a minha ambição é pôr os estudos para dar mais apoio (...)"* (José, 25 anos).

Prevalece claramente nos testemunhos recolhidos a vontade de um regresso a Timor.

Apenas no caso de um dos entrevistados, o cepticismo face às possibilidades de resolução pacífica do conflito e à concretização da independência do território, leva a perspectivar como mais provável a sua permanência em Portugal - "só volto com o apoio das Nações Unidas, porque mesmo nos timorenses não tenho confiança (...) mesmo livre e independente não voltaria tão cedo".

Quanto às condições de concretização do regresso a Timor, é de salientar que a efectivação do processo de independência, se necessária para alguns, não é imprescindível para outros:

⇒ *"(...) hoje mesmo o problema de Timor é resolvido, hoje mesmo vou para Timor [até lá] nem vou para trás, nem p'ra esquerda, direita, fico sempre em Portugal"* (Mário, 42 anos).

⇒ *"Quando vim para aqui, não foi para gozar. Estou aqui só para alisar, depois de passar a tempestade a gente poder voltar"* (Manuel, 70 anos) -

⇒ *"Gostaria muito de voltar e vou gostar [talvez por] um caminho mais perto isso querer dizer ... volto ilegalmente"* (Tiago, 20 anos).

⇒ "Um Timor livre não sei se será para os nossos filhos, para os nossos netos (...).
Não posso esperar, (...) a estratégia é acabar o curso e ir" (João 35 anos).

Subjaz ao discurso de uma parte substancial dos entrevistados a ideia que o regresso a Timor, para além de significar o (re)encontro com o país de origem, poderá possibilitar a reunião dos diferentes membros da família, agora residentes em diferentes países. Com efeito, os testemunhos recolhidos permitem aferir da intensa divisão de núcleos familiares, o que constitui um obstáculo significativo à partilha familiar e à manutenção de redes de solidariedade, componentes que parecem dotadas de uma elevada valorização por parte da Comunidade Timorense.

7. ELEMENTOS FINAIS DE SÍNTESE E REFLEXÃO

O processo de construção do estudo cujos resultados estão traduzidos no presente relatório teve sempre em conta a necessidade de se dar resposta a duas questões fundamentais: uma caracterização, sistematizada, rigorosa e completa da comunidade Timorense residente em Portugal e uma avaliação da situação sócio-económica da mesma. A estas duas questões que, no fundo, configuram dois objectivos do trabalho, acabam por se juntar, inevitavelmente, outras duas traves-mestras de orientação desta pesquisa: a compreensão da lógica do quadro de intervenção das instituições de acolhimento associada à forma como estas se relacionam com os diferentes grupos da população timorense e a identificação do modo como os próprios membros desta Comunidade se posicionam em relação ao seu futuro individual e colectivo.

O estudo procura responder aos quatro objectivos atrás enunciados, surgindo agora, no seu momento final, a necessidade de se apresentar uma síntese mais elaborada. Esta síntese conclusiva desenvolve-se em quatro etapas, correspondendo a primeira à identificação das denominadas "balizas de intervenção". Estas balizas de intervenção correspondem à sistematização das características da comunidade que devem ser tidas em consideração no desenho da política de acolhimento e inserção, bem como à listagem dos grandes pontos fortes da sociedade de acolhimento e da sua rede institucional de suporte. No fundo, trata-se de organizar, eventualmente de um modo mais abrangente e distanciado, um conjunto de questões que outras entidades já terão equacionado, ainda que de uma forma mais parcelar e orientada.

Se estas "balizas de intervenção" constituem um ponto forte do estudo, na medida em que permitem sustentar e justificar as linhas de política actualmente em curso, ou a eventual introdução de correcções e complementos nas mesmas, pareceu-nos importante explicitar os três passos subsequentes na linha de construção de um quadro de intervenção: a discussão dos objectivos a atingir, as medidas a implementar, e a apresentação de um quadro-síntese de intervenção.

Antes de se desenvolverem as etapas supracitadas, é importante referir que a presença e a situação da comunidade Timorense em Portugal têm de ser consideradas num quadro que incorpora elementos de incerteza muito relevantes. Efectivamente, uma modificação da situação política em Timor em qualquer sentido implicará, sempre, alterações na Comunidade instalada em Portugal.

Se prevalecer, como é absolutamente desejável, um cenário favorável dominado por uma lógica de solução negociada que conduza à independência ou a um estatuto de autonomia alargado, não se deve assumir que todos os timorenses que residem em Portugal voltem de imediato ao país, mesmo que cerca de 85% declare essa intenção. É provável que a Comunidade se reduza, pelo menos inicialmente, mas as alterações no estatuto do território e no contexto migratório implicarão, certamente, novos papéis sociais dos timorenses instalados em Portugal (passagem de refugiados a imigrantes) e das instituições que os têm apoiado.

No extremo oposto, um cenário marcado pelo agravamento da opressão indonésia com a manutenção do desrespeito pelos direitos humanos e a eventual emergência de novas situações do tipo "Massacre de Santa Cruz" continuará a induzir timorenses para o exílio, podendo, inclusivamente, aumentar o afluxo de jovens estudantes que chegam a Portugal.

Entre estes dois extremos, existe todo um leque de possibilidades variado. Mais do que discutir todas estas hipóteses interessa apenas destacar que a leitura histórica das situações jurídico-políticas que correspondem, *grosso modo*, ao modelo de Timor Leste apresentam processos de resolução extremamente lentos. Foi assim com a Arménia e, de algum modo, com a Palestina. É assim com o Tibete e com o Sahara Ocidental. Afinal, a situação presente pode prolongar-se, devendo ser os actuais dados do problema a suportar as intervenções que se vão implementando.

Em termos concretos, as três etapas que configuram esta síntese têm o seguinte conteúdo:

1) *Balizas de intervenção a ter em consideração:*

a) Timorenses em Portugal:

- uma Comunidade pequena, fortemente concentrada na AML e que experimenta tendências centrífugas (sobretudo emigração para a Austrália);
- uma Comunidade jovem com elevados índices de masculinização neste grupo etário;
- uma Comunidade relativamente pouco qualificada e com rendimentos médios baixos;
- uma Comunidade duplamente dependente – agregados familiares numerosos a dependerem de poucos activos; forte dependência face às instituições (Segurança Social, alojamentos, ensino da língua, empregos na administração pública...);

- uma Comunidade demograficamente diversificada em que os problemas dos jovens, das mulheres e dos adultos são diferenciados, tendo isto de ser cruzado com o tempo de permanência em Portugal;
- uma Comunidade fragmentada em virtude das diferenças políticas, dos momentos de chegada, das origens étnicas, do posicionamento sócio-cultural;
- uma Comunidade vincada pela importância da viabilidade política e a mediatização da questão de Timor;
- uma Comunidade com origem no mundo completamente diferente e que revela grandes desajustes sociais e um grande desconhecimento da língua portuguesa (vagas mais recentes);
- uma Comunidade onde é visível a dualidade de sentimentos face a Portugal: exílio vs cidadania portuguesa;
- uma Comunidade fragilizada que passou por acontecimentos traumáticos;
- uma Comunidade em permanente tensão devido à situação de Timor Leste.

b) Instituições e População Autóctone

- uma identificação forte dos portugueses com a causa timorense que facilita, potencialmente, a convivência social;
- um número relativamente elevado de ONG's bem implantadas no terreno com trabalho relevante e visível;
- uma disponibilidade política do governo para intervir nas questões timorenses, tanto no domínio da diplomacia, como do apoio à Comunidade instalada em Portugal;
- um esforço de articulação das iniciativas institucionais que envolve ONG's e corpos governamentais;
- um investimento relativo razoavelmente importante no apoio à comunidade Timorense.

2) Objectivos da Política de Acolhimento e Inserção

Os últimos dois anos parecem marcados por uma política de inserção que tende a pautar-se por uma lógica multifacetada e articulada. Em termos de grandes objectivos, esta política pretende direccionar-se para a criação de condições de funcionalidade e autonomia dos timorenses que se vão instalando em Portugal. De alguma forma, procura estabelecer-se um "contrato de inserção" fornecendo aos timorenses instrumentos e apoios iniciais (no domínio do estudos, da formação profissional, da reinserção na função pública, da habitação) que os dotem de capacidades acrescidas para uma inserção social bem sucedida na sociedade portuguesa. No fundo, privilegia-se uma lógica de instalação permanente em detrimento de uma política de acolhimento temporário.

Contudo, se bem que esta opção esteja globalmente correcta, há que aprofundar a reflexão em torno de dois aspectos: a manutenção dos elevados índices de dependência dos membros da comunidade Timorense; o desejo de emigração de quase metade daqueles que estão instalados em Portugal.

3) Uma aproximação às medidas

a) No domínio institucional e instrumental

- Dotar a Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense de funções efectivamente técnicas, designadamente no âmbito do acompanhamento dos "Projectos de Vida" e de outras situações de transição. Neste sentido, as valências técnicas da Comissão deveriam ser reforçadas com a inclusão de quatro novos profissionais (transferidos de outros serviços) para as áreas de habitação, educação, emprego e saúde.
- Estabelecimento de Protocolos efectivos entre a instituição governamental que constituiria o núcleo duro de apoio à inserção dos timorenses (CPAISCT) e entidades (ONG's, escolas profissionais) com experiência e flexibilidade para lidarem com diversas questões específicas (ensino de português, formação escolar/profissional, assistência cívica e sanitária).
- Clarificação dos procedimentos envolvidos no âmbito do "projecto de vida" o que implica um reforço da articulação instrumental. Em termos concretos, seria

importante dar formação específica aos técnicos da Segurança Social⁴¹ responsáveis pela implementação e acompanhamento dos projectos de vida, elaborar um guia orientador deste acompanhamento, flexibilizar o prazo previsto para este processo e desenvolver metodologias para a sua avaliação;

b) No domínio da articulação externa e do intercâmbio de experiências

As dificuldades em implementar uma política de inserção eficaz sugerem a necessidade de se incrementar a troca de experiências com instituições de outros países que desempenhem um papel no processo de inserção de populações oriundas de Timor Leste. Deste modo, seria importante, do ponto de vista documental, ter acesso a estudos aprofundados sobre os problemas da Comunidade Timorense na Austrália e, do ponto de vista institucional, abrir canais de contacto funcionais com instituições australianas que lidem de perto com os timorenses. Estas referências explícitas à Austrália não excluem contactos com outros países e territórios, designadamente Macau.

c) No domínio da habitação

Os problemas na passagem de situações de alojamento inicial para residências definitivas associados às reclamações dos timorenses que residem em bairros sociais demonstram que a questão da habitação é sensível e ainda não está completamente resolvida. Eventualmente, seria importante:

- Incluir na Comissão um representante das instituições da administração central que tutelam a habitação, mesmo que não fosse de forma permanente;
- Incrementar os contactos com os sectores da habitação das Câmaras Municipais dos concelhos que albergam mais timorenses (pelo menos Setúbal, Oeiras e Sintra);
- Estabelecer critérios claros relativamente à selecção dos timorenses a instalar em CATs.
- Clarificar as condições de acesso à habitação no período de férias escolares, para os estudantes alojados em residências.

⁴¹ Uma vez mais, destacam-se os técnicos das áreas de Setúbal, Oeiras, Sintra, Lisboa, Amadora e Vila Franca de Xira.

d) No domínio do sistema de ensino, da formação profissional e da inserção no mercado de trabalho

- Evitar a dispersão não acompanhada dos estudantes por estabelecimentos de ensino distantes de Lisboa e desenvolvimento do princípio da tutoria orientada nas escolas que acolhem membros recém-chegados da comunidade Timorense;
- Clarificar os critérios para atribuição de bolsas de estudo e distinção do papel do ME, do ICP/MNE e Fundação Calouste Gulbenkian bem como os deveres a que estão obrigados os beneficiários das bolsas;
- Clarificar os critérios de selecção para o acesso às Universidades;
- Efectiva articulação do técnico do IEFP destacado para a CPAISCT, com os técnicos dos Centros de Emprego que sejam objecto de uma formação específica para tratarem com as pessoas daquela Comunidade (técnicos dos Centros de Emprego das áreas de Setúbal, Oeiras, Sintra e Lisboa);
- Reorganização, em novos moldes, da relação entre o IEFP e as ONG's que desenvolvem formação profissional para a comunidade Timorense privilegiando-se os princípios do ajustamento (adequação aos membros da Comunidade), eficácia (pertinência no quadro de funcionamento do mercado de emprego da Região) e acompanhamento (no período pós-formação);

e) Difusão de informação

- Elaboração e difusão de um Guia de Recursos, em português e tétum, dirigido à Comunidade Timorense em Portugal, que congregue não apenas informação sobre os apoios específicos, como também, outros mecanismos vigentes para a população em geral, em áreas sensíveis como o emprego, a formação e a inserção social;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização específicas, organizadas de forma profissional e atractiva, que toquem domínios tão díspares como a saúde/sexualidade ou a inserção profissional/apoios à criação de emprego. Este tipo de acções poderão ser inseridas no âmbito dos protocolos mencionados em a).

- Implementação de mecanismos de igualdade de oportunidades a todos os níveis, entre os jovens que chegaram a Portugal com as famílias e os jovens isolados vindos mais recentemente.
- f) No âmbito dos contactos com a sociedade civil
- Amplificar o leque de contactos com a população autóctone e as suas instituições, promovendo iniciativas que, fora do âmbito político, reforcem o convívio entre os jovens timorenses recém-chegados e a população portuguesa. As ONG's têm, neste caso, um papel determinante.
- g) No âmbito do acesso à saúde
- Proceder à elaboração de um quadro sistemático de avaliação do estado de saúde à chegada;
 - Efectuar acções de sensibilização e informação sobre planeamento familiar, prevenção de doenças (sida, p. ex.)...;

4. Quadro Síntese de Intervenção

Descrição das Medidas	Objectivos	Desvantagens de não aplicação	Entidades a envolver
Dotar a CPAISCT de funções efectivamente técnicas e de intervenção junto da Comunidade	- Promover a aproximação ao terreno da entidade que parece constituir-se como aquela que tem uma visão estratégica e global dos problemas da Comunidade e dos meios para a sua resolução; - Dotá-la de competências de intervenção ao nível do acompanhamento dos "Projectos de Vida" e das outras situações de transição.	- Esvaziar de conteúdo a entidade que pode e deve ter competências de intervenção mais fortes junto da Comunidade; - Abrir espaço para que não se criem condições para um efectivo acompanhamento das políticas de inserção	- Ministério do Trabalho e Solidariedade (IEFP) - Ministério da Saúde - Ministério da Educação - Secretaria de Estado da Habitação
Estabelecimentos de protocolos entre a CPAISCT e outras entidades com capacidade de intervenção	- Accionar uma das principais competências da CPAISCT através do estabelecimento de parceriais/protocolos com entidades para os diversos domínios de intervenção - Aumentar a capacidade e a qualidade das respostas	Não estabilização de um quadro de actores de intervenção específicos	- ONG's - Escolas - Entidades de formação profissional - Entidades da área da saúde
Clarificação dos procedimentos a implementar para a construção do "Projecto de Vida"	- Estabilizar um quadro sistemático de procedimentos - Evitar situações de arbitrariedade e de injusta subjectividade	A extrema dificuldade de implementação dos projectos de vida	- Ministério do Trabalho e Solidariedade - CPAISCT - Centros Regionais de Segurança Social

4. Quadro Síntese de Intervenção (cont.)

Descrição das Medidas	Objectivos	Desvantagens de não aplicação	Entidades a envolver
Elaborar um guia orientador para o acompanhamento dos projectos de vida	Criar condições de acompanhamento dos "Projectos de Vida"	A pouca sistematicidade do acompanhamento	- Ministério do Trabalho e Solidariedade - CPAISCT - Centros Regionais de Segurança Social
Proceder à formação de técnicos responsáveis pela elaboração dos "Projectos de Vida"	Criar competências específicas de intervenção ao nível da Comunidade Timorense	Uma intervenção pouco especializada e desadequada	- CPAISCT - Centros Regionais de Segurança Social
Desenvolver metodologias para avaliação desta política de inserção	Poder avaliar o processo de inserção implementado e criar condições para a introdução de correcções nas medidas implementadas	Desadequação progressiva do quadro de intervenção	- Ministério do Trabalho e Solidariedade - CPAISCT
Flexibilizar o prazo para a execução do projecto de vida	Criar condições de recurso nomeadamente, sempre que se verificam reorientações ou falências justificadas	- Eliminar dos percursos de inserção aqueles que estão menos familiarizados com a língua portuguesa - Responsabilizar os indivíduos por insucessos que podem não ser da exclusiva responsabilidade	- Ministério do Trabalho e Solidariedade - CPAISCT
Implementar formas de articulação externa e de intercâmbio de experiências	- Conhecer as entidades que na Austrália e mesmo em Macau trabalham na inserção da Comunidade Timorense - Intercambiar metodologias	Desaproveitar oportunidades de contactar com processos de inserção mais estabilizados	CPAISCT

4. Quadro Síntese de Intervenção (cont.)

Descrição das Medidas	Objectivos	Desvantagens de não aplicação	Entidades a envolver
Alargar a CPAISCT à área que tutela a habitação e estabelecer contactos privilegiados com os departamentos de habitação das CM's relevantes	Criar sinergias com técnicos e entidades mais especializadas nesta matéria	Estreitar as soluções, potencialidades e capacidade de intervenção da Segurança Social	- CPAISCT - Câmaras Municipais das principais áreas de residência - Secretaria de Estado da Habitação
Estabelecer um quadro de critérios de selecção dos indivíduos a alojar nos CAT's	- Sistematizar e objectivar as escolhas - Tornar o processo mais claro para os membros da Comunidade	Dificultar o processo de selecção, colocando aos técnicos, a quase total responsabilidade da selecção	- CPAISCT - CRSS
Desenvolver um sistema de tutoria para os estudantes timorenses em cada estabelecimento	Permitir um acompanhamento do processo de inserção no sistema de ensino criando condições de "mediação" atempadas	Prolongar as difíceis condições de inserção	- ME - MTS - Instituições de Ensino - CPAISCT
Destacar um técnico do IEFP para a CPAISCT	Estabelecer a articulação entre a entidade que acompanha os Projectos de vida e os técnicos dos Centros de Emprego	Aprofundar o divórcio entre a entidade que tutela o emprego e a formação e as problemáticas específicas deste público	- MTS - CPAISCT - IEFP
Reorientar a relação IEFP e ONG's	- Evitar situações de apoio incondicional - Privilegiar princípios objectivos de aprovação das candidaturas à formação: adequação ao público, pertinência face às necessidades do mercado de emprego - Criar condições de maior acompanhamento destas acções de formação	- Financiamento de acções de formação com pouco impacte e de eficácia duvidosa - Criar situações de profunda frustração/desmotivação	- MTS - IEFP - ONG's - Entidades gestoras de Programas financiadores específicos

4. Quadro Síntese de Intervenção (cont.)

Descrição das Medidas	Objectivos	Desvantagens de não aplicação	Entidades a envolver
Elaboração de um guia de recursos para a Comunidade Timorense	Divulgar e facilitar a informação relativa aos recursos existentes ao dispor desta população, dos procedimentos necessários ao acesso, clarificando o papel de cada organismo e os deveres dos beneficiários	- Dispersão de informação - Situações de pouco esclarecimento	- CPAISCT - CRSS - ONG's
Desenvolvimento de acções informação/acessibilidade sobre questões específicas	- Sensibilização da Comunidade face a questões relativas à saúde, sexualidade, etc. - Informação relativa à possibilidade de inserção escolar e/ou profissional	Dificultar o processo de familiarização com problemáticas fundamentais para o processo de inserção	- CPAISCT - CRSS - ONG's
Criar mecanismos que permitam a igualdade de oportunidades entre timorenses	Evitar tratamentos desiguais consoante os momentos e as formas de chegada a Portugal, nomeadamente entre jovens no que se refere ao acesso às bolsas de estudo	Aprofundar/contribuir para a fragmentação dentro da Comunidade	CPAISCT
Ampliar e conceber iniciativas que promovam o contacto da Comunidade com a sociedade portuguesa	Contribuir para uma maior abertura e aproximação da Comunidade em relação à sociedade portuguesa	Aprofundar o já relativo afastamento desta comunidade	- CPAISCT - ONG's
Clarificação dos critérios na atribuição de bolsas a estudantes e dos deveres a que estes ficam obrigados, bem como das condições de acesso à Universidade	- Contribuir para uma igualdade de acesso a este benefício - Clarificar os papeis dos diferentes organismos	Aprofundar as crises dentro da própria comunidade, sugerida pela diferença de tratamento entre os estudantes isolados e os outros	- ME - ICP/MNE - CPAISCT - Fundação Calouste Gulbenkian
Proceder à elaboração de um quadro sistemático de avaliação do estado de saúde à chegada	Dotar o pessoal técnico desta área de material de suporte à sua intervenção	Criar situações de arbitrariedade e de abordagem pouco clara	- MS - CPAISCT

Anexos

Anexo 1 - Lista bibliográfica

Anexo 2 - Entidades contactadas

Anexo 3 - Fichas-Síntese das Histórias de Vida

Anexo 1 - Lista bibliográfica

BIBLIOGRAFIA MAIS RELEVANTE

ESTUDOS SOBRE A COMUNIDADE TIMORENSE EM PORTUGAL

- ALVES, J. (1995) – *A Dificuldade de Inserção das Famílias Timorenses na Sociedade Portuguesa*, Seminário Final, Universidade Moderna. Departamento de Ciências do Comportamento, Lisboa. (Policopiado, não publicado).
- BARRETO, P. et al. (n.d.) – *Práticas e Representações da Comunidade Timorense Residente em Portugal*. Trabalho de Licenciatura, I.S.C.T.E.. (Policopiado, não publicado).
- CAMEIRÃO, L. et al. (1995) – *Kdadalak: o Grito que se Quer para a Liberdade*. Trabalho de Licenciatura, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. (Policopiado, não publicado).
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE – *Relatório Preliminar*.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE – *Relatório de Actividades de 1996*.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA COMUNIDADE TIMORENSE – *Plano de Actividades para 1997*.
- MALHEIROS, J. (1995) – *Labour Market Experiences of Refugees in Portugal and Spain: a case study on Angolans, Timorese and Saharais*. King's College of London (Policopiado, não publicado).
- PEREIRA, Helena Ventura () – *Jovens Timorenses em Portugal: os desempenhos escolares, as estratégias de vida futura e a lenta entrada no mundo dos adultos*, ISCSP.
- TAVARES, M. Viegas (1990) - "Ensino e Enculturação dos Desalojados de Timor Leste" in *Revista Optar*, Ano I, nº2, Lisboa.

- VIOLA, M. A. Marques (1986) – *Os Deslocados de Timor – Formas Associativas na Colectividade Timorense da Quinta do Balteiro*, Dissertação de Licenciatura, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Antropologia, Lisboa. (Policopiado, não publicado).
- XIMENES, Lúcia (1994) - *Dificuldades de Adaptação dos Jovens Timorenses na Sociedade Portuguesa*, Trabalho de Seminário de Licenciatura, Universidade Moderna. (Policopiado, não publicado).
- (1995) – *Timorenses num Portugal em mudança. Análise socio-cultural de um processo de exclusão social*, Tese de mestrado em Sociologia, ISCSP.

OUTRAS OBRAS SOBRE TIMOR CONSULTADAS

- A.G.U. (1970) – *Timor. Pequena Monografia*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- B. N. U (1968) – *Estrutura Geográfico-Económica de Timor*. Boletim Trimestral nº74. Banco Nacional Ultramarino, Lisboa.
- CARVALHO, C. A. da Costa (1985) – "Coordenadas da População de Timor-Leste" in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº27, pp. 43-136. Lisboa.
- CINNATI, Ruy (1987) - *Timor de Ruy Cinnati*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa.
- PIRES, M. Lemos (1994) – *Descolonização de Timor – Missão Impossível?*. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- SALDANHA, João Mariano de Sousa (1994) – *The Political Economy of East Timor Development*, Jacarta; Pustaka Sinar Arapan.
- SALDANHA, João Mariano (ed.) (1995) – "The East Timor Project" (vol. 1) An Anthology: *Essays on the political economy of East Timor*, Darwin, Centre for Southeast Asian Studies.

- THOMAS, L. F. (1985) – *A Língua Portuguesa em Timor*.
- THOMAS, L. F. (1978) – “O Afluxo ao Meio Urbano no Timor Português” in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*.
- TRICONTINENTAL (1993) – *Guia do Terceiro Mundo 93*. Tricontinental Editora, Lisboa.

ESTUDOS SOBRE REFUGIADOS

- BLACK, R. (1994) – “Political Refugees or Economic Migrants? Kurdish and Assyrian Refugees in Greece” in *Migration – A European Journal of International Migration and Ethnic Relations*, Vol.25, pp. 79-109.
- BLACK, R.; ESCALONA, A. (1995) – “Refugees in Western Europe: Bibliographic Review and State of the Art” in *Journal of Refugees Studies*, Vol.8, nº4. Oxford University Press, Oxford.
- BOJHOLM, S.; CHRISTENSEN, S. B.; Genefke, I. (1993) – “Apostando por la supervivencia de las víctimas de la Tortura” in *Refugiados*, Abril 1993, pp. 17-19.
- HAUFF, E.; VAGLUM, P. (1993) – “Integration of Vietnamese Refugees into the Norwegian Labor Market: The Impact of War Trauma” in *Internacional Migration Review*, Vol.27 (2), pp. 389-405.
- ZOLBERG, A. R.; SUHRKE, A.; AGUAYO, S. (1989) – *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World*. Oxford University Press, Oxford.

Anexo 2 - Entidades Contactadas

Entidades contactadas

ARS (Administração Regional de Saúde)

Associação 12 de Novembro

Associação dos Ex-Presos Políticos

Associação "O Regresso das Caravelas"

Associação Olho Vivo

Biblioteca Espaço por Timor

Câmara Municipal de Setúbal

Centro Para Cidadania Timorense - CCT

Centro Comunitário de Carcavelos

Centro de Emprego (Conde Redondo)

Centro de Reabilitação de Alcoitão

CIVITAS - Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - CDPM

Comunidade dos Refugiados de Timor (CRT)

Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras

Escola Profissional Gustave Eiffel

Grupo Cultural Kdadalak

Grupo Cultural Tata-Mai-Lau

Grupo Universitário de Apoio à Integração de Timorenses

IEFP

Movimento Cristão para a Paz

<i>Entidades contactadas</i>
Junta de Freguesia de S. Sebastião (Setúbal)
Ministério da Educação
MSSS
Taci Feto Taci Mane
União dos Refugiados de Timor
Universidade do Porto

Anexo 3 – Fichas-Síntese das Histórias de Vida

Ficha Síntese Nº - 1 - Tipo 5

Identificação: João

Residência: Oeiras/Laveiras

Elementos de caracterização pessoal	Tem 35 anos. Nasceu em Timor numa aldeia perto da fronteira com a Indonésia. Os pais e avós têm origem em aldeias próximas. O pai era militar, a mãe doméstica. Teve 6 irmãos e todos morreram, com excepção de uma que vive com a mãe em Dili e que é administrativa no hospital da cidade.
Percorso escolar/profissional	Teve uma educação semi-militar na escola "psico-social"(tipo academia), em regime interno, até à 4ª classe. Depois ingressou no seminário em Dili onde fez até ao 1º ano do ciclo. Quando veio para Portugal com 11 anos fez o liceu em Leiria e com 16 anos ingressou no seminário em Braga. No último ano (com 26 anos) concluiu teologia e desistiu do sacerdócio. O primeiro emprego consistiu em dar aulas de moral em Guimarães (ficou hospedado em casa de pessoas de família "arranjada" pelo seminário. Ficou um ano e depois veio para Lisboa. Vinha com o objectivo de ajudar a comunidade timorense mas desistiu devido ao estado caótico das organizações. Actualmente trabalha na Escola de Caxias e na Escola Secundária Aquilino Ribeiro, sendo professor de moral.
Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chegou a Portugal em 1976 (com 12 anos). Esteve um ano na Indonésia antes de chegar a Portugal. Veio num pacote de pessoas negociadas pelo dr. Almeida Santos (4/10/76). Foram os responsáveis pelo seminário que conduziram o processo de fuga para a Indonésia. O encarregado de Educação era um padre de Timor que já estava em Portugal. Em Leiria teve uma família de integração onde passava os fins de semana. Foi acolhido pela Cruz Vermelha no Vale do Jamor onde permaneceu durante 2 dias. Quando chegou a Portugal os únicos timorenses que aqui viviam eram estudantes ou juizes.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Só no primeiro mês teve problemas de integração com os colegas do liceu em Leiria. Não teve problemas com a língua porque já falava só português no seminário em Dili e também em casa. Não teve apoio de qualquer instituição à sua chegada. Hoje não gosta do ambiente do bairro onde vive (80% dos residentes não são timorenses). Quando veio para Lisboa, veio para o bairro onde vive mas morava com mais 6 pessoas. Hoje vive sozinho. Não tem dificuldades económicas mas vive modestamente.

Avaliação da integração da comunidade	Necessidade de tratamento diferenciado entre os recém chegados e os que estão há mais tempo. Quanto aos mais recentes o primeiro passo seria criar um clima de confiança. Não tem ideias sobre medidas e estratégias a seguir. Os t. têm uma cultura diferente, é uma sociedade patriarcal, com vivência conjunta de família alargada. Pensa que a organização da comunidade em Portugal é caótica. Não há regras definidas de organização.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Não tem muita opinião sobre os apoios dados à comunidade "mas acho que estão a começar pelo fim". Deveria existir mais formação em termos de língua
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Pertence a um partido político, conselho superior da UDT. É difícil mobilizar os membros da comunidade timorense. Já participou em palestras sobre a comunidade (ex. Juventude Centrista).
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Mantém contactos regulares com a mãe e a irmã que estão em Timor. "É perigoso caso a gente aborda questões políticas. A partir do momento que são só questões pessoais, não há problema".
Locais de encontro com elementos da comunidade	
Perspectivas futuras	Espera voltar a Timor dentro de 4/5 anos. Está a estudar filosófico-humanísticos na Universidade Católica de Braga onde passa parte da semana. Espera vir a dar aulas num seminário em Dili ou numa universidade a fundar pelo Bispo de Baucau. Foi com esse objectivo que começou a estudar. Pode também ir para a Austrália e casar lá. Neste caso, teria problemas porque não domina o inglês – "Seria a minha derrocada profissional" Voltar a Timor sem independência é uma possibilidade. Basta que tenha emprego, acaba cá o curso e vai.

Elementos distintivos	Depois de ter deixado Dili não voltou a ver a família. Foi à Austrália em Dezembro para fazer um trabalho e de lá contactou a família por telefone. Considera-se português. Em Timor seria luso-timorense.
Ideias-chave	Constatação da dificuldade de organização da própria Comunidade. As diferenças entre os recém-chegados e os timorenses de vagas anteriores, nomeadamente no que se refere às entidades e objectivos.
Fases-chave	"Nota-se uma grande diferença entre nós e eles (os recém-chegados) nas atitudes". "Eles têm em primeiro lugar a actividade política".

Ficha Síntese Nº 2 - Tipo 1

Identificação: Manuel

Residência: Pensão Barca do Tejo (Alcântara)

Elementos de caracterização pessoal	Tem 70 anos. Nasceu em Timor na cidade de Dili. Os pais eram de uma aldeia da montanha. O pai era professor, a mãe doméstica. Tinha 4 irmãos. É casado, tem 11 filhos, 4 dos quais o acompanharam na sua vinda para Portugal.
Percurso escolar/profissional	O pai morre quando era pequeno e por esse motivo vai estudar para uma "missão" fora de Dili, onde conclui a escola primária. Com a guerra de 1945 volta a Dili. Com mais ou menos 17 anos começa a trabalhar como enfermeiro. Conclui o curso de enfermagem com 22 anos e é colocado numa aldeia de montanha, onde trabalha como efectivo do quadro de saúde de Timor. Trabalha em Dili e noutros hospitais. Trabalha até 1990, ano em que se reforma com 62 anos. Em Portugal recebe a reforma da administração portuguesa (o que só conseguiu após ter chegado a Portugal - recebe 129 contos/mês). Tem um grande gosto e orgulho pela profissão desempenhada.
Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chega a Portugal em 1/Fevereiro/1996, acompanhado da mulher, de quatro filhos e de uma cunhada. O processo é acompanhado pela Cruz Vermelha e já em Portugal é recebido e acompanhado pela Segurança Social. Considera ter sido bem recebido em Portugal com bom acolhimento sanitário, das enfermeiras da Segurança Social, etc. A primeira residência em Portugal foi na Pensão Floresta, durante dois dias.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Numa primeira fase, os principais problemas foram o frio e o facto de ter deixado familiares em Timor. Teve (e ainda tem) problemas com a língua, porque em casa só falava tetum e bahasa. Teve dificuldades em obter o estatuto de reformado da administração portuguesa (problema já ultrapassado). Uma filha teve problemas de equivalência dos estudos (actualmente cuida de uma senhora, apesar de ter o liceu completo). Todos os filhos que com ele residem têm problemas de emprego, assim como a cunhada que apenas faz pequenos trabalhos de costura para fora. Refere dificuldades de aprendizagem da língua mais evidentes e graves no caso dos filhos - todos estudaram português mas acharam difícil e desistiram. Em Timor nenhum dos filhos (dos que têm entre 20 e trinta anos) trabalhava. Todos estudavam no liceu. Refere que a vida é mais cara em Portugal Apesar de ter um elevado número de pessoas a seu cargo, não verbaliza grandes problemas económicos.

Avaliação da integração da comunidade	" Não posso dizer que nós aqui (os timorenses que vivem na pensão) estão a passar mal". Sobre a restante comunidade não tem opinião.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Não tem opinião muito formada. As instituições "fazem o que podem". Não tem razões de queixa sobre o apoio prestado. Tem uma postura conformista face à actuação do governo (e.g. quanto ao aumento das reformas) - "vamos contentando com isso" - "a ajuda não é aquilo que eles querem, é aquilo que eles podem". Afirma não ter estudos para avaliar o desempenho do governo. Refere a existência de outras comunidades de imigrantes em Portugal afirmando que "o governo não pode olhar só para nós deixando os outros abandonados".
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Não faz parte de associações. Participa em encontros uma ou duas vezes por mês, para trocar impressões com os timorenses. Quanto à actividade política é "só escutar o que eles dizem" . Considera inútil a actividade política porque a invasão ocorreu há 20 anos e ainda nada se resolveu.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Só com os filhos que estão em Timor. por carta e por telefone, uma vez por mês.
Locais de encontro com elementos da comunidade	Igreja. de N.S. de Fátima, Igreja de S. Nicolau (Praça da Figueira), Calvário e Cidade Universiária.
Perspectivas futuras	Pensa voltar para Timor, mas nunca emigrar para outro país. "Senão vier/ficar em Portugal, então fico na minha terra, paciência! Passar mal também passo na minha terra".
Elementos distintivos	Tem quatro filhos a seu cargo e a filha mais velha tem uma filha também dependente. Uma cunhada é outro membro da família que vive sob a sua (quase total) dependência. Os dois filhos mais novos (24 e 25 anos) desistiram de estudar e estão desempregados. Tem ainda uma outra filha residente em Portugal, casada, cujo marido trabalha num restaurante. Tem família (irmã, cunhado, filha, etc.) na Austrália. Os seus primeiros esforços para vir para Portugal datam de 1976. Os indonésios "queriam apanhar os filhos" que tinham actividade política. O próprio foi fisicamente maltratado pelos indonésios.

Ideias-chave	Fica em Portugal até um dia "quando a minha terra ficar livre". Considera que os timorenses são mais afáveis do que os portugueses.
Frases-chave	A propósito do regime indonésio "Bom, problemas é que aí ... só que a mim não gosta dos indonésios e, de vez em quando, (...) é preciso ter muita cautela, não falar assim, assado, porque eles podem ouvir e depois queixam, participam, acusam a gente na agência podem responder e fazer alguma tortura". " Quando vim para aqui (para Portugal), não foi para gozar (foi) gozar. Estou aqui só para alisar, depois de passar a tempestade a gente poder voltar". "(...) tinha de vir para aqui para, pelo menos desabafar aquelas... as minhas dores".

Ficha Síntese Nº 3 - Tipo 9 A

Identificação : José

Residência: Amadora

Elementos de caracterização pessoal	Nasce em Dili há 25 anos. Os pais e avós eram de uma aldeia. Ao todo são 10 irmãos e na casa em Dili viviam 18 pessoas (pais, irmãos, tios, primos). O pai era funcionário do aeroporto, a mãe zeladora de uma igreja.
Percurso escolar/profissional	Estudou até ao 12º ano em Dili na área de biologia (concluiu com 17 anos). O seu primeiro emprego foi como controlador de obra na área da construção civil, após ter saído da prisão. Trabalhou em obras públicas da administração indonésia - parece ter sido um trabalho compulsivo. Parou os seus estudos por motivos políticos. O seu sonho era ter seguido medicina. Neste momento está na Escola Gustave Eiffel. Optou por esta via, por ser mais fácil, dadas as dificuldades com a língua. Três meses após a chegada, frequentou curso de português no CCT, durante cinco meses (quando chegou não sabia falar português. Necessitava de mais formação. Depois escolheu o curso de construção civil porque já tinha experiência na área e o CCT encaminhou nessa escolha porque é uma escola com mais apoio. Vive com uma bolsa de estudo. Tem problemas de aproveitamento, o que quer é estar com os amigos.
Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chegou a Portugal, através da embaixada francesa na Indonésia que ocupou no dia 16 de Novembro de 1995, juntamente com um grupo de cinco jovens que já conhecia. O objectivo da ocupação era chamar a atenção para a causa de Timor - "o mundo internacional pode fazer intervenção e (...) para buscar também a ONU para resolver mais brevemente o nosso problema". Foram instalados pela Segurança Social numa pensão no Saldanha onde esteve 1 ano. Actualmente vive num apartamento da escola que frequenta, juntamente com outros sete jovens que também chegaram através de embaixadas. Prefere viver com outros estudantes não timorenses porque isso facilita a integração.

Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Principal problema é a língua - entre timorenses continua a falar tetum. Pensa que os portugueses são mais fechados do que os asiáticos. Sente dificuldades de convívio com os portugueses. Quando chegou não sabia o que fazer, como fazer "depois isso foi-me dado". Teve problema com as equivalências - tinha o 12º ano e teve que começar do 9º ano. Não teve problemas até agora mas actualmente tem porque reduziram a bolsa para metade.
Avaliação da integração da comunidade	Não reclama nada porque há outras comunidades estrangeiras em Portugal mas, por outro lado, verbaliza um sentimento de rejeição da comunidade portuguesa porque o fazem sentir estrangeiro. Considera-se um refugiado político.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Não se pode exigir mais porque há outras comunidades estrangeiras em Portugal O principal problema para toda a comunidade é a língua.
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Não parece ser frequente a ida a actividades culturais da comunidade ou outras. Frequenta torneio de futebol para timorenses. Vai à missa com frequência na Igreja de N.S. de Fátima. Apesar de ter sido activista político está mais ou menos afastado.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Através de telefone, uma vez por mês. Não tem parentes fora de Timor.
Locais de encontro com elementos da comunidade	Igreja de N.S. de Fátima.
Perspectivas futuras	Quando Timor (...) fôr uma nação" vai voltar - "Temos que voltar para construir Timor" e para isso tem que estudar mais para ir mais preparado.

Elementos distintivos	Foi capturado pelos indonésios em 1990. Esteve na prisão 6 meses. Depois do massacre em Novembro de 1991 foi novamente capturado e esteve na prisão um ano e sete meses. Durante o tempo de prisão continuou os contactos com a resistência na montanha. Em 1993 foi expulso pelos indonésios porque houve uma "manifestação muito apertada e pronto (...) não consegui ficar lá. Tem uma postura de reconhecimento face ao acolhimento da sociedade. Portuguesa - "(...) eu agradeço muito porque vivo cá sozinho" Não tinha qualquer imagem de Portugal antes de chegar.
Ideias-chave	Enquanto o subsídio como estudante durar, continua os estudos e não vai trabalhar.
Frases-chave	"Tenho esperança que um dia Timor vai ser uma nação".

Ficha Síntese Nº 4 - Tipo 3

Identificação Mário

Residência: Forte da Casa

Elementos de caracterização pessoal	Tem 42 anos. Nasceu em Timor no concelho de Laoten (Lospalos), zona leste do território. Os pais e avós também nasceram nessa aldeia. É filho único. Os pais eram agricultores latifundiários. Os avós eram uma espécie de regedores da aldeia. Os pais pertenciam igualmente à elite local. Casado, 6 filhos. A mulher tem origem portuguesa - avós de Torres Vedras.
Percurso escolar/profissional	Viveu na sua aldeia até aos 12 anos de idade. Estudou os primeiros anos no colégio dos salesianos perto da aldeia. Depois foi para Dili estudar onde completou o 12º ano no liceu. Fez estudos de enfermagem (3 anos) que concluiu já no exército. O primeiro emprego foi no hospital militar onde continuou após ter finalizado o serviço militar obrigatório com 22 anos. Sai do exército e começa a trabalhar como enfermeiro na Montanha. Dá apoio à resistência - é um dos activistas da independência. Considera-se "comissário político nacional". Trabalhou com a resistência na Montanha desde a invasão até 1979, altura em que se rendeu e foi para Dili onde trabalhou até 1982 num hospital do governo Indonésio. Entre 1982 e 1983 exerceu um cargo administrativo na sua aldeia natal. Em 83 foi capturado devido ao apoio que dava à Resistência. É condenado a 12 anos de prisão e em 1984 foi "desterrado" para a prisão onde se encontra Xanana Gusmão. Por bom comportamento, sai em fins de 1992, um pouco antes de cumprir toda a pena. Vai para Timor onde é "um prisioneiro doméstico" sem qualquer liberdade de movimentos. Actualmente é em Portugal um político activo que anda frequentemente por vários países (EUA, Canadá, países africanos, Suíça) a divulgar a causa timorense. "Sou presidente da Associação de Ex-presos cá em Portugal." - fundada em 23/6/96. Faz parte da Comissão organizadora que está a preparar um congresso sobre Timor que terá lugar em Portugal de 2 a 8 de Março de 1998. Dá entrevistas e percorre instituições (e.g. escolas) para divulgar a causa de Timor. O seu objectivo é "sensibilizar a comunidade internacional (para a causa de Timor)". A associação faz a divulgação da causa timorense em Portugal e pedidos de apoio ao exterior.

Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chega a Portugal em Maio de 1996, com a mulher e cinco filhos. A outra filha ficou em Timor com os avós. Devido à sua condição de ex-preso político teve o suporte de um comité político da Cruz Vermelha Internacional que acompanhou o processo de repatriamento. Passou por Jacarta e Amesterdão. Esteve 1 dia hospedado na Pensão Floresta e depois foi para o Forte da Casa onde vive até agora. Gosta do local, apenas considera que é longe de Lisboa. Não teve apoio económico de familiares/amigos aquando da sua chegada - apenas conselhos de "como enfrentar esta vida". Em Timor as condições de vida eram melhores.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Nunca foi funcionário português - apenas no exército - por isso não tem direito a reintegração. Tem dificuldade em arranjar emprego. Está a receber subsídio da Segurança Social. Está inscrito no Centro de Emprego de Vila Franca, até agora sem resultados. Candidatou-se ao Rendimento Mínimo Garantido. A mulher era professora em Timor e continua a guardar integração no Ministério da Educação. Devido ao facto de os filhos estarem a seu cargo não têm direito à bolsa, o que lhe parece uma situação injusta. Tem 2 filhas na Universidade, em Lisboa e Coimbra. A que está em medicina em Coimbra teve que entrar para o ano zero, porque não foi dada equivalência - em Bali já andava no 2º ano. Tem uma filha com o 12º ano que está em casa. Os filhos mais novos frequentam a Escola Secundária. Todos os filhos têm problemas com a língua. Todos frequentaram cursos do CCT. Nunca se sentiu estranho em Portugal - o seu principal problema é económico. Considera-se um cidadão português.

Avaliação da integração da comunidade	Os cursos de Português devem ser de um nível mais elementar porque muitos não sabem nada da língua. Os professores deviam saber falar português e tetum. As instituições de integração deveriam ter mais timorenses a trabalhar. Percebem melhor os problemas da comunidade e era também um modo de reduzir o nível de desemprego. Os jovens que chegaram mais recentemente têm problemas de isolamento - resolver os problemas de alojamento e comida não chega.. Deviam ter acompanhamento médico e psicológico até para evitar problemas de agressividade que já se registam entre eles. Esse acompanhamento deveria ser realizado sobretudo nas escolas e universidades. A Associação dos Ex-Presos tem esta preocupação mas não tem meios de intervenção. Grupos de chegada mais recente não têm dificuldades na obtenção de documentação mas têm dificuldades económicas. Pensa que só ao nível do discurso a Comunidade tem tido apoio, mas em termos concretos o apoio não é suficiente nem tem melhorado.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Considera que as respostas do governo português são insuficientes. Propõe um aumento do subsídio para jovens. Pensa que deveria ser reforçado o ensino do português para timorenses. Apela a uma melhor utilização (por objectivos) dos recursos do governo às ONG's para desenvolvimento de projectos com a comunidade. Os benefícios de escolarização dados aos jovens não são totalmente potenciados porque não falam bem português.
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Costuma frequentar a missa de timorenses. Tem uma actividade política sistemática que se centra na prestação de apoio e informação sobre a para a resistência. Tem reuniões políticas semanais. A Associação dos Ex-presos tem um grupo Cultural "Tata Mai Lau" (Setúbal) e o entrevistado faz a divulgação do grupo nas escolas. Participa também na organização de passeios para timorenses.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Tem contactos com Timor por motivos políticos - assuntos da Resistência - e também com membros da comunidade que residem noutros países. Tem família na Austrália.
Locais de encontro com elementos da comunidade	Muito variáveis.
Perspectivas futuras	Quando a independência de Timor se concretizar pensa voltar - afirma que é também esse o desejo da maioria dos timorenses. Tem esperança de ir passar o próximo Natal a Timor.

Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chega a Portugal em Maio de 1996, com a mulher e cinco filhos. A outra filha ficou em Timor com os avós. Devido à sua condição de ex-preso político teve o suporte de um comité político da Cruz Vermelha Internacional que acompanhou o processo de repatriamento. Passou por Jacarta e Amesterdão. Esteve 1 dia hospedado na Pensão Floresta e depois foi para o Forte da Casa onde vive até agora. Gosta do local, apenas considera que é longe de Lisboa. Não teve apoio económico de familiares/amigos aquando da sua chegada - apenas conselhos de "como enfrentar esta vida". Em Timor as condições de vida eram melhores.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Nunca foi funcionário português - apenas no exército - por isso não tem direito a reintegração. Tem dificuldade em arranjar emprego. Está a receber subsídio da Segurança Social. Está inscrito no Centro de Emprego de Vila Franca, até agora sem resultados. Candidatou-se ao Rendimento Mínimo Garantido. A mulher era professora em Timor e continua a guardar integração no Ministério da Educação. Devido ao facto de os filhos estarem a seu cargo não têm direito à bolsa, o que lhe parece uma situação injusta. Tem 2 filhas na Universidade, em Lisboa e Coimbra. A que está em medicina em Coimbra teve que entrar para o ano zero, porque não foi dada equivalência - em Bali já andava no 2º ano. Tem uma filha com o 12º ano que está em casa. Os filhos mais novos frequentam a Escola Secundária. Todos os filhos têm problemas com a língua. Todos frequentaram cursos do CCT. Nunca se sentiu estranho em Portugal - o seu principal problema é económico. Considera-se um cidadão português.

Avaliação da integração da comunidade	Os cursos de Português devem ser de um nível mais elementar porque muitos não sabem nada da língua. Os professores deviam saber falar português e tetum. As instituições de integração deveriam ter mais timorenses a trabalhar. Percebem melhor os problemas da comunidade e era também um modo de reduzir o nível de desemprego. Os jovens que chegaram mais recentemente têm problemas de isolamento - resolver os problemas de alojamento e comida não chega.. Deviam ter acompanhamento médico e psicológico até para evitar problemas de agressividade que já se registam entre eles. Esse acompanhamento deveria ser realizado sobretudo nas escolas e universidades. A Associação dos Ex-Presos tem esta preocupação mas não tem meios de intervenção. Grupos de chegada mais recente não têm dificuldades na obtenção de documentação mas têm dificuldades económicas. Pensa que só ao nível do discurso a Comunidade tem tido apoio, mas em termos concretos o apoio não é suficiente nem tem melhorado.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Considera que as respostas do governo português são insuficientes. Propõe um aumento do subsídio para jovens. Pensa que deveria ser reforçado o ensino do português para timorenses. Apela a uma melhor utilização (por objectivos) dos recursos do governo às ONG's para desenvolvimento de projectos com a comunidade. Os benefícios de escolarização dados aos jovens não são totalmente potenciados porque não falam bem português.
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Costuma frequentar a missa de timorenses. Tem uma actividade política sistemática que se centra na prestação de apoio e informação sobre a para a resistência. Tem reuniões políticas semanais. A Associação dos Ex-presos tem um grupo Cultural "Tata Mai Lau" (Setúbal) e o entrevistado faz a divulgação do grupo nas escolas. Participa também na organização de passeios para timorenses.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Tem contactos com Timor por motivos políticos - assuntos da Resistência - e também com membros da comunidade que residem noutros países. Tem família na Austrália.
Locais de encontro com elementos da comunidade	Muito variáveis.
Perspectivas futuras	Quando a independência de Timor se concretizar pensa voltar - afirma que é também esse o desejo da maioria dos timorenses. Tem esperança de ir passar o próximo Natal a Timor.

Elementos distintivos	Durante 22 anos foi uma pessoa "sempre perseguida, (...) sempre intimidada". Decidiu abandonar Timor "por causa das perseguições, das intimidações (...), da situação imposta". Não parece ter realizado grandes investimentos pessoais na procura de emprego - "então que primeiro arranjem emprego, trabalho para depois esse subsídio venha a ser suspenso". O seu agregado é composto por sete pessoas que vivem com 70 contos mensais.
Ideias-chave	Quando veio para Portugal tinha expectativas mais elevadas, sobretudo quanto à sua situação económica. Contudo, considera que está bem, face ao que os seus conterrâneos estão a sofrer em Timor. Devia haver uma atenção especial por parte do governo à questão de Timor "devido à responsabilidade que o governo português tem sobre nós". Segundo o entrevistado compete ao Estado resolver o problema de Timor.
Frases-chave	"(...) estou cá a passar mal, mas estou livre, estou livre". "(...) esta consciência minha é uma consciência política, de maneira que não posso reclamar nada (...) para mim tenho para sobreviver" "(...) melhor é isto porque a gente está num país democrático, a gente pode falar, pode falar livremente, não é, pode movimentar de um lado para o outro, melhor, muito melhor isto"

Ficha Síntese Nº 5 - Tipo 9 B

Identificação : Joaquim

Residência: Residência Universitária do Mosteiro

Elementos de caracterização pessoal	Tem 30 anos. Nasceu em Timor, numa cidade localizada no centro do território - Atulari. Os pais e avós eram da mesma localidade. Tem 10 irmãos. O pai é agricultor. A mãe morreu quando tinha 6 anos.
Percurso escolar/profissional	Antes da invasão fez a 4ª classe. Depois da invasão refugia-se nas montanhas com a família. Só volta a Dili em 1980 e recomeça a estudar. Completa o 12º ano em 1996 e estuda engenharia civil na Indonésia, onde completa o 4º ano (faltava 1 ano para concluir). Foi perseguido. Teve o 1º emprego na administração pública aos 17 anos mas como foi descoberto o seu envolvimento político foi despedido. Mantém a sua actividade política de divulgação e sensibilização em Portugal com extensões para outros países como a Irlanda, Inglaterra, Holanda, etc. O seu modo de subsistência é uma bolsa do Instituto de Cooperação Portuguesa. Encontra-se a estudar no ISCTE no 2º ano de Sociologia e Planeamento. A sua escolha tem a ver com as suas preocupações políticas.
Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chega em Novembro de 1994 depois de uma invasão da embaixada dos EUA durante uma conferência da APEC. A invasão envolveu um total de 29 jovens timorenses. Permaneceu 12 dias na embaixada onde não foi bem recebido - tratava-se de uma estratégia para acelerar a sua partida e a dos outros. O primeiro local de residência em Portugal foi uma pensão em Camaxide. O grupo dos 29 foi repartido entre este local e Queluz de Baixo. Hoje vivem todos em diferentes locais e cidades e alguns estudam no estrangeiro. Actualmente vive na residência universitária do Mosteiro. Gosta do local mas não das condicionantes do uso do espaço e de horas de entrada.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Teve problemas com os transportes. Teve problemas com a língua e com integração no sistema universitário português. Após a chegada, frequentou um curso do CIDAC de preparação para entrada na universidade portuguesa (3 meses) e outro de língua portuguesa organizado pelo CDPM (9 meses). Maior dificuldade actual é a diferença cultural face aos portugueses.

Avaliação da integração da comunidade	Faz uma avaliação positiva do acolhimento que teve. Teve assistência médica e apoio nas tarefas do quotidiano por parte de elementos da comunidade. Afirma haver um sentimento de rejeição por parte dos portugueses face aos estrangeiros (dá como exemplo a dificuldade de integração em grupos de trabalho na faculdade). Afirma que os europeus são mais individualistas, os asiáticos mais solidários. Propostas avançadas: Os professores universitários deviam ter funções específicas de apoio aos universitários estrangeiros; organização de mais cursos de português; maior apoio à formação e ao emprego por conta própria; os projectos para a comunidade deveriam ser partilhados entre diferentes instituições e organizações.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Propõe a existência de uma biblioteca só para timorenses. O governo deveria preparar uma bolsa especial de "acção social" para livros, fotocópias, etc. para os estudantes que só têm subsídio da Segurança Social (21 contos/mês).
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Pertence ao grupo cultural Biros Larico.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Está em contacto permanente com a resistência de Timor mas não tem contactos com a família.
Locais de encontro com elementos da comunidade	
Perspectivas futuras	Enquanto for estudante em Portugal gostaria de continuar na mesma residência e finalizar o curso. Em termos de emprego, se continuar em Portugal, gostaria de desenvolver trabalhos de investigação. Gostaria de ir estudar para os EUA e divulgar a causa de Timor junto de diferentes círculos políticos. O objectivo é sempre voltar a Timor.

Elementos distintivos	Quando chegou iniciou contactos com grupos internacionais de solidariedade e participou activamente na formação da direcção geral autónoma da Renitil (Residência Nacional dos Estudantes de Timor Leste). Actualmente é o secretário desta organização. Tem um papel activo na consciencialização dos jovens para a causa de Timor. Apoia a resistência na Montanha. Procura meios de subsistência para estudantes que estão na Indonésia e perderam a bolsa por motivos políticos. Esteve na "linha de resistência" em Java durante 3 anos (1991/94) - nesse período sem quaisquer contactos com a família viveu em vários lugares. Considera-se um exilado político. Não tem família em Portugal. Gosta de viver com outros estudantes não timorenses porque isso facilita o seu processo de integração e formação.
Ideias-chave	O objectivo da vinda para Portugal não foi melhorar a vida mas "continuar a resistir, continuar a lutar". O que pretende do governo português é a influência pela causa timorense e apoio na preparação de quadros técnicos e profissionais. Faz a apologia a um investimento na formação dos timorenses para melhor integração na sociedade portuguesas e na sociedade timorense (após a independência do território). A criação de novos empregos é importante para a sociedade portuguesa e timorense. Antes da chegada tinha a ideia de que Portugal seria um país mais desenvolvido, e.g., na área da educação.
Frases-chave	"(...) consideramos também como refugiado (...) saímos da nossa terra natal.No aspecto jurídico é como cidadão português, (...) no aspecto sociológico, antropológico timorense".

Ficha Síntese Nº 6- Tipo 4

Identificação : António

Residência: Bairro Social de Telheiras

Elementos de caracterização pessoal	Tem 50 anos. Nasceu em Timor, em Liassbe (concelho de Baucau). O pai era professor-catequista, a mãe doméstica. Viveu em diferentes locais - o pai mudava de local de ensino de 4 em 4 anos. Tinha 6 irmãos. Actualmente só três estão vivos - os outros 2 vivem também em Portugal. Do primeiro casamento teve 4 filhos. A primeira mulher e uma filha morreram em Timor. Casa pela segunda vez nos Açores e tem mais 3 filhos. Actualmente vive com 3 dos filhos, um enteado e com o pai numa casa de renda social. É divorciado .
Percurso escolar/profissional	Após ter concluído a 4ª classe, ingressou no Seminário em Dili onde estudou até aos 18 anos. O primeiro emprego foi como catequista, depois como professor-monitor do ensino primário em diferentes localidades. Até 1975 foi professor/funcionário da missão católica - cargo que permitiu o ingresso na administração pública portuguesa - e trabalhava por gosto, com espírito de missão - o salário era muito baixo. Quando rebentou a guerra estava a frequentar um curso de reciclagem fora da localidade onde vivia. Foi obrigado a ir para Atamboá - "já não podemos voltar e tivemos que recuar até Atamboá" - onde esteve um ano. Aí arranjou um trabalho na construção civil, tendo vivenciado um período de grandes privações. Quando chegou a Portugal começou a estudar à noite para incrementar os seus conhecimentos (completou até ao 11º ano) e arranjou trabalho nas obras em Setúbal. Revolta-se que por esse motivo lhe tenha sido retirado o subsídio da Segurança Social e o direito a estar na pensão. Como ex-funcionário da Administração Pública recebia 60% do salário até à sua integração que ocorreu dois anos depois da sua chegada. O salário que recebia na construção civil era mais vantajoso - quando obteve reingresso na Função Pública (posto de administrativo no Ministério da Educação) desistiu do lugar na empresa, dizendo que tinha sido "chamada" para a Austrália. Por fim preteriu o lugar no Ministério da Educação e após concurso público foi para os Açores (Ilha Terceira) onde viveu 11 anos (estava traumatizado e procurava um local mais tranquilo para viver). Trabalhou no FAOJ (organismos juvenis) e mais tarde concorreu ao Ministério das Finanças, onde ainda hoje trabalha (tenciona reformar-se dentro de dois anos). Regressou a Lisboa em Abril de 1989 para dar melhores oportunidades de estudo aos filhos.

Modo de chegada a Portugal e processo (inicial) de inserção	Chega a Portugal em Agosto de 1976 sem a mulher nem os filhos. Aliás a mulher e uma filha acabam por falecer e os restantes três filhos só chegaram em 1981. Veio com o irmão, cunhada e sobrinha com o apoio da Cruz Vermelha Internacional. Um mês mais tarde chegaram os pais. Foi viver para uma pensão na Lapa onde esteve quatro meses e da qual foi "corrido" por ter arranjado emprego. Depois viveu em diferentes quartos até se mudar para os Açores.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Falta da família quando chegou a Portugal. Racismo - quando chegou era confundido com os angolanos e moçambicanos . Aspecto negativo da integração tem a ver com a atribuição de escalões diferenciados para ingresso na função pública. Tem grandes dificuldades económicas para sustentar a casa e os filhos que coabitam (têm entre 25 e 10 anos - o mais velho estuda engenharia no Instituto Superior Técnico). Os maiores problemas que enfrenta são as dificuldades económicas e o "stress" do quotidiano. Gosta do bairro onde vive, apenas considera a casa pequena.
Avaliação da integração da comunidade	Considera que foi bem recebido pelo Estado Português. Os problemas que enfrentou (ele e os outros timorenses) tiveram origem nos intermediários timorenses que passavam informações "viciadas" ao governo português. Hoje o processo de integração dos chegados + recentemente é mais político do que social, porque após o massacre de Dili o "caso" de Timor passou a ser conhecido internacionalmente. Os que chegam agora têm mais dificuldades com a língua porque deixaram de falar português desde a invasão.
Avaliação do papel das instituições de apoio	Faz uma avaliação positiva do papel do Estado português. O problema são as divisões e atitudes discriminatórias entre os membros da comunidade e representantes.
Participação em actividades culturais e políticas da comunidade	Colabora com a Associação dos Ex-Presos Políticos. É membro do Grupo Coral de Telheiras.
Contactos com a comunidade timorense (fora de Portugal)	Não tem contactos com medo de represálias aos residentes em Timor. Apenas envia pequenos presentes quando tem portador.
Locais de encontro com elementos da comunidade	

Perspectivas futuras	Ficar em Portugal. Só volta a Timor com o apoio das Nações Unidas. Não tem grandes esperanças na independência do território. A Timor não voltará tão cedo.
Elementos distintivos	Afastamento e distanciamento face à comunidade de origem. Postura muito crítica face aos dirigentes e intermediários da comunidade que afirma terem uma postura discriminatória. Afirma que há processos menos claros na atribuição de subsídios, mas não culpa do facto o governo português mas antes a CRT que não funcionou como elemento de apoio a todos. Os representantes da comunidade actuaram de modo diferenciado que corresponde à divisão entre UDP e Fretilim. Propõe que se efectue um maior controlo da Segurança Social por forma a verificar as condições de vida nas pensões, porque há interesses económicos no acolhimento dos timorenses, sobretudo por parte dos donos das pensões. Pensa que o mais correcto seria a atribuição de dinheiro e não a imposição de locais para residir.
Ideias-chave	Sublinha que há grandes diferenças entre portugueses e timorenses - estes últimos são mais indolentes. Sublinha que os que chegaram mais recentemente têm uma visão assistencialista do Estado português. Refere que os seus filhos não têm direito a bolsa de estudo, enquanto os mais recentes têm. O grande número de associações só reforça ainda mais as clivagens políticas entre a comunidade.
Frases-chave	"(...) agora os desta etapa após o massacre de Sta Cruz, estes tiveram mais sorte". "(...) somos muito diferentes dos que chegaram cá há pouco tempo".

Ficha Síntese Nº 7 - Tipo 2

Identificação: Dora

Residência: Amadora

Elementos de Caracterização Pessoal	Tem 23 anos. Nasceu em Timor em Lospalos, na ponta leste do território, perto da Austrália. Os pais e avós também são naturais de Timor, os avós maternos eram de Dili, já os avós paternos eram da família dos régulos de Lospalos. O pai é natural de Viqueque, também na parte Leste de Timor perto de Baucau, já a mãe é mesmo natural de Lospalos. A família viveu sempre em Lospalos, mas os filhos, por uma questão de segurança, foram enviados para Dili para estudar e/ou trabalhar. Teve oito irmãos (quatro raparigas e quatro rapazes), um veio com ela para Portugal, uma irmã vive na Austrália, outra vive em Macau, um irmão e uma irmã já faleceram, um irmão vive em Lospalos e os restantes dois em Dili. A mãe era doméstica, mas fazia bolos para vender no mercado. O pai era condutor de tractores na missão católica de Fui Luro, perto de Lospalos. Vivia em Dili onde era sustentada pela família de um tio que possuía uma pequena mercearia.
Percurso Escolar/Profissional	Entrou para a escola com 6/7 anos em Lospalos mas só frequentou durante alguns meses. Retomou aos 9 anos em Dili e terminou o seu percurso escolar aos 15 anos, tendo frequentado até ao 6º ano (correspondente ao 1º Ciclo do Básico). Afirma que é complicado estudar em Dili a partir de 1991, as pessoas preferiam ficar em casa para não terem problemas. Depois começou a trabalhar ("ajudar") os primos na mercearia até aos 18 anos, momento em que foi para Jacarta. Em Portugal, iniciou um curso para Timorenses na Associação 12 de Novembro, mas só ficou lá um mês porque arranhou emprego, como empregada de balcão e de mesa, num restaurante chinês em Alvalade durante 8 meses. Depois trabalhou numa fábrica de cablagem em Sintra durante 1 mês (um problema de saúde não lhe permitiu continuar), depois durante 4 meses trabalhou num restaurante chinês no Cacém, por fim mudou para outro restaurante chinês na Amadora onde tem estado nos últimos 2 anos conseguiu os seus empregos através de uma amiga timorense. ("Em Babilónia dois anos e tal a ajudar assim").

Modo de chegada a Portugal e processo inicial de (inserção)	Em 3/93 saiu de Timor e foi para Jacarta para tirar um visto para a Austrália, mas não conseguiu, o irmão estabeleceu contacto com um Padre de Macau e quatro meses depois, viajou acompanhada do irmão, com passaportes indonésios para Hong Kong onde umas pessoas os esperavam no aeroporto e os levaram para Macau (10/6/93). Sete meses depois conseguiu vir para Portugal com o irmão num grupo de cerca de 40 timorenses, possuindo um visto fornecido pelo MNE (14/2/94). ("a gente chega, pediu visa para a Austrália, depois vê como é que é para depois passar para aqui Portugal..."). Receberam 6 meses de subsídio da segurança social e ficaram alojados numa casa ("Pensão") da segurança social em Carcavelos. Ao fim de 1/2 meses mudou-se para a Amadora para uma "pensão" onde estão outros timorenses, porque ficava mais perto do local de trabalho (Alvalade), onde permanece há 4 anos. Vive com uma amiga e uma família timorense de 7 pessoas.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Refere como principais problemas a língua e a falta de dinheiro que os impedem de estudar, bem como o tipo de trabalho ao qual não estavam habituados e o ritmo da cidade ("Primeiro a língua ..., depois assim a gente querer estudar ... mas a situação não dava e a gente tem que procurar a vida pelo trabalho, e também trabalho difícil para mim, porque a gente em Timor nunca andava mulher à noite..."). Teve problemas com a língua, nomeadamente quando trabalhou num restaurante chinês em que o dono só falava mandarim, agora já fala mandarim. Teve problemas em manter-se muito tempo nos empregos principalmente porque terminava à noite muito tarde e tinha que deslocar-se sozinha de transportes ("a voltinha também é perigoso, de metro à noite a gente anda sozinho") . Refere igualmente problemas relacionados com a baixa remuneração ("Pagar o mínimo, ordenado mínimo, é a vida difícil aqui"). E ainda, "temos muitas dificuldades, primeiro é a língua depois o trabalho, porque a gente normalmente nunca trabalha em restaurantes, trabalha em casa, lojas ...". Hoje já se habituou ao trabalho no restaurante chinês e como ganha só para si considera que ganha o suficiente. Refere, neste momento como principal problema, o isolamento e as saudades da família e do seu país ("a gente tem muitas saudades ... acabo por chorar sozinha porque eu tenho saudades dos meus pais ..."). Considera que vivendo num quarto também é difícil porque não lhe permite receber visitas.
Avaliação da Integração na Comunidade	Agora é mais fácil porque há mais timorenses, a Comunidade é maior. Não sabe o que é que o Estado poderá fazer para ajudar.

Avaliação do papel das Instituições de Apoio	Pensa no curso da Associação 12 de Novembro deveria ter havido mais horas de aulas de português e que os cursos deveria ser compatíveis com o trabalho. Por outro lado, deveria ter sido só curso de português e não com muitas disciplinas como era o caso. Considera muito importantes os apoios inicialmente recebidos. Pensa que o Estado tem que ajudar mais os jovens para poderem continuar a estudar, quem estuda não tem dinheiro e quem trabalha não consegue estudar. O subsídio de 32 contos que recebiam (ela e o irmão) não era suficiente, ao fim de 6 meses foi-lhe retirado ("depois eles cortam tudo, não interessa o que é que a gente faz, e a gente tem que procurar vida melhor para nós...").
Participação em Actividades Culturais e Políticas da Comunidade	Não porque são todas aos fim-de-semana e só tem folga à segunda-feira.
Contactos com a Comunidade Timorense (fora de Portugal)	Só o irmão é que contacta com os pais, mas esporadicamente ("é difícil para contactar com eles, o meu irmão pode contactá-los cada vez eles telefonam, ... mas os meus pais não dá, porque eles Lospalos, só um anos, dois anos, que eles vêm em Dili e a gente pode conversar ao telefone, meu irmão telefonar e falar com eles". O irmão de Dili por vezes telefona-lhe. Comunica por carta com os parentes na Austrália.
Locais de encontro com elementos da Comunidade	
Perspectivas futuras	Pensa ir para a Austrália para ficar mais perto da família e porque lá a vida é mais fácil e é mais fácil voltar a estudar. Pretende regressar a Timor quando este se tornar independente. Não tem planos para Portugal.

Elementos distintivos	Apesar de não estudar em Timor em Portugal pretendia prosseguir os estudos, embora não tenha tentado inserir-se no sistema de ensino. Pensa que contactando com portugueses se aprende melhor a língua do que na escola. Fala português, mandarim, tetum, bahasa e um pouco de cantonês. Utiliza o tetum em casa, no trabalho com o patrão fala mandarim e com os clientes fala português. Considera-se uma refugiada. Os empregos foram todos conseguidos através de outros timorenses.
Ideias-chave	A dificuldade de manutenção económica apenas através do subsídio e a necessidade de procurar trabalho. A vontade de rumar à Austrália e a assumpção clara de Portugal como lugar de passagem.
Frases-Chave	"Os timorenses são todos família". "Quando eu saí de lá eu quero ir directamente para a Austrália..., mas depois não conseguir, e ele diz que pode ser ir para Portugal, porque eu sair não quero voltar para trás, porque a gente sai gasta muito dinheiro, se volta para trás já não vale a pena ..." (p.69).

Ficha Síntese Nº 8 - Tipo 8

Identificação - Sara

Residência: Setúbal

Elementos de Caracterização Pessoal	Tem 22 anos. Nasceu em Dili. O avô paterno era português de Vila Franca de Xira e a avó timorense, o pai nasceu em Dili e a mãe em Baucau. A família vivia em Dili. A mãe era tesoureira da Caixa Geral de Depósitos. O pai era analista num laboratório. Tem 6 irmãos, 2 rapazes e 4 raparigas, o mais novo ainda bebé é fruto do segundo casamento do pai. A mãe faleceu há 3 anos. Todos os irmãos estudam, uma em Lamego, uma na Universidade Nova, uma está no 11º ano e outra no 9º. O seu irmão está preso. Vive em Setúbal com o pai, a avó e duas irmãs.
Percursos Escolar/Profissional	Entrou para a escola já com 8 anos em Portugal, iniciou a 1ª classe em Sintra e depois continuou em Setúbal. Estudou até ao 9º ano e no 10º, com 18 anos, desistiu porque teve que estudar à noite e não se adaptou ao ritmo, então decidiu trabalhar. Com 19 anos, foi trabalhar na linha de montagem numa fábrica de cablagens de carros no Casal do Marco, com contrato de trabalho temporário, durante 4 meses. Foi despedida devido à redução de trabalho. Não gostou porque era muito cansativo. Não voltou a trabalhar. Aos 21 anos (1997) matriculou-se no curso da Associação 12 de Novembro, onde ainda permanece recebe um subsídio correspondente ao salário mínimo nacional. Este ano voltou a matricular-se no 10º ano (também em Setúbal) porque se arrependeu de ter parado de estudar, mas não sabe se vai conseguir porque é difícil, estuda à noite e falta muitas vezes ("...porque estudar à noite..., uma pessoa fica um bocado de pé atrás, vai, não vai"). Considera-se uma aluna razoável mas tem falta de vontade para estudar e de ir às aulas à noite. Preferiria estudar de dia num colégio interno.
Modo de chegada a Portugal e processo inicial de (inserção)	O pai em 1982/83 deu o nome na Cruz Vermelha Internacional porque estava a ser perseguido pelos indonésios, uma vez que, era colaborador da guerrilha mandando medicamentos para o mato. Veio toda a família (pais, irmãos, tio, avó, bisavó) directamente para Portugal em Março de 1984. Quando chegaram foram alojados pela segurança social, durante 4 meses, em Sintra numa pensão que já não existe. Depois foram para Setúbal para um bairro social (porque o pai não quis morar em Lisboa) e continuam, já há 13 anos, na mesma casa que o pai está a comprar desde há 3 anos. Neste período de vida em Setúbal a mãe foi colocada como escriturária/dactilógrafa numa Direcção Escolar em Setúbal e o pai trabalhou num laboratório de análises de medicina tropical, depois como segurança na Securitas e por fim como segurança de uma escola em Setúbal.

Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	Quando chegou sentiu-se estranha "primeiro estranhei, primeiro quando eu cheguei a Portugal eu estranhei a cor dos portugueses, eu não sabia que existia diferença de cor, ... não sabia que o mundo era tão grande, eu não sabia que o mundo era assim tão grande, que havia três raças, outros países ..." Inicialmente sentiu também o problema da língua, tinha vergonha de não saber falar, mas em criança ainda em Sintra conseguiu comunicar com sinais e conviveu com crianças portuguesas e aprendeu rapidamente. Mas acha o português muito difícil, pensa que só sabe o português básico, que está sempre a aprender. Considera que no início passaram por muitas dificuldades, nomeadamente quando foram para Setúbal e os pais durante o primeiro ano ainda não tinham conseguido emprego ("o meu tio ia à lota buscar sardinha, ajudava as pessoas lá e depois ele trazia para casa, davam todos os dias sim, nós comíamos sardinha, sardinha, sardinha, que eu já estava farta de sardinha, por vezes, canja, canja, canja, e nós assim conseguimos sobreviver um ano."). O pai teve dificuldade em se integrar profissionalmente com a sua anterior profissão porque cá não lhe reconheceram a sua categoria ("eles não querem dar aquele trabalho não sei porquê, ele recebe o mesmo valor ... só que ele quer é o trabalho dele, ele gosta mesmo daquilo, ele quer fazer aquilo, mas ele não pode"). Hoje considera o bairro - Belavista - diferente, gostou de ter passado lá a sua infância, mas o bairro mudou : "Já não é igual, pois tudo mudou no bairro onde eu vivia, as crianças, crescemos juntas, foram , cada um foi para o seu lado, ou já se casaram, outras foram para França, para outros países, pronto a zona onde eu vivo só tem lá os pais, pronto as pessoas da minha idade já não, já não 'tão lá e, aquela, aquele sítio neste momento é um sítio morto, é mais pra ficar lá a dormir, acordar e sair dali...". Existem no bairro muitos problemas de droga, o que lhe desagrada. Considera que vivem com dificuldades "o dinheiro que eu recebo já tem todos, sempre todos os meses já tem dono, x para o comer, x para a casa, ... nunca sobra nada" Por outro lado, a sua principal dificuldade é conseguir arranjar um curso de formação profissional.
Avaliação da Integração da Comunidade	Pensa que os timorenses que já cá estão há mais tempo estão todos integrados, mas pensa que os jovens recém-chegados ainda têm que dar muitos passos. As organizações deviam pôr esses jovens a conviver com os portugueses.

Avaliação do papel das Instituições de Apoio	Considera que no período em que chegou os refugiados não tinham tantos apoios como agora, na altura enquanto estavam em Sintra, recebiam comida e cerca de 5 contos (em 1984). "não tivemos ajuda quando fomos para Setúbal tivemos que pedir ajuda nas igrejas para podermos alimentar, pronto para desenrascar o início" Por outro lado, o Centro de Emprego não consegue arranjar-lhe colocação num curso ("quando eu vou pedir para me arranjam um curso eu nunca consigo, é sempre difícil cursos profissionais ou emprego ... eles dizem, espere, aguarde, só que nunca mandam nada pra mim." De um modo geral, considera bom o papel que as instituições de apoio têm desempenhado. Devia investir-se mais no ensino do português, com mais cursos, mais vagas, mais intensivos e mais longos.
Participação em Actividades Culturais e Políticas da Comunidade	Participa num grupo cultural timorense - Tata Mai Lau - faz parte do grupo e actuam por todo o país e mesmo no estrangeiro, mostrando as danças e os cantares timorenses. Têm actividades todos os fins-de-semana. Participa em todas as missas e concentrações da Comunidade. Está integrada na RENITIL mas não participa em actividades políticas com muita frequência a não ser em algumas reuniões da RENITIL.
Contactos com a Comunidade Timorense (fora de Portugal)	Às vezes têm contactos com um tio que não conhecem, mas que vive na Austrália, apenas quando morre algum familiar em Timor. Ela não tem contactos com Timor, mas o pai telefona às vezes, talvez de dois em dois meses, para falar com a sua madrinha. Contacta com alguns amigos que viviam na Belavista, mas que foram para a Austrália há 4/5 anos.
Locais de encontro com elementos da Comunidade	
Perspectivas futuras	Pretende com o dinheiro que recebe no curso tirar a carta de condução e comprar um carro em 2ª mão para poder transportar o irmão bebé entre Lisboa e Setúbal. Gostaria de estudar música, ter o 12º ano e entrar no Conservatório. Gostaria de emigrar para a Austrália para estudar, mas já passaram muitos anos sem conseguir, já perdeu a vontade.

Elementos distintivos	Os pais em Timor falavam português em casa. Está habituada a utilizar mais o português, mas começou a usar o tetum com os jovens timorenses recém-chegados. Viaja muito para participar em festas, festivais e comemorações com o seu grupo, já esteve nos EUA, esteve também na cerimónia de atribuição do Nobel. Tinha amigos portugueses, mas afastou-se deles quando começaram a chegar os jovens timorenses. Tem família portuguesa em Vila Franca de Xira, mas não têm qualquer contacto. Considera-se uma refugiada política timorense porque a sua família está aqui de passagem, mas ao mesmo tempo sente-se portuguesa porque vota e tem liberdade.
Ideias-Chave	A diferença de apoios recebidos entre os recém-chegados e aqueles que vieram há mais tempo. A difícil conciliação entre a manutenção de contactos com portugueses e a "integração" no grupo de jovens recém-chegados. A dificuldade de inserção profissional
Frases-Chave	"... quando uma pessoa não faz nada vê que o tempo voa, e às tantas já, 'tou a ficar velha e não, ainda não, nada fiz nesta vida" "na altura os refugiados não tiveram muito, muitos apoios como agora os que têm vindo já têm, comparado com antigamente" "se tivesse numa pensão ele não pagaria nada, então nós quando mudámos para lá o meu pai teve que trabalhar,... uma vez que fomos para Setúbal, a segurança social deixou de nos ajudar totalmente, o meu pai teve que tratar novamente dos papeis para poder ingressar no trabalho..." "os recém-chegados têm todos, estão todos nas residências, ... mas não pagam nada ... em Setúbal toda a gente paga as suas rendas ... já têm mais regalias hoje que antigamente ... nós não tivemos apoio quase nenhum". "se essas organizações não ajudarem, penso que nós seríamos como, talvez como indianos, sei lá, outras raças que estão aqui só, prontos estão aqui a passear ou estão aqui a vir, pronto como estrangeiros, sentiríamos como estrangeiros..." "O Governo Português e as solidariedades existem pra nos olhar de perto, pra estar connosco, não nos deixar sós". "eu também não quero esquecer assim a minha língua de um dia para o outro, porque eu sou timorense, eu sei quem sou "

Ficha Síntese Nº 9 - Tipo 7

Identificação -Tiago

Residência: Pensão Floresta

Elementos de Caracterização Pessoal	Tem 20 anos. Nasceu em Lospalos na ponta Leste do território. A mãe era da parte oeste do território, de Liquisa e o pai era de Lospalos. Os pais faleceram quando ele tinha dois anos, eram membros da FRETILIN e o pai era estudante na universidade de Dare, na zona oeste, a mãe era médica tinha concluído o curso de medicina em Portugal na Universidade de Coimbra. Tem uma irmã com 23 anos. Depois da morte dos pais ele foi raptado pelos militares e viveu em Jacarta em casa de um soldado indonésio até aos sete anos. Depois foi colocado numa residência de estudantes na província de Java Leste, onde ficou dois anos. De seguida foi para um colégio muçulmano e ficou lá um ano. Depois regressou a Jacarta para casa dos seus pais adoptivos, onde esteve durante 6 anos. Os pais adoptivos eram ricos. A irmã foi separada dele depois da morte dos pais, foi também levada para Jacarta, mas viviam separados. A sua família foi toda separada de 1979 a 1994. Em 1994 regressou com a irmã a Timor Leste, mas ficou lá só um ano, viveram em casa de uns tios em Lospalos. A irmã estuda na Universidade de Dili. Ele regressou a Jacarta, em Outubro de 1995, com algum dinheiro alugou um apartamento e preparou-se para assaltar uma embaixada.
Percursos Escolar/Profissional	Entrou para a escola com 6 anos ("como a maioria dos estudantes em toda a parte do mundo ... eu entrei para a escola quando tinha 6 anos de idade"). Fez o ensino primário em Jacarta e terminou o 12º ano em Lospalos em 1995, com 18 anos. Depois começou um curso básico de informática em Jacarta, mas interrompeu quando veio para Portugal. Os pais adoptivos eram ricos, nunca precisou de trabalhar, trabalhou apenas uma vez numa fábrica, como zelador, só para ganhar algum dinheiro. E quando foi para Timor trabalhou numa empresa de transportes. Quando regressou a Jacarta trabalhou em part-time durante 1 mês numa cafetaria. Em Portugal tirou um curso básico de português durante 6 meses no CCT. Está a tirar um curso profissional, na Associação 12 de Novembro, mas no seu entender não chega, ele gostaria de estudar mais. Em Portugal trabalhou na CAIS (há cerca de 6 meses) durante 3,4 dias, mas não quis continuar.

Modo de chegada a Portugal e processo inicial de (inserção)	Assaltou e Embaixada da Holanda em Setembro de 1995 e veio para Portugal através da Cruz Vermelha a 1 de Fevereiro de 1996, na companhia de 3 colegas, depois do seu pedido de asilo político à Holanda ter sido recusado. Foi alojado na Pensão Floresta onde ainda permanece. Recebia um subsídio da segurança social de 21 contos, mas quando iniciou o curso da Associação 12 de Novembro, esse subsídio foi-lhe retirado e passou a receber uma bolsa.
Problemas e dificuldades de integração (pessoais e familiares)	O principal problema inicial que refere é o desconhecimento da língua e da cultura portuguesa ("a maneira de viver, a maneira de comer, a maneira de falar, outros hábitos diferentes"). Agora já está habituado. O seu grande problema neste momento é a dificuldade em continuar os estudos porque o ME não reconhece as suas habilitações, está à espera há mais de um ano.
Avaliação da Integração da Comunidade	Pensa que não deve haver um objectivo de integração na sociedade portuguesa. Acha que os timorenses que já chegaram há mais tempo estão integrados.
Avaliação do papel das Instituições de Apoio	As ajudas dadas não chegam, é preciso haver alojamentos melhores para se poder estudar, alimentação, bolsas de estudo. O seu alojamento é mau quando compara com a situação de alguns dos seus colegas. Considera os cursos frequentados "muito mais ou menos". Pensa que as ONG's devia integrar timorenses nos seus quadros. Pensa que a situação e as condições dos timorenses em Portugal são muito más.
Participação em Actividades Culturais e Políticas da Comunidade	Não participa em actividades culturais, mas participa em actividades políticas. É membro da RENITIL. Foi recentemente ao Canadá através da União Europeia para divulgar a causa timorense. Foi também a Espanha a uma Conferência da Juventude Comunista. Participa também duas vezes por mês nas Jornadas por Timor na Cidade Universitária.
Contactos com a Comunidade Timorense (fora de Portugal)	Mantém contactos regulares, quer telefónicos, quer por carta com a sua irmã, tios e avó que estão em Timor. Nunca fala, nem quer falar com os seus pais adoptivos. Duas vezes por ano fala com familiares que tem em Inglaterra.

Locais de encontro com elementos da Comunidade	
Perspectivas futuras	A sua perspectiva é estudar, ter um diploma, não é trabalhar. Só voltará a Timor quando acontecer a auto-determinação, mas se conseguisse, gostaria de voltar mesmo que ilegalmente.
Elementos distintivos	Não queria vir para Portugal, mas sim para a Holanda ("eu entrei para a embaixada, eu entrei numa embaixada certa, que é a embaixada da Holanda, e eu pedi asilo, nós pedimos asilo naquela embaixada, não queríamos qualquer país ... e não queríamos vir para Portugal"). Preferia um país onde houvesse poucos timorenses e onde a sua presença pudesse ser mais útil na divulgação da causa timorense. Fala oito ou nove línguas, tetum, bahasa, português, inglês, espanhol Gosta de estar sozinho, tem familiares na Austrália, em Inglaterra e na Irlanda, tem mesmo um tio em Portugal que nunca contactou. Considera-se um refugiado político.
Ideias-Chave	A concentração altruista num objectivo político. A necessidade de manutenção de uma certa distância face à sociedade portuguesa no que se refere à inserção social, aliada a uma defesa da identidade timorense. A dificuldade de prosseguir estudos devido ao desconhecimento da língua e ao não reconhecimento das habilitações.
Frases-Chave	"Eu concentro no meu objectivo político, eu não concentro nos meus objectivos económicos, social, só político para que a minha terra, o meu país liberação, depois da liberação eu vou pensar sobre isso" "Eu sou activista...eu tentei e vou tentar ser um activista" "temos que manter uma distância ... uma certa de integração social ... porque a integração social ... pode influenciar a sua identidade nacional do seu país, ... temos que manter aquela distância, não é muito bem longe, não é muito bem perto, no meio, temos que manter uma distância acerca da integração social ..." "os timorenses que chegaram há muito tempo já estão influenciados e já estão misturados com a cultura portuguesa e quase esqueceram a sua identidade nacional".